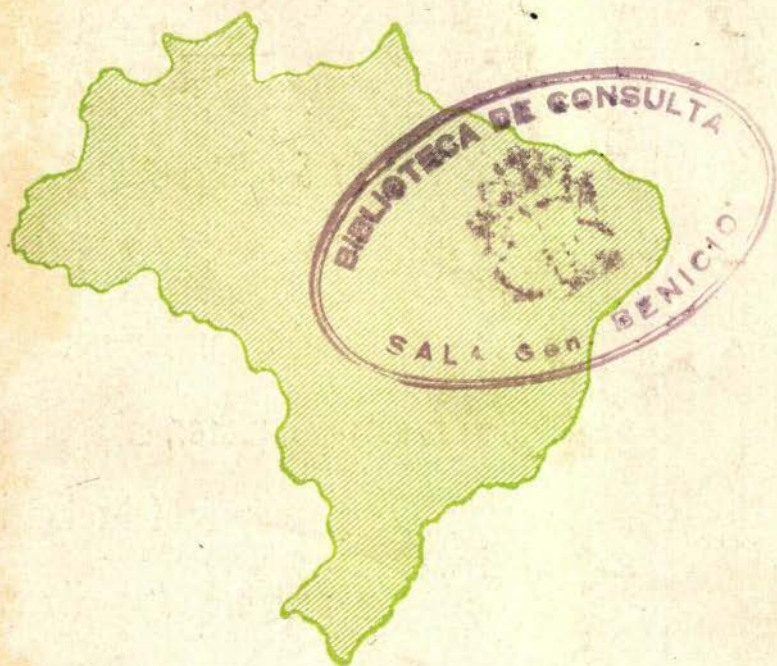


A Defesa Nacional



REVISTA
DE
ASSUNTOS MILITARES
E
ESTUDOS BRASILEIROS



BOAS FESTAS

Aos nossos colaboradores,
leitores e assinantes apresentamos,
com o máximo prazer,
sinceros votos de feliz Natal
e próspero Ano Nôvo.

Gen Bda JOSÉ CAMPOS DE ARAGÃO
DIRETOR-PRESIDENTE

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

| | | |
|------------|-----------------------------------|---------------|
| ANO 54º | Rio de Janeiro, GB — Nov/Dez 1967 | Número 616 |
|------------|-----------------------------------|---------------|

As idéias e opiniões dos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.

A publicação dos mesmos não significa nenhuma solidariedade por parte da Revista.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais publicados em nossas páginas, desde que citada a fonte.

Accepta-se intercâmbio.

PREÇOS

Assinatura anual:

Brasil NCr\$ 3,00

(Desconto em fôlha autorizada, mensal: NCr\$ 0,60)

(As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal, correndo as despesas de remessa por conta do assinante.)

Exterior NCr\$ 12,00

(Registro e via aérea comportam acréscimos.)

Número avulso:

Mês NCr\$ 0,60

Atrasado NCr\$ 0,80

ENDEREÇO

Ministério do Exército
Ala Marcellio Dias

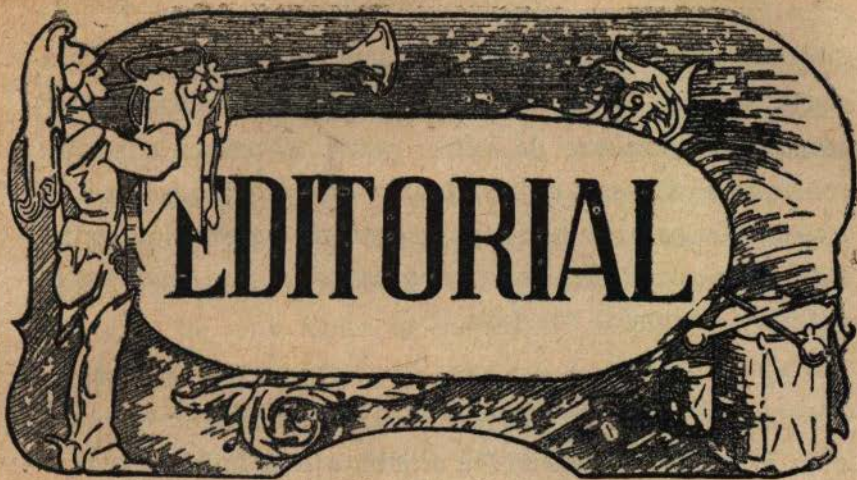
Caixa Postal: 17 (DO MEX)
ZC — 55

Tel. 43-0563

Rio de Janeiro, GB
Brasil

SUMÁRIO

| | Págs. |
|---|-------|
| <i>Editorial</i> | 3 |
| <i>Plano de Ação do Ministério do Exército</i> — Gen A. Lyra Tavares | 7 |
| <i>A Penetração Cultural</i> — Cel J. Carneiro de Oliveira, Cel Gabriel Aguiar, Prof. José Camarinha Nascimento e Prof. Ruy Vieira da Cunha | 21 |
| <i>Segurança Nacional, Fator de Desenvolvimento da Amazônia</i> — Gen Lauro Alves Pinto | 43 |
| <i>A Instrução do FAIBRAS na República Dominicana — Operações Helitransportadas</i> — Cel Carlos de Meira Mattos e Oficiais do FAIBRAS | 55 |
| <i>Doutrina Militar — Assunto de Ontem e de Hoje</i> — Maj-Brig Godofredo Vidal | 83 |
| <i>Inicia-se uma Nova Era... As Telecomunicações no Brasil</i> — Maj Wilson Machado | 123 |
| <i>Processo de Emancipação Política do Peru</i> — Maj Hélio Costa..... | 139 |
| <i>A Encíclica Populorum Progressio</i> — Pe. Fernando Bastos de Ávila S.J. | 147 |
| <i>Tipos de Defesa e Dispositivos Defensivos</i> — Maj Ricardo Fernandes | 159 |
| <i>A Artilharia de Exército nas Ardenas</i> — Maj A. Galvão Pereira..... | 167 |
| <i>A Cobra está Fumando!</i> — Gen Jonas Correia | 183 |
| <i>Efemérides da Artilharia</i> — Gen H. Borges Fortes | 189 |
| <i>Problema de Designação Ótima</i> — Cap Raimundo Nonato Borges... .. | 205 |
| <i>Da Necessidade de se Criar e Aperfeiçoar Instalações de Televisão para a Educação</i> — Gen (Ref) Taunay D. Coelho dos Reis..... | 217 |
| <i>A Artilharia de Costa — Artilharia</i> — Cel Helio Lemos..... | 221 |



“Não há religião sem Deus e nem Pátria sem Bandeira.”

Assim destacada, como autêntico valor dito sagrado, é a Bandeira Nacional, elemento básico na conceituação da Pátria, já que a sintetiza como símbolo.

Cultuá-la é uma elevada manifestação de civismo. É mesmo afirmação de estágio positivo e superior de civilização.

Através dos tempos e dos fatos históricos o que sentimos é que os povos cônscios da sua eternidade, desde os primórdios da formação, seguem, pelos caminhos dos séculos, empunhando, cada qual seu bendito estandarte.

Por encarnar tôdas as grandezas, estar presente a tôdas as lutas, glórias, vicissitudes e às alegrias do Estado-Nação, os seus filhos, logicamente, amam a sua Bandeira Nacional, com o respeito e a admiração que pode levá-los ao sacrifício, até o da própria vida, tôdas as vêzes em que se tente macular-lhe a pureza ou dignidade.

Essa concepção filosófica e universal, do que significa a Bandeira na estrutura da Pátria, tem sido apanágio dos ver-

dadeiros brasileiros — daqueles que têm sabido corajosamente defendê-la, de peito aberto, contra qualquer subserviência a estandarte de outros povos. Queremo-la sempre soberana e altaneira a desfraldar-se sôbre todo o solo pátrio, e só aceitamos a sua presença no concêrto universal de outras Bandeiras quando ela se ombréia em termos de igual fraternidade e de aprêço irrestrito.

Se se analisar bem, pode-se constatar que a transformação que sofreu de insígnia máxima do Império para ser a da República — não se lhe alterou a bela linha de composição, e, nem o rutilante vigor de suas côres auriverde que, com tanta propriedade, traduzem a grandiosidade do nosso País-Continente, onde o verde são as nossas florestas, campos e mares e onde, ao brilho quase eterno de um sol de verão, reluzem os dourados das nossas potentes riquezas.

Como não podia deixar de acontecer, ela tem flutuado — marcando sua austera presença — desde o recanto sagrado da escola primária, onde a infância risonha dá os primeiros passos nas letras, até os mais inóspitos campos de batalha, onde tenham estado em jôgo a honra ou a soberania e integridade nacionais.

Como nas jornadas memoráveis de Riachuelo, Tuiuti, Itororó, Avaí, Campo Grande e Lomas Valentinas — no Paraguai — nas águas profundas do Atlântico — no mastro dos nossos barcos de guerra, nos combates de Monte Castello, Montese, Castelnuevo, Fornovo e tantos outros, nos alcantis gelados dos Apeninos e nos céus da Itália — foi o estímulo, o lenitivo, e, por que não dizer, a centelha encorajadora que levou o combatente brasileiro a escrever páginas de tanta bravura e abnegação na nossa moderna História Militar.

Na simplicidade e concisão de seu lema 'ORDEM E PROGRESSO' há uma norma bem nítida para o destino grandioso que nos reserva o futuro. Dir-se-ia, entretanto, que, na fase negra que precedeu a Revolução Democrática de março de 1964, essa lição sábia da necessidade de "ORDEM" havia sido olvidada, ante circunstâncias oriundas das pregações de uma ideologia exótica: o comunismo, nefasto e contrário à nossa índole de povo cristão, livre e democrata. Mas, a tempo, houve um refibramento de energias e de consciência de brasilidade e, assim, o povo e suas Forças Armadas recolocaram, naquele memorável 31 de março, o BRASIL, dentro dos cânones da "ORDEM" pregada, em todos os rincões da Pátria, pelo "Auriverde pendão". Houve, pois, aí, o reencontro, no âmbito geral do País, com o primado da hierarquia, da disciplina, da austeridade constitucionais e, assim, foram garantidas as condições básicas de tranqüilidade e Segurança Nacional para que o "PROGRESSO", por intermédio de um desenvolvimento integrado do País, venha a valorizar, sobretudo, o homem brasileiro, e, dêse modo, no mais próximo futuro, se torne realidade, levando-nos a atingir a meta sonhada de um bem-estar sócio-econômico que nos garanta, no seio das Nações, o lugar de destaque a que temos, por força da potencialidade que representamos o direito de aspirar.

É, pois, justificável essa consciência nossa de que a Bandeira do Brasil acrisola verdades; consubstancia a pujança de nossa jovem Pátria; materializa símbolo altaneiro e digno, à sombra do qual, congregados e unidos, nós, brasileiros, sem distinção de raça, crença e isentos de idiossincrasias devemos marchar, plenos de esperanças radiosas, dinamizados por firme confiança, pela trilha certa que nos há de conduzir à destinação histórica e grandiosa com que o futuro nos acena!

PLANO DE AÇÃO DO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO (x)

General

A. DE LYRA TAVARES

Ministro do Exército

- I — INTRODUÇÃO
- II — REFORMA ADMINISTRATIVA
- III — PLANO DIRETOR
- IV — LOGISTICA INDUSTRIAL
- V — PROJETOS E INVESTIMENTOS
- VI — CONCLUSÃO

I — INTRODUÇÃO

A Escola já teve a ocasião de ouvir a palavra de ilustres membros da equipe ministerial do Presidente Costa e Silva a respeito do plano de ação das respectivas pastas em decorrência das Diretrizes do Governo.

Uma idéia central há de ter sobressaído, nitidamente, das explicações de todos os ministros que me antecederam: os diferentes setores da administração, civis ou militares, se entrosam e se completam, como os próprios ministros entre si, para a execução de um programa comum. Nenhum de nós pretende, ou pode, realizar à frente do seu Ministério, uma obra isolada, um programa autônomo, a não ser na condução dos assuntos específicos do seu setor.

As diretrizes do Governo fixam os objetivos a atingir, repartindo as tarefas entre os Ministérios.

As drásticas limitações orçamentárias, a política de contenção de despesas, as servidões decorrentes do caos e dos desmandos herdados pela Revolução, a ânsia de repor as coisas em ordem, de restaurar, de sanear e de recuperar o que foi destruído, são condicionamentos e impulsos que regem a ação de cada ministro, como decorrência da política traçada e das Diretrizes estabelecidas pelo Governo para serem cumpridas por todo o Ministério.

A ESG deseja que eu lhe fale agora sobre como o Ministério do Exército planeja cumprir essas Diretrizes, o que suponho ser, aliás, um dever meu, como Chefe do Exército, para com este nosso mais categorizado Instituto de Altos Estudos Nacionais.

Dá-me, também, com o convite que me fez, o ilustre e velho amigo Gen Augusto Fragoso, Comandante da Escola, a grata oportunidade de ser útil aos estudos desta, que ainda me permito ter como um tanto minha Escola, ao mesmo tempo que me confere o privilégio de

voltar a êste auditório, talvez o mais sério e o mais benemérito do Brasil, do qual me despedi, não faz muito tempo, naquela manhã, para mim, inesquecível, do último dia do meu Comando.

Porque foi quando a ESG tanto se honrou e engrandeceu, precisamente no dia 13 de março dêste ano, com a magistral Aula Inaugural que aqui proferiu, para os estagiários desta mesma Turma de 1967, a que agora me dirijo, o inesquecível Mestre e ex-Presidente Marechal Humberto de Alencar Castello Branco a quem ela fez a justiça de escolher para seu Patrono, motivo pelo qual desejo efusivamente felicitá-la.

Vamos, então, conversar sôbre o que o Ministério do Exército planeja fazer, no quadro das Diretrizes Presidenciais.

Conheço o interesse que tem o assunto para os estudos da Segurança Nacional, no conjunto dos quais as Forças Terrestres, como costume dizer, ocupam um campo correspondente a 1/12 do estudo global do Poder Nacional, pois representa um dos 3 vetores integrantes do Poder Militar. E bem sei que a Escola procura estar sempre atualizada nos problemas de que estamos tratando, dentro do Exército.

É óbvio que os quatro campos do Poder não podem ser entendidos e examinados senão como componentes do todo, e que êsse todo tem o homem como mola mestra, como paradigma e como fim último do próprio fortalecimento da comunidade nacional para a realização dos seus objetivos e aspirações, como nação.

É êsse, aliás, o grande sentido do programa global do Governo, que engaja a ação convergente de todos os Ministérios, ao imprimir aos problemas do homem brasileiro o caráter, por assim dizer, de objetivo de todos os objetivos, do esforço nacional para o desenvolvimento.

Porque, em última análise, a nação é, sobretudo, o homem, por grandes que sejam, como é certo que são, as influências do meio físico e das riquezas potenciais do território no destino e na grandeza das civilizações.

É com base nessa premissa que os esforços de todos os setores do Governo se somam, determinadamente, para a valorização do homem brasileiro. O homem — fator de produção, o homem — elemento básico da sociedade, o homem — cultura, o homem — civismo, o homem — força espiritual, o homem — ciência, como o homem — soldado.

Um dos grandes e tradicionais papéis que o Exército tem representado ao longo de tôda a evolução da nacionalidade é, aliás, o de valorizar o cidadão brasileiro, porque assim êle está também valorizando o soldado brasileiro, tão certo é que a eficiência dos Exércitos depende, fundamentalmente, da expressão qualitativa do potencial humano da nação.

Este conceito representa, para o Ministério do Exército, no quadro do atual Governo, não apenas a base de um plano de ação, mas um estado de consciência e uma atitude de espírito.

Dai o entusiasmo com que ele se lançou, desde o início, em obediência às Diretrizes do Presidente da República, na campanha da alfabetização, ampliando os seus programas de participação das organizações militares para que a nação corrija, ou, pelo menos, atenuie, tão depressa quanto possível, o degradante índice de analfabetos que constitui, certamente, a maior barreira ao seu desenvolvimento.

Esse trabalho está sendo conduzido de modo que a aula de alfabetização sirva, também, de ensejo para a educação cívica do cidadão.

Tal foi o objetivo de uma das minhas primeiras portarias ministeriais. E é preciso lembrar que, nos níveis mais altos da valorização do homem, as Escolas do Exército continuam a prestar benemérito serviço ao cidadão brasileiro, sobretudo nos campos pioneiros da indústria e da tecnologia, como todos sabemos.

Cumpre, aliás, assinalar essa contribuição ampla que o Exército presta à Nação no setor da Educação e da Cultura, como no dos empreendimentos públicos, na interiorização do progresso, etc., para corrigir a imagem, por vezes, intencionalmente deformada, que procura apresentar o orçamento do Exército apenas como expressão de despesas puramente militares.

Há até os que as julgam, como regra, supérfluas e improdutivas, porque não se dão conta de que a segurança, a ordem institucional e, acima de tudo, a soberania da Pátria custam dinheiro, e, em certas contingências, muito dinheiro, mas representam, para o cidadão, bens imateriais de valor muito mais alto do que toda a despesa que seja necessário realizar para preservá-los e defendê-los.

II — REFORMA ADMINISTRATIVA

A Reforma Administrativa está sendo implantada no Ministério do Exército, primeiro no seu espírito e, complementarmente, na sua forma.

Esta compreensão do processo mais adequado para conduzir uma reforma que é, antes, de princípios, do que de organograma, os Chefes Militares a têm, e mostram ter, por experiência própria.

A eficiência de qualquer organização está na resposta que ela oferece aos objetivos de produtividade, de racionalização dos processos de trabalho, de rendimento efetivo, de grupamento dos órgãos afins e, sobretudo, da capacitação e do máximo aproveitamento dos valores funcionais que compõem a máquina administrativa.

Nesse entendimento é que se processa, por delegações, adequadas e sucessivas, através da escala hierárquica, a Reforma Administrativa no âmbito do Ministério do Exército.

O Presidente deu ao Ministro maior amplitude de ação, maior autoridade, além de uma participação mais ativa nas ações de Governo.

Isso importaria em centralizar na autoridade do Ministro uma soma bem maior de trabalho e de atribuições que, mal compreendidas no seu desempenho, apenas iria transferir do escalão mais alto para o imediatamente abaixo uma acumulação excessiva de estudos e decisões, se o mesmo princípio não fôsse estendido aos degraus sucessivos da hierarquia funcional, como está fazendo o Exército, com o maior vigor e comprovados benefícios para a sua eficiência institucional.

Na realidade, os órgãos de assessoramento de cúpula que limitam as possibilidades de erro do Ministro, como pessoa física, estão de fato investidos da função de assessorar e a desempenham com o prestígio e a autoridade que lhes dá o Ministro, como simples responsável eventual pela Chefia do Exército.

Engajam-se, assim, sobretudo nas grandes decisões, inclusive na execução da Reforma, a participação e a responsabilidade dos altos Chefes Militares, sem omissões nem exageros personalistas, o que não implica nenhuma restrição à autoridade e à responsabilidade maior do Ministro, a quem cabe traçar rumos e normas, controlá-los na execução, dirimir dúvidas e proferir a palavra final nos assuntos controvertidos, sobretudo para a afirmação da política geral do Governo e das Diretrizes do Presidente da República, que é, também, o Comandante Supremo das Forças Armadas.

O Alto Comando do Exército, o Conselho Superior de Economia e Finanças, antigo Conselho Superior do Fundo do Exército, e o Estado-Maior do Exército já estão, dentro desses princípios, participando ativamente, e com inestimável colaboração, no encaminhamento, no estudo e na solução dos grandes problemas do Exército.

A ação dos Altos Órgãos e Comandos cresceu, paralelamente, através das delegações com que o Ministro ampliou os poderes dos respectivos Chefes, dando-lhes mais autoridade, maior prestígio e maior responsabilidade.

Já diminuiu, e continua a diminuir, progressivamente, o número de assuntos encaminhados à decisão ministerial.

O fenômeno, por decorrer de um estado de consciência que se incute e se generaliza em todo o Exército, não se esgota nas relações de serviço entre os Altos Órgãos, uma vez que se vai refletindo, como já se observa, dentro de cada um deles, no comportamento dos demais degraus da escala hierárquica.

Ainda dentro do espírito da Reforma, empenha-se o Exército em localizar e corrigir, nos canais de tramitação dos assuntos de ordem administrativa, a omissão ou superposição dos órgãos incumbidos de estudá-los e de opinar, para o fim de sanar a intermediação ociosa

e antieconômica que apenas concorre para sobrecarregar e retardar o processo administrativo.

Eu mesmo colecionei, em certa época, pelo hábito de pesquisar curiosidades históricas, numerosos avisos ministeriais, desde o fim do Império, reiterando a mesma recomendação invariável, isto é, que se devia evitar, no encaminhamento dos papéis, o emprego de fórmulas vazias e inconseqüentes como esta: "Submeto à alta consideração de V. Exa., para os devidos fins". Elas demonstram, dizem as recomendações, a omissão da autoridade, o seu não engajamento pessoal no estudo da matéria, com a sobrecarga das tarefas do escalão superior.

Observa-se, aliás, através dos tempos, pela centralização cada vez maior dos estudos e decisões no vértice da escala hierárquica, uma espécie de degradação progressiva da autoridade funcional, pela própria omissão e o desencorajamento da participação efetiva e necessária dos escalões intermediários, com o abandono de certos aspectos dos estudos a realizar e os outros inconvenientes naturais.

É no sentido de corrigir essa anomalia que o Exército trata de implantar, e está implantando a Reforma Administrativa, de modo que o General seja, plenamente, um General, como o Coronel, um Coronel, a exemplo do que era, aliás, a Instituição Militar, quando menor, no nosso tempo de tenentes.

Por outro lado, e complementarmente, o Estado-Maior do Exército conclui os seus estudos, projetando as alterações progressivas da estrutura do Exército, para que ela seja atualizada e corrigida, adequadamente, e com a necessária prudência.

Esse trabalho se iniciou com a vitalização do Alto Comando, já regulamentado com grandes e reais benefícios para o Exército (Decreto n. 61.082, de 27 Jul 67).

Do mesmo modo, já foi organizada a Inspetoria Geral das Polícias Militares, criada para regular a ação normativa do Exército com relação às forças públicas estaduais, no seu caráter de organizações militares da Reserva do Exército.

A Reforma Administrativa não estabelece condições de prazo para a sua completa implantação, podendo ela processar-se, pois, por fases, com a condição única de não haver qualquer aumento de pessoal.

Entende, por isso, o Exército, com base na sua própria experiência de várias reorganizações anteriores, que é mais aconselhável e mais prudente introduzir, inicialmente, as modificações mais reclamadas pela sua atual estrutura, sem alterá-la integral e substancialmente, nas grandes linhas.

O trabalho inicial consistirá no reagrupamento dos órgãos afins, em alguns casos comprovadamente mal distribuídos pelos setores departamentais, como é a atual situação da Engenharia e das Comunica-

ções, respeitando os limites dos efetivos, sobretudo nos níveis de chefia.

Dessa maneira poderão ser melhor ajustados e experimentados os organogramas em vigor, sem grandes alterações, com vistas a uma reformulação mais ampla na estrutura do Exército, com base nos projetos já estudados pelo Estado-Maior.

Outro aspecto gritante a corrigir é a sobrecarga que se impõe ao Chefe do Estado-Maior do Exército, com prejuízo do seu relevante papel de orientador do planejamento geral e principal assessor do Ministro, cumprindo salientar que lhe cabem, ainda, altas e complexas responsabilidades pessoais no desempenho das seguintes funções: Presidente da Comissão de Promoções de Oficiais, Membro e relator do Alto Comando do Exército, Membro do Conselho Superior de Economia e Finanças do Exército, Membro do Conselho de Chefes de Estado-Maior, junto ao EMFA, Membro do Alto Comando das Forças Armadas e Membro do Conselho de Segurança Nacional.

Em breve prazo, o novo Regulamento do Estado-Maior do Exército dará solução adequada a êsse e a outros problemas que estão a exigir a atualização e racionalização da sua estrutura.

III — PLANO DIRETOR

No quadro do Brasil e do mundo atual, sobretudo quando se impõe uma visão realística das necessidades do Exército e das suas possibilidades de investimento, não parece o caso de planejar a longo prazo uma reformulação substancial da sua estrutura, a não ser em grandes linhas suscetíveis de ajustamentos progressivos, para o delineamento geral dos objetivos a atingir em longo prazo.

É o que nos aconselham a experiência brasileira e o nosso próprio impulso desenvolvimentista, com alterações surpreendentes no fenômeno geodemográfico, pela explosão de novos núcleos sociais e a rápida interiorização do progresso nas direções novas de penetração do sistema nacional de transportes.

Além de tudo, é preciso levar em conta as limitações dos investimentos no setor militar e as suas prioridades no conjunto do Exército.

O planejamento a curto prazo será, então, como está sendo, a fórmula racional e objetiva de conduzir-se com segurança a administração do Exército, no estabelecimento de cada fase característica de empreendimentos. E é como se pode melhor conciliar a disponibilidade de recursos com as realizações preferenciais, em concordância com a política geral do Governo.

Dentro dessa idéia, o Exército concentra as suas atenções sobre as seguintes áreas territoriais prioritárias:

— Brasília, porque é a sede do Governo e fator de vitalização de todas as regiões circundantes, além de criar perspectivas de desenvolvimento e de integração do Oeste da Amazônia com o Planalto Central.

— A Amazônia, onde o Governo cria a infra-estrutura de ocupação efetiva para o desenvolvimento, programa que requer a crescente presença do Exército, em efetivos, em realizações de base, em ação social e em empreendimentos de pioneirismo, para o esforço comum que agora planeja, com as Forças Armadas e os demais organismos do Governo, o Ministério do Interior, sob a dinâmica e esclarecida orientação do General Afonso de Albuquerque Lima.

— O Nordeste, onde sobreleva o problema social, com a assistência que reclamam as populações. A presença do quartel e a sua interiorização progressiva, além da ação benemérita da Engenharia Militar, em colaboração com os Ministérios dos Transportes e do Interior, simultaneamente com as relevantes missões que cumpre ao Exército no quadro da Segurança Interna, representam inestimável colaboração ao programa global do Governo para a redenção definitiva da chamada "área-problema".

Ainda este ano, segundo o esforço que está sendo feito, desde o Ministério Costa e Silva, a marcha do Exército para o interior estará balizada, no Nordeste, pela presença dos seus quartéis em Campina Grande, Garanhuns, onde foi recentemente instalado um Batalhão de Infantaria, Feira de Santana, que será, provavelmente em dezembro, sede de outro novo Batalhão de Infantaria, além da ampliação da guarnição de Paulo Afonso.

O Estado-Maior do Exército coordena, também, a ação dos Departamentos no sentido de aparelhar e assistir, de modo cada vez mais efetivo, as guarnições de fronteira, e de redistribuir, adequadamente, os efetivos do Exército, em consonância com as imposições de interesse militar.

Verifica-se que, em cada uma das regiões prioritárias para as quais se volve a atenção do Exército, a escolha e localização das unidades oferece características e atende a finalidades diferentes.

Na Amazônia, por exemplo, o problema é de ocupação do território e de trabalhos pioneiros para vivificá-lo, pela criação de núcleos sociais, além de assegurar o controle e o aproveitamento das riquezas da terra, sobretudo contra o contrabando e a exploração. O problema é, antes de tudo, o da afirmação da soberania nacional.

Já o 5º Batalhão de Engenharia de Construção, criado no Ministério Costa e Silva, empreende um gigantesco e benemérito programa que não se limita apenas à construção das rodovias BR-319 (Pôrto Velho — Abunã — Guajará Mirim), BR-364 (Abunã — Rio Branco) e a conservação da BR-364 no trecho Cuiabá — Pôrto Velho, mas às muitas outras atividades complementares, sociais e econômicas, inclusive a administração da Estrada de Ferro Madeira — Mamoré e o abastecimento d'água em Pôrto Velho, com que se está alterando, substancialmente, com a presença do Exército, em Rondônia, o panorama e as condições de vida daquela área e adjacências.

Além das organizações já existentes, foi criada dentro das Di-

retrizes do Governo, em Decreto n. 60.606, de 20 Abr 67, a Colônia Militar de Tabatinga, assim como uma unidade em Macapá, já com aquartelamento pronto, estando em estudo a criação de outra unidade em Santarém.

Nas unidades de fronteira vem o Exército recebendo, para melhorar as condições de vida das suas longínquas guarnições, o estímulo e o apoio das outras Forças Armadas, sobretudo dos Ministérios da Aeronáutica, Marinha, Transportes, Interior, Minas e Energia e Agricultura.

Este último está, atualmente, distribuindo, para tal fim, ao Comando das Unidades de Fronteira, lotes de quatorze reprodutores holandeses puros e 170 matrizes mestiças "holando-zebu", além de outras providências para estimular a criação e a agricultura de subsistência naquelas áreas.

O programa para a Amazônia, com a ênfase que lhe está emprestando o Governo, é, porém, muito mais amplo e complexo, pelo que envolve a ação conjugada de numerosos órgãos do Poder Público, com base na ação central do Ministério do Interior, graças a cuja iniciativa os outros Ministérios interessados, inclusive o do Exército, estão procedendo a estudos de conjunto, no quadro de um Grupo de Trabalho que planeja a programação plurianual dos empreendimentos globais do Governo nessa grande área, objeto de todas as espécies de cobiça por parte de interesses não nacionais ou antinacionais.

Finalmente, quanto ao Nordeste, cujos problemas a Escola Superior de Guerra tem estudado e equacionado em trabalhos de tanta seriedade, segurança e objetividade, não nos parece que seja mais o caso de assinalar o imperativo da presença do Exército nos seus pontos mais sensíveis, face aos problemas sociais e de segurança que o reclamam.

Por outro lado, a área de Brasília, onde agora se fixou, real e definitivamente, a sede do Governo, passou a constituir uma grande plataforma com base na qual o sentido de desenvolvimento do Brasil se projeta e se afirma em todas as direções.

Observa-se, já claramente, a rápida vivificação e interligação da Amazônia Ocidental, através do Mato Grosso, tendo como pivô central e força dinamizadora o grande impulso gerado pela civilização do Planalto.

Brasília reclama, por todos os motivos, a atenção do Exército, alargada sobre as áreas e direções que começam a configurar novo delineamento do mapa geopolítico do Brasil.

Ainda em 1967, estará sensivelmente acrescida a Guarnição Militar de Brasília, cuidando o Exército da criação de outras unidades em cidades cuja importância terá de crescer, necessariamente, em torno da nova Capital e como decorrência do seu desenvolvimento.

IV — LOGÍSTICA INDUSTRIAL

No setor logístico, o Exército já resolveu convenientemente o problema da munição do seu armamento leve e pretende produzir o seu próprio novo fuzil, além de adaptar, para calibre padrão, as metralhadoras anteriormente adquiridas.

Ainda em outubro estará inaugurada, à custa de muito esforço, a moderna linha de fabricação de nitroglicerina, em Piquê, acontecimento que reputo da maior relevância para o setor de explosivos. É obra que compensa todos os sacrifícios feitos e que honra a nossa Engenharia Militar.

Outro ponto crítico do nosso aparelhamento orgânico é o da deficiência das equipagens de pontes, não apenas pela descontinuidade de orientação com que tem sido o problema encarado, mas, também, pela grande perda de material empregado nas operações de socorro a calamidades públicas, missão que a legislação revolucionária fez a justiça de incluir, definitivamente, entre os encargos do Exército, em tempo de paz.

O Estado-Maior do Exército, com o Departamento de Provisão Geral, está seriamente empenhado na solução desse problema.

As unidades industriais do Exército, ao lado dos programas que se destinam a cumprir para atender às necessidades de tempo de Paz, devem conservar as condições potenciais para as missões que terão de desempenhar em caso de mobilização.

Essas missões tenderão a diminuir, ou a desaparecer, na medida em que a indústria civil se capacite a desempenhá-las, como ocorre nas grandes nações. E parece já ser tempo para que a nossa indústria militar seja reformulada, dentro dessa premissa.

De qualquer modo, há uma capacidade ociosa da Indústria Militar que o Exército trata de aproveitar em toda a sua plenitude, inclusive na colaboração com os empreendimentos do Estado, em certos tipos de fabricação que permitem a economia de divisas ou não oferecem atração aos investimentos privados.

Outro assunto em que está empenhado o Exército é o relacionado com as viaturas militares. O esforço maior e prioritário está sendo feito com o apoio exclusivo da Indústria Nacional, não apenas na recuperação e atualização do material mecanizado, como na padronização e aquisição dos demais tipos de viaturas militares.

Merece destaque especial a realização do dispositivo de tração para 4 x 4 e 6 x 6, já praticamente aprovado nos testes finais, por constituir uma demonstração da alta eficiência da nossa Engenharia Automóvel.

Parece desnecessário assinalar a importância que o planejamento do Exército empresta ao problema das viaturas militares e à sua fabricação no Brasil, dentro da tendência generalizada para a motoriza-

ção, com vistas à mobilidade imprescindível à modernização das unidades e da linha de suprimentos.

Esses são apenas alguns dos aspectos mais característicos dos programas em curso no Exército, no setor da logística industrial.

V — PROJETOS E INVESTIMENTOS

Pela primeira vez no Brasil, o Governo disciplinou os projetos e os investimentos públicos, pela coordenação e o planejamento de cúpula, dando-lhes sentido de conjunto e realismo, de modo a colocar no mesmo quadro de realizações e subordinar aos mesmos objetivos o planejamento de caráter setorial.

Foi, talvez, a maior herança que recebeu do Governo do Marechal Castello Branco o atual Governo, além da seriedade e da austeridade no trato dos problemas da Nação.

Foram estas, aliás, as primeiras palavras do documento com que o Ministério do Exército apresentou a sua contribuição ao Programa Estratégico de Desenvolvimento, discutido e aprovado pelo Presidente da República, na 2ª Reunião do Ministério.

"Pela primeira vez, o Exército recebe para exame um projeto de programa global que procura coordenar e integrar o esforço do Governo, com a participação de todos os Ministérios.

Nesse sentido, o Ministério do Exército procurou inserir no plano de conjunto do projeto a contribuição que pode oferecer ao desenvolvimento nacional, sem prejuízo de suas missões precípua na segurança interna e externa".

De acôrdo com as Diretrizes do Governo, que incidem, principalmente, sobre o Ministério do Planejamento e Coordenação, cada Ministério desenvolve a sua ação segundo os condicionamentos ditados, com segurança e flexibilidade, pelo Ministro Hélio Beltrão, a quem cabe o árduo e relevante trabalho de harmonizar e adequar as políticas e os programas setoriais, segundo o compasso, as disponibilidades de recursos e os objetivos do Governo, para a recuperação e o fortalecimento da Nação.

Dentro desse quadro global, o Ministério do Exército tem podido assegurar o prosseguimento dos seus principais projetos, iniciados na administração do Ministro Costa e Silva e impulsionados, sem solução de continuidade, pelo Ministro Ademar de Queiroz.

Eu tive a sorte de encontrar na Chefia do Estado-Maior do Exército, nas chefias dos Departamentos e nos Comandos dos 4 Exércitos, a mesma compreensão comum e a convergência de esforços necessária para que se libertasse definitivamente o Ministério do Exército do grande mal do espírito personalista que lhe impunha variações periódicas na orientação de cúpula, além do desperdício de esforços inconsequentes, sem engajar, como é imprescindível, a participação e a

responsabilidade de todos os chefes, para que haja, além de tudo, a permanência dos objetivos, no tempo, isto é, a predominância do pensamento da organização sobre a orientação e o ponto de vista pessoal da autoridade que eventualmente a dirige.

Essa é, para mim, uma das grandes conquistas do Exército da Revolução, dentro do qual ganha expressão cada vez maior a instituição do Alto Comando, a hierarquia dos valores e, acima de tudo, a revitalização da autoridade de todos os postos e graduações, reinvestida do seu conteúdo indispensável de prestígio e de responsabilidade.

É assim que todo o Exército está participando, com entusiasmo, da execução dos projetos básicos, cujo andamento me permite expor esquematicamente, no quadro n. 1, anexo, para a solução dos seus empreendimentos prioritários, que obedecem aos seguintes objetivos gerais:

1º) Cada quartel, sobretudo nas áreas de ação pioneira, há de ser completado com as unidades residenciais e instalações logísticas indispensáveis à vida dos respectivos quadros, para que o Exército possa movimentá-los sem desassisti-los;

2º) Os problemas do aparelhamento material do Exército, sobretudo quanto ao equipamento de comunicações, a motorização e mecanização, ao armamento e munições, devem caminhar, firmemente, para soluções nacionais, no estágio já atingido pelo nosso desenvolvimento industrial: importar apenas o que ainda não fôr possível produzir;

3º) O problema da casa funcional, devidamente mobiliada, é, na prática, uma condição para que, sendo o Exército uma Instituição eminentemente nacional, desapareça a tendência para que o oficial ou o sargento se vincule, por motivos de ordem econômica, a determinadas Guarnições, importando, além disso, em substancial redução nas despesas orçamentárias de transportes;

4º) O problema assistencial do Exército reclama investimentos maiores na ampliação e reaparelhamento da sua rede hospitalar;

5º) O emprego da Engenharia do Exército em empreendimentos públicos é, também, um sistema econômico de promover-se o seu aprimoramento técnico, tal como se observa nas grandes nações.

No Brasil, é, além de tudo, um imperativo do processo do desenvolvimento nacional, o que não importa em desconhecer a imprescindibilidade da engenharia de combate, no seu papel insubstituível.

VI — CONCLUSÃO

Todos nós temos a perfeita consciência das grandes linhas do problema conjuntural da nação. Cresce, a passos largos, a demografia brasileira. Aumentam, paralelamente, as necessidades de subsistência. Amplia-se a escala da ocupação do território. Grandes áreas mortas, ou

esclerosadas, do organismo nacional, antes ilhadas da civilização, vivificam-se, comunicam-se, impondo, por isso mesmo, novas exigências no esforço global de desenvolvimento.

As rodovias audaciosas começam a chegar até onde somente pou-savam, antes, os aviões do Correio Aéreo Nacional, sem que se esgo-tem, com isso, mas antes se aprofundem ainda mais, os vãos bene-méritos do pioneirismo da FAB.

A medida que o Brasil empreende, assim, a conquista e a explo-ração do seu próprio território, surgem novos problemas de implan-tação e alargamento da infra-estrutura da nação e os do aproveita-mento das suas riquezas potenciais adormecidas.

E tudo isso é tarefa do homem brasileiro, que terá de ser colo-cado à altura da grandeza da obra que realiza, dos desafios com que ela exige a sua valorização, dos problemas que ela lhe antepõe, a re-clamarem o seu aperfeiçoamento técnico, a modernização da nossa mentalidade empresarial, o encorajamento e o estímulo da iniciativa privada.

Vêm daí o problema das escolas, o da alimentação, o da energia, o dos transportes, o do saneamento e numerosos outros, a começar pelo da segurança, com que se defrontam, necessariamente, as nações em desenvolvimento.

E nenhum de nós ignora que é uma das grandes técnicas das forças antidemocráticas a de dificultar, por todos os meios, êsse de-senvolvimento, tão certo que é que êle constitui o caminho mais se-guro, talvez mesmo o único caminho, para o fortalecimento da de-mocracia.

O Exército, como as outras FF.AA, não pode ser indiferente a êsse grande e decisivo impulso para que a nação se realize, ainda mais porque é êle mesmo um instrumento apto e, em certos casos e certas áreas, ainda insubstituível, para a sua realização.

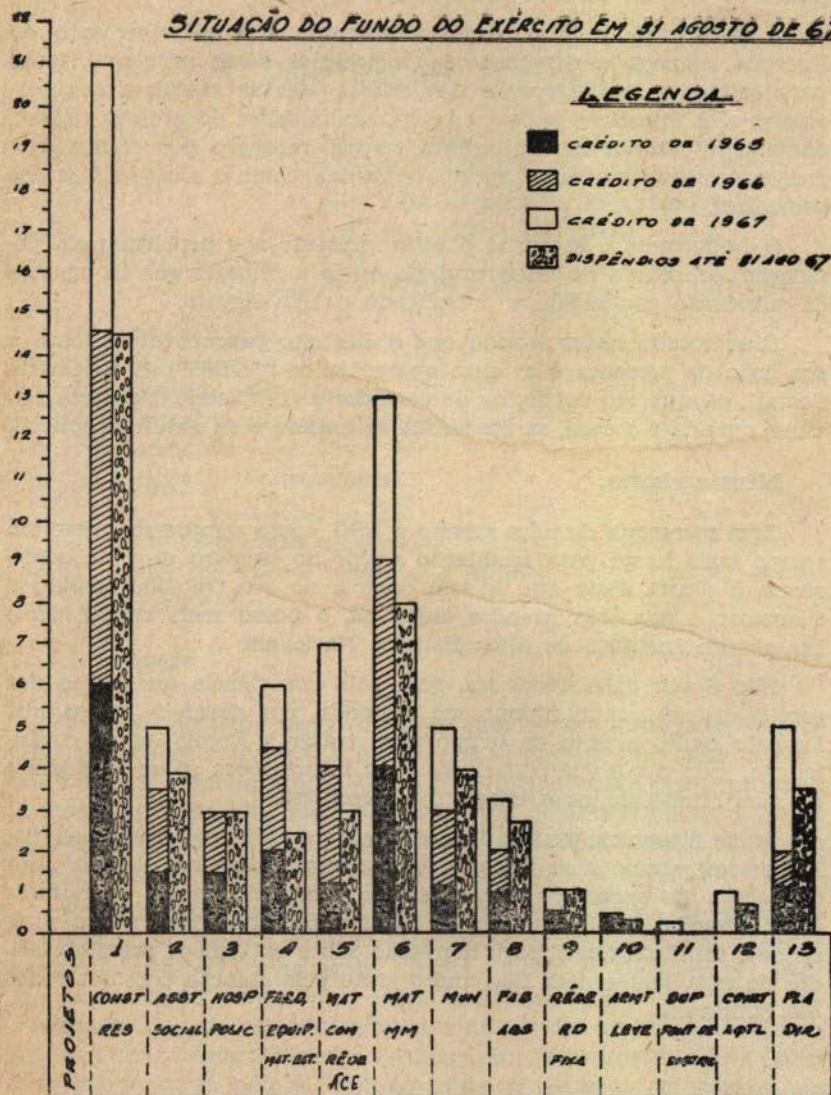
Além de tudo, é um grande e tradicional papel que lhe tem ca-bido ao longo de toda a evolução histórica da nacionalidade.

Mas isso há de ser feito sem prejuízo da sua destinação precípua na defesa da Soberania Nacional, das Instituições e da Ordem.

Não basta que consideremos, no grande esforço a empreender, em trabalho e em investimentos financeiros, as realizações positivas de organização e reconstrução do Brasil.

Porque o progresso subentende a ordem, como, em conceito mais amplo e mais adequado, o desenvolvimento requer a segurança, além de constituir, êle próprio, o desenvolvimento, uma solicitação da se-gurança, como processo e condição obrigatórios para evitar que o crescimento vegetativo da nação produza o desequilíbrio, o enfraque-cimento, o descontrôle e a vulnerabilização do seu organismo social, econômico e político.

SITUAÇÃO DO FUNDO DO EXÉRCITO EM 31 AGOSTO DE 67



Há, pois, que atender aos problemas da segurança interna e externa, decorrentes dos antagonismos aos quais, nesta altura dos cursos da ESG, não creio que seja necessário aludir por estarem bem presentes ao espírito de todos os que me ouvem.

A organização militar, como a instrução e o aparelhamento do Exército, começa a adaptar-se às imposições dêsse problema, tanto para colaborar na extirpação das causas, que se vinculam aos contrastes e às injustiças sociais e às vulnerabilidades do próprio regime, como para intervir na limitação e na neutralização dos efeitos, que freqüentemente assumem aspectos violentos, como é o caso típico das guerrilhas.

O importante e essencial é estar presente aos problemas da população, sobretudo na zona rural, de modo a impedir que os agentes da subversão confundam e conquistem o seu espírito.

É sobretudo nesse sentido que o Exército procura atuar, com a sua ação de presença e as suas operações de "ACISO" (Ação Cívico-Social), sempre em condições de estender e completar, nas áreas críticas, quando é o caso, as atividades de âmbito e de natureza policial.

Meus senhores:

Bem mereceria de mim mesmo a ESG, como sempre mereceu, um tempo mais longo para meditação maior no preparo de uma conferência à altura dêste que é, sem dúvida, no seu trabalho austero e silencioso e nos seus grandes objetivos, o nosso mais verdadeiro e benemérito Instituto de Altos Estudos Nacionais.

Não é por falsa modéstia, mas pela consciência que tenho das servidões que a mim mesmo me imponho, por dever do cargo, que lamento muito a falta de tempo para trazer à Escola, como contribuição, tudo o que lhe poderia dar, em informações sobre o trabalho do meu Ministério, se o tempo me permitisse.

Ainda dispomos, porém, de hora e meia de diálogo franco e aberto. E ele tem, para o meu feitio, e para a minha compreensão do valor do debate nos encontros de espírito, de pontos de vista e de culturas especializadas, neste, para mim, tão familiar auditório, muito mais sabor e utilidade que a pura digressão sobre os tópicos preestabelecidos de uma conferência. Sou muito grato pela atenção com que todos me honraram.

A PENETRAÇÃO CULTURAL

Cel Inf (QEME) JOSÉ CARNEIRO DE OLIVEIRA

Cel Art (QEME) GABRIEL AGUIAR

Prof. JOSÉ CAMARINHA NASCIMENTO

Prof. RUY VIEIRA DA CUNHA

SUMÁRIO

- 1 — INTRODUÇÃO
- 2 — CULTURA
- 3 — ENCONTROS CULTURAIS
- 4 — OCIDENTALIZAÇÃO CULTURAL
- 5 — OCIDENTE — ORIENTE
- 6 — PERSPECTIVA BRASILEIRA
 - 6.1 — Intercâmbio Científico
 - 6.2 — Intercâmbio Econômico
 - 6.3 — Intercâmbio Intelectual e Artístico
- 7 — CONCLUSÕES

1 — Introdução

O exame do tema proposto exige, preliminarmente, a fixação de alguns conceitos essenciais, a fim de que se formule uma possibilidade vocabular de comunicação. A força de uso popular indiscriminado, muitos termos de alta precisão técnica se deterioraram ou adquiriram múltiplas conotações, que, embora admissíveis como legítimas, tornam seu emprêgo difícil, pelo risco imediato de ambigüidades.

Considera-se a penetração cultural um instrumento de estratégia psicossocial no âmbito externo. Se estratégia é uma arte, a penetração cultural será uma arma. Arma de paz ou de guerra? Pode ser uma coisa ou outra, ou as duas ao mesmo tempo. As duas concepções, aliás, com os acontecimentos do mundo moderno, perderam rígidas linhas demarcatórias e estilhacaram velhas definições. Como dizia Kennedy, já não se sabe ao certo se estamos em paz ou em guerra...

Na verdade, em paralelo com a variação de recursos disponíveis, os métodos e as formas da nova guerra se perfilaram. É a partir do acúmulo de conhecimentos psicossociais que se forjou essa arma silenciosa — a penetração cultural, visando à extrapolação anímica da personalidade de um povo sobre o outro, fundada no conteúdo

de territorialidade das culturas, em seu sentido global. A absorção pode chegar ao extremo de produzir apátridas universais, exemplificados na assertiva de Maurice Thorez: — “A França é meu país, mas a Rússia é minha pátria”.

A questão inicial que se suscita, para a devida compreensão do tema, é, justamente, o significado de cultura. Qual seu exato conteúdo?

2 — Cultura

Conforme a noção científica, pacificamente acolhida pelos tratadistas, o termo cultura não se liga ao significado de **erudição**, de **ilustração**, que se lhe dá na linguagem corrente, mas compreende a “soma total das criações humanas, tudo que o homem faz ou produz, no sentido material ou não material”, nas palavras de Artur Ramos. Esse enfoque admite a cultura como “a maneira de ser de um grupo social qualquer”, sua feição particular de se apresentar, de encerrar e solver os desafios que lhe impõe sua existência.

A Tylor devemos a mais citada definição de cultura: “é um todo complexo que inclui os conhecimentos, as crenças, a arte, a moral, as leis, os costumes e tôdas as demais disposições e os hábitos adquiridos pelo Homem, como membro de uma sociedade.” Muitas outras podem ser lembradas :

— “é o conjunto de tradições sociais” (Lowie).

— “é a herança social” (Linton).

— “é um sistema de idéias, conhecimentos, técnicas e artefatos de padrões de comportamento e atitudes que caracteriza uma determinada sociedade” (Willems).

— “a palavra é usada tènicamente pelo etnólogo e pelo historiador da cultura para abranger qualquer elemento socialmente herdado na vida material e espiritual do homem” (Sapir).

— “a totalidade das reações e atitudes mentais e físicas que caracteriza a conduta dos indivíduos, compondo, coletiva e individualmente, um grupo social, em relação a seu **habitat** natural, a outros grupos, a membros do próprio grupo, e de cada individuo em si mesmo” (Boas).

— “é a soma de atividades, de estilos de vida, de materiais elaborados por um grupo humano: inclui invenções, instrumentos, todo o equipamento material do grupo; inclui ainda fatôres imateriais como a língua, a arte, a religião” (Gilberto Freyre).

— “é aquilo que, no meio, é devido ao homem”, “o modo de vida de um povo”, “o elemento derivado do comportamento humano” (Herskovits).

Evidencia-se, pois, que a cultura é uma característica do gênero humano, capaz de transmissão dos conhecimentos adquiridos “pelo

fato de possuir a faculdade de falar e a faculdade de se exprimir por símbolos, abstrações e generalizações", como explica Kroeber. Daí a afirmativa de Gilberto Freyre: "o homem é um animal que se distingue pela capacidade de criação e acumulação de cultura".

O complexo cultural, assim, se integra pelo comportamento humano, enquanto o **modo de vida** dos animais não basta para constituir uma cultura, exigente, basicamente, de uma elaboração psicológica superior.

Como sumaria Linton, cultura, como termo geral, abarca a "herança social total da humanidade" e, especificamente, "uma determinada variante da herança social" — isto é, a cultura como um todo se compõe de múltiplas culturas, peculiares a grupos de indivíduos.

Convém, mesmo de passagem, recordar que autores de nomeada (Soloman Asch, Max Weber, Rickert, Sorokin) vêm na cultura e na civilização meras etapas de um só fenômeno sociológico, na sequência de sua evolução espaço-temporal. Para Hovre, a cultura é internacional, enquanto a civilização é nacional. Para Spengler, cultura é alma, civilização é inteligência. E o Padre Fernando Bastos de Ávila salienta que civilização possui uma conotação temporal e cultura um contexto espacial, ligado a uma comunidade humana "reagindo ecológicamente" no âmbito de sua área geográfica e no lapso de sua História.

Para efeito expositivo, todavia, é oportuno frisar que empregamos cultura na acepção de Tylor e civilização na de Toynbee, isto é, um campo inteligível de estudo histórico. Assim, falamos numa cultura brasileira dentro da Civilização Ocidental.

Essa tônica de territorialidade da cultura faz clara a importância do nacionalismo que a ela se pode agregar. O triste legado filosófico da perda da noção de Absoluto, com o conseqüente descaminho da absolutização de valores relativos — o homem em si ou seus derivados (raça, nação, Estado...) — está no cerne da tendência a dar-lhe caráter carismático ou hipertrofiado. Basta ver o misticismo da conceituação de Renan: "Uma Nação é uma alma, um princípio espiritual. Duas coisas que se fundem numa só constituem essa alma e esse princípio espiritual. Uma está no passado; a outra no presente. Uma é a posse comum de um opulento legado de recordações — a outra é um consentimento atual. O homem não se improvisa. A Nação, como o indivíduo, é a realização de um passado de esforços, sacrifícios e devotamentos".

Semelhante distorção permitiu a Alfred de Soras distinguir o nacionalismo sadio, processo de aprimoramento do lar social, benéfico e salutar, e o nacionalismo traumático, este a assumir "um complexo coletivo de agressividade contra outras nações, senão mesmo contra a própria comunidade internacional". Outra modalidade ainda há, apontada por João Camilo de Oliveira Tôrres e de

forte importância pela vinculação aos aspectos de extraterritorialidade da penetração cultural — é o nacionalismo desapegado ao amor da pátria, norma de ordem moral, e sem exaurir-se com a obtenção de um objetivo nacional concreto, para postular uma doutrina, criar um sistema *in abstrato*, assumir uma posição ideológica radical. Essa forma deturpada grassa no mundo de hoje, politicamente explorada à base de uma premeditada confusão terminológica. E sua expansão contém significativo indício de sucesso psicossocial alcançado mediante a penetração cultural.

3 — Encontros Culturais

A cultura, por sua própria dinâmica interior, é irradiante de valores, havendo um confronto permanente nessa projeção sobre as demais culturas, que igualmente se comportam. O antigo problema das distâncias físicas foi praticamente anulado pela revolução tecnológica, para converter-se no dos recursos disponíveis no concernente aos meios de comunicação. Houve, portanto, um deslocamento do plano dos encontros culturais, com sua amplitude levada a limites ecumênicos. Pode-se dizer que tôdas as culturas vivas se defrontam simultaneamente, utilizando os veículos difundidos pela tecnologia ocidental.

A intensidade da irradiação cultural pode ser tão fraca que não atinja os valores correspondentes da cultura sobre a qual se efetua (p. ex., as armas africanas são curiosidades museológicas para o armamento militar ocidental), ou tão forte que tenda a suprimi-los (p. ex., o caso inverso). Entre tais pontos extremos está o ótimo — valores que, ao integrar-se, enriquecem ambas as culturas (p. ex., as filosofias ocidental e chinesa).

É claro que semelhante embate cultural representa um repto constante, exigente de respostas decisivas. A aceleração histórica, característica de nossa era, não faculta longos prazos para definições culturais, quando o encontro essencial é um atrito. A debilidade incapaz ou a omissão covarde, na formulação clara e na sustentação dos princípios fundamentais de uma cultura, é sua sentença de morte — absorvida, perde sua individualidade, sem cooperar para o progresso humano. Não morre como semente de futuro, para elevar-se a nível mais alto, mas desaparece sem justificar-se.

A imposição de uma cultura em bloco só apresenta condições de viabilidade quando a vítima é uma sociedade primitiva, sem defesas possíveis, que não opte por um fechamento passivo a determinar sua breve liquidação. A diferença do nível entre as culturas suscita consequências de peso — é freqüente o acolhimento superficial de traços secundários, desligados daqueles que lhes dão o verdadeiro conteúdo. Isso pode implicar um vácuo futuro, pela renúncia aos valores tradicionais que baseavam a cultura receptora sem substituí-

los por outros de análoga categoria funcional. Quebrada em seu interior, tal cultura perde sua força criadora e sua sobrevivência é mimética, com a perda progressiva, em aceleração geomêtricamente crescente, de sua individualidade. Esse processo, de início lento e aparente inocência, pode decorrer da simples frouxidão estrutural de uma cultura, omissa na própria tomada de consciência de seus valores primários. Com efeito, os piores males são os infiltrados insensivelmente no organismo social porque não provocam reação a tempo.

Um equívoco corrente é admitir que valores culturais secundários são absorvíveis, indiscriminadamente, sem qualquer risco. Mas isso logo se evidencia errôneo se recordarmos que a cultura constitui um complexo de valores inter-relacionados, através de liames estreitos a dar-lhe uma fisionomia própria. Um traço cultural qualquer encontra seu real sentido dentro de uma constelação cultural — se não fôr devidamente integrado pela cultura receptora, constituir-se-á num corpo estranho em seu contexto, a patentear opções falseadas pela subversão das hierarquias axiológicas. De que vale um moderno equipamento ocidental em mãos dos que não possuem uma adequada mentalidade para sua utilização? Assim se explica o radicalismo de certas rejeições de Gandhi a conquistas tecnológicas ocidentais — a defasagem no plano em que se confrontava com a alienígena, trazia para a cultura hindu o risco de adquirir progresso material à custa da perda de sua alma, num ato fáustico.

A questão, mais do que nunca, é atual. Os encontros culturais se verificavam, com preponderância esmagadora, através das *intelligentzias*. Com o advento dos meios de comunicação contemporâneos, as áreas de contacto se alargaram e multiplicaram, trazendo à luz o opinamento das massas, cuja participação no processo é uma face do fenômeno de sua ascensão, ressaltado pelo Papa João XXIII como um dos marcantes de nossa época. Seu comportamento é um componente que não há como minimizar na apreciação da trama cultural universal de nossos dias.

O esboço dessa atitude foi objeto de balanço pelo historiador grego das idéias Kostas Papaioannou. A cultura tradicional era homogênea, tendo a totalidade de seus valores, dos deuses ao amor, compartilhado pelos membros da comunidade. As cosmogonias, por exemplo, elaboradas por elites sacerdotais, eram, prontamente, traduzidas em mitos e chegavam a todas as capas sociais, inclusive às crianças, através de contos. A cisão entre uma cultura de elite e outra popular representa uma fragmentação que, progressivamente, se acentua com as especializações, dificultando a própria comunicação dos sábios, perdida a antiga unidade espiritual. Assim, no momento da irrupção das massas na cultura hodierna, a própria elite se vê em posição crítica e quanto mais culpada se sente dêsse isolamento, como no caso russo, mais tende a transformar suas idéias

em ideologia. Esta, ao idolizar as idéias, constitui "o ponto entre a incultura das massas e a cultura da elite." As massas, por sua vez, rompidos os laços com sua cultura popular tradicional, ficam culturalmente nuas e inermes, prêsas fáceis de um baixo comércio que as considera passivas consumidoras, ou melhor, compradoras de bens culturais. Dai a proliferação de uma indústria paracultural, explorando os níveis inferiores do psiquismo humano. Conclui Papaiouannou: — "O êxito de James Bond é bastante revelador, já que marca o nascimento de uma nova subcultura, fundada no erotismo e na violência, e cuja característica é a de dirigir-se ao que está do lado de cá de nosso espírito, de nossa consciência".

A tragédia que se desenha, então, é a de culturas internamente cindidas, com efeitos visíveis mesmo a um observador desatento — a irradiação de valores desintegrados de seu contexto formador e, de outra parte, a incapacidade de sólida resistência a uma penetração cultural apoiada nos meios de comunicação ora disponíveis.

A explosão populacional alarga esse campo e, concretamente, se verifica que a tônica do ataque se concentra sobre as massas despreparadas e as faixas etárias ainda não engajadas, com plena consciência, na cultura onde vivem. A fórmula é comum — apresentação das elites como estranhas aos valores da massa e, por conseguinte, degradadas de dirigentes a opressoras, para usar a terminologia de Toynbee. A ambiência psicológica criada por semelhante preparação é demoníaca, pois elimina as bases da liderança e leva à busca de respostas com valores importados, por vezes em conflito essencial com os fundamentos da cultura nacional. Não olvidemos que, culturalmente, dirigente é algo mais do que aquele encarregado, pela estrutura social, de comandar; é, sobretudo, aquele a quem os demais se dirigem à procura de soluções. A unidade espiritual de uma cultura é, portanto, o fator primeiro de sua sobrevivência nos contactos criadores com suas irmãs e na repulsa a agressões com intuits escravizadores.

Os desequilíbrios das culturas vivas, agravados e envenenados pelas bruscas mudanças das condições materiais do mundo, engendram outros óbices.

As formas das estruturas sociais contemporâneas, em função da natureza qualitativa dos valores que as encerram, são evidentes — extremam-se em mediocres e superiores, conforme sejam marcadas pelo pauperismo ou pelo desenvolvimento, a criar motivações básicas, propícias à solidificação das raízes e heranças culturais.

São mediocres as estigmatizadas por uma cultura débil, com os males da miséria, da doença, do analfabetismo. Superiores são as incorporadoras de culturas que se transmitem melhoradas e enriquecidas por idéias e realizações objetivas de valorização humana.

A comunicação entre os dois tipos de cultura não é impossível, mas, indubitavelmente, é difícil, penoso e ingrato. Verifica-se, tragicamente, uma tendência de aprimoramento das estruturas já evoluídas, em contraposição ao imobilismo vocacional das imperfeitas. A atitude psicológica das relações interpessoais entre os que têm igual status social parece estender-se ao relacionamento grupal de desenvolvidos e subdesenvolvidos. A atração ou simpatia, como fenómeno da comunicação humana, também se exprime, com forma e conteúdo análogos, no comportamento social das estruturas mediocres e superiores.

Os princípios gerais pertinentes a tal comunicação foram sintetizados por Oswaldo Cabral:

“1. — O contacto entre duas culturas diversas pode ser verificado pela aproximação das mesmas ou, sendo longínquas, por agentes portadores de uma cultura na área de uma outra;

2. — Duas culturas em contacto efetuam trocas entre si, influenciando-se reciprocamente, pelo empréstimo dos seus elementos culturais;

3. — As trocas são favorecidas pelo contacto direto entre as culturas;

4. — Tanto mais diferenciadas entre si as culturas, tanto menor o volume das trocas. O empréstimo é favorecido pela aproximação dos níveis das culturas em contacto”.

4 — Ocidentalização Cultural

A expansão da tecnologia ocidental, em matéria de produção, transportes e informação, avizinhou tôdas as regiões do mundo, de maneira inegável e irreversível. Mas, também, de forma superficial — a uniformização dos quadros aparentes de vida, dos trajes à arquitetura, não acarretou a dos níveis médios de vida e nem a interação cultural profunda.

Na Ásia, África e América Latina, são visíveis surtos de resistência a uma uniformização descaracterizadora da individualidade cultural com esforços de reafirmar a valia de notas específicas tradicionais mediante uma reflexiva tomada de consciência.

Denis de Rougemont alertou quanto aos danos possíveis dessa superficialidade: “Os contactos inevitáveis, se permanecem exteriores e puramente sofridos, reforçam os preconceitos mútuos, longe de dissipar os mal-entendidos profundos (muitas vezes de natureza espiritual) que comprometem os acôrdos políticos e até econômicos. Podem provocar choques violentos, uma degradação de valores, desequilíbrios sociais e psicológicos, seguidos de tomadas de posição defensivas e fechadas, ou reivindicativas e propagandísticas. Criam nas elites que os sofrem aquilo que tão justamente se descreveu como um estado de nevrose, uma espécie de esquizofrenia cultural”.

O caminho fecundo é o inverso — reconhecimento, em cada cultura, de suas contribuições específicas, compreensão das contribuições oriundas do exterior, enfim, intercâmbio criador de valores. Os pressupostos para segui-lo, todavia, não são de fácil estabelecimento.

Os contactos entre especialistas sábios podem esgotar questões de suas áreas sem tocar os problemas gerais de fundo, pois não é a soma de especialidades que plasma e representa uma cultura viva. Esta se manifesta em conjunto de valores, que suscitam questões sucessivas de alcance global — é uma integração.

Tais iniciativas são indispensáveis como um elo no intercâmbio cultural, mas não devem perder a perspectiva de conjunto. Nota-se, no entanto, que êsse diálogo de especialistas se faz, comumente, à margem dos responsáveis pelas relações políticas, econômicas e técnicas. Na ajuda aos países subdesenvolvidos, a negligência da aproximação de culturas é marcante: decisões isoladas à luz de fins apenas políticos, organismos econômicos despreocupados das implicações espirituais e psicológicas, empresas privadas só movidas pela rentabilidade de seus investimentos.

A ocidentalização tecnológica do mundo, além disso, tende enfocar de um ângulo unilateral êsse problema, com uma posição falseada. Considera-se o relacionamento da Europa, no máximo do Ocidente, com as demais culturas, desprezadas as relações diretas entre estas, divulgadas por conduto externo ocidental. E com isso, drasticamente, reduz-se o benefício a auferir da permuta de valores.

O Centro Europeu de Cultura apreendeu os óbices a êsse debate, concluindo que as regiões culturais identificáveis são menores e mais definidas do que o binômio Ocidente-Oriente. E, ao mesmo tempo, mais vastas e reais, culturalmente falando, do que os Estados-Nações segundo o corte europeu do século passado. Para fins práticos, em consequência, distinguiu uma dúzia de regiões: América Latina (espanhola e portuguesa), América do Norte (Estados Unidos e Canadá). Europa, União Soviética, mundo árabe (Maghreb e Próximo-Oriente), África negra (francófona e anglófona), Irã-Paquistão-Afganistão, Índia, Sudeste da Ásia budista, Indonésia, China e Japão. E, mais, duas zonas intermediárias: os países europeus satélites da União Soviética e os países budistas situados entre a Índia, a China e a Indonésia.

Muito haveria que discutir nessa tentativa classificatória, mas aqui basta a restrição a êsse simplismo América Latina, a recobrir casos divergentes. Um conceito genérico de projeção europeia, conotado com o subdesenvolvimento, mas incorreto ao mascarar uma rica, por vezes insuspeitada, herança cultural, sobremaneira diversificada. Talvez aí se reflita a comprovação do pensamento de Claudé Levi — Strauss: "Do ponto de vista da lógica abstrata, pode-se dizer que nenhuma cultura é capaz de julgar uma outra cultura,

uma vez que nenhuma consegue superar suas limitações, e sua apreciação das outras é, portanto, inevitavelmente relativa". Dentrã dessas limitações, porém, é possível e proveitoso o intercâmbio dos valores culturais através de um honesto diálogo.

Dialogar é descobrir-se a verdade enunciada por outrem, com o coração aberto para entrar em seu mundo e, simultaneamente, com os olhos atentos para a preservação de seus valores próprios, a fim de não ser soterrado pela riqueza recebida. Caminho facilmente suscetível de desvios, sobretudo quando o diálogo é para ser entabulado entre culturas e passa a ser brandido como instrumento de penetração cultural.

Bartolomeu Valente, ao ponderar as condições de um diálogo proveitoso na busca de valores culturais superiores, denunciou três erros graves a serem evitados, os quais se corporificam em atitudes correlatas:

1ª.) **olhos e coração fechados** — posição hostil, sem comunhão de pessoas e elaboração de verdade. Vincada pelo dogmatismo, inimigo do progresso, e pelo sectarismo, avesso ao homem pensante, impede qualquer originalidade. Só a guerra pode resolver as divergências, impondo, em bloco, uma das opções em confronto;

2ª.) **olhos fechados e coração aberto** — perspectiva ingênua, tipificada pela falta de personalidade. Um mundo de valores é absorvido pelo outro e, assim, fica ausente e mudo. Há, apenas, um monólogo, pelo que o relacionamento nada significa quanto ao avanço comum para maiores valores; e

3ª.) **olhos abertos e coração fechado** — é a violação mais comum do equilíbrio do diálogo. Busca-se impor os valores próprios como únicos verdadeiros, cerrando-se, de antemão, as portas ao mundo do contestante, cuja liberdade é ignorada. Lesa-se, então, a verdade, desenvolvida unilateralmente, afastando o progresso oferecido por diversidade de alternativas fecundas. Fere-se, ademais, a justiça, pois se recusa uma igualdade na livre procura da verdade. É a forma adotada pela penetração cultural.

Por tudo isso, pôde o intelectual hindu Raja Rao considerar o diálogo cultural como de natureza essencialmente metafísica e pro-ficuo apenas se verificado com participantes seguros dos respectivos princípios fundamentais.

No contexto ocidental situa-se a cultura brasileira, objeto de um estudo clássico de Fernando Azevedo. Incorporado tardiamente à franja proletária da Civilização Ocidental, o Brasil plasmou sua cultura mediante o amálgama de contribuições diversificadas, fundidas sob a pressão dos desafios de toda ordem levantados através de sua História. Não nos cabe aqui discutir a predominância da contribuição européia, constante ponto de referência de nossa formação cultural, mas que, ultimamente, tem sido acusada de restrita

ao continente, sendo válida para o conteúdo a exclamação de Bernardo Pereira de Vasconcelos: "A África civiliza a América".

5 — Ocidente-Oriente

O denominado esmaecimento do conflito Ocidente—Oriente é de ser considerado com cautelosas restrições. Do ponto de vista político ou militar os sintomas identificáveis são superficiais se enfocados culturalmente. De fato, quaisquer alianças não elidiriam uma oposição de culturas, cujo diálogo se reveste de particularidades singulares.

A União Soviética incorpora uma filosofia de Estado resultante de irradiação ocidental. O marxismo, heterodoxia na cultura do Ocidente, proveio de uma crítica a certa fase de sua evolução e, agora, ensaia-se reexportá-lo do Oriente, num curioso caminho de volta, aproveitando as aproximações oriundas de suas raízes intelectuais e históricas ocidentais.

Aristóteles frisava que quando "se pensa bem, necessariamente se ordenará tanto a vida individual, como a vida coletiva em vista do melhor". Aí a função da Política, coordenando valores e habilitação prática, e o enigma que se lhe defronta — que é o melhor? Nessa resposta, está uma oposição irredutível de culturas, a partir da concepção do homem e da sociedade. Ocidente e Oriente insistem em apregoar humanismos, que só se assemelham verbalmente, arredados pelos respectivos conteúdos.

Para o comunismo, o poder político é o poder organizado por uma classe para oprimir a outra, que, mediante a dinâmica da luta de classes, formará a sociedade do futuro (sem classes, sem Estado, com regime comunista de distribuição). Nessa terra prometida, a verdadeira liberdade viria com o triunfo sobre o determinismo do histórico e do natural, sendo o proletariado o instrumento dessa revolução social, como motor da História, ou seja, um aristocrático grupo eleito. Os elementos pensantes da sociedade apenas se completam como intelectuais proletários, participantes da política concreta para explicitar o segredo do desenvolvimento histórico.

O fundamento último dessa tese está na antropologia hegeliana — o homem é, primeiramente, um simples dado, nêle aparecendo a vontade como pensamento, idéia de que se pode recusar qualquer condição. A vontade necessariamente se dá um fim, a ser concretizado na realidade com os meios da realidade. A vontade realiza-se ao alcançar seu conteúdo, que, para uma vontade livre, só pode ser a própria liberdade. Essa vontade livre somente se satisfaz na busca de uma organização racional e universal da liberdade. O homem é livre na medida em que quer a liberdade em comunidade livre, sendo o fim da História organizar essa liberdade-razão. O destino humano não se completa fora da Política, pois só o político

permite efetivar num dado contexto as exigências da razão, sendo tarefa filosófica desvendar o sentido das atividades concretas de uma época, de uma sociedade, de um meio determinado.

A complexidade da tese sempre afastou da propaganda comunista, apoiada no simplismo de promessas gratuitas e desligadas de suas bases filosóficas. Sua derivação é a mesma dos outros sistemas modernos aparentemente antagônicos: o deslocamento do absoluto de Deus para o homem em si (indivíduo ou conceitos d'ele originados, como raça, nação, Estado...). Volta-se ao estatismo pagão, com as teses inumanas, como diz Blondel, de julgar a sociedade como adição de indivíduos e de ver no homem uma fabricação do ser coletivo, realidade tida como superior ou mesmo anterior a seus membros. Ressoa a voz de Mussolini, ao indicar que o fascismo "confirma o Estado como a verdadeira realidade do indivíduo...".

As linhas originárias das culturas ocidentais são bem outras, repudiando a visão materialista do ser humano. A sociedade se faz pelos indivíduos, fundada num estado de espírito que pode ser coletivo em suas manifestações mas é individual em sua origem. O ente social é um efeito natural oriundo da atividade espiritual de seus componentes, princípio de que decorre, lógica e necessariamente, a existência de um fim imanente e essencial, que é o bem comum. A pessoa humana está, como causa consciente e livre, no princípio da vida social, e em seu benefício reverte o bem comum. Mas a pessoa humana tem um destino superior ao tempo, pelo que a comunidade política, em suas conquistas temporais, não pode perder de vista sua obrigação de ajudar cada pessoa humana a obter sua liberdade definitiva e cumprir seu destino final. Essa visão cristã do humanismo sempre embebeu os lineamentos das culturas ocidentais, exigentes do respeito à dignidade humana e condenatórias de um estatismo esmagador da liberdade e dos valores individuais.

Semelhante antagonismo é subjacente no confronto Ocidente—Oriente e influi em toda sua problemática. Explica, por outro lado, os ferozes ataques aos valores de ordem espiritual, justamente aqueles que conformam e individualizam nossas estruturas culturais básicas. Seu abandono seria a despersonalização cultural e o vácuo propício à penetração cultural.

6 — Perspectiva Brasileira

Desde os tempos coloniais, é apontado como uma tônica do caráter do povo brasileiro a frouxidão dos laços sociais — falta de aproximação durável e profunda em associações voluntárias. Esse traço marcante de sua psicologia social se revela na pronta dissolução dos grupos assim que alcança o fim imediato do esforço conjunto. Como diz Gilberto Freyre, o desejo de solidariedade é, ainda

hoje, muito fraco no brasileiro, “quase que sensível apenas no parentesco próximo e à identidade de religião”.

Autorizados depoimentos registram o fato, assinalado por Capistrano de Abreu na Colônia: “vida social não existia, porque não havia sociedade”. O mesmo escrevia, no século passado, o arguto Saint-Hilaire, enquanto, em 1879, Tobias Barreto bradava, com amargura brutal: O que mais salta aos olhos, o que mais fere as vistas do observador, o fenômeno mais saliente da vida municipal, que bem se pode chamar o expoente da vida geral do país, é a falta de coesão social, o desagregamento dos indivíduos, alguma coisa que os reduz ao estado de isolamento absoluto, de átomos inorgânicos, quase podia dizer, de poeira impalpável e estéril. Entre nós, o que há de organizado, é o Estado, não é a Nação; é o governo, é a administração, por seus altos funcionários na Corte, por seus sub-rogados nas províncias, por seus íntimos caudatários nos municípios; — não é o povo, o qual permanece amorfo e dissolvido, sem outro liame entre si, a não ser a comunhão da língua, dos maus costumes e do servilismo”. E em outra oportunidade: “No Brasil, povo significa uma multidão de homens, como porcada significa uma multidão de porcos”.

Oliveira Viana qualificou de “restritíssimo” o âmbito de nossa solidariedade social, explicando: “As formas de solidariedade voluntária, de cooperação espontânea e livre, só aparecem entre nós sob a ação empolgante dos grandes entusiasmos coletivos: a frio, com a automaticidade, instintiva dos anglo-saxões, não as criamos, nem as sustentamos nunca. Partidos políticos ou ligas humanitárias, sociedades de fins morais ou clubes recreativos, tôdas essas várias formas de solidariedade têm entre nós uma vida artificial e uma duração efêmera”.

Um efeito dessa frouxidão de estrutura social, ressaltado por Sérgio Buarque de Holanda, é que “os elementos anárquicos sempre frutificaram aqui facilmente, com a cumplicidade ou a indolência displicente das instituições e costumes. As iniciativas, mesmo quando se quiseram construtivas, foram continuamente no sentido de separar os homens, nunca de os unir. Os decretos dos governos nasceram em primeiro lugar da necessidade de se conterem e de refrearem as paixões e as opiniões dos homens, só raramente da pretensão de se associarem as suas forças”.

Na vida cultural, semelhante característica engendra a preferência pelo autodidatismo, em detrimento do estudo metódico em conjunto. O brasileiro, infenso ao trabalho de equipe, opta pela obra individual, onde, a par de sua autoria, inequivocamente registrada, está liberado de renúncias em prol de idéias alheias vencedoras no grupo e pode manter sua personalidade soberanamente dominante.

Esse fato significa, pela conseqüente dispersão de esforços, uma brecha nas defesas oponíveis à penetração cultural. Seu agrava-

mento muito se acelerou em decorrência da revolução tecnológica, — depois que, em 1450, Gutenberg imprimiu, em Mogúncia, o primeiro livro com tipos móveis, o crescimento da quantidade de papel impresso foi avassalador. Um exemplo ilustrativo: se admitíssemos que o incremento da *Physical Review* continuasse, no ritmo do período 1945-1960, até o fim do século, teríamos a conclusão surpreendente, apontada por Oppenheimer, de que seu. pêso ultrapassaria o pêso do próprio mundo! De qualquer maneira, havia cerca de 100 jornais e revistas científicas, em 1800; quase 100.000, em 1960; 1.000.000 (um milhão) no ano 2.000, se mantida a taxa de aumento...

Ante semelhante *mare magnum* de informações, que pode o esforço isolado? E se a observação é válida para os especialistas, em seu próprio campo de estudo, como se retrata a situação dos demais? Ficam à mercê das mensagens divulgadas pelos meios de comunicação, que com a possibilidade técnica de terem ampliados, em grau infinito, seu limite e sua simultaneidade, se constituem em enorme poder utilizável, com importância decisiva, na penetração cultural.

O grande dilema de adesão a idéias políticas e sociais básicas, crucial no mundo contemporâneo, coloca-se na luta pelos comprometimentos individuais no seio da massa. Esta, por outro lado, sem o equipamento intelectual necessário para integrar o material informativo com que é assediada, passa a formar sua opinião e firmar seus entendimentos à base de "slogans", condensados em títulos de notícias, cujo texto completo, em geral, nem é lido. O uso maciço dos recursos audiovisuais permite atingir, em cheio, a população analfabeta, que se vê enfrentada com êsses problemas fundamentais. E, assim, conhecimentos pseudocientíficos, meias-verdades distorcidas, são propalados para moldar decisões vitais, pois o homem-comum se sente lisonjeado em acreditar poder, facilmente, estar em dia com a cultura, para eleger entre soluções alternativas.

A elaboração desse material, influenciada pela preocupação da renda publicitária, é descrita por Will Irwin: "Suponhamos que seja o cometa de Halley. Bem: em primeiro lugar, você terá uma meia-página de decoração, mostrando o cometa, com desenhos históricos dos aparecimentos anteriores. Se puder incluir uma linda môça na decoração, melhor ainda. Se não, lance mão da fantasia como, por exemplo, de habitantes de Marte observando-o passar. Em seguida, você precisa de um quarto de página em tipos grandes e vistosos. Depois, quatro polegadas de legenda, escrita ao correr da pena. Em seguida, uma fotografia do Professor Halley em baixo e outra do Professor Lowell em cima e um quadro de duas colunas contendo uma opinião científica, a qual ninguém entenderá, mas só para lhe dar categoria".

A penetração cultural, apoiada nas lições da Psicologia Social, sabe empregar todos êsses recursos, para infiltrar seus conceitos ou

para solapar as próprias bases da cultura que visa a conquistar. Vale uma rápida consideração das vias mais usualmente trilhadas para tanto.

6.1 — Intercâmbio Científico

A tremenda sangueira derramada, a partir dos começos do século XVI, com ferozes guerras de Religião, levou o homem da Civilização Ocidental a desviar sua ênfase, na controvérsia intelectual, da Teologia para as ciências físicas experimentais, cuja verificação objetiva afastaria ou resolveria as mais apalxonantes divergências. Nesse campo neutro, o intelectual mantinha sua independência de pesquisa e comunicação dos resultados obtidos, ao mesmo tempo que se distanciava das pendências políticas de seu país ou externas. O sucesso alcançado, nestes séculos, nesse setor do conhecimento humano acarretou para os cientistas, como frisa Toynbee, um efeito irônicamente negativo. A aplicação dêsse saber para fins bélicos elaborou armas de insuspeitado poder destrutivo e impôs a interdição da livre intercomunicação dos dados cientistas, trunfos preciosos nessa guerra surda. O vulto dos recursos necessários a seu trabalho, de outra parte, cada vez mais os subordina à ingerência estatal, como única capacitada à mobillização dos mesmos. O intercâmbio científico, por conseguinte, se circunscreve por razões de ordem política.

O rápido avanço tecnológico traduz-se numa redução progressiva do intervalo de tempo entre os estudos teóricos e a realização do produto em escala industrial, o qual tem sua média estimada:

Século XVII — 100 anos;

Século XIX — 50 anos; e

Século XX — 5 a 10 anos; por exemplo: a bomba atômica (1935 — 1945) e transistor (8 anos).

A revolução tecnológica propiciou uma cultura, embora menos veloz, na área das ciências sociais. Essa diferença de ritmo, numa época marcada pela aceleração histórica, reflete-se num descompasso gerador de tensões e desequilíbrios culturais. Erro de fácil generalização é sinonimizar o adiantamento tecnológico com o progresso em si, numa visão materialista e parcial da destinação humana. Todos êsses recursos agora à nossa disposição multiplicam, em grau fabuloso, os poderes diretamente exercidos pelo homem, envolvendo, em seu âmago, o mesmo problema de escolha — podem ser usados para o bem ou para o mal. Reencontramos a questão ética fundamental — nesse sentido não é tão simples contestar à pergunta do progresso humano, nem se justifica o olhar de superioridade sôbre nossos remotos antepassados. O ritmo de progresso é lamentavelmente lento! Mas a questão é, facciosamente, colocada

em termos falseados, exercendo fascínio sobre povos angustiados pelo peso do subdesenvolvimento, propensos a uma decisão apressada que, ao desvinculá-los das raízes de suas culturas, custará, a longo prazo, sua despersonalização.

Nos países desenvolvidos, a emigração de cientistas é compensada num verdadeiro sistema de vasos comunicantes, além da absorção dos provindos dos subdesenvolvidos, que, normalmente, não podem substituí-los. Para uma idéia dessa "fuga de cérebros", basta recordar que, após a 2ª Guerra, a Noruega perdeu 23% de sua elite técnica e a Iugoslávia 15%; a Argentina 5.000 engenheiros; e, em 1963, 14 dos 15 técnicos formados pela Universidade de Kumasi (Gana) saíram do país... Estima-se a perda média de 50% dos estudantes de países subdesenvolvidos apenas nos Estados Unidos.

Semelhante fenômeno é grave, ao frear as possibilidades de formação de uma tecnologia nacional, que, inclusive, estabeleça um grau mínimo indispensável à recepção dos ensinamentos estrangeiros. Isso é aprofundado pelas reações emocionais típicas da psicologia dos povos subdesenvolvidos, que sobremodo dificultam, quando não impedem, a fixação fria de objetos prioritários, pois, para eliminar as distâncias, procuram queimar as etapas intermediárias e ajustar-se, de pronto, aos modelos dos países desenvolvidos.

A Conferência sobre a Aplicação da Ciência e da Tecnologia em Benefício das Áreas menos Desenvolvidas (Genebra, fevereiro de 1963) foi oportuna ao chamar a atenção para tais aspectos. Assim, geralmente, é menos reconhecida a importância da Administração Pública para o desenvolvimento do que a de outros fatores essenciais ao processo. Se ela for deficiente, no entanto, haverá menos, ou até nenhum, progresso. O aprimoramento da Administração é tarefa interminável e deve, sempre, conformar-se às condições existentes no país, dentro dos princípios informativos da denominada ecologia administrativa (Riggs). A Administração é um processo e, conseqüentemente, dinâmica e adaptativa.

6.2 — Intercâmbio Econômico

Fred Schwartz relata que, em certo momento, muito se preocupou o mundo norte-americano dos altos negócios com as previsões a longo prazo concernentes à competição com a União Soviética. Mormente porque o cérebro eletrônico previra para 1965 o desequilíbrio de forças em favor dos soviéticos!

O problema inquietante, porém, é o aumento da porcentagem do produto nacional bruto que a União Soviética passaria a destinar à guerra fria. Possuindo o monopólio de toda a produção econômica nacional, o Partido pode utilizá-la a seu bel-prazer: pode aplicar uma parcela diminuta para o consumo interno e dedicar o grosso dos recursos às campanhas econômicas contra as democracias ociden-

tais. Vasta literatura objetiva os meios e processos através dos quais se realizam essas operações em que o lucro financeiro é substituído pelo advindo com a implantação do caos econômico que tentam lançar nos países não comunistas.

O próprio Lenine dizia: "No dia em que o mundo capitalista começar a negociar conosco, iniciará o financiamento da sua própria destruição". Stalin não era menos taxativo: "Através do comércio, poderemos destruir outras potências que nos são opostas". Tudo levado a minúcias no plano ofensivo de Mao Tse-tung: "Conquistar ou neutralizar primeiro a Ásia, o que nos dará acesso ao Oceano Índico e ao Mediterrâneo; depois a África, o que nos levará ao Atlântico e tornará a Europa e o Oeste indefensáveis. Em seguida, liquidar totalmente a Europa ou então visar à América do Sul. Uma vez esta dominada, a América do Norte estará à nossa mercê e a chantagem nuclear será com certeza suficientemente para dominá-la".

A linha internacional de usar a economia como veículo de ostensiva penetração político-ideológica foi reiterada por Kruchtchev: "No intercâmbio comercial, damos a mínima importância às razões puramente econômicas, e a máxima aos fins políticos". E Molotov: "Ainda não estamos lutando contra a América do Norte, mas, uma vez que a tenhamos despojado de seus mercados, a crise sobrevirá". Também Gerry Mac-Mannus, que durante 19 anos foi membro do Comitê Executivo Central do PC Canadense, depõe conclusivamente: "Para os comunistas, o comércio constitui uma arma ideológica. Se concedermos tão-somente dez por cento do comércio da nossa nação (Canadá) ao mundo socialista, dar-lhe-emos a oportunidade perfeita de criar uma crise no país a qualquer momento em que eles desejarem puxar o tapete de debaixo de nossos pés".

Ozório Lizardo, em 1959, denunciou que os comunicados oficiais sino-soviéticos revelavam a intenção de desfechar uma guerra diplomática na América Latina. "A agressão coincidirá", dizia ele, "com a oferta de generosos convênios comerciais — que nunca seriam cumpridos — e com a formulação de promessas mais substanciais para o futuro".

Essa manipulação econômica para solapar as instituições políticas e sociais, aliás, está apoiada na formulação teórica marxista da repercussão da infra-estrutura econômica sobre as superestruturas política e social.

Saber controlar os aproveitamentos políticos do intercâmbio é o problema a responder, dado que, por vezes, se torna ele inevitável. Daí Harlan Cleveland, Assistente do Secretário de Estado Norte-Americano para Assuntos de Organização Internacional, definir o norte-americano típico como "o cidadão que, tendo acabado de chegar à casa em seu carro alemão, depois de ver no cinema um filme italiano, senta em sua cadeira dinamarquesa, bebe café brasileiro numa xícara de porcelana da China e escreve, em papel de

linho irlandês com uma caneta esferográfica *made in Japan*, uma carta a seu senador reclamando contra a evasão de divisas”.

6.3 — Intercâmbio Intelectual e Artístico

Aqui está o terreno de aplicação de duas armas que os comunistas confessam capitais em suas campanhas. “Propaganda — “veiculação de muitas idéias a poucas pessoas” — para ensinar teorias, organização e doutrina, destinando-se, principalmente, às inteligências pensantes em geral, e aos estudantes, em particular. Agitação — “veiculação de uma só idéia a muitas pessoas” — dirigida às massas. Ambas enfatizam o aspecto messiânico do comunismo, a promessa de uma futura sociedade perfeita, de felicidade plena...

Zukhov afirmou, sem reservas: “a arte não é um brinquedo de estetas, mas um negócio de Estado”. A posição democrática, bem distinta, foi claramente enunciada por Kennedy: “Jamais devemos esquecer que a arte não é uma forma de propaganda, é uma forma de verdade... Numa sociedade livre, a arte não é uma arma e não pertence à esfera da polêmica e ideologia. Os artistas não são engenheiros da alma. Em outras sociedades, poderá ser diferente. Mas na sociedade democrática, o mais alto dever do escritor, do compositor, do artista, é permanecer fiel a si mesmo. Ao servir à sua visão da verdade, o artista serve melhor ao seu país”.

A universalidade da arte é apreciada de modo diverso pela doutrina marxista, que separa a arte burguesa da proletária, esta progressista e aquela reacionária e decadente... A arte proletária estará informada pelo realismo socialista, cujo rígido dogmatismo é assegurado pelo absorvente controle estatal. Sua aplicação como instrumento de penetração cultural é, portanto, facilitada pela manipulação do conjunto dessas manifestações como dependentes de uma repartição de serviço público, impedidas quaisquer heterodoxias por uma rigorosa censura.

A ânsia de superar o subdesenvolvimento econômico leva, frequentemente, grupos a ver o progresso material como impondo a renúncia a seus valores culturais tradicionais. Aí se tornam presas fáceis da penetração cultural e contribuem, de forma decisiva, para descaracterizar seus países. As possibilidades oferecidas pelos modernos meios de comunicação colocam o problema em termos globais, isto é, referente a todas as categorias da população. É evidente que a falta de maturidade cultural, de cultivo dos valores tradicionais do país, abre o caminho a uma derrota fragorosa, pela ausência de algo da mesma natureza a opor ao desafio comunista. Daí a concentração dos ataques sobre os valores básicos, sem cuja subsistência se derruba a constelação cultural.

Schumann observou que “uma revolução pode estar escondida no pentagrama — e a polícia não sabe!” De fato, a cultura, muitas

vêzes, foi um instrumento de protesto na literatura, no teatro, na música, nas artes em geral. E nos últimos anos desenvolveu-se uma forma cultural de protesto especialmente popular, como canção folclórica "com mensagem" ou "declaração em forma de canção". A divulgada intérprete Julie Félix enunciou o programa do movimento: "As canções que interpreto podem ajudar a definir com maior clareza os sentimentos dos jovens e a dar a sua experiência um sentido mais profundo". Toca-nos de perto êsse apêlo à juventude, quando 51,8% da população brasileira tem menos de 19 anos.

Não é difícil perceber que tôdas essas vias de acesso à plasma-gem da opinião pública estão sendo alvo das tentativas de penetração cultural. Os protestos construtivos válidos são destorcidos para se volverem em derrisão dos valores de nossa cultura e de suas exteriorizações institucionais e hierárquicas. Exemplo típico nos dá a consideração, mesmo superficial, do ocorrente, no teatro, comprovadamente um recurso pedagógico de profunda repercussão, sobretudo, pelo relacionamento interativo entre atôres e espectadores.

Objetiva-se, por conseguinte, não estimular um processo cultural, mas desviá-lo por fins políticos. Atenta-se, em última instância, contra a própria sistemática educacional, transmissora da cultura do país, em seus pontos mais relevantes. Edward D. Myers, ao complementar Toynbee com o estudo comparativo da Educação, em treze civilizações, sublinhou dois fenômenos característicos educacionais em tôdas as sociedades:

a) método de aprendizado — aprender, em qualquer campo, por observação e imitação de outros mais completos; e

b) tradição oral — em declínio pela dependência em que nos colocamos quanto aos elementos escritos. Somos céticos relativamente à tradição oral pelo desuso da memória, apesar da grande vantagem do relacionamento direto na comunicação.

A consciência da importância dêsse caminho explica o porquê dos esforços dos países comunistas na obtenção e conservação de postos em organizações como a UNESCO. Mais do que nunca se revela a penetração cultural como arma política visando a atingir a grande massa de analfabetos do mundo no próprio início do processo educacional que os integrará na comunidade internacional. A própria UNESCO calcula que os 60% dos habitantes do planêta carecem de meios de informação satisfatórios.

7 — Conclusões

Os contatos culturais, no mundo de hoje, são um fenômeno inevitável e, em si, benéfico. Mas, ao mesmo tempo, ocorre um fenômeno paralelo, o de sua deturpação através de um pseudodialogo — a penetração cultural, consistente numa projeção do exterior caracterizada por fins políticos.

A tragédia, assim, está na dificuldade em separar o intercâmbio proveitoso dos elementos aí misturados, planejadamente, para obter vantagens políticas à custa da desintegração de valores fundamentais do povo agredido. Esse o perigo constante da penetração cultural — fazer-se passar por legítimo diálogo cultural até que a infiltração produza seus efeitos devastadores, formando legiões de “inocentes úteis”.

Vemos, portanto, que a penetração cultural envolve, basicamente, um ataque psicológico, a ser enfrentado por toda a população. Não basta eliminar a série de aspectos externos, secundários, de penetração cultural, mas é indispensável, sem demora, opor-se a cultura brasileira ao trabalho de sapa concretamente empreendido pelo comunismo. Como fazê-lo?

Num regime totalitário, o caminho de resposta está na junção de três elementos:

- a) uma doutrina política seguida dogmáticamente, sob rígido controle estatal, constituindo a estratégia política;
- b) o monopólio dos meios de comunicação com as massas; e
- c) a organização das massas para a recepção da mensagem.

A própria natureza das democracias impede adotar esse esquema, salvo em setores restritos estruturados com fundamento num sistema autoritário. Aceitá-lo é aderir, de antemão, a um fracasso, pois a falta de uma política unitariamente definida e de massas organizadas invalidam sua eficiência. Os peritos europeus aí localizam um dos equívocos norte-americanos na guerra psicológica: tentar o emprego de meios de vocação materialista em países essencialmente espiritualistas.

Outra alternativa está na informação objetiva — mas é ela praticamente impossível numa época de massa. Seria tão estúpido quanto querer contrapor o indivíduo à massa. A importância dos acontecimentos em escala mundial impõe seja inserido o problema nesse contexto para que se atinja a objetividade. Ora, tanto informantes como informados se defrontam com problemas cruciais, como já assinalamos, de modo a levar as massas para a área da imprensa de propaganda.

Se aí não encontramos a solução, temos, porém, a possibilidade de resposta efetiva a esse desafio através da educação. Se somos conscientes de nossa herança cultural e livres para desenvolvê-la, cabe-nos a responsabilidade de resguardá-la de infecções e da massificação descaracterizadora. É educacionalmente que se pode revalorizar as diferenciações de nossa cultura, esse pluralismo que a fortalece pela diversidade, pela oferta de alternativas válidas entre as quais se concretiza uma opção.

Para tanto não precisamos dos comissários políticos, mas necessitamos da difusão das bases essenciais da constelação de valo-

res de nossa cultura, da noção de autonomia da pessoa humana projetada sobre o plano político.

Pesquisa efetuada em São Paulo, a propósito da verificação do conteúdo das imagens mentais responsáveis pelas atitudes de estudantes, ofereceu resultados que consubstanciam sintomas inquietantes. Note-se que esses estudantes eram de nível primário, no setor da educação fundamental supletiva, ou seja, pessoas com mais de 14 anos de idade. As categorias hierarquizadas de valores obtidas refletem-se num quadro onde os comerciais (29%) ocupam o primeiro lugar, enquanto os religiosos (0,4%) estão em décimo terceiro lugar, em último, isto é, décimo quarto, ficando os cívicos (0,3%)! Demonstra-se, claramente, a negligência no que tange aos valores responsáveis pela fundamentação e consolidação dos superiores padrões da vida nacional.

As tendências materialistas emergentes numa cultura plasmada sob a égide de valores espirituais, de fundo religioso, anunciam um risco de ruptura com suas raízes profundas e um enfraquecimento atual das resistências oponíveis à penetração cultural. Mas se reforça a necessidade de cuidada educação moral e cívica, de acordo com os métodos pedagógicos modernos.

As sensíveis mudanças institucionais do Brasil contemporâneo, por outro lado, mostram que, vinda de grupos humanos originariamente distintos, nossa cultura, como diz Tristão de Ataíde, evidencia "uma unidade pluralística". Esse pluralismo, cristãmente marcado por tolerância, por fraternidade e, mesmo, por incremento de solidariedade, é a chave da vitória na repulsa à penetração cultural.

Combate de todos e de todas as horas, na preservação e atualização de nossa personalidade cultural em que o melhor lema — programa e prece está nas palavras de Al. Hart: "Dai-nos força, Senhor, para aceitar com serenidade tudo o que não possa ser mudado; dai-nos coragem para mudar o que possa ser mudado; e dai-nos sabedoria para distinguir uma coisa de outra".

— oOo —

B I B L I O G R A F I A

Oswaldo R. Cabral — Cultura e Folclore

Centre Européen de la Culture — Pour un dialogue des cultures

Way Forum (edição da Assembléia Mundial da Juventude — Bruxelas)

E. Emery — História da Imprensa nos Estados Unidos

La guerre psychologique (conferências do Prof. Bonnemaison, na Sorbonne)

Arthur M. Schlesinger, Jr. — 700 dias, John Fitzgerald Kennedy, na Casa Branca, Estudos (Lisboa)

Arnold J. Toynbee — A Study of History

— A Historians's Approach to Religion

— Civilization on Trial

José Camarinha Nascimento — A Comunicação Humana na Educação Cívica

Claude Lévi — Strauss — Race and History

Fernando Azevedo — A Cultura Brasileira

José Honório Rodrigues — Brasil e África

Manuel Diégues Junior — Elementos Básicos da Nacionalidade — As Instituições
(C1-11-67)

Equipe da DAPs — Penetração Cultural — Aspectos Doutrinários e Conjunturais
(C1-70-66)

Equipe da DAPs — Estruturas Sociais Contemporâneas (C1-02-67)

Evaristo de Moraes Filho — Aspirações Atuais do Brasil

— Análise Sociológica

Equipe da DAPs — Os meios de Divulgação e as Informações (C4-19-67)

Handbuch des Weltkommunismus (editado por Joseph M. Bochensky e Gerhart Niemeyer)

A DEFESA NACIONAL

ASSINATURAS

Qualquer pessoa categorizada ou entidade civil pode tomar assinatura desta Revista, que se sentirá prestigiada com isto.

Para fazê-lo, bastará comunicar-se com a Secretaria da Revista, indicando nome e endereço (para remessa) e enviando cheque ou vale postal correspondente à assinatura desejada (anual — NCr\$ 2,50).

NOSSO APELO

VOCÊ, que tem idéias sobre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-as no papel e remeta-as para esta Redação. Use a sua tribuna para difundi-las.

VOCÊ, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo assim a todos.

VOCÊ, S 3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado.

VOCÊ, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um novo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fez algo novo, interessante, digno de ser divulgado e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia, para inserirmos na Revista.

VOCÊS, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem-nos suas colaborações.

Serão bem-vindos!

A REDAÇÃO

SEGURANÇA NACIONAL, FATOR DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

Gen Bda
LAURO ALVES PINTO

“Uma bola colorida, de borracha, que o BRASIL carrega acima da cabeça para deslumbrar aos demais que não possuem um balão assim, tão vistoso, e rejubilar-se com o oceano de belezas e vantagens contidas em sua miragem tropical”.

Essa, a síntese que Ramon de Avelar fazia em Buenos Aires, vinte anos atrás, a respeito do mundo amazônico, este mundo grandioso na sua expressão de espaço geográfico; insuperável na capacidade de esconder-se ao conhecimento humano; este mundo surdo, mudo, quêdo e indiferente à presença do homem.

A “bola de borracha” que representou ser, num instante fugaz da vida das civilizações, foi imagem caleidoscópica de quantas outras, miríades delas, poderá vir a representar no caminhar incessante da humanidade.

Pisada, desde que o fôra, pelo primeiro homem civilizado, guarda a Amazônia a mesma compostura: avara de seus encantos, difícil de se entregar; indiferente aos acenos da civilização. Ademais, coerente também com seu passado telúrico, ela — o antigo mar e geossinclinal amazônico — que recebeu por milhões e milhões de anos as enxurradas dos planaltos guiano e brasileiro, que se entulhou, mais tarde, com as catadupas sedimentares dos Andes, prefere ser isto mesmo, misto de águas e detritos, coberta de luxuriante vegetação, guardando riquezas que só ela conhece, tornando-se infensa ao saque do homem, como uma paráfrase eloqüente do Vale dos Reis, no antigo Egito.

Temo-la — nós brasileiros — como um precioso guardado-da-natureza para uso oportuno do ser humano, na medida de seu verdadeiro potencial. Guardado “sui-generis” que, entregue com antecedência, definido em seus limites físicos, com todos os seus haveres, mas, que ela — a própria natureza — desafia-nos a nós — os de hoje — a usá-lo desde já.

O imperativo que de mister se impõe aos povos amazônicos é de aceitar de pronto o desafio, pois que a conjuntura mundial aquece os motores; as caudais humanas, já inquietas, podem se movimentar de onde fôr necessário para onde fôr possível, e, a Amazônia parada sofrerá colisão de efeitos imprevisíveis, tanto maiores quanto

maior a inércia apresentada. Urge portanto, pô-la em marcha, em acelerado mesmo, para tê-la em ressonância com a realidade inquietante das soluções mais avançadas que a humanidade vier a achar para si mesma.

A AMAZÔNIA CONTINENTAL

No século XVI, quando ORELLANA revelava ao mundo a sua sensacional descida dos Andes ao Atlântico, dir-se-ia descoberta a Bacia Amazônica, de contornos e dimensões desconhecidas. O relato da viagem em sentido inverso, empreendida depois por PEDRO TEIXEIRA, confirmava o acontecido.



Aspecto do 4º Pel Fron de CUCUI

Em termos aritméticos, bem mais tarde aferidos, ter-se-ia conta de que a vasta bacia, sobre a linha do Equador, media-se por seis milhões e meio de quilômetros quadrados, ensombrados em oitenta por cento pela mais densa e contínua selva do globo, abrigando rede hidrográfica majestosa, de cinquenta mil quilômetros navegáveis.

Os povos que a partir da descoberta procuraram se fixar na nova terra, fossem, de início, portugueses e espanhóis, fossem, logo a seguir e concomitantemente, ingleses, franceses e holandeses, ajustavam-se paulatinamente em paragens diferentes, até virem a configurar o quadro político da Amazônia continental de hoje, com fisionomia e alma próprias.

A Bacia que atinge parte dos Territórios da Guiana Livre, Venezuela, Colômbia, Peru, Equador, Bolívia e Brasil, exerce sobre eles forte atração de natureza geopolítica em contraste com as exercidas pelo Pacífico, Caribe, Atlântico e Bacia do Prata. A esse complexo político há de somar-se também o Suriname e a Guiana Francesa, por proximidade territorial e fronteira física.

As dimensões em que se medem os problemas amazônicos são tôdas de natureza continental, comuns às nações componentes.

Chocante é o confronto entre o *espaço* e o *fator demográfico* que revela ausência do homem na Amazônia da ordem de dois déimos de habitante por quilômetro quadrado.

A AMAZÔNIA BRASILEIRA

Na Amazônia Continental o Brasil representa-se com cerca de cinco milhões de quilômetros quadrados. É o cerne da grande região. Sua atitude ressoa nos demais países amazônicos, carentes de recursos de toda a ordem. É, portanto, a grande esperança para o desenvolvimento do vale.

Sob o ângulo militar é lícito tomar-se a Amazônia Brasileira como integrada pelo Pará, Amazonas, Roraima, Acre, Amapá e Rondônia, totalizando quase quatro milhões de quilômetros quadrados, ocupados apenas por três milhões de pessoas, em flagrante contraste com os restantes quatro e meio milhões da área total do Brasil, com seus oitenta milhões de habitantes na estimativa para 1966.

Sem levar em conta a população de suas capitais e de algumas poucas cidades, torna-se evidente o despovoamento da "Grande Bacia".

Imensas são as distâncias que separam os grupamentos humanos, tornando difíceis os transportes e as comunicações.

Tomados em linha reta, equivalem-se os trajetos *Rio — Pôrto Alegre e Belém — Manaus* — mil e trezentos quilômetros. Este, se continuado para oeste, praticamente em igual percurso, atingirá *Taubatinga* — fronteira com a Colômbia.

Se colossal esta dimensão no sentido da linha do Equador, colossais são também as que se encontram no sentido dos meridianos. *Boa Vista*, capital de *Roraimá*, está a mil e setecentos quilômetros do *Forte Príncipe da Beira*, em *Rondônia*.

Por via de consequência, o desenvolvimento econômico da região é baixíssimo, apesar de já se notar um incremento percentual salutar nos últimos dois anos.

A linha de fronteira que envolve as seis unidades federadas, separando-as dos demais estados sul-americanos, desde a foz do Rio Oiapoque, na *Guiana Francesa*, até as proximidades do *Forte Príncipe da Beira*, na Bolívia, desenvolve-se por cerca de doze mil quilô-



Aspecto do 2º Pel Fron, em Ipiranga

metros, distância esta maior de quatro mil e setecentos quilômetros que toda a costa atlântica brasileira — do Orange ao Chui.

O clima superúmido e quente, trazendo à região as consequências gerais dessa realidade, não a torna, entretanto, hostil à vida humana a ponto de condená-la a deserto.

PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS

Para manter intangível o solo pátrio, invioláveis suas fronteiras e o pleno exercício da soberania nacional — os Estados mantêm Forças Armadas.

Presentes estão na Amazônia, o Exército e a Marinha, desde o século XVII, a partir do momento em que lança ferros na embocadura do Grande Rio, a expedição de Francisco Caldeira Castello Branco.

Mais tarde chega a Aeronáutica, ainda Aviação Naval e Aviação Militar, como integrante que era das duas Forças irmãs.

O quadro que a Amazônia apresentava ao primitivo lusitano salientava, em cores bem vivas: uma área geográfica fabulosamente extensa e desconhecida; estrangeiros invasores aqui e ali com o visível propósito de fixação e dominação; a presença da população aborígene de cultura primitiva, emprestando ao ambiente a autenticidade da ocupação humana. Dilatar territorialmente, o mais possível, o do-

mínio; *irmanar-se ao elemento autóctone e desbaratar o competidor europeu*, traduziram na prática, em grandes linhas, a política colonial portuguesa nos primeiros séculos. A cruz e a espada foram as ferramentas hábilmente manipuladas por homens que, mais tarde, a História veio a consagrar como os maiores estadistas de Portugal e do Brasil.

Hoje, militarmente observada, a Amazônia apresenta três aspectos que serão objeto das Forças Armadas, especificamente:

— em terra, o conjunto formado pelos Territórios das seis unidades federadas;

— na água, a parte do mar territorial do Brasil contíguo à costa amazônica, recentemente definido pelo Decreto-lei n. 44, de 18 de novembro de 1966;

— no ar, o espaço aéreo que cobre as duas áreas anteriores.

Esta maneira de expor o problema, acadêmica, sem dúvida, é realizada no "dia-a-dia" pelo Exército, Marinha e Aeronáutica que, em ação conjunta, atendem ao desenvolvimento econômico e social do Grande Vale, ao mesmo tempo que adestram e aprimoram seus quadros humanos e equipamentos para o cumprimento de suas missões normais.

Assim é que a Marinha navega os grandes rios, adentra-se na intrincada rede fluvial até o limite permitido pelo calado e possibili-



Um desfile cívico-militar em Ipiranga



Vista aérea de Forte Príncipe da Beira, vendo-se à direita o antigo forte construído pelos portugueses

dade de manobra de suas corvetas. Faz trabalhos de hidrografia e navegação, mas deixa, no rastro de sua passagem, o estímulo moral e material às desvalidas e escassas populações que encontra nas barrancas.

Rasgando os ares, descendo em terra ou água, a Aeronáutica realiza um papel exponencial, aproximando homens, assistindo-os com presteza, levando-lhes calma, tranqüilidade. É o único elemento capaz de vencer a tirania das grandes distâncias.

O Exército é o elemento de ocupação permanente. Seu trabalho é, portanto, de natureza bem diferente das duas outras forças, de quem não pode prescindir em ajuda e cooperação.

O EXÉRCITO E A FRONTEIRA

A fronteira — contórno internacional da Amazônia Brasileira — não apresenta nenhum ponto de atrito com os sete países confinantes, sendo mais um elo de ligação entre os povos, do que limite de separação entre Estados.

O Comando Militar da Amazônia e o Grupamento de Elementos de Fronteira (GEF) exercem ação diuturna sobre a linha divisória, velando para que ela represente, através dos sucessivos marcos, aquela outra, definida astronômicamente pelos Tratados e Acórdos.

Desde o período colonial, sobretudo na fase Pombalina, pontos fortes em locais julgados críticos afirmavam, pela sua presença, até onde ia o limite da soberania brasileira, e a determinação de fazê-la respeitar pelas armas.

Claro que não seria viável, e nem mesmo teria sentido, estabelecer-se um cordão de fortes e fortins através de doze mil quilômetros de fronteira desértica.

Ao conceito de ocupação, tendo em vista operações militares, foi adicionado o único compatível com a realidade da área — manutenção, pelo Exército, das colônias militares.

A primeira colônia militar no Brasil foi fundada no Pará a 5 de maio de 1840 — denominada *Pedro Segundo* — à margem direita do rio *Araguari* ou *Arauari*, a uma légua do sítio do cidadão João Manoel Ferreira e a trinta e seis léguas e 550 braças acima da foz do mesmo rio, em terreno fértil e enxuto, próprio para a lavoura. Compunha-se de um empregado militar, vinte e sete praças e quarenta e oito colonos paisanos.

Mais tarde, dois anos antes de deflagrar a Guerra com o Paraguai, o Gen Polidoro — então Ministro da Guerra — escrevia acerca de Colônias Militares:

.....
"Quanto às Colônias fundadas na fronteira do Império, essas sim, podem ser convertidas em estabelecimentos própria-



Pavilhão de Comando da 7ª Cia Fron, em Tabatinga

Desde o período colonial, sobretudo na fase Pombalina, pontos fortes em locais julgados críticos afirmavam, pela sua presença, até onde ia o limite da soberania brasileira, e a determinação de fazê-la respeitar pelas armas.

Claro que não seria viável, e nem mesmo teria sentido, estabelecer-se um cordão de fortes e fortins através de doze mil quilômetros de fronteira desértica.

Ao conceito de ocupação, tendo em vista operações militares, foi adicionado o único compatível com a realidade da área — manutenção, pelo Exército, das colônias militares.

A primeira colônia militar no Brasil foi fundada no Pará a 5 de maio de 1840 — denominada *Pedro Segundo* — à margem direita do rio *Araguari* ou *Arauari*, a uma légua do sítio do cidadão João Manoel Ferreira e a trinta e seis léguas e 550 braças acima da foz do mesmo rio, em terreno fértil e enxuto, próprio para a lavoura. Compunha-se de um empregado militar, vinte e sete praças e quarenta e oito colonos paisanos.

Mais tarde, dois anos antes de deflagrar a Guerra com o Paraguai, o Gen Polidoro — então Ministro da Guerra — escrevia acêrca de Colônias Militares:

.....
"Quanto às Colônias fundadas na fronteira do Império, essas sim, podem ser convertidas em estabelecimentos própria-



Pavilhão de Comando da 7ª Cia Fron, em Tabatinga



Aquartelamento da 6ª Cia Fron, em Guajará-Mirim
mente militares. Com regulamentos convenientes e apropriados tornar-se-ão centros de população militar e agrícola; servirão de atalaias do país em relação aos povos limítrofes."

Aí está a palavra da história, numa diretiva de um chefe militar dos mais categorizados, definindo uma política de ocupação de fronteira.

Recentemente, em 1959, o Governo Federal baixou decreto regulamentando a instituição de Colônias Militares na fronteira amazônica com a missão geral de fixar e nacionalizar populações. Vê-se em andamento a criação dessas Colônias — núcleos agrícolas, pecuários ou de outras atividades econômicas.

Formada e florescente acha-se a Colônia Militar do Oiapoque, no limite setentrional do Amapá.

Os atuais Pelotões e Companhias são os núcleos das futuras colônias, cabendo ao *Grupamento de Elementos de Fronteira* (GEF) a responsabilidade maior dessa tarefa.

O GEF vive na intimidade familiar de tôdas as populações, sejam de Manaus, de Tabatinga ou das recônditas paragens de seringueiros e castanheiros.

O clamor contra o ataque de bandidos, o pedido de socorro médico, a assistência alimentar, a educação, o transporte, a correspondência e um sem-número de apelos chegam a êle, direta ou indiretamente, daqui ou dali, através dos elementos destacados.

O socorro médico é dado nas enfermarias militares, providas todas de oficial médico, dentista e, em alguns casos, até de farmacêutico.

Contrasta tal fato, com o da ausência de médico que por vezes se verifica até em grandes cidades da Amazônia, mesmo quando providas de hospital e farmácias.

A assistência estende-se também ao país vizinho. Faz pouco tempo, à chegada de um Tenente-Médico a *Ipiranga* — pelotão situado na linha geodésica que separa o Brasil da Colômbia, à margem do rio Iça — formou-se uma romaria de enfermos vindos das localidades colombianas de *Santa Clara* e *Tarapacá* em busca de socorro com aquele único médico disponível. O GEF, logo a seguir, fez levar, Solimões acima, um batelão de medicamentos para fazer face à demanda extraordinária da ocorrência havida.

Doentes graves são transportados, pela FAB, para Manaus, Belém ou Rio de Janeiro.

Dispondo de um serviço fluvial de embarcações de vários tipos, desde lanchas ultravelozes movidas a turbina hidráulica — aptas a missões de patrulha e reconhecimento — até alvarengas com capacidade de transportar cem toneladas de carga cada uma, tracionadas por rebocadores de quarenta e seis toneladas, o GEF supre, por esses meios, os Centros Sociais dos Elementos de Fronteira, com mercadorias de todo tipo, desde gêneros de primeira necessidade aos artigos domésticos, ferramentas, material de construção, etc.

Os suprimentos das populações civis e das próprias guarnições militares somam centenas de toneladas mensais.

Só para as populações civis, o Exército emprega meio bilhão de cruzeiros antigos como capital de giro para atender ao setor da subsistência, mediante sistema reembolsável.

Ultimamente a FAB, pelo emprêgo do avião "Hércules", de grande capacidade de carga, vem aliviando o esforço do GEF no setor dos transportes, sobretudo nas áreas que dispõem de campos de pouso apropriados àquela aeronave.

Em termos de comunicações a Amazônia é o primado do rádio. Especialmente para a fronteira, duas redes-rádios são exploradas: uma em grafia e outra em fonia (SSB), tendo sido esta última inaugurada em janeiro próximo passado.

A ligação pela voz, dos comandos de Belém e Manaus com os Elementos de Fronteira e a ligação destes entre si, aproximou mais, espiritual e moralmente, todos os que habitam e defendem o solo da Amazônia. A inauguração dessa rede foi realmente emocionante. Marcou-a o momento em que o Excelentíssimo Senhor Ministro da Guerra fazendo-se ouvir, ouviu também aqueles homens distantes, jovens comandantes cercados em suas estações pela massa civil e mili-

tar, homens, mulheres e crianças, frementes de emoção. Cinco a sete mil criaturas civis sentiam-se aproximadas, integradas na mesma missão que a Pátria outorgara ao soldado da fronteira.

Onde quer que se instale um Quartel, aí temos criada uma escola de civismo e brasilidade. A par disso, em todos os 12 elementos de fronteira, o GEF mantém o ensino primário para as crianças, filhos ou não de seus soldados. É deveras comovente assistir-se, nas barrancas, apertadamente entre o rio e a selva, aquêle aglomerado de crianças sorridentes, ingênuas e felizes, aprendendo as primeiras letras, muitas vêzes, com a espôsa do tenente ou do sargento.

Em 1966, o movimento das escolas foi o seguinte:

Em Cucuí — uma escola com 5 professores e 160 alunos;

Em Japurá — uma escola com 6 professores e 120 alunos;

Em Ipiranga — uma escola com 5 professores e 178 alunos;

Em Estirão do Equador — uma escola com 3 professores e 98 alunos;

Em Forte Príncipe da Beira — uma escola com 5 professores e 120 alunos;

Em Tabatinga — uma escola com 12 professores e 377 alunos.

Portanto, seis escolas, com 36 professores e 1.053 alunos, mantidas, tôdas, pelo GEF.

Nas cidades de Boa Vista, Guajará Mirim, Pôrto Velho e Rio Branco, as crianças freqüentam as escolas primárias das respectivas cidades.

Dos meninos e meninas que concluem o ciclo primário, alguns são trazidos para Manaus e ali mantidos pelo GEF, sob a supervisão direta do Capitão Capelão, matriculados nos Ginásios do Estado.

Ao término de 1965, tivemos a satisfação de louvar dois desses meninos, filhos de soldados da fronteira, pelo 1º lugar que alcançaram nas séries ginasiais que freqüentaram.

Como fator de integração da Amazônia, o Exército, além de equipar-se para o transporte na via fluvial, realiza obra rodoviária de âmbito internacional. Eis que, em convênio com o Ministério da Viação leva a cabo, por intermédio do 5º Batalhão de Engenharia de Construção, o estabelecimento da ligação por estrada de rodagem de Pôrto Velho a Guajará Mirim e de Abunã a Rio Branco, de molde a suprimir a obsoleta Estrada de Ferro Madeira — Mamoré e estabelecer vínculo geopolítico mais acentuado com a Bolívia e, em seguida, com o Peru pela futura ligação: Rio Branco — Cruzeiro do Sul — Pucallpa.

Empregando no momento cêrca de duzentas viaturas auto-especializadas e uma frota de setenta equipamentos mecânicos de terra-plenagem, a unidade já mudou a feição sócio-econômica de Rondônia.

Pondo em tráfego permanente a rodovia *Cuiabá — Pôrto Velho*, depois de equipá-la com obras d'arte, bueiros, etc., reduziu a três dias o tempo de viagem, de caminhão carregado, entre as duas cidades.

O Serviço de Assistência Social do Batalhão conseguiu tornar o custo de vida de *Pôrto Velho* abaixo do de *Manaus*, beneficiando doze mil almas. Empregou setecentos e cinquenta homens, representando cerca de quatro mil dependentes. Estimulou o comércio local com aquisições da ordem de cento e cinquenta milhões de cruzeiros antigos mensais.

Constrói, esta unidade, uma fisionomia nova para a Amazônia, criando, paralelamente à sua fronteira sul, enorme área de irradiação de comércio, cultura e riqueza, fato que já se faz sentir em *Manaus* através do aumento do volume de suprimentos que do sul do país lhe chega através do rio *Madeira*.

Tudo isso é obra exclusiva de brasileiros. Brasileiros despreocupados com a sua origem e cor de sua epiderme, de brasileiros que, como o velho luso da colônia, olham enternecidos para o aborígene, para com ele constituir a sociedade — o povo brasileiro.

O índio convive com o Exército. Há pelotões que possuem sargentos — índios de origem — perfeitamente assimilados e prestando relevantes serviços, sobretudo porque, se exímios na arte da pesca e da caça, possuem notável senso de orientação.

Em verdade, o silvícola, oferece tenaz resistência à cultura superior. Os religiosos têm, desde a primeira penetração hinterlândia, prestando um serviço inestimável à causa da aculturação do indígena. O Exército assiste de perto esse esforço e deseja fazer algo mais que não dependa apenas do religioso; deseja também encaminhá-lo, fora do colégio, tornando-o apto a competir no mercado de trabalho.

Como base de partida para esse empreendimento, em 1966 fizemos chegar a *Iauareté* uma missão constituída de militares e autoridades civis para "in-loco" estudar e propor medidas tendentes ao aproveitamento de cerca de três mil indígenas saídos das organizações salesianas, em atividades de construção rodoviária do 5º Batalhão de Construção, e outras mais. O caso ainda está em pauta, pendente de soluções práticas. Todavia lançamos as bases para incorporar o homem da selva à comunidade brasileira legalmente registrado, com todos os direitos e deveres do cidadão.

Há um ano, ao ensejo do 2º aniversário da Revolução de 31 de Março, saudamos os valorosos companheiros de farda que não arredam pé da margem do rio, mas que duas vezes ao dia, anos a fio, empolgam a bandeira nacional para içá-la e arriá-la, ao nascer e ao pôr do sol, vibrados pela emoção de serem os únicos e poucos brasileiros a quem os demais oitenta milhões confiam tão sagrada missão.

Nessa saudação expusemos a cada elemento de fronteira o que ocorria com êle e com todos os demais, para dar-lhes em conjunto, consciência do trabalho sinérgico que realizavam.

O papel que o Exército vem desenvolvendo na Amazônia, trazendo o calor humano nacional aos contornos da pátria junto a sete países amigos; criando condições de vida para fixar populações nesta vastíssima e inóspita área, pela assistência médica e religiosa, segurança no trabalho, transporte, educação, comunicações, alimentação, assistência técnica, moradia, luz, água, diversão, tudo isso revela ao mundo a: **AMAZÔNIA OCUPADA.**

MALETA-ARQUIVO VETRO *Mobil* particular e portátil
custa menos que uma pasta de couro

o presente ideal



ORGANIZAÇÃO *Ruf* **S. A.** Equipamento para Escritórios

Rio de Janeiro: Rua Debret, 79-A - Tel. *32-6767

9.232

A INSTRUÇÃO DO FAIBRÁS NA REPÚBLICA DOMINICANA

GENERALIDADES E OPERAÇÕES HELITRANSPORTADAS

Do livro "A Experiência do FAIBRÁS na República Dominicana" do Cel Inf (QEME) CARLOS DE MEIRA MATTOS e seus oficiais.

1. GENERALIDADES

1.1. Introdução

A instrução é a atividade básica da tropa e a principal preocupação do comandante em tempo de paz. Da sua condução eficiente dependerá o sucesso das operações futuras, pois só ela assegurará o preparo físico adequado, o preparo técnico-profissional e o entrosamento das equipes de combate, fatores indispensáveis para a obtenção da VITÓRIA.

O problema do aperfeiçoamento da instrução da tropa, simultaneamente com o seu emprêgo em operações ou na iminência do desencadeamento de operações, apresenta inúmeras dificuldades que exigirão planejamento detalhado do Estado-Maior e grande flexibilidade dos quadros.

Os principais fatores que influenciarão diretamente na solução do problema são:

- grau de engajamento da tropa nas operações;
- grau de adestramento da tropa;
- disponibilidade de meios;
- valor e iminência da ação inimiga.

1.2. Aspectos Particulares de Instrução na República Dominicana

1.2.1. A instrução desenvolvida nos três contingentes sucessivos que integraram as unidades do FAIBRÁS apresentou uma nítida graduação em face da influência dos fatores acima enunciados, embora o quadro geral fôsse sempre o mesmo — emprêgo ou iminência de em-

NR — Iniciamos, neste número, a publicação do capítulo dedicado à instrução no livro "A Experiência do FAIBRÁS na República Dominicana".

prêgo da tropa em localidade contra forças irregulares. Considerou-se sempre, também, a hipótese do deslocamento do conflito da Capital para as regiões montanhosas da cordilheira central.

Assim:

— O primeiro contingente que desembarcou em São Domingos em plena guerra civil recebeu ordem de emprêgo em curto prazo e tomou um dispositivo articulado em larga frente para o cumprimento da missão.

Em consequência, a instrução sofreu sérias restrições e ficou limitada à execução de tiros de instrução, ao treinamento intensivo de certos assuntos de emprêgo imediato nas operações em localidades, como: processos de sabotagem e terrorismo, construção de abrigos e barricadas com sacos de areia, instalação rápida de cavalos de frisas, de concertinas triplices, instalação e operações de pontos de controle de pessoal e viaturas. Teve início também a instrução de transporte em helicópteros, para alguns pelotões.

Para execução do programa de instrução era feito normalmente o rodízio de pelotões dentro das subunidades, como também das companhias do 1º escalão.

— O segundo contingente desembarcou em plena fase de transição, quando era preponderante a missão de manutenção da ordem, num clima de ações de terrorismo. Embora ocupasse ainda alguns setores particularmente importantes no centro da capital, já o grosso do efetivo estava reunido sob controle centralizado.

Dêsse modo, foi possível dar um notável incremento à instrução, não só dos assuntos já explorados com o primeiro contingente, como também, iniciar as instruções especializadas de:

- Operações com Helicópteros, para todo o efetivo da unidade;
- Operações em Selva e Guerrilha;
- Operações em Montanha e Guerrilha.

Deve-se ressaltar que o sistema de controle centralizado e a descentralização dos serviços das subunidades, em muito facilitou a execução da instrução em áreas afastadas e, por espaço de tempo considerável.

Para execução do programa de instrução, adotou-se o rodízio de Cia no âmbito do Btl.

— O terceiro contingente já desembarcou na República Dominicana com a unidade liberada da ocupação de setores. Durante o período em que permaneceu em território dominicano, sua atuação se caracterizou: pela manutenção de alto grau de adestramento e presteza de intervenção, em face da efervescência política das eleições e da posse do novo governo, bem como pela ocorrência de atos de terrorismo e tiroteios esporádicos.

Em consequência, foi possível atingir a um nível muito elevado na instrução da tropa. Assim, além dos assuntos já explorados nos contin-

gentes anteriores, a tropa foi intensamente trabalhada nos seguintes aspectos:

- Na Instrução Especial
- Execução da Pista de Tiro de Combate, englobando todas as armas de tiro tenso de infantaria;
- Execução de Jornadas de Tiro de Morteiro 81mm e 4.2, contra alvos inopinados, identificados apenas no momento da execução do tiro.
- Na Instrução Comum e de Especialistas
- Formaturas e Desfiles;
- Intensificação da Educação Física, com a execução de "cross-country" e demonstrações das várias modalidades de trabalho físico;
- Exercícios com os especialistas, particularmente do Pelotão de Comunicações, do Pelotão de Saúde e do Pelotão de Reconhecimento e Segurança.

Foi mantido o critério de rodízio entre as subunidades do Batalhão, e do Gpm Fzo Nav, com exceção para certas instruções especiais como a de Tiro de Morteiro, em que eram reunidas todas as frações de morteiro do FAIBRÁS.

1.2.2. A execução da instrução no âmbito da Brigada Latino-Americana (cujo Cmt. sempre foi o próprio Cmt. do FAIBRÁS), foi regulada pela "Nota de Instrução n. 13 LA", da qual constam os seguintes tópicos:

1. Objetivo

O objetivo desta diretriz é regular as atividades de instrução nas unidades com o propósito de:

- Incentivar na tropa a observância de uma conduta moral, um comportamento militar e social irrepreensíveis, de acordo com as responsabilidades da missão e dos sentimentos de honra e dignidade dos povos da América;
- Aperfeiçoar os conhecimentos anteriores, particularmente de combate em localidade;
- Preparar a tropa para ações de contraguerrilha e para a guerra de montanha;
- Manter a eficiência combativa;
- Preparar a tropa para operações rápidas e de surpresa, transportada em aviões e helicópteros;

2. Responsabilidade

Todos os Comandantes de qualquer escalão têm a responsabilidade de manter sua tropa em alto grau de eficiência moral e combativa.

Nesse sentido, todos os esforços devem ser orientados no preparo e execução de um programa de instrução que permita:

- Estar em condições de cumprir a missão operacional;
- Evitar a ação nefasta da inatividade.

3. Execução

Os Comandantes de Batalhão planejarão e executarão a instrução, observando os seguintes assuntos básicos:

3.1. Assuntos comuns a todos os contingentes

- Educação Moral
- Educação Física
- Tiro de Instrução
- Ordem Unida
- Instrução de Polícia do Exército
- Instrução Tática Individual.

3.2. Assuntos peculiares a cada contingente

- Aperfeiçoamento e complementação de assuntos julgados necessários, de acordo com o critério dos Comandantes de Contingentes Nacionais.

3.3. Assuntos especiais (a cargo da Brigada)

- Instrução Helitransportada
- Instrução Tática em terreno montanhoso
- Instrução Tática na selva
- Instrução de Contraguerrilha
- Instrução de Tiro de Combate.

3.4. Assuntos referentes a Especialistas

- Aperfeiçoamento dos conhecimentos especializados, para atender as necessidades de serviço das próprias unidades, como por exemplo: cursos de motorista, mensageiros, telefonistas, policiamento e trânsito, etc."

1.2.3. A diretriz acima foi especificamente planejada para a situação vivida, inclusive incluindo na Instrução Comum para todo o contingente, o policiamento militar, indispensável a quem atua em localidade. A distribuição de assuntos demonstra que englobando cinco contingentes de diferentes nações, que não lhe estavam subordinados disciplinar e administrativamente, a Brigada, escalão operacional por excelência, optou por centralizar a instrução especial, de modo a obter a

padronização do conjunto; foram constituídas, então, equipes de instrutores e monitores, para cada instrução especializada, com elementos das unidades enquadrados.

1.2.4. É oportuno salientar, como informação, que as unidades norte-americanas operando na República Dominicana, organizaram uma Área de Instrução de Batalhão, montada com todos os detalhes e por onde passavam sucessivamente os Batalhões em rodízio periódico.

1.3. Ensinamentos para o caso Brasileiro

A instrução para o nosso soldado, de assuntos de aplicação imediata nas operações em localidade ou de assuntos especiais que normalmente não são objeto dos PP, apresentou resultados excelentes. Essa instrução, no Brasil, não deveria ser apenas executada por elementos selecionados em algumas unidades especiais, mas sim, ser assunto mais generalizado no adestramento de todas as Unidades.

A instalação de uma pista de reação de Instrução de Selva, de uma pista de Montanha, a execução de exercícios de longa duração de montanhismo, de sobrevivência na selva, a execução rotineira de exercícios de emboscada e contra-emboscada, bem como a instalação e execução da pista de Tiro de Combate, não apenas significarão um enrijecimento muito maior do soldado de infantaria, como constituirão um verdadeiro teste de sua capacidade profissional, desenvolvendo a sua autoconfiança, e, acima de tudo, prepara-lo-á para o tipo de operação mais provável no quadro das hipóteses de guerra.

1.4. Conclusão

Em face da possibilidade de emprêgo imediato, os contingentes deveriam chegar a São Domingos com as frações perfeitamente instruídas, de modo que as unidades permanecessem operacionalmente prontas; não obstante o intenso esforço, a capacidade e sacrifício das unidades formadoras dos diferentes contingentes, no Brasil não foi possível esta coordenação pelas seguintes razões:

- Pequeno prazo de incorporação dos soldados;
- Diferenças nos Quadros de Dotação de Pessoal e Material entre a Unidade a ser constituída e a Unidade formadora;
- Grandes claros nos Quadros de Oficiais e Sargentos, somente preenchidos nas vésperas do embarque; muitos nunca tinham exercido, anteriormente, as funções em que estavam classificados;
- Grande número de funções preenchidas a título precário por deficiência de pessoal nas QM.

Do mesmo modo, foi constatado que a atribuição de formação dos contingentes a uma determinada unidade traz como conseqüências:

- Sério abalo na eficiência combativa da unidade que permanece em território brasileiro, pela drenagem do pessoal e material necessário;
- Decréscimo na qualidade do contingente, na hipótese de a mis-

são ser de longa duração; do mesmo modo, o material humano não atingirá o grau de apuro que atingiria se a seleção fôsse realizada no âmbito geral do Exército.

Quanto à unidade destacada, o principal reflexo observado consiste na grande dificuldade de adaptação a viver isoladamente. Assim, o planejamento, a execução da instrução e administração são muito prejudicados, pois uma unidade incorporada não dispõe de pessoal, material e documentação necessários a uma vida autônoma.

Em face dos exemplos da República Dominicana, Suez, Congo, da situação do Brasil no conjunto das nações democráticas e da evolução da situação internacional, a experiência nos sugere uma solução definitiva, sem os atropelos e improvisações de última hora. Dê-se modo, poder-se-ia adotar as seguintes medidas:

— Criar um Centro para Formação e Treinamento de Unidades destinadas a serem empregadas no estrangeiro. O Centro incorporaria a experiência de todos os contingentes e a difundiria para todo o Exército. Atuaria também como depósito e elemento de ligação com os Órgãos Provedores. Teria esse Centro a organização semelhante a de um comando de Brigada de Infantaria.

— Enquadrados por esse Centro, apenas para efeito de instrução, seriam constituídos, no mínimo, dois Batalhões, de organização especial, dispondo de autonomia administrativa e com todos os seus quadros e dotação de material completos.

Um Batalhão incorporaria no Gpt "A" e outro no Gpt "B" e seriam integrados por voluntários, reservistas de 1.^a Categoria, selecionados mediante padrões adequados de estatura, higidez e nível de inteligência e cultura, que serviriam por um prazo mínimo de 18 meses.

Dê-se modo estariam asseguradas a continuidade da experiência, a unidade de doutrina, a seleção, o treinamento adequados e a constituição de unidades autônomas de emprego imediato. Essa força, em suma constituiria o embrião nacional de uma futura Força de Paz, pronta para intervir a qualquer momento e em qualquer local, em defesa da democracia.

2. INSTRUÇÃO DE OPERAÇÕES HELITRANSPORTADAS

2.1. Generalidades

a — Finalidade

A finalidade da instrução de Operações Helitransportadas, centralizada no âmbito da Brigada Latino-Americana, era:

- Ministrando aos quadros e à tropa conhecimentos básicos sobre Operações Helitransportadas.

- Realizar um treinamento básico do combatente, no terreno, em operações desta natureza.
- Nivelar esse tipo de instrução, no âmbito da Brigada Latino-Americana.

b — Conceito doutrinário

(1) — Definições

Operações helitransportadas:

É aquela na qual as forças de combate e seu equipamento são deslocados sobre o campo de batalha em helicópteros, sob o controle do comandante da tropa terrestre, para engajar-se em combate em terra.

Fôrça helitransportada:

Uma fôrça constituída de elementos de combate terrestre combinados com elementos de helicópteros, apta a realizar operações helitransportadas.

(2) — Características das Operações Helitransportadas

As operações helitransportadas são semelhantes a outras operações de combate terrestre, diferindo, porém, nos seguintes aspectos:

- As operações helitransportadas são normalmente executadas contra posições sumariamente organizadas ou após uma preparação para o ataque, nuclear ou não, com a vantagem de surpresa tática inicial.
- As forças helitransportadas podem desembarcar diretamente em seus objetivos ou em zonas adjacentes.
- As forças helitransportadas são particularmente vulneráveis durante o desembarque e a reunião.
- O tipo e a quantidade de equipamento pesado que pode ser levado para o interior da zona do objetivo são limitados.
- As forças helitransportadas são capazes de realizar operações em zonas inacessíveis por outros meios.
- As forças helitransportadas são particularmente vulneráveis aos blindados inimigos, devido às limitações de sua mobilidade em terra e de sua potência de fogo na zona do objetivo.
- As operações helitransportadas exigem superioridade aérea na zona do objetivo e neutralização do fogo terrestre inimigo.
- As condições atmosféricas adversas apresentam mais limitações às operações helitransportadas do que às terrestres.

(3) — Conceito do emprego

Empregam-se as forças helitransportadas em apoio ao esforço de um combate terrestre.

A sua utilização permite ao comandante tirar proveito da velocidade e flexibilidade do helicóptero no cumprimento de uma grande variedade de missões. A vantagem de poder realizar operações helitransportadas permite ao comandante:

- Apresentar uma ameaça constante que pode obrigar o inimigo a desviar forças de combate para manter uma posição forte na zona de retaguarda, para proteger as instalações vitais e manter os pontos críticos.
- Vencer distâncias e ultrapassar obstáculos e defesas inimigas.
- Aumentar substancialmente a área sobre a qual pode exercer sua influência.
- Dispor suas forças da maneira mais eficiente, mantendo reservas altamente móveis em zonas dispersas.

(5) — Missões

As missões para as quais as forças helitransportadas se adaptam, incluem:

- Incursões rápidas e de surpresa.
- Operações contra pára-quedistas e contra guerrilheiros.
- Operações de assalto transpondo um obstáculo.
- Aproveitamento dos efeitos de armas nucleares.
- Conquista e manutenção de pontos críticos.
- Fintas e demonstrações.
- Missões de reconhecimento e segurança com a finalidade de bloquear ou cobrir as vias de acesso inimigas.
- Contra-ataque às penetrações inimigas.
- Operações anfíbias (navio — praia).

(5) — Sequência do planejamento

Desenvolve-se o planejamento de uma operação helitransportada na sequência inversa do planejamento convencional. Normalmente, obedece-se à seguinte sequência:

- Plano tático em terra.
- Plano de desembarque, incluindo o horário e a defasagem da tropa e do equipamento, baseado no plano tático em terra.
- Plano do deslocamento aéreo, baseado no de desembarque.
- Plano de embarque, baseado no deslocamento aéreo.

Normalmente, incluem-se como anexos de uma Ordem de Operações os quatro planos citados.

Caracteriza-se o planejamento de uma operação helitransportada pela simplicidade; no entanto, os planos devem ser os mais detalhados

possíveis, dentro das limitações do tempo. Normalmente não são feitos planos minuciosos e detalhados para o deslocamento de uma força de valor Companhia ou menor, pois isto não seria necessário.

2.2. Característica das áreas de exercício

— O Campo de Pólo foi utilizado como área de embarque das tropas (base de helicópteros)

Extensão — 200m

Largura — 100m

Terreno adjacente plano e extenso

— Área de aterragem A, utilizada para exercício de desembarque e ataque.

Extensão — 400m

Largura — 250m

Parte do terreno plano, onde aterravam os helicópteros; outra parte constituída por 2 elevações, onde eram realizados os ataques e consolidação de objetivo.

— Área de aterragem B, utilizada para exercícios de desembarque e vasculhamento de zona matosa.

Extensão — 350m

Largura — 200m

Parte do terreno plano, onde aterravam os helicópteros; outra constituída por uma zona matosa, onde era feito um vasculhamento detalhado.

2.3. Características do material empregado

a — Helicóptero HU — 1B do Exército Norte-Americano

Velocidade — 160 milhas hora

Autonomia — 2 horas

Capacidade — Piloto, co-piloto, mecânico e 6 combatentes.

Carga interna — 1500kg

Carga externa — 1250 kg

Armamento — 2 mtr M60 ou 48 rojões (o armamento é facilmente adaptado ao helicóptero quando a missão o exige).

b — Armamento e material individual e coletivo

O peculiar de cada contingente.

2.1. Pessoal participante

a — Equipe de Instrução

Instrução a cargo da equipe designada:

quatro (4) instrutores

cinco (5) monitores

Helicópteros e pilotos a cargo da 283^o Aviation Company.

b — Executantes

Contingentes do Brasil (1^o/REsI e Fzo. Nav.), Paraguai, Honduras e Nicarágua, da Brigada Latino-Americana.

2.5. Execução

a — Plano Geral de Instrução

A instrução obedeceu ao seguinte desenvolvimento:

— Instrução de Quadros:

Ministrada pela Equipe de Instrução Especial, abrangendo assuntos táticos e técnicos indispensáveis a esse escalão.

— Instrução de Tropa:

Ministrada pelos Quadros, no âmbito das Subunidades da Brigada Latino-Americana, objetivando os conhecimentos técnicos indispensáveis para a aplicação no terreno.

— Aplicação no Terreno:

Ministrada nas áreas de instrução (Campo de Pólo, áreas A e B) na qual tomaram parte os Quadros e as tropas sob a supervisão da Equipe de Instrução Especial.

b — Programa de Treinamento seguido para as instruções de Operações Helitransportadas

(1) — Noções sumárias sobre o emprêgo tático da Operação Helitransportada, dando uma notícia sobre:

Características (mobilidade, surpresa, velocidade de ação)

Princípios que regem (unidade de comando, planejamento detalhado, execução descentralizada).

Plano (simples e flexível).

(2) — Treinamento do embarque e desembarque, no acampamento, com um simulacro da parte interior do helicóptero HU-1B.

(3) — Treinamento de entrada e saída do helicóptero, com aparelho parado.

(4) — Treinamento da defesa do helicóptero.

(5) — Medidas de segurança, antes, durante e após o voo.

(6) — Realização de voo pelos Pel. Fzo., e Elementos de Cmdo. e Sv, com execução do Assalto Aéreo nas áreas A e B.

Obs.: — Aos quadros foi ministrada instrução da técnica de dirigir, do solo, as ações de aterragem e decolagem de helicópteros, principalmente no que diz respeito ao transporte de carga externa.

Os quadros, principalmente de oficiais, aprofundaram seus conhecimentos táticos no FM-57-35 Airmobile Operations — 1963.

c — Quadro de Trabalho utilizado para o treinamento da tropa

| DIAS | D | D + 1 | D + 2 | D + 3 | D + 4 |
|-------|---|--|---|--|---|
| MANHA | Noções sumárias sobre o emprêgo tático de Op Helitransportada. Explicações sobre as medidas de segurança. | Treinamento de embarque, defesa do Helicóptero, no Campo de Pólo. | Treinamento de embarque, defesa do Helicóptero, no Campo de Pólo. | A disposição dos Cmt de Cia. para a revisão e aprimoramento da instrução no acampamento. | Realização do voo, com a execução do Assalto Aéreo. |
| TARDE | Treinamento de embarque e desembarque no acampamento. Treinamento da defesa do Helicóptero no acampamento. | A disposição dos Cmt de Cia. para revisão e aperfeiçoamento da instrução no acampamento. | Estudo do problema tático, pelo Pel, GC, Sec Mrt, Mtr e Can S R. | | |

d — Instrução Técnica

Advertência

Estas notas devem ser tomadas como orientação para o que convençamos chamar da maneabilidade da operação helitransportada. Quase todas as suas partes, com algumas exceções, foram baseadas no emprêgo do Pel Fzo, transportado pelo helicóptero HU-1B, em uso pelo Exército Norte-Americano, na República Dominicana. Como é óbvio, desde que se mude o tipo de helicóptero e a capacidade de passageiros, devem ser feitas adaptações na maneabilidade.

Convém ressaltar que, qualquer pelotão, seja de fuzileiro, de petrechos, de comunicações, sapadores, etc, poderá ser transportado, desde que sejam respeitadas as medidas de segurança determinadas pela característica do helicóptero. Um dos pontos de realce na maneabilidade da operação helitransportada, diz respeito à segurança durante o voo.

Incute-se no soldado essa necessidade, a fim de diminuir os riscos de acidente durante os vôos de instrução, mas deve-se esclarecer que, durante a realização de um vôo real de assalto aéreo, normalmente as portas dos helicópteros permanecem abertas, a fim de facilitar e dar maior rapidez ao embarque e desembarque no objetivo. Isto aumenta a responsabilidade do Chefe de equipe, obrigando-o a verificar se todos os homens estão com os cintos de segurança ajustados e trancados.

O PELOTÃO DE FUZILEIROS HELITRANSPORTADO

(a) — Antes do embarque

Duas medidas são tomadas a fim de facilitar a obtenção do máximo sucesso de uma operação helitransportada:

— Organização do Pelotão em equipes de vôo:

Nem sempre há possibilidade de se transportar a unidade tática do Pelotão de Fuzileiros, sendo assim forçoso, quando isto ocorre, quebrar esta unidade, a fim de que seja distribuído por equipes de vôo nos diversos aparelhos.

Há necessidade, no entanto, de um estudo metódico a fim de que, após o desembarque, possamos recuperá-la o mais rapidamente possível.

Normalmente, o Pelotão de Fuzileiros é transportado por 10 helicópteros, sendo 7 para pessoal e 3 para material (incl. uma viatura de 1/4 ton.). Cada helicóptero do tipo HU-1B, transporta 6 homens e, deve ser levada em consideração, a distribuição dos homens-chave e do armamento do pelotão pelos aparelhos, de modo que, a maior potência de fogo e a maior massa sigam na 1.^a vaga.

— Preparação do material

Uma operação helitransportada é por natureza uma operação rápida em que se busca o máximo de surpresa tática.

Deve ser uma operação leve e os homens levarão consigo apenas o essencial em equipamento e armamento para durar em missão, 1/2 jornada, em condições normais.

Mochilas e sacos com o restante do material permanecem na área da Companhia, em um único fardo (para cada Pelotão), que será transportado pela Companhia, posteriormente.

— Enfardamento do material:

O Cmt. Pelotão deve, na área da Companhia, supervisionar esta atividade e verificar continuamente, se seus homens seguem as normas seguintes:

— Empacotar somente o material determinado pelo escalão superior;

— marcá-los de modo claro e visível, de modo a facilitar a identificação posterior;

— reunir os fardos do Pelotão em um só, a fim de facilitar o transporte.

— Inspeção

Concluído o enfiamento do material a ser transportado, o Cmt. do Pel. deve inspecionar rigorosamente cada homem, a fim de evitar que levem para a missão quaisquer artigos que possam ser úteis como informação ao inimigo, tais como cartas da região, planos e ordens, fotografias, diários, cartas pessoais e outros documentos que não tenham sido autorizados.

O equipamento indispensável que o homem levará, deverá estar bem ajustado ao corpo a fim de evitar que venha prejudicar a rapidez na execução do desembarque, prendendo o homem às armações de ferro internas do helicóptero. Esta rapidez é essencial à segurança do pessoal e dos aparelhos.

Na inspeção deve também ser verificado o armamento individual, que não poderá estar carregado. Esta é uma medida de segurança muito importante, pois se uma arma disparar por acidente no interior de um aparelho, poderá inclusive causar sua queda, caso o tiro atinja o motor.

Nos treinamentos é proibido o uso de munição nas armas.

(b) — Embarque

O treinamento intensivo e a instrução objetiva de acordo com o planejamento da operação e a perfeita distribuição do Pelotão em equipes são fatores essenciais para se obter a máxima rapidez no embarque do Pelotão.

Cada equipe de vôo é formada por 6 homens, que devem saber exatamente qual o seu aparelho e qual o lugar a ocupar dentro dele. Qualquer medida deverá ser tomada para facilitar esta fase; uma destas é marcar exatamente nos helicópteros a numeração correspondente a cada equipe de vôo.

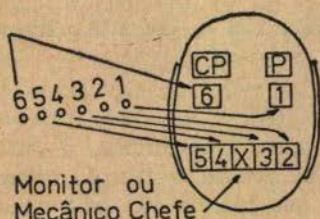
— Mecanismo de embarque

O pelotão de fuzileiros desloca-se para uma zona de embarque, onde, dividido em equipes de vôo, aguarda o momento do embarque. Os helicópteros não se encontram nesta zona e só aterram naquele exato momento.

— Embarque de uma equipe de vôo no Helicóptero HU-1B

Uma equipe de vôo pode embarcar por uma porta ou pelas duas do helicóptero, conforme esteja previsto no planejamento do Cmt. do Pelotão.

Embarque por uma porta



Equipe em coluna por 1

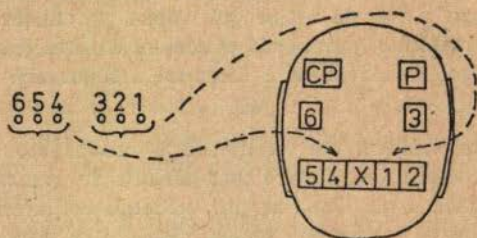
Numeração de 1 a 6

O n. 1 embarca e toma o assento no banco oposto ao lado pelo qual entra a equipe

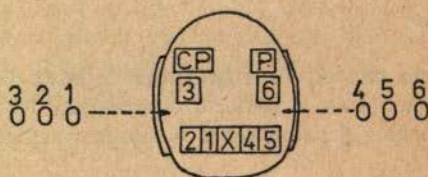
Na ordem, sentam-se os 2, 3, 4, 5. O n. 6 embarca e toma assento no banco em frente à porta de entrada, fechando-a

Embarque pelas duas portas

a) equipe toda de um só lado do aparelho



b) equipe dividida nos dois lados do aparelho



Conduta individual no embarque

Embarcar mediante ordem do chefe de equipe.

Nunca passar pela retaguarda do aparelho, pois a hélice traseira pode atingir a cabeça do homem.

Ao embarcar, manter o cano da arma baixo a fim de evitar que esta se prenda na parte superior da porta do aparelho e que retarde o embarque.

Após sentar-se, manter todo o equipamento ajustado ao corpo. Retirá-lo representará perda de tempo e dificultará o desembarque.

Apertar o cinto de segurança por sobre o equipamento — o cuidado a ter é o de apertá-lo mantendo sob ele livre o equipamento, a fim de facilitar o desembarque.

Dependendo do percurso a ser cumprido, ser ou não sobre água, colocar ou não o salva-vidas. No planejamento esta medida já é prevista.

Em caso de missão de combate, os fuzis estão carregados e travados, serão mantidos na vertical, entre as pernas, seguros pelas duas mãos.

Durante o voo

A conduta do homem é manter a posição tomada após o embarque, conservando as armas na vertical entre as pernas, seguras pelas duas mãos.

Desembarque

Ao se aproximar da zona de aterragem, os chefes de equipe orientam seus homens sobre os detalhes acertados no planejamento quanto ao desembarque, inclusive recordando por qual porta deverá a equipe desembarcar.

No treinamento, os helicópteros voam com as portas fechadas e, a uma altura aproximada de cinco metros, o chefe de equipe comanda para que se preparem. O comando é o seguinte:

— Equipe, atenção!

— Preparar para desembarcar!

A este comando, os homens soltam os cintos de segurança e aqueles que estão sentados em frente às portas, abrem-nas.

Quando o helicóptero tocar o solo, o chefe de equipe comanda:

Equipe, atenção! Desembarcar!

Obs.: A diferença brusca de peso a pouca altura provoca grande desequilíbrio no aparelho pela pouca sustentação.

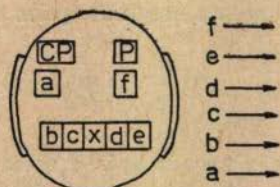
Deve-se evitar em treinamentos, por isto, esta ocorrência, que poderá provocar sérios acidentes.

Em ações reais de combate, os helicópteros podem voar sem as portas e, no Vietnã, têm sido empregados sem os bancos, desembarcando os homens a mais de um metro do solo, para se obter o máximo de rapidez.

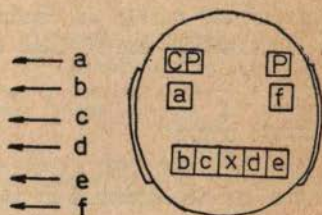
Desembarque por uma porta

O homem que está sentado em frente à porta salta e se dirige para a direção da frente do helicóptero, deitando e fazendo a proteção na direção do desembarque. Os demais elementos vão desembarcando, na ordem em que estão sentados, de modo que o último será o que está em frente à porta oposta, colocando-se ao lado esquerdo ou direito do

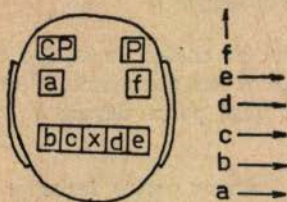
primeiro a desembarcar, conforme o desembarque seja feito, pela porta



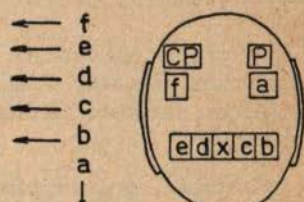
Desembarque pela porta direita. Helicópteros de formação enfileirados



Desembarque pela porta da esquerda. Helicópteros de formação enfileirados



Desembarque pela porta da direita. Primeiro Helicóptero



Desembarque pela porta da esquerda. Último Helicóptero

da esquerda ou da direita. Fazem também a proteção na direção do desembarque, da seguinte maneira:

O 1º homem do 1º helicóptero faz a proteção na direção paralela de voo do helicóptero sem contudo cruzar fogo à sua frente, a fim de não atingi-lo no momento da decolagem.

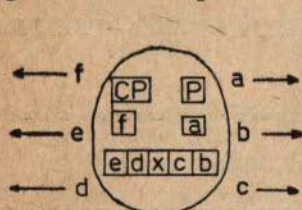
O último homem do último helicóptero faz a proteção da retaguarda do helicóptero.

Desembarque pelas duas portas

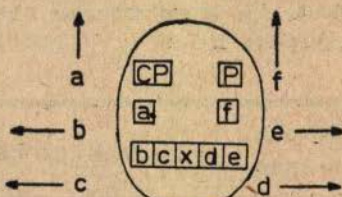
Os homens que estão sentados em frente às portas saltam e se dirigem para a frente do helicóptero; fazem a proteção nas suas respectivas direções de desembarque. Os demais elementos vão desembarcando, de modo que os últimos serão os que estão mais no centro do helicóptero. Fazem a proteção, como no desembarque por uma porta, cada um na sua respectiva direção de desembarque.

Os dois primeiros homens do primeiro helicóptero fazem a proteção da direção paralela de voo do helicóptero, sem contudo cruzar fogo à sua frente, a fim de não atingi-lo no momento da decolagem.

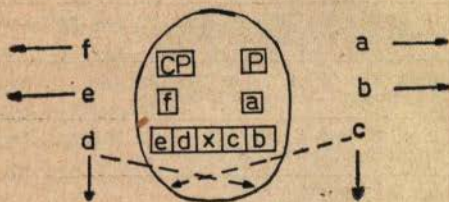
Os dois últimos homens do último helicóptero fazem a proteção da retaguarda do helicóptero.



Desembarque por duas portas
Helicópteros enfileirados em
formação



Desembarque por duas portas
Primeiro Helicóptero



Fazem exceção às regras anteriores de desembarque os elementos que devem trabalhar em equipe, tais como: AT e MU da Mtr, AT e MU de L. Rojão, etc. Esses elementos devem desembarcar sempre do mesmo lado e de modo que fiquem tão próximos quanto possível, a fim de poderem fazer uso de suas armas; portanto, isso deve ser levado em consideração quando forem designados seus lugares de embarque.

e — Quadros de Embarque

Devido ao número de helicópteros disponíveis para a instrução (sete) e a diversidade na constituição dos Pelotões dos diversos países, apresentou-se à Equipe de Instrução Especial o problema de dividir pelos helicópteros os seus elementos, de modo que fôsse mantido, o mais possível, a integridade tática das frações e a divisão das armas coletivas pelos diversos aparelhos.

Neste particular, os Pel. Fzo. tipo 1.º/REsI e Fzo. Nav. — FAIBRAS foram os que melhor se adaptaram, quer pelo número de homens, quer pela constituição de suas frações.

Exemplos:

(1) Quadro de embarque de 1 Pe. Fzo. (Tipo 1.º/REsI — FAIBRÁS) em helicóptero HU-1B.

| Número de Helicóptero | PESSOAL A EMBARCAR |
|-----------------------|--|
| 1 | Cmt. 1º GC — Msg Gr Cmto Pel Esquadra ALFA ao 1º GC |
| 2 | Cmt. Pel — Rad Op Esquadra BRAVO do 1º GC |
| 3 | Cmt. 2º GC — Mu 1ª Pç Mtr Esquadra ALFA do 2º GC |
| 4 | Cb AT 1ª Pç Mtr — Aux. AT 1ª Pç Mtr Esquadra BRAVO do 2º GC |
| 5 | Cmt. Sec. Metr. — 2ª Pç. Mtr. AT Rojão — Aux. AT Rojão |
| 6 | Cmt. 3º GC — Msg. Gr Cmto Pel Esquadra ALFA do 3º GC |
| 7 | Sgt Adj Pol Esquadra BRAVO do 3º GC |

(2) Quadro de Embarque de 1 Pel. Fzo. (Tipo Fzo. Nav. — FAIBRAS) em helicópteros HU-1B.

| Número de Helicóptero | PESSOAL A EMBARCAR |
|-----------------------|---|
| 1 | Cmt. 1º GC — 1º Esq. de Tiro do 1º GC Volteador de 1ª GC |
| 2 | 2º ET do 1º GC 3º ET do 1º GC |
| 3 | Cmt. Pol — 1º ET do 2º GC Volteador do 2º GC |
| 4 | Cmt. do 2º GC 2º ET do 2º GC |
| 5 | Sgt. Aux. Pel. 3º ET 2º GC |
| 6 | Cmt. 3º GC — 1º ET do 3º GC Volteador do 3º GC |
| 7 | 2º ET do 3º GC 3º ET do 3º GC |

5.5.6. Execução no terreno

Numa 1ª fase, cada Pel. Fzo. realizou no mesmo dia 2 exercícios no terreno com o seguinte desenvolvimento:

- (1) Embarque no Campo de Pólo
Deslocamento aéreo
Embarque na área A e proteção do helicóptero
Ataque a uma posição fracamente defendida
Consolidação do objetivo
Retraimento e embarque
Deslocamento aéreo
Desembarque no Campo de Pólo
- (2) Embarque no Campo de Pólo
Deslocamento aéreo
Desembarque na área B e proteção dos helicópteros
Vasculhagem de uma zona matosa à procura de guerrilheiros
Retraimento e embarque
Deslocamento e embarque
Deslocamento aéreo
Desembarque no Campo de Pólo

Numa 2ª fase, os Pel. Petrechos realizaram o exercício na área A, apoiando um Pel. Fzo., dentro de um quadro tático figurado, em que uma Cia Fzo. conquistava e mantinha uma zona de instalações de retaguarda inimiga. O desenvolvimento foi idêntico ao anterior, com a diferença de que o Pel. Fzo. foi transportado na 1.ª vaga e o Pel. Ptr. na 2.ª vaga. Nesse exercício, foi utilizado o Can SR 57 e não o Can SR 106.

Ainda na 2ª fase, o Pel. Rec. realizou um exercício na área B, atuando como Pel. Fzo.; os elementos do EM do Mtl. e o de Saúde realizaram um vôo à área A, onde simularam a instalação das Seções do EM e de um PS.

g — Resultados obtidos

Os resultados obtidos foram bons, variando para cada Contingente, de acôrdo com o preparo físico e instrução tática da tropa.

A quase totalidade dos homens jamais havia realizado um vôo em helicóptero e o receio no primeiro vôo ocasionou esquecimentos e desorientação no primeiro desembarque.

Isso foi sanado quase que totalmente, depois que os homens adquiriram confiança no helicóptero.

Foi exigido, dos quadros e da tropa, o mais absoluto acatamento às regras de segurança, principalmente durante o vôo. Algumas vezes, por defeito do material, os helicópteros realizaram o vôo com as portas abertas, como normalmente em combate, mas nessas ocasiões um oficial fazia a revisão dos cintos de segurança e os elementos da equipe embarcada recebiam recomendação especial.



Helicóptero UH-1B — Bell. Empregado no treinamento de Operações Helitransportadas (Assalto Aéreo) pela tropa brasileira, em São Domingos



Cena tomada quando do treinamento de Assalto Aéreo, vendo-se o Ten-Cel Paiva, o Cap Moreira e o Ten Ribeiro todos do I/RESI, e o Cap Tanner do Exército Norte-Americano e um piloto de Helicóptero



Tropa do I/RESI recebe instrução teórica, antes de iniciar o treinamento prático, utilizando helicópteros



Um instrutor supervisiona o aperfeiçoamento de um instruído na sinalização para a abordagem de um helicóptero, que transporta carga em seu exterior



Um instrutor supervisiona o aperfeiçoamento de um instruído na sinalização para a abordagem de um helicóptero, que transporta carga em seu exterior



Treinamento de carga e descarga em uma Zona de Embarque





Embarque de tropa brasileira, no treinamento de "Assalto Aéreo". As aeronaves recebem o pessoal em uma Zona de Embarque



Esquadrilha de Helicópteros UH-1B transporta tropa brasileira no moderno embrego do "Assalto Aéreo", tornando-as aptas e ombreadas ao mais moderno e preciso treinamento, específico da antiguerrilha



Esquadrilha chega à Zona de Desembarque, previamente selecionada, onde a tropa realizará um assalto à posição inimiga



Tão logo o helicóptero toca o solo a tropa lança-se à captura dos objetivos previamente selecionados, num tipo de operações, cujo planejamento é detalhado e a execução descentralizada. Foram conseguidos os mais altos índices de precisão e rapidez, nada ficando a dever às experimentadas tropas da 82ª Div Aet (USA)



Esquadrilhas de helicópteros de transporte de tropas numa Zona de Desembarque. Ao fundo, um helicóptero transportando carga, em apoio às operações



Um Fuzileiro Naval completando com êxito o aprendizado da descida de um helicóptero, em pleno voo, por cordas (acompanhado de seu instrutor)



Pelotão em voo

O tempo médio de 7 segundos, para embarque e desembarque, a partir do momento em que a porta era aberta, foi conseguido na maioria das vezes. No entanto alguns homens, durante o embarque após o reatamento, erravam o seu aparelho e ocasionavam atraso na partida dos helicópteros. Apesar disso, a percentagem de erros desse tipo foi tão pequena, que serviu para ressaltar o grau de aproveitamento geral dos diversos Contingentes.

h — Conclusão

Ao final da missão na República Dominicana a Equipe de Instrução de Operações Helitransportadas acredita haver conseguido o seu objetivo:

“Mostrar aos quadros e à tropa conhecimentos básicos sobre Operações Helitransportadas, realizar o treinamento básico do combatente no terreno em operações dessa natureza e nivelar esse tipo de instrução no âmbito da Brigada Latino-Americana”.

Deve-se ressaltar que, apesar da diferença de língua e variedade na constituição dos elementos de cada País, a instrução transcorreu normalmente.

A Chefa da Equipe de Instrução Helitransportada (*) que sempre esteve a cargo de um oficial brasileiro, resolveu adotar o único critério que lhe pareceu acertado: padronização da instrução técnica e liberdade na parte tática, de acordo com a doutrina utilizada em cada País.

Parece oportuno ressaltar, aqui, o indifereçável entusiasmo demonstrado por todos os Contingentes em aprender tudo sobre esse novíssimo instrumento de guerra: o HELICÓPTERO.

(Continua no próximo número)

(*) Chefiaram a equipe de Instrução Helitransportada, sucessivamente, os Cap Inf MARIO DIAS DOMINGUES DA SILVA e ROMEU LANDINI, ambos do I/RESI.

DOCTRINA MILITAR — ASSUNTO DE ONTEM E DE HOJE

Maj Brig
GODOFREDO VIDAL

APRESENTAÇÃO

Mais uma vez não contendo o júbilo em poder encaminhar a nossa revista *A DEFESA NACIONAL* outro escrito de meu pai, já falecido, este agora elaborado antes de 1948, como aula da então nascente Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, encontrado por mim num manuscrito amarelecido pelo tempo embora com conceitos, de ordem filosófica, bastante atuais.

A Doutrina Militar, que tem cogitado tantas definições dos que meditam sobre os problemas cruciais de nossas Forças Armadas, decorrentes de insopitáveis reclamos nacionais, abrange, segundo o pensamento de ilustre chefe, os seguintes aspectos (1):

— Conceção da Guerra;

— Conceção Geral das Operações (Princípios e formas operacionais);

Finalidade das Forças Armadas;

— Bases de Organização;

— Métodos de Ensino e de Comando.

A Doutrina Militar de uma nação, dizia o então Cel Ivon, Diretor do Centro de Estudos Eslavos da Escola Superior de Guerra da França (2), "incorpora, através dos tempos, as tradições mais antigas herdadas da configuração do território e sua produção, do clima, das campanhas do passado, do modo de vida de seus habitantes e de seu comportamento, "vis a vis", com os seus vizinhos".

Entende-se que dentro da Doutrina Militar existe uma Doutrina de Guerra que está delineada nos dois primeiros aspectos antes focalizados, fazendo a devida adequação ao país considerado dos princípios da guerra já consagrados de modo a traduzir uma estratégia de segurança nacional, a que não podem faltar os incentivos aos campos do Poder Nacional; econômico, político, psicossocial e militar, com o respaldo científico e tecnológico disponível.

Neófito no assunto, porém interessado no seu aprendizado, incluí-me na pregressa campanha desta revista a respeito de tão apaixonante tema, escrevendo dois modestíssimos artigos "Nossas For-

(1) Gen Humberto de Alencar Castello Branco — "A Doutrina Militar Brasileira" — 1957.

(2) Trecho transcrito de "A Doutrina Militar e Estratégia Soviética" do Ten-Cel CARLOS DE MEIRA MATTOS — *A DEFESA NACIONAL* — Jul 1959.

ças Armadas e a Nova Doutrina" — (N.º de Agº/60) e "Ministério da Defesa — Solução Administrativa, Técnica ou Política"? (N.º de Mai de 1961). No 1º, defendi a necessidade da formulação da Doutrina Militar Brasileira, cuidando dos problemas de desenvolvimento da Doutrina de Emprego das FF.AA; da reorganização das Forças de terra, mar e ar; do estabelecimento de princípios filosófico-educacionais na formação de nossos quadros; do aprimoramento técnico-profissional; da mobilização e do equipamento do território; da integração da logística militar de paz e da racionalização administrativa de nossas FF.AA.

"Doutrina é, entretanto, codificação de preceitos. Não tem, por sua natureza, energia de aplicação. É preciso traduzi-la em termos de execução, dar-lhe realidade, em suma. Essa concretização é que constitui o Programa. Fundamentado na Estratégia Nacional e obedecendo à Doutrina Militar, o Programa Militar estabelece os objetivos parciais e sucessivos a alcançar, selecionando o esforço a ser desenvolvido para conquistá-los." (3)

O debate, embora alongado no tempo, para estruturar em bases definitivas a DOCTRINA MILITAR BRASILEIRA, não teve ainda um desfecho oficial. Entretanto, após a II Guerra Mundial, tanto o governo como os chefes militares responsáveis e a própria opinião pública ganharam consciência para responder objetivamente à indagação: Para que manter Forças Armadas? A visão real das finalidades dessas Forças pareceu-me o avanço maior para uma integração de todos os demais aspectos da Doutrina Militar.

As missões constitucionais das mencionadas Forças, inegavelmente, estão acrescidas outras, de caráter secundário, porém muito necessárias para apoiar e assegurar o desenvolvimento e o bem-estar social em bases consentâneas com as legítimas aspirações de nossa gente.

Exército, Marinha e Aeronáutica estruturados sob a égide da hierarquia do mérito e da disciplina consciente; perfeita e racionalmente integrados; constituindo-se de quadros profissionais bem adestrados e aptos a todos os tipos de guerra; contando com unidades e grandes unidades organizadas para o desempenho imediato de sua missão precípua, com plena eficiência combativa; isentos de sectarismos e nocivas influências políticas; sensíveis aos sofrimentos do povo e, por isso, dispostos a minorá-los ou ajudar a suprimi-los no que for possível; e, identificados com o irrefreável impulso de progresso que vibra em cada coração de brasileiros, executando, nesse sentido, inteligente, planejada e contínua AÇÃO CÍVICA MILITAR; tudo isto fazem dessas Forças o instrumento ideal e indefectível de nossa segurança e o mais poderoso ariete para romper as barreiras de nosso

(3) Ten-Cel FERDINANDO DE CARVALHO — in "Bases da Evolução das FF.AA — Doutrina e documentação" — A DEFESA NACIONAL — Out 60.

subdesenvolvimento, a despeito dos mais acirrados antagonismos internos ou externos.

Para consecução de tais objetivos falta só dizer, oficialmente, que já temos uma DOCTRINA MILITAR BRASILEIRA:

Cel GERMANO SEIDL VIDAL

* * *

Certa vez, Napoleão escrevera:

“Quanto a mim, trabalho sempre. Medito muito. Se pareço sempre estar pronto a responder a tudo, fazer face a tudo — é que, antes de empreender alguma coisa eu meditei longamente, tendo previsto o que pudesse acontecer. Não é um gênio que me revela, de pronto, em segredo, o que tenho a dizer ou a fazer em uma circunstância inesperada para outrem. É minha reflexão, é a meditação.”

E, se juntarmos a estas palavras as seguintes escritas pelo Marechal Foch em seu livro “Des Principes de la Guerre”:

“A realidade do campo de batalha é que aí não se estuda; simplesmente faz-se o que se pode para aplicar o que se sabe. Portanto, para aí se puder um pouco, é preciso saber muito bem”; teríamos assim enunciado o mandamento básico do catecismo para a formação dos chefes. Estas conjecturas valem muito para um curso, como ora iniciamos e onde iremos meditar e refletir muito nos problemas do emprego ou da atuação da Aeronáutica no quadro das operações de guerra.

O que é a guerra?

A guerra nada mais é que a “luta entre duas vontades opostas, em que triunfa a mais forte.” consigna o nosso Regulamento de Exercícios das Grandes Unidades.

Luta de forças morais utilizando forças materiais.

“É um ato de força ao qual recorrem dois interesses que não se podem entender”, define-a o General Gamelin. Choque de duas vontades contrárias, servidas por inteligências ativas e que põe em jogo recursos variáveis conforme o grau de capacidade criadora dos antagonismos. Termina, quando a vontade de um deles prepondera, impondo-se, abatendo do contrário; ou, quando, ambas igualmente tenazes e dispondo de recursos equivalentes, chegam até a extenuação mútua. Assim sendo, é claro que em condições materiais idênticas, que se equilibram ou equivalham, a vitória penderá para o lado da mais viva inteligência na criação e na utilização dessas condições materiais; inclinar-se-á a Vitória para o lado de vontade mais tenaz ou mais perseverante.

É claro, portanto, que devem preponderar na luta as forças morais extremamente simples em seus elementos fundamentais, — inteligência e vontade — mas sumamente complexas pela constituição mesma desses elementos fundamentais.

Seja como fôr, o que decorre imediatamente da natureza da guerra é que seu elemento central, nuclear — é o homem e que o seu ponto culminante, ato supremo e decisivo, é o combate, — a batalha — onde e quando o choque das vontades opostas atinge sua intensidade máxima, o ato de força pelo qual se procura dominar, submeter, destruir ou aniquilar as forças adversas.

Adant du Picq — nos seus “Estudes sur les Combats” — diz:

“O combate é o objetivo final dos exércitos e o homem é o instrumento primeiro do combate; não pode existir nada tão sãbiamente ordenado num exército — constituição, organização, disciplina, tática — tôdas estas coisas que se mantêm como os dedos de uma mão — sem o conhecimento exato do instrumento primeiro, do homem e do estado moral neste instante definitivo do Combate”.

Aí estão as idéias diretrizes e dominantes que presidirão aos nossos trabalhos neste curso, sôbre os quais daremos ainda maior precisão relembando a expressão de que a guerra é um drama “*effrayant et passionné*” — no dizer de Jomini, — que só se aprende pela reflexão e que se precisa iniciar sabendo.

E mais, se ouvirmos as ponderadas palavras de Joffre, escritas em janeiro de 1913:

“Para se estar pronto hoje, é preciso ter, avançadamente, orientado com método e com tenacidade, todos os recursos do país, tôda a inteligência de seus filhos, tôda a energia moral para um objetivo único: a vitória. É preciso ter tudo organizado, tudo previsto.

Uma vez as hostilidades começadas, nenhuma improvisação será válida, o que faltará então, faltará definitivamente. E, a menor lacuna pode causar um desastre.”

Mas a forma da guerra evolui necessariamente com o homem. Não se luta na Idade da Pedra como se luta na Idade dos Metais. Do combate singular ou individual passou-se ao choque entre grupos que se formaram para pugnar em prol de um interesse comum. O homem agindo em sociedade cria forças novas, forças resultantes da ação coletiva; novos instrumentos aparecem para acrescer seu valor combativo e surgem regras tendentes a dar convergência às ações individuais, visando resumilas numa resultante poderosa.

A ação em grupos cada vez mais amplos e variados, melhor dotados para a luta, foi tornando cada vez mais importante a necessidade de uma organização adequada, de uma hierarquia de funções, de uma repartição ou especialização de esforços. De qualquer forma, a ação em comum visando um objetivo comum — destruir ou submeter os contrários, — obedece a regras, compõe uma teoria. Forma-se uma *doutrina de guerra*.

O que é doutrina?

Define-se uma doutrina como “*um conjunto de opiniões emitidas, adotadas ou professadas sobre um assunto qualquer, pertencendo à ciência ou a arte, seja por um mestre gozando para isto duma incontestável autoridade, seja por uma escola.*”

Este conjunto de opiniões é, em geral, baseado sobre um certo número de proposições fundamentais que, na exposição de idéias ou na explicação dos fatos, venham à baila, constantemente como verdadeiros. Estas proposições são os princípios ou verdades primeiras sobre as quais repousa toda a doutrina. Quanto às opiniões, elas próprias, condensadas sob forma de aforismos ou de máximas e denominadas — *leis, regras ou preceitos*, segundo sua natureza, sua importância ou seu grau de generalidade, — servem para formar os *métodos* e os *sistemas*, os quais, para os desenvolvimentos que se lhes dá, constituem finalmente o *corpo* mesmo da doutrina.

“Todos os grandes capitães, escreveu Napoleão, fizeram grandes coisas quando se conformaram às regras e aos princípios naturais da arte, isto é, pela justeza das combinações e a relação raciocinada dos meios com as consequências, os esforços com os obstáculos.”

“A arte da guerra é uma arte toda de execução”.

Os elementos essenciais de uma doutrina de guerra, são:

- 1º) os princípios;
- 2º) leis, regras e processos, resultando da aplicação destes princípios às situações segundo os *resultados a obter e objetivos* a atingir;
- 3º) uma maneira de aplicar esses princípios, essas leis e essas regras segundo os *meios de que se dispõe*;
- 4º) um método para ensinar a aplicação destes princípios, assim como sua utilização aos casos particulares que se apresentarem.

“A guerra, disse Von Clausewitz, não é um dogma fechado”.

Não é na maneira de agir ou de executar qualquer coisa que reside a originalidade, a personalidade dos executantes?

Daí se procurar, sob influência de excitações exteriores idênticas, uma reação comum e única dos reflexos cerebrais de todos os indivíduos duma mesma coletividade sem lhes tentar tirar certas forças inatas que cada um possua. Daí o método de raciocínio como elemento essencial de uma doutrina de guerra — é o que propugna esta Escola ou melhor todas as escolas para formação do comando.

* * *

Dum livro escrito pelo Gen Debeney — “La guerre et les hommes” — extrai-se a seguinte passagem:

“A tropa é o elemento principal dos Exércitos e não há temor que os progressos do armamento lhe tire esse lugar

privilegiado: será preciso sempre pessoal para servir ou acionar o material; o material agrupa os homens de uma maneira diferente, modifica o seu emprêgo mas está sempre na imposição de lhe pedir o meio de animar sua inércia e de realizar seu pleno rendimento."

É, então, ainda hoje, e sê-lo-á amanhã, preponderante o *fator moral*, cujo valor se aprecia pelo grau e *forma de disciplina* resultante da confiança que inspiram os Chefes e cada qual tem em si mesmo. É obtida somente por uma boa *educação* baseada num perfeito conhecimento da guerra.

A justeza dessa concepção é atestada pela história, que também mostra não ser só o *homem tropa* propriamente dito, que é capaz de *valorizar o material*. É preciso destacar da tropa — o *homem chefe* — o homem apreciado em suas mais altas qualidades de *inteligência e de caráter* — o *Comando*.

CESAR e POMPEU comandavam *romanos* e usavam as mesmas armas, — o material romano; mas CESAR derrotou a POMPEU.

CIPIÃO venceu ANÍBAL.

CARNOT organizou as vitórias de França de 1789 que NAPOLEÃO tornou efetivas, e, às quais dou, com seu gênio, o máximo desenvolvimento, fundando a guerra moderna e batendo toda a Europa que, usava, no entanto, as mesmas armas.

JOFFRE, não obstante a incontestável superioridade material dos alemães de 1914 não se deixou bater por MOLTKE e preparou a vitória de FOCH em 1918.

Não basta, evidentemente, ter bons e numerosos materiais de guerra, possuir materiais aprimorados, para vencer — é preciso saber utilizar esses instrumentos. Não se luta com homens contra material, é verdade inconteste, mas a luta se trava entre os homens e não entre os materiais.

Os franceses foram batidos em 1870, não obstante a confiança que depositavam na superioridade de seu fuzil, e os austríacos em 1866, pelos alemães, como diz FOCH, porque não haviam compreendido a guerra apesar de estarem a ela afeitos, enquanto que estes tinham-na estudado e compreendido, embora não a houvessem feito.

Em 1914, o Comando alemão evidencia um *estudo imperfeito da guerra* em face de seus antigos adversários, a quem aproveitou de modo iniludível a lição de 1870.

Repetem eles vícios e insuficiências manifestadas em suas campanhas vitoriosas anteriores, enquanto que os franceses mostram rápida adaptação às circunstâncias da realidade do campo de batalha. O Alto Comando alemão revela-se deficiente em seus métodos de ação e em suas concepções da *manobra na batalha*; os franceses tiram sua

fôrça justamente do súbito valor com que seu comando atua e reage em presença do adversário.

Seja como fôr, o *Comando* não se exerce do mesmo modo nas guerras de ontem e nas de hoje. A proporção que os efetivos crescem e que o teatro da ação se dilata, mercê de caráter geral das guerras e dos progressos da indústria (armamento, transportes, transmissões do pensamento) — sua complexidade também cresce.

Não mais abarca o *Chefe* num golpe de *vista*, de um observatório escolhido, o campo de batalha; nem os Exércitos em luta se aproximam em massas que se defrontam e se chocam a alguns metros de distância.

Enquanto que em 1870 os alemães, formando uma pluralidade de espíritos médios conseguem vencer numa grande guerra com três ou quatro Exércitos, sabe-se o insucesso a que chegou Napoleão em 1812 e 1813, apesar de seu gênio incomparável, embora tendo a manobrar efetivos bem menores.

A grande guerra de 1914 mostrou quão mais complexo se tornou êsse problema, pelo emprêgo intensivo não mais da via férrea e do telégrafo, mas do automóvel, da T.S.F., de toda uma técnica que parecia ter atingido ao mais alto grau de perfeição. Hoje, elementos novos entram ainda em jôgo e a ação aérea e o engenho mecânico de combate, que então fizeram apenas sua aparição, apresentavam-se com tendências dominadoras e avassalantes.

E, por tanto, mais ainda verdadeira a fórmula de Von Der Goltz, citada por Foch: "Hoje o *Chefe* não pode mais tudo resumir em sua pessoa. O gênio mesmo terá necessidade de auxiliares cheios de iniciativa e bem preparados".

No entanto, é preciso evitar a exageração dessa necessidade ao ponto da importância do *Chefe* desaparecer em face do *elemento auxiliar*, erro de que, ao nosso ver, foram vítimas os alemães, entre os quais o *Comando* passou a ser *efetivamente* exercido pelos Estados-Maiores.

Na *realidade da guerra* nada substitui o valor da personalidade — um *Chefe* medíocre só pode dar resultados medíocres.

Evidentemente não pode êle fazer tudo, mas só *êle pode ter uma idéia* diretora capaz de um desenvolvimento constante e de condicionar todas as atividades, só êle pode ter uma *vontade propulsora*, capaz de se impôr a todos e em todas as circunstâncias; só êle pode *dirigir*, coordenar, sustentar as atividades subordinadas numa direção *única* de convergência. Se falta, falta quase tudo.

Um exemplo bem marcante do valor e da importância do *Chefe* nos dá Caxias, notadamente na campanha final da *Guerra das Farroupilhas* e na do Paraguai onde sua *ação pessoal* faz mudar por completo a marcha dos acontecimentos.

Seja como fôr, torna-se evidente que, mais do que nunca, é hoje necessário saber o que é a guerra em seus elementos essenciais; discernir, na tumultuosidade dos elementos que concorrem em sua formação, qual é a importância de cada um deles e quais são os que preponderam. Dentre estes, jamais se deve olvidar que o essencial é o *homem*, por isso que ela é um drama "*effrayant et passionné*" e que a vitória, qualquer que seja o material, só é obtida por aquêles que compreendem, ou melhor, sentem as necessidades de *ordem material e principalmente moral*...

Mas se a guerra é um drama, é ela vivida num cenário dado e obedece a uma técnica determinada. É obra de arte, "*avant tout, diz Napoleão, un art simple et tout d'exécution*".

Conhecer o cenário e a técnica são condições necessárias a quem tenha de compreender e analisar o drama mas é insuficiente para quem tenha de dar-lhe a vida. A este é preciso além do conhecimento possuir o sentimento; mais ainda, é preciso o hábito de agir na cena, de fazer viver o personagem, porque a técnica pode ser aplicada com maior ou menor efeito, com mais ou menos perfeição.

Foi sentindo tal aspecto do problema que surgiu a *doutrina* de que a guerra só se aprendia fazendo-a, vivendo-a em toda sua dramaticidade.

Sem dúvida, a experiência dada pela ação em plena realidade, tem o máximo valor e é o único meio de corrigir os erros de compreensão que sobre ela se formulem.

Não é, uma escola de aprendizagem, é antes um campo de experimentação. Não ensina a começar, não prepara para as ações iniciais.

É preciso, então, ter uma técnica de guerra e saber aplicá-la; iniciá-la com o espírito já formado para poder desde logo agir.

Agir, arte de execução...

Trata-se, em última análise, não de conhecer a teoria ou a filosofia da guerra e sim de saber agir conforme suas conclusões.

O único meio para isto é fazê-lo refletidamente, isto é, nas condições requeridas pela natureza e as necessidades de guerra. Uma vez que não é possível viver toda a realidade para aprender, só a imaginação pode preencher essa lacuna, e só o exame atento da história pode fornecer os elementos necessários para que a imaginação não degenera em pura fantasia.

Não basta, porém, um perfeito conhecimento da história para que se adquira o necessário para bem agir na guerra. A história é o passado e a aprendizagem da guerra visa o futuro.

De outro lado, cada caso de guerra a resolver é um *caso particular* que se apresenta em condições de tempo, de espaço e circunstâncias todas a ele peculiares.

É preciso que a inteligência e a imaginação saibam criar quadros onde entrem os elementos novos da guerra e determinar as reações que pode exercer. É variando constantemente êsses quadros e procurando a solução correspondente a cada caso — é que se pode chegar a adquirir o hábito de solucionar os problemas do campo de batalha, o hábito de agir.

Essa idéia sintetiza todo o *método de ensino* que se adota nesta Escola, onde se prepara o Comando — o Chefe e seu Estado Maior.

A inteligência e a imaginação têm seu trabalho facilitado pelo conhecimento de uma doutrina de guerra, cuja existência se justifica ainda pela necessidade de tornar convergentes as ações dos que tomam parte na luta.

Mas uma doutrina de guerra não é uma exposição de axiomas tendo força de lei — é um *tudo homogêneo* compreendendo:

- uma concepção da guerra;
- um método de raciocínio;
- princípios.

A concepção da guerra é a de que ela é uma luta de duas vontades, e aquela que reconhece o homem como elemento central servindo-se dos recursos materiais que a *indústria de seu tempo* lhe põe à disposição para destruir ou neutralizar o adversário.

A concepção da guerra deve, portanto, basear-se mais nas circunstâncias políticas atuais do que nas guerras passadas, essa que muito provavelmente se encaravam objetivos diversos.

Os processos histórico indutivo e realístico podem e devem coexistir para um estudo. O segundo é particularmente próprio à preparação e o 1º o é principalmente à ação; mas os dois íntima e reciprocamente se combinam.

Os alemães dizem — “Die jaht ist quecht des gedadankes” — a ação é escrava do pensamento.

* * *

Visto como tôdas as grandes ações militares parecem extremamente simples na sua linha diretriz, muitos julgam que simplicidade signifique facilidade e que, portanto, poderá na ocasião oportuna sentir a idéia necessária sem precisar apoiar-se em teorias que lhes pareçam não mais do que complicadas peias à sua própria intuição.

Eis um julgamento supervalorizado que não se poderá jurar posuir para o próprio uso, na ocasião em que é indispensável.

Não poderia ser mais claro, citando Napoleão quando disse — “Quem opera sem princípios e não militou sobre o que pretende, cai em hesitações e meios termos, e tudo perde na guerra.”

Se, estudando a história, pudermos conseguir descobrir alguns casos em que foi obtida uma vitória em contravenção às regras fundamentais, veremos sempre que também o inimigo, naquela ocasião se afastou talvez muito mais, das citadas regras.

Jamais se arrependeram aqueles que aplicaram os princípios de guerra com inteligência. O difícil é aplicá-los oportunamente e tomar, baseado nêles, decisões mais convenientes; isto só é possível a quem tem idéias meditadas, sólidas e seguras, e um caráter resolutivo, que possui aquela clarividente e inabalável decisão que justamente dá a certeza do saber.

Lembro aqui o dizer de Anatole France: "Tudo que é perfeito é complexo, mesmo na sua aparente simplicidade".

Os princípios da guerra são imutáveis, mas cada novo meio material parece à primeira vista torná-los *vãos e superáveis*...

O novo engenho gira logo aquêle desnordeado fruto da surpresa, mais ou menos longo, conforme as reações do tradicionalismo e das intemperanças dos entusiastas. Depois, também ele entra no quadro, sem que tenha havido contradições, mas como nova adaptação aos eternos princípios, princípios estes que são baseados inabalavelmente, não na matéria que se transforma, mas nos homens que são sempre os mesmos, e nas leis permanentes da vida.

* * *

Com muita justeza, o clássico da arte militar, Von Clausewitz, assim se exprime: "Nenhum plano, dentre os necessários para a guerra pode ser preparado sem se ter presente a verdadeira situação política. Seria pouco sério estabelecer um plano de guerra baseado somente nos elementos de caráter militar."

É portanto necessário um perfeito acôrdo, com contínuas trocas de idéias, entre quem conduz a política externa e quem prepara e deve conduzir à guerra as forças armadas. Cada qual deve conhecer as diretrizes, as necessidades, as vontades, as dificuldades e os recursos do outro ou do país. Em particular, o chefe militar não pode e não se deve encerrar no seu tecnicismo, exigindo do chefe do governo, com pedantesca insistência, com a inútil precisão das particularidades profissionais, os recursos que lhe são necessários, sem enquadrar com clareza e eficiência as conseqüentes possibilidades de ação bélica no plano político nacional.

Vai aqui uma observação especial — acompanhar a política externa não significa para um militar estar exata e continuamente a par das minuciosas circunstâncias diárias do ambiente internacional, nem tão pouco perder-se nas controvérsias habituais da diplomacia, na qual os mais graves e vitais problemas se acham entrelaçados necessariamente com as questões pessoais e protocolares.

É necessário somente ter uma idéia clara e bem definida das necessidades e das aspirações de seu país, postas em confronto com as de outros Estados, e seguir em linhas gerais as controvérsias atuais e as que hão de vir possivelmente, e informar-se com segurança das zonas de atrito e das disputas reais insanáveis.

* * *

Decorre do que vimos de dizer sobre a *doutrina de guerra*, notadamente o que se refere à concepção da guerra e do seu caráter essencialmente objetivo, que cada povo deve possuir uma maneira de fazer a guerra, isto é, de aplicar o princípio da economia de forças.

É necessário que faça uma idéia justa do cenário onde se representará o *drama*; e da natureza dos homens que lhe darão vida; natureza física e moral; de sua mentalidade, costumes, fraquezas e virtudes, de suas aptidões, em suma.

É preciso que tenha uma concepção própria da guerra, mas da luta futura, daquela que terá de agir, o que o levará a considerar todos os recursos fornecidos pela indústria moderna e os progressos realizados na utilização dos mesmos.

Trata-se de aplicar, ao caso particular de sua guerra, a doutrina de guerra.

Esta advertência tem por fim salientar a necessidade em que nos encontramos de levar mais a fundo o estudo dos aspectos nacionais da guerra, em toda sua variedade, tendo em conta o que existe e o que pode existir.

Nossa doutrina de guerra que vem substanciada no regulamento das GU deve ser completada e desenvolvida para ter mais perfeita conta o progresso realizado pelo material. A assimilação porém dessa doutrina evidentemente requer seja desenvolvida pelos estudos objetivos de nosso caso particular. Os processos precisam ser bem ajustados ao nosso homem, às nossas condições particulares; um corpo de ensinamentos é mister constituir-se a respeito. É necessário que nos habituemos a agir tal qual se nos apresentará a realidade, com deficiência de meios e em terrenos de onde não possuímos cartas militares e onde as estradas não primam nem pelo número nem pela qualidade.

Tal deve ser nossa constante preocupação de firmar a objetividade completa dos nossos estudos para ficarmos coerentes com a própria doutrina que adotamos, podendo realizar — “a adaptação sem reserva dos meios ao objetivo” — como preconizou o Marechal Foch no seu livro — “Des Principes de la Guerre.”

BASES RACIONAIS PARA O EXERCÍCIO DA DIREÇÃO E DO COMANDO

Ciclo de palestras proferidas pelo então Ten-Cel-Av
GODOFREDO VIDAL (*) sob os auspícios da LEGIÃO
BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA, em maio de 1943.

I

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A arte da guerra está passando no momento presente por uma fase de cristalização conseqüente ao conservantismo do pensamento militar e dos seus velhos métodos de estudo. No entanto, Von Clausewitz, um dos mestres da arte da guerra, tendo composto há mais de cem anos sua obra clássica "Da Guerra", baseado nas experiências adquiridas nas campanhas de Frederico, o Grande — afirmou que "a guerra é um ato de violência pelo qual um Estado quer reduzir um outro à sua vontade".

E diz mais, comentando:

"Mais os motivos da guerra serão potentes e grandiosos, mais eles abraçarão a existência inteira dos povos, mais a tensão que precede à guerra será violenta, e mais a guerra se aproximará da sua forma abstrata e só obterá vantagem pelo esmagamento do inimigo; os objetivos militares e políticos coincidirão; a guerra aparecerá puramente guerreira e de menos a menos política."

O que observamos no passado é que os povos se emassavam com toda a sua energia à retaguarda dos exércitos.

O que nesta guerra é difícil distinguir é onde começa a força armada, propriamente dita, na massa das populações. Povo e força armada constituem um só bloco sujeito às mesmas vicissitudes e aos mesmos percalços.

O mundo assiste a uma guerra de povos. Com todo o seu poder bélico, econômico e humano, os Estados ou as Nações se enfrentam em combates, sobre frentes imensas, sobre mares longínquos, procurando, na luta, jogar todas as forças psíquicas e vitais dos povos, para desassociá-las ou paralisá-las.

A guerra total, que não é somente um engajamento de forças armadas, toca diretamente a vida imediata e a alma de cada membro dos povos beligerantes.

O tempo dos diferentes gêneros de guerra já passou. A guerra total ganhou em profundidade, tanto no aperfeiçoamento dos meios de abater o moral de um povo, como no aumento do poder de des-

(*) Falecido em 1953 como Maj-Brig R/1.

truição de todo o seu patrimônio, além de procurar destruí-lo materialmente. Tanto procuramos destruir sua capacidade moral e combater, pela propaganda, pelas brochuras e manifestos impressos, pelo rádio — difundindo tudo aquilo que possa se tornar idéia contrária à guerra — como pela forma mais violenta, — pela destruição sistemática e contínua dos bens patrimoniais de uma Nação.

As populações civis, como as Forças Armadas, suportarão a ação direta da guerra. Escalonadas pelo território terão que sofrer a falta dos meios necessários à vida, materiais ou morais, os bloqueios da fome e da propaganda inimiga — tudo como outrora os habitantes das praças fortes sitiadas, que a miséria e o esgotamento obrigavam a capitular.

É uma verdade inexorável e indubitável, e todos os meios de combate imagináveis estão conformes com esta verdade, devendo atingir a toda a existência de um povo.

Sim, o tempo da guerra “em dentelles” já passou.

Quando uma Nação se decide a fazer a guerra, começa pondo à disposição do soldado — as forças armadas, as forças econômicas e o povo — ele próprio. A isto denomina-se — Mobilização.

Essa mobilização se efetua segundo prescrições maduramente refletidas e trabalhos preparatórios, de uma precisão escrupulosa, que tiveram lugar em tempo de paz, reavivados cada ano no recesso dos Estados-Maiores.

Porém, não visam somente as formações de combate, os preparativos para os efetivos mobilizáveis — abrangem proporções mais amplas, problemas econômicos, financeiros e sociais, os quais tocam a questão da existência e do aprovisionamento do povo. E vão, ainda além, no domínio moral, atingindo ao estabelecimento de diretivas para auxiliar a salvaguarda da coesão e do estado de ânimo do povo, necessários a poder suportar o esforço integral de guerra.

Ao levar a guerra a toda a população, atrás das frentes de batalha e a todo o território de uma Nação — inicia-se uma nova era na arte de guerrear. E uma nova estratégia é dirigida ao coração do país e aos seus habitantes, por cima dos exércitos, por sobre oceanos e mares, por cima dos campos fortificados e, até, por sobre os bloqueios.

O pensamento militar não pode deixar de sacar as conclusões da lógica dos acontecimentos, reagindo à lentidão motivada pelo conservantismo, uma vez observando o caráter peculiar do novo fenômeno, em virtude do qual a moderna ciência de guerra é capaz de pôr em movimento forças que ameaçavam a existência de todo o sistema militar.

Porém, nada pode impedir a transformação da estratégia e de produzir-se uma nova rivalidade de armamentos — o centro de gra-

vidade será transferido para o espaço aéreo. As forças aéreas e os serviços de combate que as sustentam vão constituir a coluna mestra da doutrina da guerra total que há pouco esboçávamos.

PROGRESSO DA ARMA AÉREA

Antes da guerra de 1914, o problema da segurança nacional comportava dois termos: **segurança sobre terra e segurança sobre mar**, comportando hoje um terceiro: **segurança aérea**.

Esse novo elemento, cuja importância relativa foi apaixonadamente discutida, é que impôs aos Estados-Maiores e aos governos a pesada responsabilidade de escolher entre duas doutrinas:

Aviação — arma acessória, esclarecendo, apoiando, prolongando a ação terrestre ou marítima;

Arma aérea — arma decisiva, ferindo a nação inimiga em seus pontos vitais, destruindo sua potencialidade industrial e moral, quebrando sua vontade de lutar.

Por muito tempo esta última doutrina foi tachada de sonho, romance e imaginação — audácia intelectual — mas os resultados e os progressos da Arma Aérea vieram confirmar essas previsões, derrubando quicá todo um organismo de defesa nacional de certos países.

“O conflito humano elevava-se, subitamente, da superfície da terra até à terceira dimensão, anulando todas as defesas fixas, fossem elas diques, muralhas, ou outros empecilhos a movimentos de superfície. Eliminou, também, os obstáculos representados por oceanos e armadas. A guerra estática de trincheiras era coisa do passado, bem como o “front” das guerras precedentes.

Ela foi substituída pela guerra dinâmica, altamente mecanizada, de movimento e penetração.”

Se lerdes um livro recentemente aparecido — “A Vitória pela Força Aérea”, do Major-Aviador de Seversky, encontrareis nos mínimos detalhes os argumentos lançados pelo autor como verdades fundamentais e iniludíveis, decorrendo das experiências recentes. As demonstrações têm sido feitas, como se de fato processadas num laboratório gigantesco, a preço de enormes gastos, em vidas e em recursos.

E resume, no seu livro, em termos elementares e fundamentais, os princípios básicos de emprego da Força Aérea moderna:

1) Nenhuma operação, terrestre ou naval, será possível, sem que, primeiramente, se conquiste, na área respectiva, o domínio do ar.

2) As armas perderam a sua função de ofensiva estratégica.

3) O bloqueio de uma nação inimiga tornou-se função da Força Aérea.

4) Só se vence Força Aérea com Força Aérea.

5) Aviação com base em terra é sempre superior à aviação com base em navio.

6) O raio de ação da Força Aérea deve ser igual às dimensões máximas do teatro de operações.

7) Na guerra aérea, o fator qualidade é, relativamente, mais decisivo que o fator quantidade.

8) Os tipos de aviões devem ser especializados de acordo, não só com a estratégia geral, mas, também, com os problemas táticos de uma campanha específica.

9) Só o bombardeio de precisão pode, do ar, destruir o moral do inimigo.

10) O princípio da unidade de Comando, já de há muito consagrado para os Exércitos e Marinhas, aplica-se com igual força à Aviação.

11) A Força Aérea precisa ter seu próprio sistema de transporte.

Estamos em face de princípios que caracterizam, com precisão, o advento de uma nova era da humanidade.

Primeiro o homem, no ralar da História da Humanidade, procurou desbravar e conquistar as terras. Aí se fixou e construiu o seu "habitat", o seu povo e a sua Nação. Divergências, questões raciais, questões religiosas e de princípios fundamentaram a origem das primeiras guerras. O espírito humano era profundamente terrestre.

O comércio, através dos mares próximos, o desejo da descoberta, os sonhos de maiores riquezas, a cobiça nos bens dos povos vizinhos, fizeram com que esse homem terrestre se fizesse marítimo, descobridor, navegador e conquistador — e assim se lançou através dos mares à conquista de outros povos e outras terras.

O espírito humano evoluiu para a mentalidade marítima — as esquadras nasceram e os exércitos embarcados constituíram os elementos para o assalto.

Neste século em que vivemos nasceu a máquina de voar — o avião. Mal descoberto em 1908, já em 1912 era empregado como máquina de guerra, nos Bálcãs, porém sem grande eficiência militar, mas considerado como grande necessidade o seu aperfeiçoamento.

De 1914 a 1918 a guerra nos ares esboçou-se com prelúdios de atos heróicos, e criou uma tática de emprêgo — A Aviação que constituiu uma arma auxiliar de guerra tendo sido, antes mesmo, um serviço auxiliar dos comandos.

Depois da guerra européia a Aviação tomou maior impulso e progresso que qualquer outro invento humano, a não ser o rádio. E

pode-se dizer que — de tôdas as armas modernas que foram utilizadas, até hoje, pela primeira vez na guerra, a Arma Aérea é a que mais profundamente tem modificado o caráter da guerra.

O avião veio constituir o elemento principal da nova era em que vive a humanidade — a era aeronáutica.

PODER DA AVIAÇÃO

A aviação, que constitui o apanágio do progresso de um povo, apresenta-se sob seus dois aspectos — o construtor e o destruidor. Construtor porque, acercando os povos, eliminando as fronteiras, facilitando a marcha do progresso através invios sertões, através de infindos mares e oceanos, através de enormes distâncias — cria a cooperação, a colaboração e o entendimento — ruindo por terra as marcas de fronteira e os preconceitos entre os homens.

Cria e constrói, num ambiente de entendimento, para melhorar a vida e para a Paz.

Leva ao rincão longínquo um palpitante de progresso, numa revoadada de asas brancas de Paz.

Cria o progresso de uma Nação e constrói a sua potenciabilidade econômica.

Construtora e emissária dos anseios de um povo a outro povo — de uma terra a outra terra — da cidade ao vilarejo — tudo fazendo para que os homens se entendam e se unam melhor...

Esse foi o sonho realizado por Alberto Santos Dumont, mas, desgraçadamente, a sua outra face é terrível — a aviação de guerra — elemento máximo de destruição.

Os extremos se tocam — se uma constrói, a outra, implacável, insidiosa e terrível — destrói — tudo destrói numa ânsia sangrenta de fogo e extermínio.

DADOS DA GUERRA ATUAL

O quadro que se nos antepara desta guerra é dos mais horripilantes e terríficos — do emprêgo das aeronaves procurando provocar as grandes decisões, pela violência dos seus ataques.

Por mais aproximada que fizerdes uma idéia da violência desses ataques, ainda será uma apagada imagem da realidade.

Eu não pretendo nem desejo cansar-vos pela atenção de dados numéricos comprobatórios, mas exaustivos.

Citarei, somente, alguns dados tirados de documentos oficiais:

— Mais de 150 bombas de 2.000 kg lançadas sobre Düsseldorf, num "raid" que decorreu 50 minutos na noite de 31 de julho do ano passado.

— Mais de 1.000 bombas foram lançadas em 4 incursões sobre o Ruhr, durante a semana de 5 a 11 de abril de 1942.

— Na noite de 26 de julho de 1942, durante a incursão contra Hamburgo, que durou 35 minutos, foram lançadas 175.000 bombas incendiárias.

— Na incursão de 3 horas, contra Lubeck, de 28/29 de março de 1942, a RAF lançou uma vez e meia o peso das bombas lançadas sobre Coventry, em novembro de 1941 — isto é, 340 toneladas contra 225 toneladas.

— Caíram sobre Rostock 400 toneladas, durante as duas primeiras incursões de 23/24 de abril.

E para dar-vos uma idéia clara do poder de destruição dos gigantesos petardos, reporto-me a um relato oficial inglês:

“Durante muito tempo as técnicas que construíram as bombas de 2 a 4 toneladas, não puderam comprovar seus efeitos destrutivos na Inglaterra, pois, devido ao terrível deslocamento de ar, causado pela explosão, ainda os mais distantes campos abertos não estariam completamente seguros. Por isso, realizaram as primeiras provas, já em operações ativas contra a Alemanha, sendo a de Krefeld uma das significativas.”

Durante a incursão contra Krefeld, efetuada em outubro, o piloto de um aparelho Lancaster declarou ter visto uma bomba de 2 toneladas explodir no meio de um feixe de bombas incendiárias. Se foi uma bomba desse tipo que causou toda aquela devastação revelada pelas fotografias, é muito razoável, comenta o citado piloto, supor-se que, pelo menos 40.000 metros quadrados devem ser arrasados pelas bombas novas de 4 toneladas.

As fotografias aéreas demonstram como uma única bomba destruiu 25.000 metros quadrados.

E, para terdes uma idéia da atividade aérea, basta guardar esses dados:

Até princípios deste ano a RAF desfechou 7.892 ataques separados, variando de intensidade contra 1.357 objetivos terrestres, na Alemanha e territórios ocupados.

Entre setembro de 1939 e julho de 1942, mais de 10.150 aviões alemães e italianos foram abatidos pela RAF e pela artilharia anti-aérea britânica, e mais de 680 foram derrubados por navios: de guerra e mercantes.

Foi de 10.830 o número de aviões inimigos abatidos, sem contar os aparelhos abatidos na Rússia e Extremo Oriente.

Eis o esforço que a Arma Aérea fez numa parte da atual guerra e, já que falamos na RAF, permiti que vos faça, ao terminar esta palestra, e onde era um propósito fixar as idéias primaciais do pe-

rigo aéreo na hora atual, assunto que se prolongará pelo vosso curso, no decorrer das palestras e das visitas projetadas e programadas — uma referência ao espírito nôvo desta nova Arma, a quem a civilização e a humanidade tanto devem, pelo espírito combativo, de desprendimento e até mesmo heróico — quero referir-me à RAF.

— “Numa terça-feira, 20 de agosto de 1940, na Câmara dos Comuns, numa revista periódica sobre o curso da guerra, o Primeiro-Ministro Winston Churchill, após se referir ao labor e às façanhas da Armada, falou da guerra no Ar:

— “A gratidão, de todos os lares da nossa Ilha, do nosso Império e do Mundo todo, salvo dos culpados, vai aos aviadores britânicos, que, impávidos em sua inferioridade numérica, incansáveis no seu desafio constante a perigos mortais, estão, com suas proezas e seu zelo, fazendo retroceder a maré da Guerra Mundial. Nunca, no campo de conflito humano, tanto foi devido por tantos a tão poucos”.

E ao pronunciar essas palavras a batalha estava ainda no auge, pois, somente em fins de outubro, foi que a Luftwaffe abandonou os ataques em massa, para firmar-se, exclusivamente, em incursões esporádicas noturnas e, tácitamente, de pouca eficiência.

A BATALHA DA INGLATERRA

Vale a pena relembrar alguns dados que irão fixar esta batalha da Inglaterra como um tema que deva ser continuamente escrito e inesgotavelmente estudado.

A batalha da Inglaterra será discutida sempre, como ainda hoje se discutem, para ensinamentos, as batalhas de Maratona, de Salamina, de Zama, de Valmy, de Trafalgar e de Waterloo, cuja importância não decorre, apenas, do seu interesse para a História Militar, mas do seu alcance, realmente decisivo, para a História da Humanidade.

— Nunca houve, até então, na História do gênero humano, coisa parecida. É certo que a Arma entrou amiúde em combate, na guerra passada, mas, em número muito reduzido, em comparação com os que lutaram nos céus da Grã-Bretanha. Outrossim, entre 1914 e 1918, na Guerra passada, as lutas se desenrolavam entre unidades avulsas ou entre pequenas formações, sendo raríssimo um encontro de mais de 100 aviões, entre ambos os lados. A decisão, de fato, não se procurava no Ar, elemento em que as Forças Aéreas rivais desempenhavam um papel importante, mas secundário, mas sim em terra, pelos avanços lentos da Infantaria, através dos lodais de Flandres ou do Somme.

É possível que a mesma coisa, ou coisa semelhante, aconteça, finalmente, nesta Guerra. Até o momento, porém, o primeiro decisivo entre a Inglaterra e a Alemanha verificou-se no Ar e travou-se a 5, 6, 8 e, às vezes, 10 mil metros de altura, nêlo tomando parte

centenas de aviões que voavam com velocidade que, não raro, ultrapassava a 500 quilômetros por hora.

Enquanto, dia após dia, se desenrolava a enorme Batalha, os homens e mulheres da Inglaterra desempenhavam suas tarefas com uma idéia muito vaga do que estava acontecendo no alto, sobre suas cabeças, nos campos do espaço aéreo.

Essa Batalha não se escondia na fumaça terrível e majestosa dos bombardeios, ribombar de canhões e fulgores de bombas, com jatos enormes de terra elevando-se aos céus.

Nem barulho, nem fúria, apenas um enredado de brancas esteiras vaporosas, mudando caprichosamente de forma, traçado por numerosos e minúsculos pontos a faiscarem, como diamantes, à luz do sol. De muito longe destacava-se, de quando em vez, um estrondo, sobre o fundo monótono do roncar dos motores. E, se não tivesse sido ouvido esse estrondo, fatalmente ter-se-ia mudado o cenário da Guerra e, em poucos dias, as cidades meridionais da Inglaterra e, até, o seu próprio coração, a capital do Império, teriam sofrido a sorte de Varsóvia e Rotterdam.

Pode-se, realmente, comparar a luta presenciada a um duelo de espadas, os golpes e as paradas que, dificilmente, a vista os pode acompanhar, e o espectador só se apercebe do fim da luta quando vê o vencido inclinar a ponta da espada, ou tombar, definitivamente, exangue e derrotado.

A Batalha da Inglaterra foi ganha, também, pelos corações dos homens, das mulheres e das crianças, que formam a capacidade de resistência do povo britânico, mas tendo como instrumento de combate a RAF.

Quando se deu a ordem de começar o assalto contra as Ilhas Britânicas, o moral dos aviadores alemães era, sem dúvida, elevadíssimo. As razões são óbvias: anos após anos esses jovens pilotos tinham sido preparados para a Vitória. Tinham sido convencidos da sua própria superioridade individual e da sua onipotência, como força demolidora.

Não tinham eles visto, nas primeiras semanas de 1940, a realização terrível das predições de seu Chefe que alardeava:

— “O povo britânico, sozinho e desamparado, encara seu maior perigo nos últimos mil anos”.

Cada país atacado pela Alemanha sucumbira sob os golpes esmagadores da máquina de guerra nazista, da qual eles, a Luftwaffe, constituíam parte tão vital.

Agora, só existia incólume, o Império Britânico.

Assim como haviam devastado a Europa, da Polônia até o Canal da Mancha, assim esperavam esses jovens aviadores devastar a In-

glaterra, subjugar a população e preparar o caminho para os exércitos invasores.

Grandes desapontamentos lhes estavam reservados.

Empolgados, ainda, pelo sentimento da Vitória, haviam de ver seus camaradas despencarem-se, em chamas, para o chão ou para o mar.

Contudo, reconhecido seja a favor do moral alemão, que tanto se aproxima do fanatismo, que nunca falhou, mesmo nos dias em que a Luftwaffe perdia 70, 100 e 150 aviões, demonstrando qualidades excepcionais de coragem e de tenacidade.

Mas esses predicados de pouco lhe valeram contra a melhor Escola e, ainda maior, coragem dos pilotos da RAF. Mesmo, quando derrotados, certos pilotos da Luftwaffe consideravam possível, em qualquer momento, a Invasão, e, que se tivesse de ser adiada, seria vitoriosamente realizada na Primavera de 1941.

Não é, pois, para julgar, que houvesse qualquer desfalecimento por parte deles determinando um esmorecimento dos ataques realizados.

Do moral dos pilotos da RAF não será necessário falar. Os fatos falam por si.

Bastava-lhe divisar o inimigo para que se atirassem imediatamente contra ele. A desproporção em número, não entrava em conta, e era aceita, muitas vezes de bom ânimo. Só um alto grau de confiança em seu preparo, em seus aparelhos, em seus chefes e na sua perfeita organização, podia permitir-lhes manterem bem alto o tão elevado espírito de coragem agressiva que, invariavelmente evidenciaram.

Essa confiança eles a possuíam de forma absoluta.

Homens como estes salvaram a Inglaterra.

Não se deve esquecer o pessoal operando em terra. Sua tarefa consistia em atender às forças em luta, e manter as comunicações. Nos aeródromos de combate, a Leste, Sudeste e Sul de Londres, ajustadores, mecânicos, armeiros, telefonistas, estafetas, observadores, um sem número de homens e mulheres mantiveram seus serviços sob pesado e contínuo bombardeio de dia e de noite.

Pela primeira vez, desde que Guilherme, o Conquistador, desembarcou nas Costas Britânicas, os homens e as mulheres da Inglaterra — a atual Força Aérea Auxiliar Feminina WAAF estava no grosso da refrega — viram-se unidos na linha de frente.

Não falharam, e a lista de recompensas que ganharam é o testemunho do seu denodo e da sua resistência. Cumprindo os seus deveres, de dia e de noite, com bombardeios ou sem bombardeios, tornaram possível às esquadrilhas de combate defrontar o inimigo, dia após dia, até ser afastado.

Sobre as baterias antiaéreas, no seu trabalho metódico e perfeito, poder-se-ia escrever um livro inteiro.

Seus dirigentes prestaram importantíssima parte no auxílio à RAF. Suas granadas a explodirem, em flocos brancos ou pretos contra o azul do céu, davam aos vigias, no solo ou no ar, informações inestimáveis quanto à localização do inimigo. Outrossim deram conta, de dia, de quase 250 aviões inimigos, durante o tempo que durou a batalha. A 31 de outubro essa batalha estava virtualmente e dramaticamente terminada.

O inimigo aprendeu, à custa de amarga experiência, o preço dos ataques diurnos. Recolheu-se à proteção da noite.

Os resultados de todos esses ataques resumem-se: no afundamento de 5 barcos, danificando outros cinco; fizeram danos intermitentes e, às vezes, severos, nos aeródromos; acertaram um certo número de impactos em fábricas, produzindo um atraso na produção bélica.

Em Londres causaram prejuízos consideráveis nas docas e em vários edifícios famosos, incluindo o Palácio de Buckingham.

Destruíram ou danificaram, sem possibilidades de reparo uns milhares de casas. Mataram, de dia, 1.700 pessoas, quase todas elas civis, ferindo seriamente 3.300; de noite mataram 12.581 pessoas, e 16.965 ficaram feridas.

Essas baixas elevadas produziram-se nas horas de escuridão, quando o inimigo dificilmente podia ser alcançado e combatido, como acontecia durante o dia.

Tais cifras nos dão uma prova evidente, se bem que muito exata, da eficiência e dedicação dos caças da RAF.

A que altura não teriam chegado esses algarismos se não houvesse um alertamento contínuo, do amanhecer ao anoitecer, travando combate onde quer que o inimigo se achasse ou aparecesse, resolutos, implacáveis, triunfantes?

Durante 84 dias de ataques contínuos, constatou-se que os alemães perderam 2.375 aviões, destruídos de dia. Esse número não inclui os destruídos à noite, nem os avariados ou aqueles sobre cuja sorte não foi possível obter-se provas seguras. E não foi conseguido sem custo.

A RAF perdeu 375 pilotos mortos e 350 feridos.

Foi este o preço da Vitória e, digamos, dos que tombaram na Batalha da Inglaterra — além do reconhecimento indubitável de "Nunca, no campo do conflito humano, tanto foi devido por tantos a tão poucos".

Ao terminar esta palestra inaugural no Curso de Aperfeiçoamento de Direção e Comando, onde, em largo bosquejo procurei fixar a vossa atenção sobre as noções da guerra total e seu entro-

samento com os princípios da guerra aérea, marcando as possibilidades do emprêgo da Arma Aérea na manutenção do domínio aéreo, indispensável ao desenvolvimento das operações terrestres e navais — devo, em próximas palestras, detalhar o moderno material aéreo empregado, dando, sucintamente, suas características de utilização.

Em outras palestras focalizaremos as organizações auxiliares femininas a serviço das defesas passivas e ativas antiaéreas, e as possibilidades de uma guerra aeroquímica.

É com reconhecido agradecimento que devo encerrar a minha palestra, externando nossa satisfação pela presença dos Srs., que, vindo a esta reunião de trabalho e estudo, confortaram-nos com sua presença.

— oOo —

II

Diante da estátua de Alexandre, o Grande, no templo de Hércules, em Gades — prostra-se um dia um jovem e, entre lamentos e implorações, lastima-se amargamente de, com a idade do grande imperador, não ter ainda nada feito de memorável!...

Que espetáculo aquêlo do futuro cônsul e imperador romano Julio César, pálido e desfeito, joelhos em terra, mãos juntas, suplicando aos deuses depositar em su'alma a força necessária e tão almejada para o mundo!...

— Eis a marca do chefe.

Na história ou na vida nós os encontramos sempre idênticos. E apercebemo-nos que há na humanidade duas categorias de indivíduos: — de um lado os autômatos, seres inconscientes de sua própria existência, sem personalidade definida, sem força moral, que passam a vida bamboleados como arbustos ao vento, sem deixar um traço ou um murmúrio de suas vidas sem expressão;

— do outro lado, estão aquêles dotados de pensamentos ousados, da vontade conquistadora, criando obras duráveis; aplicando-se com fervor à sua tarefa; cada dia melhorando a obra-prima que será sua alma tôda imbuída desta possessão — o desejo de comandar.

Os que sonham ter o mundo, os que almejam sentir-se possuídos desta dominação que se aprofunda e se enraíza violentamente no coração humano — sabem que o amor, mesmo, é frio ao lado da quente volúpia de comandar.

— Quantos imaginam possuir em si próprios — uma alma de chefe!...

Isto, porque uma pequena ambição os devora, e, crendo terem nascido para grandes coisas, na realidade, mesquinhas satisfações atingidas bastam para sufocá-los nos seus desejos.

Esses, não são verdadeiros chefes, cuja paixão do mando dar-lhes-á o gênio — espontâneo, instintivo e profundo; encontrando, nas palavras e nos gestos, a centelha provocadora da obediência e justificando um direito, na assembléia confusa dos mil desejos de sua alma, as tendências imanentes ao comando.

* * *

Na bruma infinita dos tempos, nossos prodigiosos ancestrais, homens primitivos — vestidos de peles e vivendo em cavernas — de cérebros tão rudimentares que confundiam quase sua personalidade com a do vizinho, — vagavam pelas florestas e paus, em bandos inorganizados.

Tôda a vida social estava reduzida à pura imitação; se um deles tivesse medo e escapasse em louca carreira, todos, tremendo, desabaladamente o acompanhavam.

A mesma lei os liga no combate, no trabalho, na caça ou na pesca — eles se imitam constantemente; é sua única maneira de agir em comum.

Os indivíduos ferozes e solitários que não sabiam imitar, inaptos àquela rudimentar vida social, desapareciam depressa, mortos pela sua solidão e sua fraqueza individual.

Era preciso, como condição mesológica, estar integrado a um bando — a um grupo, ou morrer...

* * *

Estamos como vedes, no período “gregário” da humanidade...

Eis que um fenômeno duma importância considerável teve origem na diferenciação dos homens. É dele que vão partir tôda evolução e os aperfeiçoamentos sociais.

* * *

— Entre êstes séres, estritamente ligados pela imitação, uns sendo “excitados” e outros “deprimidos” — aquêles, por um “hasard” da constituição fisiológica possuíam uma vitalidade maior, uma pressão sanguínea mais forte; queimando mais exigênio em seu corpo, tiveram um ritmo de vida mais ativo, dando-lhes, dest’arte — a faculdade de agir, por vêzes, de acôrdo com sua própria impulsão.

Eram capazes de inventar processos novos para caçar, pescar ou construir. Se o inimigo ameaçava a horda da qual faziam parte, compreendiam primeiro os perigos e se atiravam em seguida ao ataque.

Os outros — os deprimidos, os imitavam, os seguiam — moles ou apáticos, cuja vida não possuía acelerações; a idéia de agir não lhes

(*) Falecido em 1953 como Maj Brig R/1.

vinha espontaneamente — esperavam ter fome ou frio para procurarem a nutrição ou o abrigo; não pensavam em se defender quando o inimigo os atacava; enfim, faltava-lhes **imaginação**.

— Vê-se daí, a importância que tomaram os “excitados” na horda: — guerreiros adestrados, caçadores hábeis, construtores engenhosos — tornaram-se aquêles a quem todos imitavam, e estimulavam os outros pelo simples espetáculo de suas atividades.

Os “deprimidos” passavam a ter o hábito de imitar puramente e, simplesmente, os “excitados” eram os que tinham sucessos. |

Isto veio em parte favorecer a **preguiça intelectual**, porquanto não havia necessidade de esforço intelectual, nem de inventar o que quer que fôsse — seguiam os **mais capazes** — era mais cômodo e assim faziam...

* * *

Apareceu assim a primeira forma de subordinação.

Mas, rapidamente, os “excitados” tiveram a idéia que poderiam limitar o seu papel em imaginar o trabalho a ser feito, fazer uma série de atos úteis pois, uma vez os outros engajados, deixa-os-iam fazer.

— Eis porque as mais antigas palavras da linguagem foram os **verbos no imperativo**.

— Reconheçamos nêles os gritos pelos quais um “excitado” começava a agir e compelia os outros à imitação...

— Mais tarde, os condutores nem começavam, mesmo, os atos úteis; limitavam-se a soltar o **grito inicial**, a dar ordens — tornaram-se então os chefes conscientes que levavam, conduziam e obrigavam os “deprimidos” à ação.

A horda passou a ser dirigida, conduzida, — **comandada**.

Graças a esta subordinação a horda primitiva se aperfeiçoou; não sendo mais um simples agregado de seres, todos semelhantes, e imitando-se mecânicamente. Têm agora uma inteligência: a do “excitado” que prevaleceu.

As hordas que, por desgraça, foram privadas dos seus condutores, desapareceram, condenadas à morte por fraqueza ou à escravidão, pois assim nascera esta.

* * *

Graças a essa evolução a humanidade teria ficado no estado gregário e os indivíduos teriam continuado indefinidamente a se imitar uns aos outros, a repetir os mesmos gestos e a horda não teria ainda saído da sua vida social elementar.

* * *

E se vos transportardes para nossa época não poderemos ainda aplicar aos nossos contemporâneos esta elementar divisão dos homens em “deprimidos” e “excitados”?

Quantos indivíduos têm necessidade da estimulante atividade de outrem para se porem em marcha na vida? Quantos não fracassam quando lhes faltam os conselhos e a guia de alguém?

Quantos há por aí que, quais "excitados" vivem inquietos, trepidantes, sempre à procura de projetos a realizar?!...

A divisão entre chefes e subordinados aparece assim baseada sobre as leis eternas da humanidade.

* * *

O chefe é, pois, um inventor de idéias. Um ser capaz de tirar de si próprio, de sua substância espiritual, uma idéia nova, que joga sempre um grande papel no meio dos indivíduos ou agrupamentos.

Inventor de idéias novas! Eis o eterno fundamento da autoridade daquele que comanda.

O grande Marechal Foch dizia: — "O comando é toda imaginação..."

Como rebelar-se contra o indivíduo que traz uma idéia justa?

Tantas vezes os nossos antepassados verificaram a imperiosa necessidade de obedecer a um homem capaz de tirar a horda de uma situação desastrosa e ao qual a obediência aparecia, em certos casos, como sagrada!

Não podemos recusar, certos, por maldade, inveja, cálculo; mas no fundo de nós mesmos, alguma coisa protesta: o ódio, que experimentamos, por vezes para o indivíduo que comanda, não é senão um sentimento de sua superioridade sobre nós. A prova é que, em certos casos, não se permite discutir as ordens dum chefe.

Observai agora uma multidão sob o golpe violento de uma emoção, no momento de uma catástrofe ou da atual guerra, por exemplo:

— Gente aloucada corre em todos os sentidos, interpela-se, disputa e procura se organizar; preparam-se socorros que por vezes são largados logo começados; a confusão reina, parece que um demônio se agita nesta multidão e tem prazer em torná-la incoerente.

De repente, surge da massa um indivíduo, — violento ou calmo, pouco importa, e dá ordens; à sua voz, o caos se apazigua, as coisas se ordenam; todos lhe obedecem...

Nestes momentos terríveis quem se recusaria a se submeter àquele que representa o contraste na situação vivida? Este indivíduo pode ser na vida vulgar um simples empregado subalterno, e amanhã, voltando ao seu ofício, talvez pacato, seja o primeiro a espantar-se da sua audácia e da emoção que fez jorrar na sua alma as tendências de comando que jamais supusesse possuir.

Esses são os chefes espontâneos, heróicos — não há brumas que lhes empane o olhar. Julgando friamente a situação, descobrem o que

é preciso fazer e nada lhes contesta o direito do comando conquistado pelo cérebro inventivo, espontaneamente relevado...

Mas, não é somente nas situações terríveis que nos aparece o chefe, inventor de idéias — “todo imaginação”!...

Os fenômenos da obediência e do comando vêm muitas vezes à tona na vida rotineira dos trabalhadores. Os operários mais independentes de espírito, como os mais boçais, preferem trabalhar sob as ordens de um patrão inteligente e competente. A autoridade do chefe aparece como fundada sobre uma justiça superior; as tarefas que distribui são aceitas como conforme a uma necessidade, a uma lei superior de organização social.

* * *

Não dissimulemos que para esta faculdade de inventar idéias de ação, exige um sistema nervoso singularmente trepidante; uma inteligência devidamente equilibrada, um saber conscientemente ajustado; é preciso que uma perpétua obstinação absorva o chefe na procura contínua da idéia e do centro de interesse que deva provocar essa obediência.

Reagimos sempre à monotonia dos hábitos e dos mesmos atos repetidos; é o grito de revolta das heranças ancestrais do gregário primitivo de que vos falei anteriormente.

Os homens sonham sempre e ternamente saírem dos círculos de seus hábitos monótonos e tristes. Sentimos indefinidamente ter que repetir os mesmos atos. E como nos rejubilamos com novos jogos, idéias novas ou causas novas!...

Lógicamente o comando de um grupo de indivíduos implica na procura de fazê-los agir, na esperança de melhor organizá-los em vista do esforço que lhes caiba cumprir.

— Agindo sobre seus pensamentos, sobre suas convicções e sobre seus sentimentos, o chefe compeli-á ao concurso de suas forças espirituais.

“O manejo dos homens consiste em tocar sobre o teclado de seus sentimentos fornecendo-lhes para isso — emoções e idéias próprias a fim de inclinarem suas vontades num determinado sentido” — disse ainda o Marechal Foch.

Se abdicar o chefe deste papel de fornecedor de emoções e de idéias, seria o “hasard” ou outros, que viriam tomar o seu lugar — exercendo esta influência.

Os subordinados de hoje, (que não são mais os deprimidos gregários da horda primitiva) têm sua inteligência, raciocínio e bom senso para examinar, criticar, adotar ou regeitar as idéias propostas pelo seu chefe eventual. E se não se enganarem, a moral é sempre satisfeita.

— O direito ao comando se funda ainda sobre a competência do chefe.

— Pensai em **Cristóvão Colombo**, partindo para a descoberta de continentes misteriosos!

— Este homem simbolizava, admiravelmente, um dos aspectos da coragem de chefe — “Saber afrontar o risco!”

Eis uma coisa difícil — aliar a audácia à competência.

“Meu plano é bom, minhas idéias são justas; podeis embarcar sem receio... Nós descobriremos esse continente fabuloso, ganharemos muito nesta empresa e triunfaremos. Acorrei sob meu estandarte, e eu responderei por tudo.”

— Que coragem é precisa a um homem consciente para ter semelhante linguagem?

Só uma grande competência aliada a maior audácia explicaria essa convicção.

— Foi essa a força que celebrizou ousados exploradores, valerosos generais e políticos originais para guiarem seus homens e seus povos.

— Evocai **Jasão**, construindo o primeiro navio; **Anibal** atravessando os Alpes; **Miguel Ângelo**, dirigindo a construção da cúpula da Igreja de S. Pedro, no Vaticano; **Napoleão** tomando o poder da França e de toda a Europa; **Luis XIV** reinando sobre o grande século; **Lesseps** furando o canal de Suez, e tantos outros que a História deixa à meditação de suas vidas, como um esforço de suas ousadias apoiadas em incontestes saber.

* * *

Se, nas eras primitivas, os homens iniciaram suas vidas imitando-se, — hodiernamente continuam ainda a imitar-se. Sem dúvida, chegado à idade da razão, o homem torna-se consciente — senhor de si; reflete e, — sua faculdade de resistência às influências sugestivas torna-se maior, mas ele fica ou é parcela de um todo.

Ele vive para ele, dentro dele, com ele, e uma infinidade de influências continuam a agir sobre ele e a modelar sua mentalidade.

No seio de qualquer aglomeração social, grande ou pequena, selvagem ou civilizada, formam-se e aí se impregnam, certos modos próprios de pensar e de sentir, de crer e de julgar. Consciente ou inconscientemente, quer queira ou não, o indivíduo, tão grande seja o vigor de sua originalidade, se impregna de idéias, sentimentos, hábitos, crenças ou preconceitos da comunidade, de sorte que, para cada um dos diversos membros da aglomeração, as tendências da atividade tomam uma aparência de convencional uniformidade.

Pela educação que recebe, pela imitação consciente ou inconsciente, voluntária ou involuntária, pelos hábitos que contrai, pela acumulação de sugestões e idéias que cada indivíduo sofre, a despeito dos que ele já possua — o ser humano adquire instintos, tendências, ne-

cessidades tôdas artificiais, mas capazes de fazer o equilíbrio, e, muitas vêzes, a queda dos instintos, tendências e necessidades inatas...

"A imitação, a sugestão, o prestígio, o exemplo e o exercício — diz Gustavo Le Bon, na sua magnífica obra *Psychologie de l'Education*" — sendo processos que se devem saber manejar, levam o professor a desenvolver certas qualidades de caráter, tais como a atenção, a reflexão, o julgamento, a iniciativa, a disciplina, o espírito de solidariedade, a perseverança, a vontade, etc."

"As sugestões do exemplo são as que maiores prodígios realizam."

Define-se educação, como sendo fator de caráter adquirido que deva servir para criar sugestões mais puras e mais utilizáveis, e dirigir esta tendência irresistível à imitação.

Pode-se ainda definir educação como o conjunto de sugestões coordenadas e racionadas.

O indivíduo isolado pode reagir sobre o estado social nos limites de suas capacidades e de sua atividade.

A sociedade é um conjunto organizado, onde circula uma corrente de ações e reações recíprocas, de conjunto sobre o indivíduo, e do indivíduo sobre a massa.

— As individualidades melhores dotadas, os caracteres melhores temperados, as energias mais fortes, as mais ativas, — têm uma grande força de sugestão sobre as individualidades menos elevadas, mais passivas.

Cada um age, além do mais, sobre sua "entourage" em razão da simpatia ou força moral que inspira.

* * *

Desenvolver os sentimentos de simpatia, de sociabilidade, de solidariedade, de afeto mútuos — é diminuir sem cessar, as resistências à corrente de ações e reações recíprocas; é favorecer a comunicação simpática de sentimentos, como atos, hábitos, regras de conduta e disciplina.

— O chefe deve ser um exemplo — de conduta e de trato. — O comando deve, portanto, ser um modelo vivo de tudo o que exige.

Baseando-se no direito e na justiça, conquista o coração de seus subordinados, a quem envia todos os esforços para conhecer-lhes a natureza, colocando-os numa atmosfera de confiança — condição essencial para a perfeita educação e obtenção de uma sadia e perfeita disciplina.

Comandar é convencer.

A ação educativa do chefe completa-se pelo emprêgo de certos meios artificiais que tem por fim exaltar a moral do subordinado, criando o fogo sagrado, guiando-o resolutamente para as modernas necessidades de sua função ou atribuições.

— E não nos esqueçamos que o chefe é melhor julgado pelos subordinados que o vêem agir, sofrendo as conseqüências de seus atos de comando, difficilmente deixando-se iludir.

Um chefe incapaz, porém hábil, pode por algum tempo esconder-se aos olhos de seus subordinados, mas dia virá em que seu prestígio artificial desaparecerá diante da revelação de seu verdadeiro caráter e do seu valor.

O chefe que tem base no perfeito conhecimento de sua profissão e a exerce conscienciosa e inteligentemente, cujas qualidades morais são dignas de respeito, — impõe-se, e seu exemplo acaba por influenciar os temperamentos mais rebeldes.

— A presença de um chefe irrepreensível no meio dos subordinados constitui lição prática permanente.

É o método do caso concreto aplicado à educação.

Sua superioridade intelectual, moral e profissional, assegurar-lhe-á uma autoridade indiscutível, que lhe permite agir eficazmente na alma e no coração dos subordinados.

Enfim — o chefe que, pelas belas qualidades morais e intelectuais e pelo valor profissional tiver sabido conquistar o espírito e a admiração dos subordinados, também será por eles estimado e querido.

Mas, lembrai-vos, — **afeição não se impõe.** Resulta de um conjunto de fatos independentes da vontade.

Por que é este estimado e aquêlo detestado?

Há inúmeros chefes, exigentes e firmes que são adorados por sua gente. É porque os subordinados jamais se iludem quanto ao valor de quem os dirige.

Essa afeição dos subordinados pelo chefe dá à disciplina uma força que lhe não proporcionam nem os melhores regulamentos nem as mais lindas preleções.

Não há nada que resista ao sentimento.

— “Não notamos os defeitos dos que amamos, nem as qualidades dos que aborrecemos.” Diz um provérbio popular.

O Amor é a fonte de todos os devotamentos. E o povo brasileiro, — povo carinhoso e bom de índole, entrega-se facilmente, uma vez que seja bem conduzido, tornando o Chefe capaz, facilmente dono da sua vontade.

* * *

Fixamos, sob forma geral e filosófica, as gêneses da subordinação e do comando baseadas sobre as leis eternas da evolução na Humanidade.

Vimos que um Chefe, devendo apresentar requisitos espirituais, morais e materiais, deve antes de tudo saber impor-se pela sua capa-

cidade, servindo de exemplo, de conduta e de trato; deve ainda saber cativar a simpatia dos subordinados despertando o entusiasmo pela causa que abraçou, e cativar para conseguir-lhes o afeto.

E, para conseguir tudo isso, é mister possuir um alto espirito de disciplina intelectual.

Servir, eis a palavra de ordem, pois sem saber servir, jamais se aprende a mandar!

Vereis nos versículos bíblicos toda a força de sua expressão. — “Sabeis que os príncipes dos gentios dominam sobre os seus destinos e os grandes exercem poder sobre eles. Entre vós, porém, não há de ser assim; mas quem, dentre vós, quiser ser o primeiro, seja primeiro o vosso servo.”

“E nem o Filho do Homem veio para ser servido, senão para servir”.

— Eis a primeira das condições para ser Chefe, conforme a linguagem cristã de São Mateus.

Chefe — não é quem melhor sabe mandar, — quem mais se faz obedecer, — mas aquê, dentre todos, que, antes, curva a cabeça à lei para depois impô-la aos outros.

Lembra-vos sempre das palavras do Nazareno, que devem constituir um ramallete espiritual a ser lembrado como síntese de meditação — “Vim ao mundo, não para ser servido, mas para servir”.

* * *

Mas, é impossível servir se estivermos colocados em planos diferentes daquele em que estiverem os subordinados. — O desnível significa ausência de contacto.

Duas superfícies em alturas diversas não se comunicam, é necessário uma escada que estabeleça a união entre elas. E essa escada é sinónimo de descida porque traz o nível mais elevado ao alcance do menos alto.

O mesmo se dá com o Chefe. Há mister que este se coloque ao alcance do inferior, não o elevando mas baixando-se até ele, como é seu dever, porque lhe proporciona o arrimo necessário.

* * *

Ao despencar-se das elevações donde jorra, — a catarata perturba as águas que jazem no abismo onde cai. Esboroa-se em estilhaços líquidos e se volve em espuma... Agitação inútil, energia desperdiçada!...

Imagem perfeita daquelas ordens que descem bruscas das culminâncias inacessíveis do Comando, ao invés de se encaminharem plácidas e mansas, em declive suave, sem magoar a si nem ferir aos outros.

— É indispensável que adote a boa norma de nivelar-se com os do meio em que vive, aquêle que deseja mandar.

Do contrário, tôda ordem que despedir, trazendo o impulso da distância, será mandamento que fere e aniquila, nos subordinados, a boa vontade de obedecer.

Todos os assuntos se esclarecem quando tratados de igual para igual.

Sabeis adaptar-vos ao plano dos vossos subordinados ou companheiros? Sem isso, nada conseguireis em seu proveito.

Sem perder a consideração especial que merecerdes como chefe, a todo transe, deveis descer das vãs dignidades para o trabalho do apostolado e da conquista.

Subir degraus é difícil, quando não impossível aos pequenos, mas nada custa dobrar a cerviz, por alguns instantes, para que êles vos alcancem.

Enfim — nivelar-vos-eis para conquistar ... e para melhor mandar.

* * *

Cativar é a preocupação que tereis desde o primeiro encontro com os comandados, pois cativar alguém é conseguir-lhe o afeto e quando chegardes a tal ponto, obtereis tudo.

Pela afabilidade, pela alegria constituireis certamente o atrativo para colhêr simpatias. A alegria é qualidade insubstituível para despertar noutros o entusiasmo pela causa que abraçaram.

* * *

As almas dedicadas tudo levam de vencida. Vivendo para seu Ideal, ou melhor, vivendo o seu Ideal, tornam-no palpitante, irresistível; fazem-no brotar em tôda a parte onde o semeiam, até entre espinheiros ou sôbre rochedos.

A dedicação é o esforço pelo qual todos os nossos atos convergem para um único centro: o objetivo que temos em mira.

Não existe feito meritório que não tenha nascido dessa virtude, que vale mais que todos os planos e chama sôbre seu possuidor tanto a admiração raivosa dos adversários e ignorantes como a simpatia dos companheiros de ideal ou dos subordinados conscientes.

A dedicação a um Ideal traz sempre as bênçãos dos céus!

— É grande o Chefe que muito sabe dedicar-se, desinteressadamente, sem guardar recompensas nem aplausos, senão familiarizando-se com a incompreensão e as posições.

A dedicação não tem limites prefixados na escala das medidas.

A medida é dedicar-se sem medida. Dizem que a dedicação tem como prêmio a redenção e que sua expressão simbólica mostra-nos um Crucifixo — de fato, o exemplo da Cruz é a entrega total e incondicionada.

Dedicar-se por parte, medrosamente, é não ser sincero, é temer as conseqüências da generosidade.

— Mais vale permanecer inerte que representar êste simulacro de dedicação.

— Não vos esqueçais de que só tendes direito de pedir aos vossos subordinados aquilo que tiverdes ensinado pelo exemplo, que deve surgir de cima e que deve vir como uma avalanche esmagadora.

“Como nos seria permitida maior negligência — dizia Pasquier. Chefe de Polícia de Napoleão, — se o exemplo de uma atividade infatigável nos era dado de tão alto? ...”

A lei do trabalho existe para todos mas principalmente para os chefes.

É provando a vossa dedicação pelas obras e pelo interesse tomados em vossas realizações que arrastareis a todos atrás de vós.

* * *

Amar! palavra muito empregada mas com significados dispares e, não raro, vergonhosos!

Na acepção perfeita, entretanto, é vocábulo nobre e santo; é o verbo que mais conjugaremos na vida, desde o uso da razão até o diluir final dos nossos anos. Toda a criatura, por natureza, ama. E, se não fôr a virtude o objeto de seus afetos, será infalivelmente a baixeza — mas sempre há de amar.

Nós, como criaturas de Deus temos o amor na escala suprema dos nossos sentimentos afetivos. Nêle se concentrarão as outras afeições que de direito nos são lícitas.

Mas, como chefes, nos mais variados graus, temos de amar os nossos subordinados.

É difícil, muitas vezes, cumprir o preceito do amor. Mas sem êle muito pouco alcançareis no comando.

As duas fórmulas essenciais do amor são: a Paciência e o Perdão.

Em tudo se deve estar disposto a aplicá-las, — saber perdoar as faltas dos inferiores, os danos que causam por sua inexperiência e os desgostos tantos que provocam: — e ter com êles a paciência devida — pois não se tornam perfeitos num só dia, como também nós não nos tornamos.

Ter longa paciência, porque as virtudes para um bom serviço são conseqüências muitas vezes da larga aprendizagem.

Perdoar é dar margem a uma nova e mais íntima aproximação enquanto que o rancor leva ao afastamento e, às vezes, à perda de uma alma.

“Ama e faze o que queres” disse Santo Agostinho.

* * *

A autoridade do Chefe é assistida do direito de se fazer obedecer.

Entretanto, não são os títulos que lhe dão êsse caráter, mas sim as qualidades e seus dotes próprios.

“Os homens podem designar um Rei, mas só Deus pode fazer uma alma real.”

As faculdades ao Comando necessitam de apuro e aumento porque raríssimas vezes as possuímos tão desenvolvidas que nos bastam para o completo desempenho dessas delicadas funções. Onde dever-se concluir que o Chefe deve aprender continuamente a mandar sem jamais esperar obter diplomas nessa difícil missão que é dirigir criaturas humanas.

Os seres irracionais se deixam guiar facilmente e os erros que cometemos no seu governo são destituídos de conseqüências. Mas, na direção de nosso próximo, há sempre uma alma em jogo e as nossas faltas, às vezes, podem ser irremediáveis pela repercussão desastrosa que tiveram.

* * *

Mas o amor supõe justiça, e eis por que o Chefe, amando os subordinados, não se esquecerá tampouco da disciplina. Deve saber **Nivelar-se, cativar, esquecer, servir, amar, mas também fazer-se obedecer.**

Refletir sobre as ordens a dar e, em seguida, fazer com que se cumpram, do contrário, não vale a pena ordenar.

Deveis aprender a vos fazer obedecidos ainda quando nada mandeis.

* * *

A **“volúpia da autoridade”**, êsse desejo em baixar determinações absurdas, em querer que os próprios pensamentos sempre triunfem, mesmo se falsos — eis do que deveis fugir para procurar uma **obediência constante, racional e dignificadora.**

Amparar e animar os que vacilam, guiar os fortes e ser inexorável, mas no sentido cristão da palavra, — com os pusilânimes — eis o vosso dever de autoridade.

Passar primeiro por um caminho para depois enviardes vossos subordinados — eis um grande exemplo.

Lembraí-vos das palavras heróicas do nosso Duque de Caxias pondo-se à frente das nossas tropas na passagem da Ponte de Ito-roró — “Sigam-me os que forem brasileiros!”.

* * *

É fator importantíssimo na atividade da vida comum, na ordem material ou no campo intelectual — o que a **iniciativa** desempenha e desempenhará sempre. Os magnatas, como Rockefeller, Ford etc. a ela devem o sucesso; as celebridades intelectuais conquistaram louros graças a ela no reino do apostolado, foi o segredo de Santo Inácio de Loyola, de São João Bosco — e de todos os outros conquistadores de almas, religiosos, ou leigos.

— **Ter iniciativa** é saber idear, ter gênio inventivo e ser capaz de agir por si, dentro dos limites que lhe são dados.

Ter iniciativa é ter os olhos abertos para notar o que está faltando ao trabalho, o que há de imperfeito, e conceber os meios de remediar as falhas.

— Raro é encontrar-se terreno de atividade onde nada exista a melhorar ou tornar mais eficiente. Onde quer que exerçamos nossa ação teremos sempre oportunidade para submeter à prova a nossa capacidade de iniciativa.

E, uma das formas mais vulgares manifestadas é a apresentação aos superiores de sugestões que nos ocorram, depois de têmos estudado detidamente um assunto.

Por outro lado, nunca devemos recusar, apressadamente, as idéias que nos tenham exposto os subordinados. Examiná-las com cuidado e não temer pô-las em execução se as reconhecemos boas.

O espírito de **iniciativa** oferece duas faces: uma que diz respeito a nós próprios — desenvolver os meios e alcance da nossa atividade; a outra que concerne aos comandados — receber e adotar prazerosamente suas boas idéias.

O ânimo **iniciativo** deve constituir uma coluna-mestra do edifício da autoridade de comando de um chefe.

* * *

Ser ousado — sem chegar ao temerário — e fazer!

Todos amam a novidade e muito fariéis se conseguirdes usar as boas coisas novas para levá-los ao fim.

Nada tão lamentável como ver um dirigente — um chefe — sem iniciativa, repetindo sistematicamente ou adotando servil-

mente tudo, sem ter o critério de escolher o útil e conveniente, recusar o inútil e adaptar ou substituir o que não mais está conforme as necessidades do momento.

* * *

Com o encanto sedutor de primoroso estílo, Bossuet lança uma afirmação que tem seu eco prolongado intensamente na experiência humana: **“O homem caminha para o túmulo arrastando consigo a pesada cadeia das suas esperanças desfeitas!”**.

Todo o homem que viveu nos poderia contar a longa história de suas desilusões, irremediáveis, marcadas para sempre na memória, muitas vezes, também, encravadas na alma.

O Chefe, de um modo especial deve aguardar as surpresas que cada dia, ao nascer, lhe pode atirar à frente. Deve aguardá-las, mas não inerte e desprotegido, senão acautelado e apto a enfrentá-las.

Muitos obstáculos podem ser obviados quando se teve anteriormente a necessária prudência de **prevenir**.

E prevenir é sempre melhor que remediar!

Para prevenir, é indispensável saber prever.

Prever para realizar, para construir; prever para não ser surpreendido por embaraços, — tão inúmeras vezes mesquinhos e insignificantes mas capazes de desorganizar e abater toda a eficiência sonhada; **prever para não arquitetar planos incompletos, planos imperfeitos ou falhos que venham comprometer talvez a própria existência da organização; prever para reduzir ao mínimo a probabilidade das surpresas danosas, prever não somente as coisas principais, mas prever tudo para ter planos e ação perfeitos e prever sempre para ter, quanto possível, certeza do êxito.**

Conheceis a história das guerras perdidas?

Todas elas trazem em seu texto um “mas” ... imprevisto, que as fez o que são.

Esperanças deslumbrantes que se obscurecerem na noite de uma derrota fatal, fruto, não raro, de um ínfimo acidente com o qual não se contava. Grande consequência de uma pequena falta de previsão!

Napoleão nunca cismara que os Russos fôsem incendiar sua capital para desalojá-lo, e outros comentam que a resistência da Bélgica na I Grande Guerra, não contada pelos Alemães ao investirem contra a França, foi o ponto inicial do malôgro germânico, em 1918..

Nada realizar sem que seja planejado. Nada planejar sem que seja possível realizar.

Nada mandar sem um programa de ação. em serviço, que sintetiza o que foi planejado.

— Idealismo de planos, planos grandiosos e otimistas, mas calçados na realidade, no possível previsto.

"O homem providente cavou bem fundo e edificou os alicerces da casa sobre a rocha." diz São Lucas.

* * *

Depois de previstas as coisas há mister organizar, dispor tudo de tal forma que se encaminhe ao objetivo dos planos.

Cada plano tem em vista um fim, o qual se propõe conseguir.

— Organizar é ordenar os meios que se possuem na direção do objetivo a alcançar. Esses meios, evidentemente, variam de caso para caso, e pertence ao tino organizador saber manejá-los em sentido satisfatório, eficiente.

— Organizar é calcular de antemão a ordem dos atos que se vão praticar, colocar cada coisa em cada pessoa — de qualidades e aptidões tão diferentes uma da outra, — em seu devido lugar, de maneira a renderem o seu máximo, sem contratempos nem desperdícios de energia.

— Organizar é dar a cada coisa, por menos importante que seja, a posição verdadeira que deve ocupar no itinerário do plano.

Um dirigente deve ser organizador, deve saber escolher os indivíduos e as coisas e exercer melhor possível as funções previstas.

Como bom organizador, há de ser realista na execução. Constará com **falhas e imperfeições** dos auxiliares e dependentes.

Esta é uma norma que se não deve esquecer: considerar os subalternos — os camaradas — **como eles são e não olhá-los idealisticamente**, isto é, como desejaria que eles fossem.

As vistas da realidade são o melhor anteparo com o qual se devem ver as coisas. E o organizador deve usá-las como instrumento predileto se desejar poupar-se a dissabores evitáveis. A realidade observada atentamente é excelente mestra.

Afastado dos negros pessimismos ou dos otimismoes demasiado róseos, o organizador deve encarar os seus colaboradores — porque todo subordinado deve ser colaborador — dando-lhes quanto possível, encargos, funções, trabalhos onde suas qualidades sejam aproveitadas e aprimoradas e os defeitos anulados ou barrados.

Além de estimular a iniciativa, como já sabeis, de certo modo os obrigareis a se tornarem eficientes na ação.

Aprende a tirar partido de tudo pelo senso prático, dispondo todas as coisas de tal forma que se completem o mais possível para um objetivo único: o fim a alcançar.

A organização racional é aquela onde as pessoas e as coisas dão o máximo de rendimento em virtude do aproveitamento conveniente dessa atividade e dêse emprêgo que deves dar à mesma.

A eficiência depende em grande parte de vós, que sois organizadores.

* * *

Complemento indispensável do espirito de organização é o ânimo coordenador, que sabe ligar em um só feixe útil e aproveitável as diversas atividades, esforços e iniciativas.

Coordenar, como a palavra indica — é combinar, ordenar um com os outros os vários elementos que se destinam a alcançar um fim.

As peças de uma máquina estão coordenadas entre si, como as partes de um organismo o estão em vista à finalidade que têm.

A boa coordenação de esforços elimina ou, quando não, ao menos diminui as perdas de energia, os esforços exagerados ou mal dirigidos, gerando toda a sorte de atritos com toda sua coorte de desgastes, cansaço, resistências e aborrecimentos.

— A boa coordenação produz força impulsiva à organização — porque cada célula, integrada na sua devida posição, pode dedicar-se exclusivamente ao próprio ofício ou à sua atribuição, permitindo ao mesmo tempo às demais ocuparem-se totalmente de suas funções, sem desvio de atenção a outros campos.

Aos Chefes, cabe exercer, sem esquecimento, a função coordenadora, merecendo seu especial cuidado porque é valorizadora das atividades comandadas ou por eles dirigidas.

Toda a atividade de uma organização se deve deslocar qual o movimento das rodas ou engrenagens que, ligadas umas as outras, vão moer o trigo que será pão dentro em breve.

Tornam-se assim o exemplo magistral da atividade bem coordenada, silenciosa mas produtiva.

E, se desejardes mais outra imagem, o lugar de trabalho é o palco onde cada um dos vossos subordinados vai representar um papel que deves, de antemão, ter combinado com o dos outros atôres, para que o resultado seja o que deve ser, — e não mera agitação descomposta e sem justos propósitos.

Nada deve atuar isoladamente. Tudo deve funcionar em coordenação recíproca.

O Contrôlê é a cúpula que arremata o edificio formado pelas qualidades que o Chefe deve possuir.

Se as outras são essencias esta é tão indispensável como o teto de uma casa.

— Habitação onde haja só paredes e falte a cobertura é perfeitamente inútil para o fim que se propunha. Da mesma forma o será uma atividade sem contrôlê.

— Diz-se **descontrolada** uma coisa que não marcha nos moldes devido. Tanto avança como retrocede ou pára, tanto envereda por um lado como por outro, sem ordem, sem eficiência.

O contrôlê é a fiscalização do trabalho produzido e a produzir.

São os olhos vigiadores que observam carinhosamente o desenvolver da ação, pronto a notificar aos demais órgãos diretores os lapsos verificados para que sejam corrigidos de imediato.

— Tem, em uma organização, a mesma função que os sentidos têm no corpo: um como que policiamento ou serviço de informações das diversas partes para a segurança do todo.

Controlar — eis o que o Chefe, por último, deve fazer.

Tôda a ordem dada e não controlada pode encerrar erros não percebidos, exatamente, pela falta de contrôlê. Daí insistir-se sempre que um programa é mal previsto ou a organização está mal feita. que as ordens são absurdas e as atividades se chocam — tudo vai contribuir para o fracasso ou o descrédito dessa organização.

* * *

No exercício da autoridade deveis emitir exclusivamente aquelas ordens cujas conseqüências podeis verificar e apreciar por um contrôlê racional, isto é, que não tome aspectos de vigilância desconfiada ou opressiva.

Deveis particularmente observar em que função se acha a falha: se na previsão, na organização — das pessoas ou das coisas — no comando ou na coordenação. Isto tornará possível corrigir os erros notados.

Adquiri, portanto, o senso controlador para não falhardes no Comando, mas não ides com isso, cair no vício, de pretender controlar as minudências que competem aos outros. É necessário ser controlador, atento, metódico e inteligente.

Conceber planos grandiosos e não executá-los equivale a obter uma boa semente e não lançá-la à terra para que germine.

— Melhor fôra não ter planejado, salvar-se-la o tempo desperdiçado em idear coisas que não se realizarão. É bem dispensável que se ocupem horas valiosas a calcular as possibilidades de uma

ação a desenvolver se, depois de tudo, se abandonam os propósitos salutareis pela inexecução das medidas adequadas.

Não é suficiente que se haja planejado e, mesmo, resolvido efetuar determinada atividade se ela não é cumprida.

Traçado um quadro de ação, é necessário absolutamente que seja posto em vigor, malgrado as dificuldades que se apresentarem.

Os Chefes devem estar sempre dispostos à pronta execução de suas empresas e, então, dedicar-se a elas com tôdas as energias da alma. É necessário boa dose de audácia na atividade mas, principalmente, humildade e fortaleza de ânimo para aceitar os riscos, não quebrantar perante os reveses ou dissabores, nem converter a força de comando em violência.

Não desejar tampouco **fazer tudo**. Abandonar aos subordinados o trabalho que lhes compete a dar-lhes o ensejo de exercitarem a própria iniciativa e suportar a responsabilidade de seus atos.

Prejudicial em extremo é o Chefe reservar para si tôda a ação como se fôra o único habilitado a realizá-la.

Seu papel primordial é **orientar**, ser a cabeça e até os encargos elevados, quando possível, devem ser deixados aos subalternos, aos subordinados.

Esta atitude lhes dará o sentimento da própria utilidade e animar-lhes-á para ações futuras. É o melhor dos estímulos ao alcance do Chefe. E merece ser usado largamente.

Os subordinados devem ser os executores principais, reservando-se ao Chefe a direção dos empreendimentos.

Para isso, procurar **prever** os resultados e **bem calcular** as medidas que vão ser empregadas. Então, projetar-se à frente na rígida vontade de alcançar os fins visados.

É de Santo Inácio de Loyola, o fundador da ordem dos jesuítas, o seguinte conselho: "Antes da ação, fazer como se o êxito dependesse de nós unicamente. Depois da ação, reconhecer que tudo se deve a Deus".

É um pensamento forte que dá ao Chefe o ânimo indispensável à execução de seus projetos e envolve suas ordens em uma aura de sabedoria, criadora da obediência e da disciplina.

Meus patricios !

Quisera resumir em uma única aula tôdas as virtudes do Comando — em aforismos comentados e conscienciosamente explanados para estas aulas; — palestras que, reunidas, servissem algum dia como breviário de conduta para o vosso labor de dirigir, organizar ou comandar a vossa subunidade ou a vossa tropa.

Estendi-me um pouco mais nesta explanação e esgotei o tempo sem ter atingido a meta. — No entanto fixamos nesse grande rosário de virtudes as qualidades do Chefe na nobre virtude de servir, a indispensável condição de nivelar-se e para melhor conquistar a subordinação e o afeto; a inefável preocupação de **cativar** criando uma atmosfera de alegrias e de afabilidade nas relações dos nossos dirigidos; a vitoriosa qualidade de **dedicação**, condição primeira do êxito para o Curso, para podermos suportar, sem penas ou lástimas, as vicissitudes do trabalho ou do sacrifício; e fixamos que o **Amor** — no **perdão e na paciência** — vem criar a aproximação e o entendimento entre todos — vem criar, em suma, o afeto; à **autoridade** assistindo o direito de se fazer obedecer, dando a disciplina ao trabalho mas aliando a **justiça dos atos e dos exemplos** que devemos constantemente dar com essa autoridade; e vimos o que a **iniciativa**, na atividade de comando, deve constituir, para melhorar as nossas qualidades e com grande razão exercitar a dos subordinados; e vimos ainda que a **previsão**, na esfera do comando, vem amparar o sólido edifício que queremos construir e fixar, em sólida rocha, o sucesso do que planejamos ou dos nossos programas de ação.

Organizar, coordenar, controlar e executar — foram finalmente as últimas qualidades fixadas ao Comando que tive a satisfação de vos explicar, mostrando-vos como se entrelaçam, em uma perfeita harmonia, essas virtudes preciosas em um Chefe.

* * *

Falta-nos arrematar este bosquejo e, em próxima palestra, concluiremos o que me cabia dizer-vos nesse curso sobre os princípios e o exercício do Comando.

A Guerra Revolucionária leva o perigo comunista ao umbral de cada casa e a última frente se situa no espírito de cada cidadão!

Inicia-se uma nova era para...

AS TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL

Maj Com (QEME)
WILSON MACHADO

1. INTRODUÇÃO

a. Conceituação

Compreende-se por **TELECOMUNICAÇÕES** "a transmissão, emissão ou recepção de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza, por fio, rádio, eletricidade, meios óticos, ou qualquer outro processo eletromagnético" (Código Brasileiro de Telecomunicações — Lei n. 4.117/62).

Desta forma, as **TELECOMUNICAÇÕES** ou **COMUNICAÇÕES**, como também são conhecidas, constituem serviços públicos prestados pelos Serviços Telefônicos locais e de longa distância, Correios, Telégrafos, Estações de Televisão, Rádio "Broadcast", Empresas de Telex, Rádio-foto, transmissão de dados e Rádio-Auxílio Navegação.

b. Síntese Histórica

(1) Telegrafia

O primeiro serviço público de telecomunicações surgiu no Brasil em 1852, com a inauguração da primeira linha de telégrafos no Rio de Janeiro. Oito anos depois, surgiu o primeiro documento legal sobre serviços de telecomunicações — o Regulamento Telegráfico Brasileiro.

Inventada e utilizada bem antes da telefonia, a telegrafia teve, no entanto, desenvolvimento muito lento. As ligações telegráficas eram feitas ponto a ponto: as mensagens encaminhadas por meio de transmissões e retransmissões sucessivas, de uma a outra estação. A comutação telegráfica, constituindo um novo serviço para os assinantes — o **TELEX** (contração de "Teleprinter Exchange" significando "sistema de teleimpressores em comutação") — só surgiu no Brasil com o advento de Brasília.

(2) Telefonia

As primeiras linhas telefônicas foram instaladas, também no Rio de Janeiro, por volta de 1881. Entretanto nenhuma regulamentação unificada surgiu para a telefonia, até quase nossos dias.

Em que pèse ao Brasil ter sido um dos pioneiros no mundo na implantação do serviço telefônico, não acompanhou o progresso exterior. Nosso país é, ainda hoje, um imenso arquipélago, apresentando serviços locais deficientes, com interligações precárias

Por muito tempo, a política governamental não estimulou novos investimentos. Como decorrência, até 1960 o número de telefones urbanos cresceu muito lentamente.

Por outro lado, o crescimento acentuado da população e o incremento do desenvolvimento industrial aumentaram extraordinariamente a demanda, acarretando deterioração da qualidade do serviço.

Nos últimos anos, alguns governos estaduais criaram suas companhias telefônicas, angariando recursos através do autofinanciamento.

A Companhia Telefônica Brasileira (CTB), subsidiária da "Brazilian Tractian", a maior concessionária no país, não aceitou o autofinanciamento como meio de expandir seus serviços, de vez que, em assim fazendo, o "holding" estrangeiro viria a perder o controle acionário da empresa. O Governo Federal, buscando solucionar o problema, iniciou, em 1962, negociações para o controle do acervo da CTB. Contudo, pressões internas, explorando o sentimento nacionalista do povo, aliadas à indefinição governamental, não permitiram chegar a uma solução. Somente após a Revolução Democrática de 1964, o problema foi retomado e solucionado.

(3) Radiodifusão

Esse setor desenvolveu-se de forma um pouco diversa, não deixando, contudo, de trazer em sua evolução uma série de problemas.

Em 1919, instalou-se em Recife, em fase experimental, a primeira estação transmissora — a Rádio Clube de Pernambuco.

Em 1922, foi instalada, no alto do Corcovado, a Rádio Corcovado, somente captada por receptores colocados em pontos estratégicos.

Em 1924, surgiram as primeiras emissoras, transmitindo para o público em geral.

A partir de 1930, o rádio brasileiro tomou um grande impulso, buscando situar-se entre os grandes do mundo.

Em 1931 e 1932, surgiram os primeiros decretos, na tentativa de regular os serviços de radiocomunicações. A partir de então uma legislação variada subordinou o rádio brasileiro a setores distintos e normas diversas. Contudo, a falta de uma efetiva política de radiodifusão, ou mesmo de planos diretores, deixou a implantação à mercê dos impulsos da demanda da livre empresa, determinados pelos atrativos comerciais ou pelo interesse político.

Uma competição desastrosa comprometeu a qualidade e ameaçou a própria existência das empresas.

Após a 2ª Grande Guerra começou-se a sentir, cada vez mais, a necessidade de se estabelecer legislação completa sobre os serviços telefônicos e de se rever a parte de radiocomunicações.

Contudo, os grandes interesses em jogo impediram, por muitos anos, obter-se uma solução.

(4) Panorama

Eis, em síntese, o panorama das telecomunicações até quase nossos dias.

Os serviços de telecomunicações, indubitavelmente, não atendiam — como ainda não atendem — às necessidades mínimas do país, mesmo nas regiões mais desenvolvidas. Constituiam um ponto de estrangulamento do desenvolvimento, que atingira níveis elevados em alguns outros setores.

Entre as causas que impediram o desenvolvimento das telecomunicações no Brasil, particularmente do setor telefônico-telegráfico, podem ser apontadas :

- o acelerado processo inflacionário, uma constante até há pouco tempo;
- a política irreal e demagógica em relação às tarifas de serviços públicos, desestimulando novos investimentos;
- a rápida evolução dos meios de comunicações e sua crescente complexidade e valorização;
- a então deficiente indústria nacional de equipamentos profissionais e componentes, cujo maior desenvolvimento só está se concretizando de pouco tempo para cá;
- o elevado número de companhias concessionárias, grande parte delas restritas a âmbitos locais ou regionais;
- a diversidade de tipos de equipamentos utilizados e as dificuldades decorrentes para sua interligação;
- as extensas zonas de população rarefeita e de fraca significação econômica;
- a falta de pessoal técnico especializado em telecomunicações.

A inexistência de comunicações eficientes levou à falta de uma "mentalidade de comunicações" no país, que, por sua vez, contribuiu para que permanecêssemos, até agora, sem comunicações, tal como num "círculo vicioso".

Era, pois, necessário que o Brasil despertasse dessa letargia. Era imperiosa a definição de uma política de telecomunicações.

E ela teve início com a aprovação do Código Brasileiro de Telecomunicações.

2. O CÓDIGO BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES

a. Introdução

A 27 de agosto de 1962, após esforços conjugados de um grupo de pioneiros, foi finalmente aprovado no Congresso Nacional a Lei n. 4.117, instituindo o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Regulamentado pelo Decreto n. 52.026, de 20 Mai 63, o Código, entre outras coisas :

- Regulou os diversos serviços de telecomunicações (classificou e definiu serviços e processos, estabeleceu competência de fiscalização e execução, fixou infrações e penalidades, etc.).

- Criou o Conselho Nacional de Telecomunicações — CONTEL — órgão inicialmente autônomo, diretamente subordinado à Presidência da República, com atribuição principal de traçar e pôr em execução a política do governo no setor das telecomunicações. Dentro de sua alçada ficaram as radiocomunicações, anteriormente atribuídas à Comissão Técnica de Rádio, os serviços telefônicos e todas as demais modalidades.

- Estabeleceu princípios para elaboração, pelo CONTEL, do Plano Nacional de Telecomunicações, cujo conceito básico é o transporte integrado de telecomunicações.

- Determinou a criação de uma entidade autônoma, sob a forma de empresa pública — a EMBRATEL — com o fim de implantar e explorar industrialmente os troncos integrados do Sistema Nacional de Telecomunicações.

- Constituiu o Fundo Nacional de Telecomunicações, destinado a proporcionar recursos para a instalação dos sistemas.

- Definiu critérios para o estabelecimento de taxas e tarifas.

b. O Conselho Nacional de Telecomunicações

(1) Subordinação

O Decreto-lei n. 200, de 25 Fev 67, que dispõe sobre a organização da Administração Federal e estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa, criou o Ministério das Comunicações. O CONTEL passou a integrá-lo, como órgão normativo de consulta e elaboração da política nacional de telecomunicações.

(2) Constituição

Sua constituição sofreu, então, algumas modificações, passando a ser a seguinte :

- Presidente, o Secretário-Geral do Ministério das Comunicações.
- Representante do Estado-Maior das Forças Armadas.

- Representante do Ministério da Educação e Cultura.
- Representante do Ministério da Justiça.
- Representante do Ministério do Interior.
- Representante do Ministério da Indústria e Comércio.
- Representante dos Correios e Telégrafos.
- Representante do Departamento Nacional de Telecomunicações.
- Representante da EMBRATEL.
- Representante das Empresas Concessionárias de Serviços de Telecomunicações.

(3) Atribuições

As atribuições do CONTEL abrangem as medidas adequadas a execução do Código Brasileiro de Telecomunicações. Entre os aspectos de sua competência podem ser citados:

- Estudar as concessões, autorização e permissões para a exploração dos serviços de telecomunicações.
- Promover, coordenar e orientar o desenvolvimento das telecomunicações no país.
- Estabelecer normas técnicas visando à eficiência e integração dos serviços no sistema nacional de telecomunicações.
- Propor o valor das taxas a serem pagas pela execução dos serviços concedidos.
- Cooperar para o desenvolvimento do ensino técnico-profissional.
- Promover e estimular o desenvolvimento da indústria de equipamentos.
- Sugerir normas para a censura nos serviços de telecomunicações.
- Elaborar o Plano Nacional de Telecomunicações e proceder sua revisão, pelo menos cada cinco anos.

(4) Funcionamento

As deliberações do CONTEL serão traduzidas em forma de Pareceres, Decisões ou Resoluções (Normas ou Recomendações).

Das deliberações cabe recurso ao próprio Conselho (se forem unânicos) ou ao Presidente da República (se forem tomadas por maioria absoluta de votos).

c. O Departamento Nacional de Telecomunicações

O DENTEL, com suas Divisões de Engenharia, Jurídica, Administrativa, Estatística e Fiscalização e com suas Delegacias Regionais, era inicialmente a secretaria executiva do CONTEL.

Com a criação do Ministério das Comunicações, passou a integrá-lo como órgão central. Sua organização está sendo reformulada no sentido de dar-lhe uma estrutura departamental, mais funcional e mais eficiente.

3. O PLANO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

a. Objetivo

Constitui o Plano o conjunto de medidas necessárias à implantação, operação e ampliação do Sistema Nacional de Telecomunicações. Foi elaborado pelo CONTEL e aprovado pelo Decreto n. 52.859, de 18 Nov 63.

O PNT tem em vista dotar o país de um sistema de telecomunicações integrado, capaz de satisfazer às necessidades do desenvolvimento e segurança nacionais. Para isso, buscará estabelecer comunicações rápidas, eficientes, econômicas e seguras.

A conquista desse objetivo se traduzirá por estabelecer :

- os troncos do Sistema Nacional de Telecomunicações;
- os centros principais de telecomunicações;
- as redes nacionais a criar e desenvolver nos diversos serviços de telecomunicações;
- as prioridades e condições para integração dos troncos e redes;
- as normas técnicas visando à padronização de equipamentos;
- as normas relativas ao pessoal técnico;
- as medidas econômicas necessárias ao sistema nacional;
- a instalação e desenvolvimento de redes de escuta, frequência e radiodeterminação.

b. Constituição

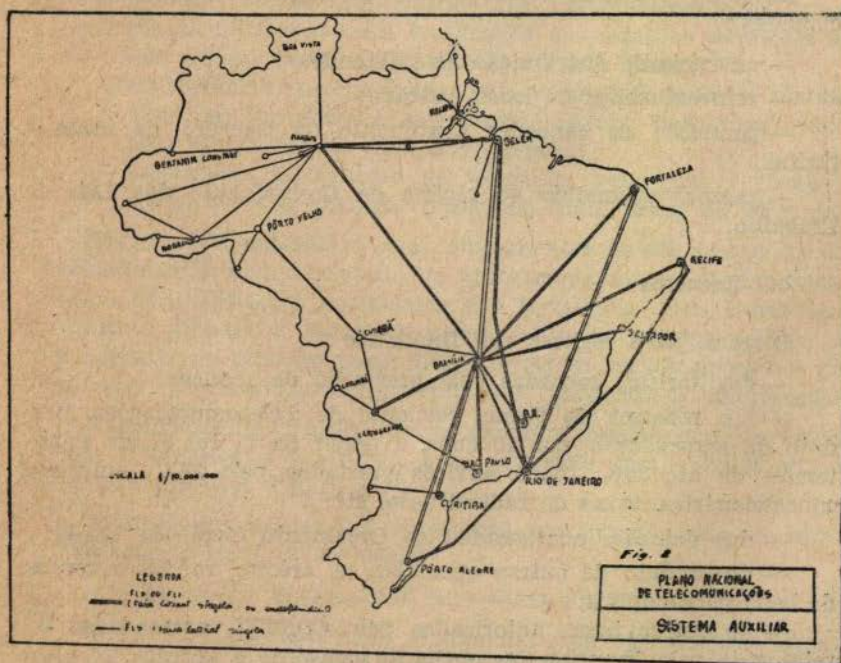
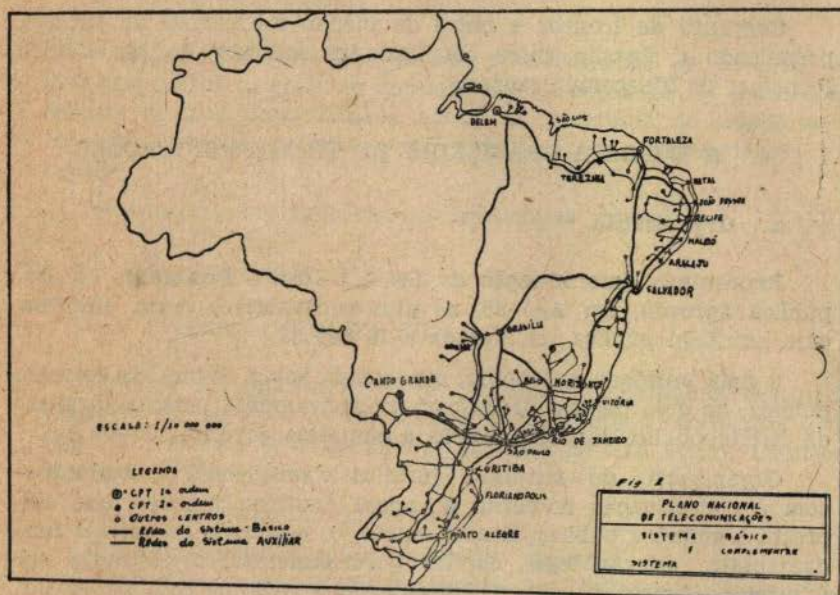
Básicamente, o sistema nacional de telecomunicações será composto de :

— Sistema Básico (Figura 1)

Conjunto de troncos de redes de alta capacidade de tráfego, permitindo a ligação entre os Centros Principais de Telecomunicações.

— Sistema Auxiliar (Figura 2)

Conjunto de redes de pequena capacidade de tráfego, capaz de permitir ligações entre regiões de baixa densidade populacional e de difícil acesso, como também, em qualquer caso, ligações de interesse da Segurança Nacional entre Brasília, Rio de Janeiro e principais centros de telecomunicações.



— Sistema Complementar (Figura 1)

Conjunto de troncos e redes de média capacidade de tráfego, permitindo a ligação entre comunidades satélites de um Centro Principal de Telecomunicações.

4. A EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES

a. Organização

Exprimindo determinação da Lei 4.117/62, o Presidente da República aprovou, em Agô 65, os atos constitutivos dessa empresa, cuja escritura pública foi lavrada a 16 Set 65.

E uma entidade autônoma, organizada sob a forma de empresa pública, de cujo capital participam exclusivamente pessoas jurídicas de direito público interno, bancos e empresas governamentais.

Organização de natureza jurídica "sui-generis", coaduna-se com a conceituação hodierna de nossa doutrina jurídica, que empresta à empresa pública, dentre outros, os seguintes caracteres fundamentais: criação legal, capital governamental, organização sob a forma de entidade privada, orientação e controle pelo Poder Público, execução de empreendimento público de caráter industrial.

Entre as principais características da empresa podem ser mencionadas :

- ausência de distribuição de dividendos;
- reinvestimento de lucro apurado;
- proibição de conceder abatimento ou isenções de taxas e tarifas;
- pessoal submetido ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

b. Recursos

Disporá, para realizar sua finalidade :

- das tarifas, cobradas pela prestação de serviços;
- dos recursos do Fundo Nacional de Telecomunicações, produto da arrecadação, por 10 anos, a partir de 1º Jul 67, de sobre-tarifas de até 30%, sobre serviços prestados pelo DCT, empresas concessionárias, taxas de radiodifusão, etc;
- das dotações consignadas no Orçamento Geral da União;
- do produto de outras operações de crédito, rendas e vendas de bens patrimoniais;
- de outras taxas autorizadas pelo CONTEL, arrecadadas diretamente pela Empresa ou mediante convênio e acordos.

c. Plano de Trabalho

A EMBRATEL está empenhada presentemente na execução de sete grandes programas de implantação ou expansão de troncos estaduais de alta capacidade e ainda no programa de implantação de uma estação terrena para comunicações internacionais via satélite.

Vejamos alguns aspectos dos programas principais.

(1) Prioridade 1

(a) Programa TRONCO-SUL

Objetiva a implantação de um sistema de microndas, destinado a estabelecer serviços de telegrafia, telex, telefonia, transmissão de dados e televisão, interligando as cidades de São Paulo, Curitiba, Blumenau e Pôrto Alegre.

Para essa implantação, foi feito:

- levantamento aerofotogramétrico da rota;
- reconhecimento e levantamento das principais características dos locais selecionados para instalação das estações repetidoras;
- contato com os proprietários dos pontos escolhidos;
- estudo minucioso para localização das estações terminais em São Paulo, Curitiba, Blumenau e Pôrto Alegre;
- concorrência internacional para os equipamentos a instalar (estações terminais e repetidoras), ganha pela firma japonesa Nipon Electric Company Limited;
- assinatura do contrato de execução, pelo qual a firma se compromete a entregar o sistema, num prazo de 20 meses.

Trata-se de um enlace com equipamentos de 960 canais de capacidade final, numa extensão de aproximadamente 1000 km. constituído de 19 estações repetidoras e 3 terminais. Essa canalização permitirá atender a todas as necessidades do serviço público de telefonia, como também possibilitará o uso de canais privativos por entidades governamentais ou empresas particulares interessadas.

O equipamento previsto usará somente componentes de estado sólido (transistor). O sistema a ser utilizado será o DDD, isto é, discagem direta a distância.

O programa Tronco-Sul representa um investimento de aproximadamente NCr\$ 27.000.000,00.

(a) Programa EXPANSÃO RIO—SÃO PAULO

O tronco Rio—São Paulo, atualmente com 360 canais telefônicos em tráfego, não possui capacidade suficiente para atender à

atual demanda. Considerando as expansões das redes urbanas do Rio e São Paulo, já iniciadas, a futura entrada em operação do Tronco-Sul e as necessidades de momento, verifica-se que sua expansão já é premente.

Prevê-se a instalação de dois enlaces, cada um com a capacidade de 1.800 canais telefônicos. Um deles se destina aos canais telefônicos diretos entre Rio e São Paulo. O outro se destina ao atendimento de localidades situadas ao longo da rota. O programa poderá ser realizado em vinte meses, representando um investimento superior a NCr\$ 20.000.000,00.

(2) Prioridade 2

(a) Programa SATÉLITE

O Brasil faz parte do "Comité Internacional de Comunicações por Satélite" — INTELSAT — que visa o estabelecimento de um sistema mundial. Nosso País já investiu nesse projeto cerca de 340 mil dólares e já recebeu cerca de 45 mil dólares de indenização sobre ligações parciais já em funcionamento.

Foi atribuída à EMBRATEL a responsabilidade de implantar a estação terrena brasileira do sistema internacional de telecomunicações por satélites.

A estação permitirá o tráfego internacional direto do Brasil com oito países da Europa, América e África, através dos quais serão atingidas as demais nações. Inicialmente, nosso País terá 60 canais telefônicos, com possibilidades de ampliação para 600. A comunicação internacional será instantânea, após completada a ligação do usuário com a estação receptora.

Para tal implantação, já foi realizado :

- escolha e desapropriação do terreno para instalação, recaindo no Município de Itaboraí;
- contratação de assessoramento técnico;
- análise econômica e estudo de tráfego;
- preparo das especificações da estação terrestre, bem como do sistema de microndas para ligação com a estação terminal Rio.

Prevê-se o início de operação comercial para 1969.

O empreendimento está orçado em NCr\$ 19.000.000,00.

(3) Prioridade 3

(a) Programa TRONCO-NORDESTE

Este programa se propõe à implantação de um sistema interligando todas as capitais do Nordeste, integrando-as ao Sistema Básico Nacional.

Por ser muito extenso o sistema, foi o programa dividido em duas etapas: na 1ª, serão ligadas a Belo Horizonte as cidades de Governador Valadares, Salvador, Aracaju, Maceió e Recife; na 2ª etapa serão atingidas João Pessoa, Natal e Fortaleza.

Inicialmente terá 312 canais telefônicos.

A capacidade final do enlace será de 960 canais permitindo a transmissão de um canal de televisão e um de alta fidelidade, em cada direção. Somente a 1ª etapa exigirá seis estações terminais e 38 repetidoras, numa extensão de aproximadamente 2.000 km.

Para a implantação da 1ª etapa, foi obedecida uma sistemática semelhante à salientada para o Tronco—Sul.

Recentemente, foi assinado contrato com duas firmas para construção das obras civis, no trecho de Belo Horizonte a Salvador.

A operação comercial do sistema é prevista para 1969.

A 1ª etapa do Tronco-Nordeste representa um investimento da ordem de NCr\$ 28.000.000,00.

(b) Programa TRONCO BRASÍLIA—RIO

Em março de 1967 a EMBRATEL passou a operar o Sistema Rio—Brasília—Goiânia, que serve também às cidades de Juiz de Fora, Belo Horizonte, Uberaba e Uberlândia, recebendo-o da NOVACAP.

É o único tronco que liga a capital ao resto do país, e já está operando à máxima capacidade. Foi, por isso, iniciado o Programa Tronco BRASÍLIA, objetivando sua ampliação e modernização.

Este sistema possui dois trechos: Belo Horizonte — Brasília e Rio — Belo Horizonte.

— Trecho Belo Horizonte — Brasília

Os estudos realizados visando sua ampliação indicaram:

— possibilidade de adoção da rota atual;

— inconveniência de utilização de equipamentos do tipo atualmente usado.

A ampliação em estudos poderá ser concluída num prazo de 24 meses, após iniciada. Representará um investimento de NCr\$ 9.000.000,00.

— Trecho Rio — Belo Horizonte

Apresenta atualmente dois sistemas em funcionamento: um operado pelo CTMG, com 120 canais telefônicos, e outro pela EMBRATEL, com 132 (parte do sistema Rio—Brasília).

Os estudos realizados concluíram ser mais favorável realizar a ampliação do sistema explorado pela EMBRATEL.

Representará um investimento de cerca de NCr\$ 8.000.000,00.

(4) Outros programas

Além dos mencionados, a EMBRATEL está empenhada na execução dos seguintes programas, estes obedecendo a uma prioridade mais baixa, motivo porque estão em fase mais atrasada:

(a) **TRONCO OESTE** — Visa a implantação do sistema de telecomunicações entre São Paulo e Campo Grande.

(b) **TRONCO BRASÍLIA — SÃO PAULO** — Visa estabelecer uma rota alternativa para escoamento do tráfego de Brasília e Belo Horizonte para São Paulo.

5. A RADIODIFUSÃO

Os serviços de radiodifusão no Brasil não tiveram, como vimos, uma implantação racional. Apenas a televisão teve um plano (Dec n. 31.835, de 21 Nov 52). Não houve planos diretores. Não houve, mesmo, uma verdadeira política de radiodifusão.

Dai se originou, particularmente para a radiodifusão em ondas médias e, já agora, para a televisão, uma demanda desordenada, especialmente nas regiões economicamente mais desenvolvidas.

Dentro da atribuição de "promover, orientar e coordenar o desenvolvimento das telecomunicações", decidiu o CONTEL determinar a planificação de toda a radiodifusão no país, inclusive a revisão do Plano Nacional de Televisão.

Como diretriz geral, deveria ser considerada a capacidade sócio-econômica de cada região e assegurada a cobertura total do território brasileiro.

Foram realizados os estudos preliminares relativos aos dois Planos: o de TV-VHF e o de Radiodifusão sonora. Ambos foram abordados sob três tópicos essenciais: estudo econômico, estudo técnico e estudo integrado.

Assim, as possibilidades técnicas serão confrontadas, no estudo integrado, com as possibilidades do suporte econômico e necessidades de cobertura, para obter-se o Plano de Atribuição de Canais, em cada modalidade de radiodifusão.

A conclusão desses estudos permitirá conduzir a radiodifusão a padrões mais elevados.

6. A POLÍTICA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

a. Diretrizes do Governo Federal

O Governo Federal definiu, em documentos elaborados pelo Ministério do Planejamento e editado em julho de 1967, suas Diretrizes de Governo, que estabeleceu:

(1) O Sistema Nacional de Telecomunicações terá o controle e fiscalização do Governo Federal. Sua exploração poderá ser objeto de autorização ou concessão.

(2) Na implantação do Sistema Nacional de Telecomunicações deverá ser adotado, em princípio, o seguinte esquema:

- Região Centro-Sul — Troncos de alta capacidade de tráfego, possivelmente com discagem direta (DDD) entre os pontos servidos.
- Região Nordeste — Troncos de média capacidade de tráfego.
- Região Noroeste — Inicialmente, ligações através do Sistema Auxiliar (faixa lateral singela ou independente).

(3) Os serviços postais deverão ser melhor adequados às condições do país. O DCT será transformado em entidade de administração indireta.

(4) Os Estados serão orientados e incentivados no sentido de elaborar planos estaduais, integrados no Plano Nacional. A exploração das redes urbanas e interurbanas deverá ser confiada, de preferência, a apenas uma empresa de grande porte, no âmbito estadual.

(5) A indústria nacional de equipamentos telefônicos deverá ser beneficiada na expansão do sistema.

(6) A execução de um plano de médio prazo (Trienal) deverá ser promovida, a partir deste ano, para acelerar a expansão imediata dos sistemas existentes.

(7) A implantação coordenada dos sistemas de Telecomunicações e Postal deverá ser a meta de um estudo integrado, a realizar nos próximos dois anos.

b. Plano Trienal

As Diretrizes do Governo estabelecem para o Plano Trienal investimentos da ordem de NCr\$ 800 milhões, distribuídos entre as seguintes atividades básicas:

- sistemas telefônicos de longa distância;
- sistemas telefônicos locais;
- sistemas de telegrafia e telex;
- sistema postal.

Os programas de telefonia de longa distância serão executados pela EMBRATEL e têm por objetivo atender a demanda real de tráfego no país, através de redes de micro-ondas e equipamentos de radiotelefone, ligadas ao tráfego internacional via satélite.

Os programas de telefonia local serão executados pela CTB e suas subsidiárias CTMG e CTES, bem como pelas demais subsidiárias e têm por objetivo a melhoria e ampliação do atendimento ao público. Os programas em curso permitirão instalar mais de 350.000 terminais telefônicos novos, até 1969.

Os programas de telegrafia e telex estarão a cargo do DCT e visarão a ampliação e modernização do serviço de telégrafos no país e ampliação do serviço de telex, radiofoto e radiotelefone costeira e interurbana.

O programa postal visará a contenção do "deficit" operacional do DCT, através da melhoria dos serviços de manipulação e distribuição de correspondência, por meio de centrais automáticas a serem instaladas no Rio e São Paulo.

7. CONCLUSÕES

O Código Brasileiro de Telecomunicações marca o início, para o Brasil, de uma nova fase. Marca o despertar da nação para uma atividade de serviço público extraordinariamente aceleradora do progresso — as telecomunicações.

Criado em 1962, contudo, só após a Revolução Democrática de 1964 tiveram realmente impulso as atividades com ele relacionadas. Assim, somente em 1965, foi criada a EMBRATEL, empresa a quem a operação de compra das ações da CTB pelo Governo Brasileiro, possibilitando iniciar-se a expansão dos sistemas urbanos nos maiores centros do país. Também nesse ano foi realizado o 1º Congresso Brasileiro de Telecomunicações, no Rio de Janeiro, promovido pelo CONTEL, que permitiu reunir delegados dos vários setores das telecomunicações, com o objetivo de unificar os pontos-de-vista e buscar medidas que permitissem maior dinamização das telecomunicações. Em 1967, já em São Paulo, realizou-se o 2º Congresso e em 1968 deverá ser realizado o 3º, no Recife.

A implantação do Plano Nacional começa a tomar figura com o Tronco Sul.

As Comunicações por satélites deixam, no Brasil, o campo da ficção.

As grandes fábricas de equipamentos, em fase de extraordinária ampliação, já estão comprometidas com encomendas para cerca de três anos de produção.

O telefone, equipamento antes só conquistado nos grandes centros, a pêsso de prestígio político, passa a ser anunciado e propagado como mercadoria à venda.

Os jornais anunciam, a cada dia, novidades no setor. Micro-ondas, telex, centrais CROSSBAR, satélites de comunicações, televisão em cores, sistema DDD, são termos que começam a ser conhecidos do povo.

Uma onda de expectativa — feliz expectativa — cerca o brasileiro.

Inicia-se uma nova era para as telecomunicações no País.

Uma nova era de progresso alcança o Brasil...

FONTES DE CONSULTA

- 1 — Lei n. 4.117, de 27 de agosto de 1962
- 2 — Dec n. 52.026, de 20 de maio de 1963
- 3 — Dec n. 52.859, de 18 de novembro de 1963
- 4 — Dec n. 53.352, de 26 de dezembro de 1963
- 5 — Dec-lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967
- 6 — Dec-lei n. 236, de 28 de fevereiro de 1967
- 7 — ANAIS do I Congresso Brasileiro de Telecomunicações
- 8 — DOCUMENTOS do II Congresso Brasileiro de Telecomunicações, particularmente "Discurso" do Presidente da EMBRATEL.
- 9 — Resoluções e Decisões do CONTEL, publicadas na "AESP EM REVISTA", n. 3 (1966) e n. 12 (1967).
- 10 — Extratos de jornais diários, de junho a outubro de 1967.



MONTEPIO
da Família Militar

AGÊNCIA GUANABARA:
AV. RIO BRANCO, 524 — ESQ. PRESIDENTE VARGAS
FONES: 43.34.37 E 43.40.20
SEDE EM PORTO ALEGRE: ANDRADAS, 1758

PREÇO DA ASSINATURA

Forçados pelo custo do papel e dos serviços necessários à publicação desta Revista, tivemos que reajustar o preço da assinatura anual para NCr\$ 3,00 (três cruzeiros novos) a vigorar a partir de 1 de janeiro de 1968.

Por outro lado, as assinaturas serão aceitas por ano civil.

Os assinantes admitidos no decorrer do ano receberão todos os números atrasados, a partir do correspondente ao mês de janeiro do ano considerado.

PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO PERU

Major Inf HÉLIO COSTA

S U M A R I O

1. GENERALIDADES
2. SITUAÇÃO DO VR DO PERU NO INÍCIO DO SÉCULO XIX
3. O MOVIMENTO PRECURSOR
4. A REVOLTA DE CUZCO
5. A AÇÃO DE SAN MARTIN
6. A AÇÃO DE BOLIVAR E SUCRE
7. CONSOLIDAÇÃO DA REPÚBLICA
8. CONCLUSÃO

DESENVOLVIMENTO

1. Generalidades

A conquista do Peru foi realizada de 1531 a 1535. Neste último ano foi fundada Lima, organizando-se a Nova Castilha sob as ordens de Pizarro e Nova Toledo confiada a Almagro. A conquista teve o caráter privado e foi realizada com minguados meios, partindo do Panamá.

Os índios deixaram-se enganar pelos espanhóis e foram facilmente dominados. Resistiram mais tarde. A conquista foi altamente rendosa graças aos objetos de ouro e prata que adornavam os Palácios e Templos dos Incas e ao resgate pago por Atauvalpa. Em 1542 Carlos V criou o VR do Peru que abrangia todas as terras descobertas na América do Sul menos a Venezuela que fazia parte do VR do México.

Dada, porém, a impossibilidade de um mesmo funcionário da Coroa governar e administrar Território tão dilatado foram nascendo os Governos indepen-

dentes do VR. Este é um pequeno resumo da formação histórica do Peru, necessário à compreensão de seu processo de emancipação política. Este processo observado de um modo amplo, apresenta aspectos semelhantes com o que aconteceu em toda a HSA. Efetivamente, os ressentimentos criados pelos processos coloniais da Espanha eram comuns. Deu-se o rompimento da clausura intelectual cujos efeitos logo se faziam sentir. Com isto, os ideais de liberdade que agitavam o mundo, no final do século XVIII chegaram a HSA. Eram idéias relativas à liberdade do Comércio, organização democrática dos Governos e tantas outras que impressionavam os americanos desejosos de melhores dias.

Deste modo, pouco a pouco se ia formando um clima pré-revolucionário e posteriormente de completa revolução.

O desmoronamento do trono Espanhol, no início do Século XIX, conseqüente da ação de Napoleão, criou uma oportunidade excepcional para o desenca-

deamento do movimento emancipador.

Em todos os VR e Capitánias Gerais a repercussão desse fato foi grande.

No VR do Peru, no entanto, o movimento libertador só veio a tomar corpo a partir do ano de 1814, quando eclodiu a Revolta de Cuzco.

Isso se explica porque durante os primeiros dias da Revolução Americana, a partir de 1808, o Peru era o centro do Poder e dos recursos espanhóis na América Meridional. No entanto isso não significa que os germes do descontentamento não existissem latentes em todo o VR. Não. Pelo contrário. Nas províncias mais afastadas os sintomas se faziam sentir. E o momento propício à eclosão plena do movimento revolucionário não podia ser outro senão quando o VR do Peru ver-se-ia ameaçado pelo Sul através a Campanha de San Martín e pelo Norte através o admirável Bolívar.

A fim de que se possa entender o Processo Peruano, veremos inicialmente o Movimento Precursor Tupac-Amaru (1780 a 1783) que já era o germem de uma Revolta contra o Governo. Em seguida, mister se faz que conheçamos a situação do VR do Peru no início do século XIX.

A Revolta de Cuzco em 1814, como o movimento que de fato deu ânimo à causa Revolucionária, a ação de San Martín, em seguida de Bolívar e de Sucre, devem necessariamente ser conhecidas.

Finalmente, veremos como a novel República conseguiu firmar-se, politicamente, após a Declaração da Independência em 1821.

É o que veremos.

2. A situação do VR do Peru no início do Século XIX

O VR do Peru era o mais antigo da América do Sul (1542) e se assentara sob as bases geográficas e humanas do Império Inca.

Compreendia as Audiências de Lima e de Cuzco e um Tribunal de Inquisição em Lima.

Estava dividido em várias Intendências e mais os Governos Gualaquill, Maynes e Quijos. Possuía uma população de cerca de dois milhões de habitantes. A miscigenação fôra incompleta predominando o indígena puro, escravizado ou refugiado em locais inacessíveis. O tratamento que fôra dispensado aos indígenas provocara nêles um ódio violento ao homem branco. A economia do VR era pujante e se baseava, particularmente, na mineração de prata e na exploração de ouro nos arredores de Cuzco.

O clero era numeroso, influente e rico. Em Lima havia um Arcebispado, Lima era o centro social e político mais importante da América do Sul. Havia Universidades em Lima e Cuzco e uma Imprensa na primeira cidade, que exercia grande influência sobre a elite cultural.

O grosso da população e seus centros urbanos mais importan-

tes se encontravam estabelecidos em fazendas e zonas mineradoras do interior, situadas nos altos montes andinos, isoladas umas das outras, muito vigiadas pelas autoridades do Reino e temerosos do ódio indígena. Formava uma sociedade conservadora, cultivando hábitos aristocráticos estruturada verticalmente e de tendências políticas lealistas e monárquicas.

Na costa o Porto principal era Callao que era o centro distribuidor do comércio no Pacífico e bem vinculado a Lima.

As populações costeiras ao contrário das do interior tinham tendências liberais e federalistas. No entanto eram minoritárias em relação às do interior que constituíam em verdade o núcleo fundamental do Poder político, econômico e militar do Peru.

A posição central do VR lhe dava o papel de coração do mecanismo político-administrativo espanhol.

Essas circunstâncias aliadas ao Poder militar existente no VR fizeram do Peru o mais forte obstáculo do Poder espanhol na América do Sul e o centro irradiador de suas reações ofensivas e defensivas.

3 O Movimento Precursor

A Insurreição de Tupac-Amaru, ocorrida em 1780-1783, pode ser considerada o Movimento Precursor do Processo Peruano.

Desde 1724 que a população indígena se mostrava revoltada pela ação violenta dos funcionários do Governo quer na cobrança de impostos ilegais quer a

forçando a adquirir gêneros im-
prestáveis.

Em 1779, chegou ao Peru o Ins-
petor de Finanças José Antonio
Areche, delegado do Rei que de-
sencadeou uma campanha tre-
menda de taxação fiscal.

A revolta do povo cada vez
mais aumentava.

Em 1780 José Gabriel Candor-
canqui que se nomeou Tupac-
Amaru, prestigioso cacique da
região, mandou aprisionar e en-
forcou em Praça pública o Corre-
gedor do Tinta D. Antonio Ar-
riaga. **Proclamou em seguida a
libertação do Peru.**

As autoridades espanholas en-
viaram forças para combater os
rebeldes, mas foram derrotadas.
A revolta no entanto, tomou ru-
mo diferente do qual desejava
Tupac-Amaru. Degenerou numa
violenta chacina de índio contra
o elemento branco. Os índios
transformaram o movimento que
era de protesto contra o regime
tirânico dos Corregedores e ar-
rendatários em uma luta de raça
e religião. Isso foi fatal ao mo-
vimento. Pois a Igreja moveu-lhe
tremenda campanha o que foi
suficiente para que muitos che-
fes indígenas abandonassem a
luta.

No entanto, o movimento de
Tupac-Amaru prosseguia, só sen-
do debelado com a chegada de
reforços vindos de Arequipa e de
Buenos Aires.

Em 1783 a rebelião estava su-
focada. Valeu como um protesto
contra os métodos do elemento
colonizador.

4. A Revolta de Cuzco

Até 1814 nada houvera realmente de ameaçador no VR. Este se limitava a fornecer recursos para combater a Revolução no Chile, em Quito e na VR do Prata.

Mas, na noite de 5 de novembro de 1813 alguns patriotas atacaram o Quartel da Guarnição de Cuzco e foram recebidos a tiros.

No dia seguinte foram presos e entre estes estava José Angulo.

Quando chegou a Cuzco a notícia da rendição de Montevideu e o triunfo dos Revolucionários argentinos, Angulo, conseguiu a adesão dos oficiais que o guardavam e revoltou Cuzco, na noite de 2 Agô 1814. Apoderando-se da cidade, organiza uma Junta sob a chefia de um índio, cacique de uma Redução próxima de Cuzco, chamado D. Mateo García Pumacagua. A revolta se estendeu a outras partes como La Paz e Arequipa. Governava o VR do Peru o VR Abascal.

No entanto quem dirigiu as operações sobre os revoltosos foi o General D. Joaquim de La Pezuela que se encontrava no Alto-Peru combatendo os Argentinos. Com efeito, Pezuela mandou uma Divisão de 1.200 homens ao comando do Marechal D. Juan Ramirez que de vitória em vitória conquistou Cuzco em maio de 1815.

Estava debelado o movimento.

Em conseqüência de sua atuação o General Pezuela foi nomeado VR do Peru.

O movimento de Cuzco pôs em grande perigo o Poder do VR e

a estabilidade de dominação espanhola no Peru.

5. A ação de San Martin

Debelado o movimento de Cuzco, em maio de 1815, o VR do Peru continuou a tomar parte ativa nos acontecimentos que agitavam o Império Colonial Espanhol. No entanto, em seu território, somente em 1820 é que o movimento emancipador iria tomar vulto com a chegada de San Martin.

Com efeito, em 1816 vamos encontrar San Martin como Intendente de Cuyo (atuais Prov. Argentinas de Mendoza, S. Juan e S. Luiz).

Desde cedo compreendeu que os fundamentos do Poder Militar Espanhol na HSA estavam no Peru e que sem destruí-lo inteiramente não conseguiria de modo definitivo a Independência das Províncias Unidas do Prata.

Concebeu então sua manobra estratégica que consistia em manter-se na defensiva no Alto Peru (atual Bolívia) e conquistar, através dos Andes, uma Base de Operações no Chile donde se transportaria pelo Pacífico ao Baixo Peru (atual Peru) para bater o grosso do Exército Espanhol.

Depois de organizar seu Exército estava pronto para partir para suas operações. E, de fato, a 18 de janeiro de 1817, deu início ao movimento.

E finalmente, feita maravilhosamente a travessia dos Andes, travou a 12 de fevereiro de 1817 a Batalha de Chacabuco e logo depois em 5 de abril de 1818 a

Batalha de Maipu que consolidou a Independência Chilena, que havia sido declarada a 12 de fevereiro de 1818. Estava conquistado o primeiro objetivo de San Martín. Agora era partir em direção ao Peru. Depois de reorganizar o Exército, no dia 20 de agosto de 1820, partia de Valparaíso a Expedição Libertadora através do Pacífico e a 7 de setembro de 1820 chegou ao Porto de Paracas, nas costas Peruanas.

Depois de algumas operações, San Martín realizou negociação com o VR Pezuela, na localidade de Miraflores visando a um acordo sobre a Independência do Peru. O resultado não foi satisfatório e as operações iriam prosseguir. Logo após, San Martín recebia a comunicação de que o povo de Gualaquill se sublevava, em 9 de outubro de 1820 e organizara uma Junta de Governo e se colocava sob sua proteção. Iniciava-se assim a desagregação do Poder Espanhol no Peru. E em seguida todo o norte do Peru fugia ao controle do VR. No sul a luta continuava.

Em 23 de janeiro de 1821, Pezuela foi substituído pelo General José de La Serna por pressão de oficiais espanhóis.

La Serna não fez mais guerra eficiente a San Martín tanto que a 3 de maio de 1821 San Martín e La Serna tiveram uma entrevista. San Martín propôs então a Independência do Peru; formação de uma Junta de Governo de 3 membros, nomeado um por ele, outro por La Serna e o terceiro escolhido por eleição popular; propôs ainda o envio de um delegado à Espanha para pedir um

Príncipe que viesse ocupar o Trono do Reino do Peru. San Martín agia fiel às suas convicções monárquicas. No entanto nada disso foi aprovado e a guerra foi renovada.

La Serna, em julho de 1821 resolveu evacuar Lima e se retirou para Cuzco onde supunha ter mais segurança.

Em 12 de julho de 1821, San Martín penetrou em Lima e reuniu um Cabildo aberto para ser decidido o que se devia fazer.

Os componentes do Cabildo se pronunciaram pela imediata proclamação da Independência do Peru.

Esta foi feita solenemente em 15 de julho de 1821 (ou 28 jul).

Entrementes, a guerra continuava. Logo depois San Martín soube dos acontecimentos em Gualaquill após a Batalha de Pichincha (24 de maio de 1822). Sabia também que Bolívar se encontrava lá e que desejava estender sua influência até o Peru. Decidiu então ir ao encontro de Bolívar, em Gualaquill, onde tiveram a célebre entrevista, a 26 e 27 de julho de 1822.

Foi após essa entrevista que San Martín resolveu afastar-se definitivamente do cenário político do continente.

A Campanha iria prosseguir sob o comando de Bolívar coadjuvado eficientemente por Sucre.

6. A ação de Bolívar e Sucre

Com o afastamento de San Martín, o Congresso do Peru confluiu o poder a uma Junta de 3 membros, presidida pelo Gen La Mar. A Junta elaborou um

Plano para bater os realistas. Não tendo havido sucesso na execução das operações militares o Congresso Peruano resolveu afastar o Gen La Mar confiando o Governo ao Coronel José de La Riva Agüero, fazendo-o Presidente em 28 de fevereiro de 1823.

Riva Agüero resolveu então solicitar auxílio a Bolívar. Este nomeou Sucre Ministro Plenipotenciário no Peru e pediu ao Congresso Colombiano autorização para enviar tropas ao Peru.

Sucre já no Peru foi nomeado Cmt do Exército em face das complicações políticas que envolveram Riva Agüero que abandonou Lima. Sucre iria então partir em direção ao Sul no cumprimento de sua missão.

Entrementes, Bolívar chegava a Lima a 1 de setembro de 1823 encontrando uma situação difícil. Bolívar cuidou de reorganizar as Forças Peruanas. Instalou seu Quartel-General em Huara.

A 20 de fevereiro de 1824 o Congresso Peruano se dissolveu e foi conferido a Bolívar todo o poder.

Bolívar formou então um Exército em que figuravam Colombianos, Peruanos, Chilenos, Argentinos e muitos Oficiais europeus de grande competência profissional. Estava pronto para enfrentar os espanhóis e em meados de 1824 resolveu iniciar a Campanha. E a 6 de Agô de 1824 travou a Batalha de Junin ou dos Centauros, que teve enorme influência na sorte da guerra.

Bolívar então acreditou terminada a Campanha e entregou a Sucre o Comando do Exército e

foi para Lima reunir mais reforços.

E finalmente caberia a Sucre selar definitivamente a derrota das forças espanholas na HSA, consolidando não só a Independência do Peru como a das nações da HSA ao vencer a Batalha de Ayacucho ou das Nações, a 9 de dezembro de 1824.

7. Consolidação da República

A Proclamação da Independência do Peru foi feita em Lima, a 25 de julho de 1821 por San Martín através uma convocação de um Cabildo — aberto.

A partir daí, vários fatos surgiram para consolidar a novel República. San Martín após a Proclamação da Independência, havia reservado para si apenas o Comando do Exército. Mas o Cabildo por Dec de 3 de agosto de 1821 lhe conferiu o Título de Protetor do Peru. San Martín organizou então o Governo. Logo após foi que tomou a decisão de entrevistar-se com Bolívar em Guayaquil, o que fez em 26 e 27 de julho de 1822. Na sua ausência de Lima surgiu então um movimento revolucionário que muito comprometia a situação de San Martín.

Ao partir para Guayaquil havia confiado o Comando e governo do Peru ao Marquês Torre-Tagle que devia se aconselhar com os Ministros do Protetor. Um deles D. Bernardo de Monteagudo por sua ação nefasta contra até mesmo os patriotas foi obrigado a renunciar. Esta era a situação que encontrava San Martín em Lima após

retornar a Guayaquil. Trazia já consigo a resolução suprema de afastar-se do Governo.

No dia 20 de setembro de 1822, abriram-se as sessões do Congresso que San Martín convocara. San Martín depôs então o Governo nas mãos do Congresso e se retirou definitivamente.

Com o afastamento de San Martín o Congresso do Peru conferiu o Poder a uma Junta de 3 membros presidida pelo General La Mar. La Mar não sendo bem sucedido nas operações militares foi substituído pelo Coronel José de La Riva Agüero a quem o Congresso fez Presidente a 28 de fevereiro de 1823.

Foi aí então que Riva Agüero solicitou auxílio de Bolívar.

Entretanto, o Peru se dividiria em 2 Governos: o de Torre-Tagle estabelecido em Lima e o de Riva Agüero, em Trujillo.

Foi nessa situação difícil que Bolívar chegou a Lima a 1 de setembro de 1823. O Congresso lhe confiara poderes ditatoriais mas Bolívar conservou Torre-Tagle no Governo, então mandou prender Riva Agüero conseguindo a unificação do Governo Peruano.

Em 13 de Nov de 1823 o Congresso se reuniu e votou nova Constituição. Logo após Bolívar acusou Torre-Tagle de traição perante o Congresso e este o destituiu do poder, em 10 de fevereiro de 1824.

A 20 de fevereiro de 1824 o próprio Congresso se dissolveu conferindo a Bolívar todo o Poder.

Nesta situação é que foram travadas as Batalhas de Junin e Ayacucho que consolidaram defi-

nitivamente a Independência Peruana.

Livre o Peru dos inimigos exteriores, Bolívar então tratou de organizá-lo como Nação independente. Convocou então um Congresso que se reuniu em Lima a 11 de fevereiro de 1825. Mas este não fez mais que prolongar a Ditadura conferindo ao Chefe Supremo o Título de Libertador e Pai do Peru. No entanto, a maldade humana iria surgir. As conspirações contra Bolívar não tardariam a aparecer. Bolívar tendo que ir à Colômbia a fim de restabelecer a ordem na Grã-Colômbia, afastou-se de Lima em 3 de setembro de 1826. Na sua ausência, rebentou uma revolução em Lima, onde uma Divisão Colombiana depôs o Governo Provisório deixado por Bolívar (23 de janeiro de 1827).

Assumiu o Governo do Peru o General Santa Cruz que revogou a Constituição Boliviana de 1825 e restabeleceu a de 1823.

O Peru, livre, agora, da dominação espanhola e da tutela Colombiana, lutava por suas reivindicações territoriais não atendidas na entrevista de Guayaquil. Entrava também no gozo de sua autonomia.

La Mar foi eleito Presidente pelo Congresso e investiu contra Guayaquil e a Bolívia em busca de suas reivindicações territoriais.

Na Bolívia, no entanto, não houve oposição militar pois rebentou uma Revolução em Chuquisaca fomentada pelo Governo do Peru que levou Sucre a depor o poder em mãos do Congresso.

Substituiu o General Pedro Blanco que nomeado em 1 de janeiro de 1829 foi substituído pelo General Santa Cruz em 1836 estabeleceu a Confederação Peru-Bolívia.

Essa Confederação só seria dissolvida mais tarde em consequência da guerra com o Chile, que venceu a Confederação em janeiro de 1839.

8. Conclusão

O Processo de Emancipação Política do Peru teve como condicionantes fatores diversos entre os quais julgamos necessário ressaltar como conclusão do estudo feito:

1) A situação especial do Peru como o centro do Poder e dos recursos espanhóis na América Meridional o que iria repercutir no retardamento do início do movimento libertador que só veio intensificar-se a partir da Revolta de Cuzco em 1814.

2) O estabelecimento do momento propício à eclosão plena do movimento revolucionário identificado quando o VR do Peru ver-se-ia ameaçado pelo Sul através a Campanha de San

Martin e pelo Norte através Bolívar.

3) A concepção de San Martin de que os fundamentos do Poder Militar espanhol na HSA estavam no Peru e que sem destruí-lo não conseguiria de modo definitivo a Independência das Províncias Unidas do Prata o que iria motivar a presença valiosa do bravo argentino no solo Peruano.

4) O início da desagregação do Poder espanhol no Peru identificado quando o povo de Guaiaquil, em 1820, se subleva e se coloca sob a proteção de San Martin.

5) A repercussão da entrevista de Guaiaquil em julho de 1822 entre San Martin e Bolívar onde ficou fixada a continuação do movimento emancipador agora sob o Comando seguro de Bolívar.

6) A ação valorosa de Bolívar coadjuvado maravilhosamente por Sucre, refletido principalmente na Batalha de Junin e finalmente na de Ayacucho travada em 9 de dezembro de 1824 em que ficou consolidada não só a Independência do Peru como a das Nações da HSA.

A ENCÍCLICA POPULORUM PROGRESSIO

PE. FERNANDO BASTOS DE ÁVILA S. J.

A Encíclica *Populorum Progressio* que SS. Papa Paulo VI promulgou no dia da Ressurreição, 26 de março de 1967, parece estar fadada a se tornar um sinal de contradição, talvez de maiores contradições do que as suscitadas pela publicação da *Mater et Magistra*, em 1961, por João XXIII de saudosa memória. É o que parece ser lícito concluir da veemência dos ataques e dos encômios como da disparidade das fontes donde procedem. Pela primeira vez a Agência Tass distribui à imprensa soviética os trechos que julgou mais importantes do documento no qual já se teria infiltrado a inspiração marxista. O tema comum a quase todas as críticas é o da exorbitância do pronunciamento papal: que a Igreja cuide do pastoreio das almas; porém não se meta nos problemas terrenos. De fato, não há dúvida que a encíclica é menos doutrinal que pragmática; ela toma posição em face do problema do subdesenvolvimento. Pela primeira vez, na história das encíclicas sociais o centro de perspectiva começa a deslocar-se: o subdesenvolvimento não é focalizado de fora ou de cima do ponto de vista das sociedades avançadas, como se se tratasse de um problema cuja solução dependesse apenas da generosidade complacen-

te dos povos afluentes e de uma hábil adaptação dos princípios que garantem a sua prosperidade. Na PP.P., o subdesenvolvimento é assumido por dentro; o Papa se identifica e se solidariza com os povos desfavorecidos e, em nome deles, interpela a consciência das nações prósperas. Será isto exorbitar de sua missão espiritual? Talvez o fôsse, se tal interpelação se fizesse em nome do ódio, de rancores mal contidos, de frustrações coletivas ou em nome das exigências de equilíbrio da economia internacional ou da necessidade de expansão de mercado pelo aumento do poder aquisitivo das populações marginais. Mas não é esse o caso. O Papa declara logo na Introdução da Encíclica que assume uma posição diante do problema a partir de uma tomada de consciência das exigências da mensagem evangélica: "Apenas terminado o Segundo Concílio Vaticano, uma renovada tomada de consciência das exigências da mensagem evangélica obriga a Igreja a colocar-se a serviço dos homens, para ajudá-los a captar todas as dimensões deste grave problema (do pleno desenvolvimento) e convencê-los da urgência de uma ação solidária nesta mudança decisiva da história da humanidade" (1). Só um católico

talvez está em condições de aquilatar toda a gravidade desta colocação do problema, mas só ele não tem direito de subestimá-la. Muitas crises na Igreja surgiram, e o fato não é tão antigo nem tão distante, de um impulso reformista que fazia apelo a uma inspiração evangélica, contrapondo-a às decisões da hierarquia estabelecida. Vã tentativa de opor Igreja e Evangelho. Hoje é o próprio Pontífice Máximo que invocando o Evangelho engaja a sua Igreja na luta contra o subdesenvolvimento. Como guarda supremo do depósito revelado cabe a ele definir, em última instância, em que consistem, até onde vão as exigências da mensagem evangélica. Este dever e esta competência um católico não lhe pode negar. Cristo prenunciou como um dos sinais inconfundíveis de sua Igreja o fato, a imensa novidade para o mundo pagão de que a nova era anunciada aos pobres: "pauperes evangelisantur". A citação explícita deste texto evangélico nesta Encíclica parece sugerir de modo suficientemente claro que a Igreja de Cristo tinha a sensação de perder o seu sinal distintivo, de correr o risco de se tornar irreconhecível ao pagão moderno, se não levasse ao mundo dos pobres, ao mundo do subdesenvolvido, a sua boa nova, a sua mensagem de solidariedade.

É deste ponto de vista exclusivamente que a Encíclica deve ser julgada. Toda a questão se resume em verificar dois pontos fundamentais: 1 — se o problema focalizado pela Encíclica é ou não é o grande, o mais urgente problema com que se defronta a humanida-

de; 2 — se os meios propostos para resolvê-lo, primeiramente são ou não justos, e, depois, são ou não eficazes.

O problema focalizado aliás em várias passagens do documento pontifício, é o da condição dos povos subdesenvolvidos e da aguda consciência a que esses povos chegaram da sua condição, e das dificuldades de superá-la. É a condição "daqueles que se esforçam por escapar da fome, da miséria, das enfermidades endêmicas, da ignorância; que buscam uma participação mais ampla nos frutos da civilização, uma valorização mais ativa de suas qualidades humanas... (1). São aqueles que se esforçam por "ver-se livres da miséria, encontrar com mais segurança a própria subsistência, a saúde, uma ocupação estável. Participar ainda mais nas responsabilidades fora de toda opressão e ao abrigo de situações que ofendem sua dignidade de homens. Ser mais instruído. Em uma palavra fazer, conhecer e ter mais, para ser mais, tal é aspiração dos homens de hoje, enquanto um grande número deles se vê condenado a viver em condições que torram ilusório este legítimo desejo" (6).

É verdade que a miséria sempre existiu, mas o que é novo hoje e torna a situação contemporânea tremendamente ameaçadora é o fato da clara consciência coletiva que as populações marginalizadas adquiriram de sua situação: "Ao mesmo tempo, os conflitos sociais

se ampliaram até tomar as dimensões do mundo. A viva inquietação que se apoderou das classes pobres, nos países que se vão industrializando, se apodera agora daqueles em que a economia é quase exclusivamente agrária: os camponeses adquirem, também, a consciência de sua miséria não merecida. A isto se acrescenta o escândalo das disparidades gritantes, não apenas no gozo dos bens mas ainda mais no exercício do poder. Enquanto em algumas regiões uma oligarquia goza de uma civilização refinada, o resto da população, pobre e dispersa, está "privada de quase tôdas as possibilidades de iniciativa pessoal e de responsabilidade e muitas vêzes, inclusive, vivendo em condições de vida e de trabalho indignas da pessoa humana" (9) (citação do *Gaudium et Spes*).

Tôda questão fundamental, dizíamos acima, se resume em saber se a situação descrita neste quadro, cuja veracidade ninguém põe em dúvida, e a consciência viva desta situação é ou não o grande problema. Para nos convencermos disto, se fôr o caso, poderiam ser úteis as seguintes ponderações.

1.^a Falar em miséria tornou-se um tópico tão explorado, que muitas vêzes êle parece se reduzir a um como símbolo algébrico que se utiliza num raciocínio elegante. Perde o seu trágico e doloroso conteúdo humano. Miséria é fome, é dor, são andrajos, é o barraco sórdido ou o canto da rua, é a revolta impotente diante do sofrimento e da morte, é a ignorância, o aviltamento da grandeza humana.

Quando se fala no problema da miséria é preciso pensar na miséria real e hedionda como ela é e existe. Será preciso pensar na miséria como se nós fôssemos os miseráveis. Tôda a dificuldade de compreender a angústia desta encíclica reside fundamentalmente nesta nossa incapacidade de pensar uma miséria que não seja mera e tranquilizante abstração.

2.^a A miséria à qual o Papa se refere, é uma miséria que, sob suas diversas manifestações de fome, subalimentação, desabrigo, promiscuidade, ignorância, afeta hoje a bilhões de seres humanos. É uma miséria pois que, sob o simples aspecto de sua quantidade constitui por si mesma um problema, ou mais exatamente um escândalo pavoroso. Não é a miséria do mendigo resignado que nos habituamos a encontrar em nosso caminho, na porta de nossa igreja, no mendigo que de certo modo conseguimos integrar pacificamente no nosso mundo como um elemento educativo para ensinar às crianças, a piedade para com os pobres. É a miséria de povos, de regiões inteiras do globo. É verdade que a miséria sempre existiu, como é verdade até que nos países hoje desenvolvidos ela regrediu, graças à difusão dos benefícios da produção de tipo industrial a camadas crescentes da população. O Papa reconheceu êste fato: "seria injusto que se atribuisse à industrialização mesmo os males devidos ao nefasto sistema que a acompanha. Pelo contrário, é justo reconhecer a importância enorme da organização do trabalho para o progresso industrial da obra do desenvolvimen-

to" (26). Mas o fato para o qual o Papa, na linha de João XXIII, procura chamar nossa atenção é precisamente que a questão social hoje assumiu as dimensões do mundo. Não se formula mais apenas em termos de disparidade de classes, dentro da mesma sociedade industrial, mas em termos de tensões entre povos que se disputam a sua sobrevivência do planêta. O problema está assim relacionado com o tremendo fenômeno da explosão demográfica, a que o Papa se refere e sôbre o qual voltaremos oportunamente.

3.^a O que causaria espanto seria o fato que não se reconhecesse que esta situação da miséria real e consciente de bilhões de seres humanos, constitui o grande problema da humanidade contemporânea. O que seria espantoso é que não se percebesse a extrema instabilidade da posição de equilíbrio em que se encontra a paz universal. Pela rapidez da difusão moderna dos meios de comunicação, a legião dos miseráveis é informada audiovisualmente da sua própria miséria e da distância, do contraste que a separa do conforto e do requinte das sociedades afluentes. A conscientização dessas massas como ingrediente de sua explosão insurreccional se opera dia a dia de modo fulminante, criando dia a dia condições mais propícias para a emergência das lideranças messiânicas, último catalisador da explosão: "Neste caos, a tentação se torna tão violenta que ameaça arrastar para os messianismos prometedores, porém forjadores de ilusões. Quem não vê os perigos que há nêle de

reações populares violentas, de agitações insurreccionais e de desluzamentos para as ideologias totalitárias?" (11). E, mais abaixo, continua a encíclica: "É certo que há situações cuja injustiça clama aos céus. Quando populações inteiras carentes do necessário, vivem numa tal dependência que os impede de tôda iniciativa e responsabilidade, da mesma forma que de tôda a possibilidade de promoção cultural e de participação na vida social e política, é grande a tentação de repelir com violência tão graves injúrias contra a dignidade humana" (30). Mas não entendamos mal o sentido pelo qual ao Papa a situação descrita se afigura como sendo o grande problema contemporâneo. Mas é porque ela ameaça a paz daquela porção de humanidade que já se libertou da miséria e que disporia dos meios de resolver os problemas. A miséria constitui escândalo em si mesma, não apenas nas eventuais ameaças que ela pode representar para nós, mas enquanto atinge seres humanos que são a imagem de Deus criador, que são realmente nossos irmãos, portadores de uma vocação ao mesmo esplêndido destino humano, cuja esperança é anunciada por êste humanismo pleno a que se refere a encíclica (42). E, se a miséria é também analisada pelo Papa sob seu aspecto ameaçador, é porque ela, como detonadora da revolta pode "engendrar novas injustiças introduzir novos desequilíbrios e provocar novas ruínas" (31), isto é deteriorar ainda mais a situação que oprime a humanidade espezinhada.

Passemos agora à análise dos meios propostos pela encíclica para a solução do problema, meios que nos propúnhamos examinar sob o duplo ângulo de sua justiça e de sua eficácia.

É evidente, a uma simples leitura do documento pontifício, que o Papa não tem a pretensão de apresentar um sistema novo, em substituição ao capitalismo liberal cujos efeitos nefastos êle denuncia (26). O Papa não se envolve nesta problemática de sistemas, que não é sua tarefa nem comportaria a premência do prazo histórico em que a situação acelera seu ritmo de autodeteriorização. O que o Papa faz é propor uma linha concreta de ação, na esperança de que, engajados nela, os homens de todos os sistemas e de tôdas as ideologias se aproximem para o diálogo indispensável (54) e encontrem as bases para a elaboração de um sistema e de uma ideologia de convergência e da solidariedade.

A linha de ação proposta pelo Papa se pode resumir na idéia da mobilização racional e planejada de todos os recursos disponíveis, recursos em bens e recursos humanos, para o desenvolvimento. A ação proposta não se faz assinalar pela sua originalidade, mas pela veemência e universalidade de seu apêlo e pela pertinência de suas conseqüências. Parece que o simples enunciado da idéia que resume a encíclica pleiteia pela sua justiça e sua eficácia.

A *mobilização racional e planejada* parece ser a única saída do impasse de um subdesenvolvimento que se acentua pela própria es-

piral da causação circular cumulativa na qual está envolvido. Não há mais país no mundo que não tenha, através de medidas mais ou menos drásticas, orientado o espontaneísmo da iniciativa privada para os objetivos do bem comum. Mobilização entretanto que não significa a supressão da liberdade criadora de indivíduos e grupos, na criação de condições para seu mais pleno e racional exercício. "A simples iniciativa individual e o simples jogo da concorrência não bastam para assegurar o êxito do desenvolvimento. Não é lícito aumentar a riqueza dos ricos e o poder dos fortes, confirmando a miséria dos pobres e tornando maior a escravidão dos oprimidos. São necessários programas para "encorajar, estimular, coordenar, suprir e integrar" a ação dos indivíduos e dos organismos intermediários. Pertence aos poderes públicos escolher, e, mesmo impor os objetivos a atingir, os fins a alcançar e os meios para os conseguir, e é a êles que compete estimular tôdas as forças conjugadas nesta ação comum. Tenham, porém, cuidado de associar a esta obra as iniciativas privadas e os organismos intermediários. Assim, evitarão o perigo de uma coletivização integral ou de uma planificação arbitrária que, privando os homens da liberdade, poriam de parte o exercício dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Descendo ao exame dos meios concretos que a encíclica propõe, devemos nos referir aos temas seguintes:

1. *O problema da revolução.* Não faltaram os que encontrassem

na encíclica a justificação doutrinal da revolução armada, a sua justificação como meio eficaz de justiça social. Julgamos absolutamente distorcida essa interpretação. A respeito da revolução, o documento pontifício contém:

a) *uma advertência grave*, lembrando que situações cuja injustiça clama aos céus constituem uma grande tentação de repelir com violência as injúrias contra a dignidade humana (30). O Papa chama os céus por testemunho. Deus sofreu em sua carne a injustiça humana, e morreu de dor em uma cruz, que lembra muito a imagem de uma balança: "statera facta corporis". Deus sabe pesar a dor humana. Uma revolução desencadeando as paixões mais brutais, "engendra novas injustiças, introduz novos desequilíbrios e provoca novas ruínas" (31). Ela não se faz pois sem um imenso acervo de dor. Esta pesa num prato da balança. Mas não se deve esquecer, que no outro se vai acumulando a imensa dor humana, silenciosa e anônima, da injustiça e da miséria diariamente sofridas. Chega um momento em que seu peso é tão grande que a balança se inclina e a revolução pode explodir.

b) *um repúdio formal*. A violência é uma tentação, à qual se deve resistir, precisamente porque ela engendra novas ruínas fragorosas que somam às ruínas obscuras da miséria, e novas injustiças que se somam às velhas injustiças do mundo da "ordem pacífica". Daí o repúdio explícito: "não se pode combater um mal real à custa de uma desgraça maior" (31).

c) *uma exceção*, (que aliás é apresentada como não constituindo novidade na doutrina tradicional da Igreja pelo inciso "este quidem res pernota"), é a exceção que se refere ao caso da tirania, ou seja da usurpação do poder para usá-lo em proveito próprio. O Papa se refere cumulativamente a um regime no qual os direitos primários da pessoa humana (direito à vida e à liberdade) não tenham nenhuma garantia; um regime no qual os interesses do bem comum sofrem grave detrimento e um regime no qual tudo isto se exerce de modo evidente e diuturno. Identificar simplesmente este regime com a condição dos países subdesenvolvidos, como o Brasil, por exemplo, a fim de encontrar na encíclica uma justificação doutrinal para a revolução armada, me parece uma distorção completamente alheia ao sentido do texto pontifício.

2. *A propriedade e a renda*. Não há a meu ver, novidade doutrinal quanto a esses temas. Mas há uma explicitação veemente da doutrina a respeito. A propriedade é reafirmada como um direito, mas o Papa adverte que não constitui para ninguém um direito incondicional e absoluto. Ele nunca pode ser exercido em detrimento do bem comum. No caso do aparecimento de conflitos, como sucedeu entre nós a propósito da reforma agrária, entre direitos privados adquiridos e as exigências comunitárias primordiais, afirma a encíclica, numa aplicação do princípio da subsidiariedade, cabe ao poder público resolvê-los. Esta intervenção entretanto não pode ser arbitrária, mas deve realizar-se com

a participação ativa das pessoas e dos grupos sociais (23). O fundamento desta posição doutrinal é o fundamento clássico da destinação universal dos bens que é reafirmado numa referência à autoridade de Santo Ambrósio, datando pois do século V: "Não dás da tua fortuna ao seres generoso com o pobre: tu dás daquilo que lhe pertence. Porque aquilo que te atribuis a ti foi dado em comum para o uso de todos. A terra foi dada a todos e não apenas aos ricos". (23)

Este princípio comunitário do uso dos bens se vale da propriedade, vale com mais força da renda, fruto da propriedade. O Papa infere deste princípio duas conclusões: o supérfluo dos ricos dever pôr-se a serviço dos pobres (43); as rendas provenientes da atividade e dos recursos nacionais não devem ser transferidas para o estrangeiro, com proveito apenas pessoal, mas são os primeiros recursos a serem aplicados pelos povos subdesenvolvidos na própria promoção econômica (34). É sabido que o Papa atinge aqui um problema sumamente delicado mas baseado num evidente imperativo de justiça. Ninguém desconhece o fato da evasão de capitais privados dos países subdesenvolvidos, e das regiões subdesenvolvidas de certos países, em busca de melhores condições de rentabilidade e de segurança. Nestas condições parece quase uma impostura reclamar a ajuda estrangeira, se se levar em conta que essas rendas transferidas foram geradas também graças ao trabalho de uma comunidade nacional, que nunca

poderá beneficiar-se de sua capacidade produtiva.

As conclusões que o Papa deduz do princípio de propriedade só podem ser entendidas, por quem se der conta de uma situação de permanente injustiça criada pela concepção e pelo exercício individualístico do direito de apropriação individual: a grande maioria dos homens consegue, apenas consegue ou nem sequer consegue, um mínimo de subsistência exclusivamente mediante um trabalho rude e penoso. Uma minoria se pode permitir entretanto um consumo suntuário que não tem proporção alguma com o seu trabalho, isto é, com aquilo que contribui para o bem comum. É espantoso que esta injustiça não salte aos olhos, como é espantoso também que muitos não percebem a transparência do véu que a esconde ainda da maioria de injustiçados.

3. *A justiça internacional.* Na concepção da encíclica, trata-se aqui apenas de uma simples extrapolação do plano das relações entre pessoas e grupos, para o plano das relações entre os povos. Extrapolação calcada sobre o próprio fato histórico do novo dimensionamento planetário da questão social, e baseada no mesmo princípio da destinação universal dos bens. É bem perceptível neste domínio uma mudança de tônica entre a doutrina de João XXIII e a de Paulo VI. Enquanto o primeiro insiste na idéia de ajuda dos povos ricos aos povos pobres, Paulo VI enfatiza a idéia de que assim como as relações entre pessoas só podem ser ordenadas à base da justiça, assim também as relações entre nações obe-

decem a uma justiça internacional que reconhece em tôdas sujeitos de deveres e de direitos inalienáveis. Esta justiça deve presidir especificamente, segundo Paulo VI, às relações de trocas, para que estas não venham a se deteriorar progressivamente em desfavor dos povos fornecedores de matérias-primas e de mercados para as economias industrializadas: "Ainda que fôssem consideráveis, seriam ilusórios os esforços feitos para ajudar, no plano financeiro e técnico, os países em via de desenvolvimento, se os resultados fôssem parcialmente anulados pelo jôgo das relações comerciais entre países ricos e países pobres. A confiança dêstes últimos ficaria abalada, se tivessem a impressão de que uma das mãos tira o que a outra lhes dá. As nações muito industrializadas exportam produtos fabricados, enquanto as economias pouco desenvolvidas vendem apenas produções agrícolas e matérias-primas. Aquêles, graças ao progresso técnico, aumentam rapidamente de valor e encontram um mercado satisfatório. Pelo contrário, os produtos primários provenientes dos países subdesenvolvidos sofrem grandes e repentinas variações de preço, muito aquém da subida progressiva dos outros. Daqui surgem grandes dificuldades para as nações pouco industrializadas, quando contam com as exportações para equilibrar a sua economia e realizar o seu plano de desenvolvimento. Os povos pobres ficam sempre pobres e os ricos tornam-se cada vez mais ricos. Quer dizer que a regra da livre troca já não pode, por si mesma, reger as relações internacionais.

As suas vantagens são evidentes quando os países se encontram mais ou menos nas mesmas condições de poder econômico: constitui estímulo ao progresso e recompensa do esforço. Por isso os países industrialmente desenvolvidos vêem nela uma lei de justiça. Já o mesmo não acontece quando as condições são demasiado diferentes de país para país: os preços "livremente" estabelecidos no mercado podem levar a conseqüências iníquas. Devemos reconhecer que está em causa o princípio fundamental do liberalismo, como regra de transações comerciais.

Continua a valer o ensinamento de Leão XIII na encíclica *Rerum Novarum*: em condições demasiado diferentes, o consentimento das partes não basta para garantir a justiça do contrato, e permanece subordinada às exigências do direito natural a regra do livre consentimento. O que era verdade do justo salário individual também o é dos contratos internacionais: uma economia de intercâmbio já não pode apoiar-se sobre a lei única da livre concorrência, que freqüentes vezes leva à ditadura econômica. A liberdade das transações só é equitativa quando sujeita às exigências da justiça social.

Foi o que já compreenderam os próprios países desenvolvidos, que se esforçam por estabelecer no interior da sua economia, por meios apropriados, um equilíbrio que a concorrência, entregue a si mesma, tende a comprometer. Assim, muitas vezes sustentam a sua agricultura à custa de sacrifícios impostos aos setores econô-

micos mais favorecidos. E também, para manterem as relações comerciais que se estabelecem entre países e países, particularmente em regime de mercado comum, adaptam políticas financeiras, fiscais e sociais, que se esforçam por restituir a indústrias concorrentes, desigualmente prósperas, possibilidades semelhantes.

Mas não se podem usar nisto dois pesos e duas medidas. O que vale para a economia nacional, o que se admite entre países desenvolvidos, vale também para as relações comerciais entre países ricos e países pobres. Sem abolir, é preciso ao contrário manter o mercado de concorrência dentro dos limites que o tornam justo e moral é, portanto, humano. No comércio entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas as situações são demasiado desproporcionadas. A justiça social exige do comércio internacional, para ser humano e moral, que restabeleça, entre as duas partes, pelo menos certa igualdade de possibilidades. É um objetivo a atingir a longo prazo. Mas, para o alcançar, é preciso, desde já, criar uma igualdade real nas discussões e negociações. Também neste campo se sente a utilidade de convenções internacionais num âmbito suficientemente vasto: estabeleceriam normas gerais, capazes de regular certos preços, garantir certas produções e sustentar certas indústrias nascentes. Quem duvida de que tal esforço comum, no sentido de maior justiça nas relações comerciais entre os povos, traria aos países em via de desenvolvimento um auxílio positivo, cujos efeitos seriam

não só imediatos, mas também duradouros?" (56-61).

O pensamento da encíclica, neste trecho, se apóia sobre uma teoria econômica que, embora aceita por muitos, não deixa de ser repudiada por alguns grandes economistas. O importante entretanto para o Papa não é a teoria, que nem sequer menciona; o importante é o fato da dependência em que se encontram os povos pobres dos mercados internacionais, dos quais não podem participar em igualdade de poder de barganha e cujas oscilações acarretam graves crises econômicas, geralmente associadas a crises sociais e políticas. O importante é que o Papa interpreta aqui uma das grandes reivindicações dos povos periféricos, que antes de receber ajuda, prefeririam receber a justa remuneração dos produtos gerados pelo seu trabalho.

4. *O problema demográfico.* O Papa reconhece mais uma vez, como de resto já o fizera João XXIII, que a rápida expansão demográfica é, muitas vezes, um fator de bloqueio do desenvolvimento. "É bem verdade que um crescimento demográfico acelerado vem, com demasiada frequência, trazer novas dificuldades ao problema do desenvolvimento: o volume da população aumenta muito mais rapidamente que os recursos disponíveis, e cria-se uma situação que parece não ter saído. Surge, por isso, a grande tentação de refrear o crescimento demográfico por meios radicais". "Mas Paulo VI, pela primeira vez, na tradição do pensamento social da Igreja, reconhece no Estado um direito de intervir no processo demográfico (37). En-

trementes, é preciso confessar que esta intervenção é apresentada ainda em termos muito vagos: "promovendo uma informação apropriada e tomando medidas aptas", e é rigorosamente balizada pelas exigências da lei moral e o respeito à liberdade dos cônjuges. Para um católico, antes de um pronunciamento autêntico do Sumo Pontífice, à base dos estudos da comissão por ele nomeada, é impossível definir que informações serão apropriadas e que medidas poderão ser consideradas aptas, dentro das limitações fixadas. Nada autoriza no texto a afirmar que a Igreja endossa uma nova concepção no sentido total e da finalidade intrínseca do ato amoroso. Tudo se resume numa afirmação do dever do Estado de colaborar com os pais para que realizem o ideal de uma fecundidade responsável. "Sem o direito inalienável ao matrimônio e à procriação, não existe dignidade humana. Em última análise, é aos pais que compete determinar, com pleno conhecimento de causa, o número de filhos, assumindo a responsabilidade perante Deus, perante si próprios, perante os filhos que já nasceram e perante a comunidade a que pertencem, de acordo com as exigências da sua consciência formada segundo a Lei de Deus autenticamente interpretada e sustentada pela confiança n'Ele" (37). Consideramos entretanto que este alertar o Estado para seus direitos e deveres em matéria demográfica é de extrema gravidade. Ele não poderá tomar medidas arbitrárias que compulsoriamente imponham a todos uma fecundidade planejada, mas, como poder temporal, incom-

petente em matéria de consciência, haverá talvez de se encaminhar para uma solução eclética, fornecendo informações e medidas, de acordo com a consciência de cada um.

Vimos que o meio proposto pelo Papa para a supressão do problema da miséria é a mobilização de todos os recursos para o desenvolvimento. O desenvolvimento é o nome novo de paz.

Os recursos materiais, alimentados pelo que é gasto no supérfluo do consumo suntuário e pelo que é perigosamente derivado para a corrida armamentista, deveriam ser aplicados à formação de um fundo internacional "símbolo e instrumento da colaboração mundial, permitindo "superar as rivalidades estereis e estabelecer um diálogo fecundo e pacífico entre todos os povos" (51).

O Papa procura mobilizar os recursos humanos através dos apelos patéticos que encerram a encíclica: apelos aos católicos, aos cristãos e aos crentes, a todos os homens de boa vontade, jovens, homens de Estado cientistas. O Papa lhes oferece um esplêndido ideal para sua faina de cada dia: penetrá-la da consciência que estão construindo um mundo melhor. Dá um sentido de amor ao que poderia reduzir-se à execução de uma rotina.

O desenvolvimento é um nome novo da paz. Mas a que desenvolvimento se refere a encíclica? Ao desenvolvimento integral do homem e ao desenvolvimento solidário da humanidade. É por este aspecto fundamental que a encíclica se insere no que há de mais autêntico

na tradição pastoral da Igreja. A encíclica não é um texto técnico, manual de desenvolvimento. É uma explicitação da mensagem religiosa e moral do Evangelho. Desenvolvimento integral do homem, porque o homem é portador de uma vocação divina: ser mais, fazer eclodir o que nêle é apenas germe, porque esta eclosão o haverá de abrir para a descoberta de seu destino transcendente e sobrenatural. Desenvolvimento integral do homem porque êle é criatura de Deus, e a sua plenitude é glória do Soberano Artífice: "Gloria Dei vivens homo".

Desenvolvimento solidário da humanidade, porque é esta a forma concreta do movimento do amor, a realização de um reino, por cujo advento todos os cristãos rezam diariamente, reino de amor, de justiça e de paz, prefiguração ter-

restre do destino pelo qual Deus se engajou pessoalmente na esplêndida aventura humana.

Há momentos na evolução do organismo físico em que êste como que pressente a iminência de um mal irreparável, de uma ruína fatal. Êste pressentimento se exprime pela dor e pela angústia. O mesmo se passa no organismo social. O pressentimento de um grave perigo sensibiliza o corpo social e se manifesta numa angústia difusa, num sentimento de insegurança e frustração. A angustiada encíclica *Populorum Progressio* é um primeiro grito de alerta, partido de um dos pontos mais sensíveis da humanidade unificada, do Pastor Supremo da Cristandade. E o seu grito se resume nestas palavras. "Dignem-se ouvir-nos os responsáveis, antes que se torne demasiado tarde" (53).



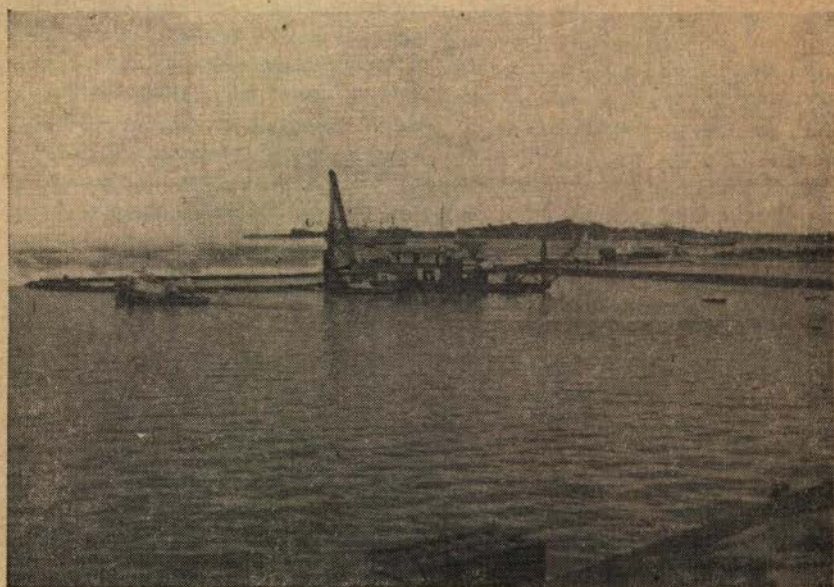
G. R. Schmid & Cia. Ltda.

PAPELARIA — TIPOGRAFIA — MATERIAL
DE DESENHO — MATERIAL DE LIMPEZA

Rua Teófilo Otoni, 113-3º — Tel. 43-9452

RIO DE JANEIRO

Quando fomos chamados para executar serviços para o Departamento de Portos e Vias Navegáveis, Cia. Docas da Bahia, Cia. Docas de Santos, Cia. Costeira de Reparos Navais, Esso Brasileira de Petróleo... ficamos orgulhosos.



COMPANHIA BRASILEIRA DE DRAGAGEM

SERVIÇOS DE DRAGAGEM E ATERROS HIDRAULICOS

RUA GENERAL GURJÃO, 166 - 1.º ANDAR — ZC 08

Tels.: 28-5276 e 48-5457 — End. Teleg.: FIZDRAGA — GB

TIPOS DE DEFESA E DISPOSITIVOS DEFENSIVOS

Major Inf (QEME)

RICARDO FERNANDES

"Quem tudo quer defender acaba não defendendo nada", porque "as linhas de defesa englobam espaço maior do que as tropas disponíveis podem defender". "As inteligências curtas querem defender tudo; os homens inteligentes concentram-se no essencial". HANS SPEIDEL, em ROMMEL E A CAMPANHA DA NORMANDIA — INVASÃO 44 — citando FREDERICO, o GRANDE.

I — INTRODUÇÃO

Os tipos de defesa vêm sofrendo, pelo menos em sua nomenclatura, mutações através dos tempos. Houve época em que a defesa se definia por "tipos básicos" e "formas" e, algumas vezes, por "modalidades" e "processos". No entanto, o estudo da história e dos regulamentos e manuais militares leva a concluir que, basicamente, a defesa não se diferencia, essencialmente, por formas, processos, métodos ou modalidades e, sim, por sua finalidade.

Assim, uma determinada operação defensiva condiciona, por seu objetivo, a aplicação de um dispositivo e a previsão de emprego dos diversos elementos de combate, com oportunidade e segurança. À rigidez do terreno não se transfere às unidades defensoras e estas se servem do mesmo como proteção, para usá-lo contra o inimigo, como compensação contra suas possíveis deficiências e para ocupá-lo quando necessário, sem idéia de permanência em todos os pontos, durante todo o tempo. É o que, através dos tempos e não como novidade, denomina-se de defesa dinâmica ou potencialmente dinâmica. A propósito disso, ultimamente, vem sendo dado grande ênfase, para

NR — O Major RICARDO FERNANDES tem os cursos de Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (1940-1942), do Curso de Oficiais da Reserva, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Foi instrutor da EsAO e o é, atualmente, da ECME.

os escalões exército e corpo de exército e, raramente, para o divisionário, a adoção de um dispositivo em expectativa. Esse dispositivo é aconselhado quando a frente da Grande Unidade "fôr demasiadamente larga e poucos os meios para guarnecê-la e as condições de terreno e tempo o permitirem". Alguns meios são aplicados "na defesa das principais vias de acesso, enquanto as secundárias são vigiadas, mantendo forças ponderáveis em reserva, seja para instalar-se defensivamente nas regiões para onde o inimigo realmente acorra, seja para contra-atacá-lo, não com aquela deliberada intenção de destruí-lo numa região escolhida pelo defensor, mas para repeli-lo para além da área de defesa avançada, onde quer que o inimigo se apresente".

Portanto, é mais importante, na montagem de uma operação dessa natureza, não a fixação do tipo e, sim, os propósitos da ação, consubstanciados na disposição da tropa na consecução da missão imposta.

II — DESENVOLVIMENTO

1 — a) A maneira pela qual um exército, corpo de exército, divisão e, por vêzes, a brigada realizarão o seu combate defensivo, é fruto de um estudo de situação onde, como não poderia deixar de ser, estão presentes os quatro fatores da decisão. Esta configurará a manobra da defesa, definida pela combinação de maneiras de atuar, pela articulação e repartição de forças ou pela dosagem de meios.

O comandante que, numa defesa, pretenda a destruição das forças inimigas que penetrem em sua posição estará, por definição, realizando uma DEFESA MÓVEL. E aquele que se propõe, antes de mais nada, a manutenção de um terreno específico, impedindo a todo o custo que o atacante ultrapasse o limite anterior de sua área de defesa avançada e, quando tal eventualmente ocorre, procura restabelecer o "status quo", estará realizando uma DEFESA DE ÁREA. Uma GU que, por exemplo, no curso de sua missão, procura impedir, em determinada parte da frente, a transposição do LAAD e, intencionalmente, em outra região de sua zona de ação, por meio de um retardamento predeterminado, conduz o inimigo a penetrar em sua posição, a fim de destruí-lo em terreno favorável para tanto, estará, nesse caso, por uma combinação de ações, conduzindo uma defesa móvel. A intenção na montagem desse esquema defensivo, foi a da destruição do inimigo e, para tal fim, o comandante da GU dispôs seus elementos de forma que parte deles mantivesse, onde fôsse mais indicado, um terreno específico, normalmente com o propósito de forçar o atacante para uma região propícia onde a outra e a maior parte possível de seus meios pudesse destruí-lo por uma ação ofensiva coordenada. Conclui-se que uma parte ponderável de suas forças ficou na expectativa da oportunidade do contra-ataque que, por assim dizer, materializa o cumprimento da missão.

b) Ocorrem, para os escalões superiores à divisão e raramente para esta, na defesa de área e mesmo na defesa móvel, situações em que não se tenha ainda contato com o inimigo e nem, tampouco, a evidência da orientação da maioria de seus meios para determinada ou determinadas regiões da posição defensiva. Daí decorre a injunção de não se dispor a tropa, desde o início, em todos os acidentes capitais do terreno. Além disso, essa precaução de aguardar melhor oportunidade para ocupar, com elementos de manobra e mesmo de apoio, determinadas regiões da zona de ação, é aconselhável quando as frentes são largas ou os recursos insuficientes para equipar o LAAD em toda a sua extensão, ao mesmo tempo que se necessita conservar uma reserva apreciável. É, além disso, impositivo ao defensor, a preparação e a organização do terreno em toda a área de defesa face a todas as direções para ocupação futura e onde fôr preciso, respondendo à atuação do atacante. É verdade que, mesmo em frentes estreitas e perfeitamente compatíveis com as possibilidades normais das forças defensoras, os elementos de manobra e de apoio, ao invés de permanecerem inativos dentro de suas posições, estarão procurando melhorá-las, ampliá-las, dobrá-las, enquanto o inimigo não se faz presente ou não pressiona. Não é, pois, o tipo de atividade anterior à atuação do inimigo que se quer enfatizar, e sim que, no último caso, cada unidade tem uma posição prefixada, com um mínimo de variantes e a ocupa tão logo o atacante aborda a área de segurança ou na iminência de sua aproximação do LAAD do escalão considerado. No primeiro caso, a tropa, insuficiente para uma ocupação efetiva de toda a frente, fica, *devidamente articulada e explorando toda a mobilidade que lhe fôr possível*, aguardando a definição da ocasião e do local para o cumprimento da missão, face à pressão do inimigo em força em uma ou mais partes da frente. Essa movimentação oportuna da maior parte possível das tropas defensoras para a região ou regiões "críticas" do terreno repousa em vários fatores:

- informações seguras e oportunas sobre o inimigo (há, portanto, um certo risco na adoção de tal procedimento);
- possibilidade de locomover-se a tempo para o acidente ou acidentes capitais do terreno ameaçados (outro fator de risco);
- Planejamento perfeito de emprêgo dos elementos de manobra e de apoio ao combate (alternativas);
- organização criteriosa do terreno (nucleamento e barreiras).

c) A primeira vista, pode parecer que o comandante, mantendo força ponderável em expectativa e, portanto, maior poder de combate em segundo escalão, esteja realizando uma defesa móvel, à qual é característico, por definição, ter maioria de meios em reserva. No entanto, é preciso lembrar que, na defesa de área, a manutenção do maior efetivo inicialmente fora do LAAD e, por vezes, fora da área de defesa avançada, representa uma situação de expectativa, pois,

quando o atacante se apresentar, orientar seus meios e definir seu esforço, o defensor já terá providenciado a aplicação de seu maior poder de combate à frente, dentro da prioridade devida à defesa de área. Verifica-se, assim, que o LAAD ou a Área de Defesa Avançada não ficam desguarnecidos ou fracamente "mobiliados" no momento do combate decisivo. Deve-se acentuar, outrossim, que, desde o princípio, certos núcleos serão ocupados qualquer que seja a manobra defensiva, particularmente aqueles que barram a via ou as vias de acesso mais perigosas. Além disso, a área de defesa deve ser vigiada e patrulhada intensivamente, a fim de prevenir contra tropas que se infiltrem pela área de segurança ou a desbordem e venham ter à área de defesa avançada e área da reserva ou da retaguarda.

2 — Várias idéias ocorrem no exame de uma manobra defensiva, ou seja na caracterização do tipo de defesa. Podemos relacionar algumas delas:

- que existe uma série de fatores condicionantes do propósito do comandante;
- que não se pode distinguir o tipo de defesa por uma articulação aparente e inicial de meios (dispositivo);
- que, normalmente, a manobra defensiva se identifica por uma série de variantes e combinações e não por esquemas fixos ou estereotipados para cada tipo de defesa;
- que a presença do inimigo (em contato ou não) é um fator importante na decisão.

a) Os manuais estipulam que, geralmente, os seguintes fatores *interdependentes* (considerações táticas) orientam o comandante quanto à seleção do tipo de defesa:

- (1) *Missão.* A missão dada pelo escalão superior, ordinariamente, estipula o tipo de defesa. Quando tal não acontece e a missão permite a organização e a conduta do combate defensivo em profundidade relativa, sem prejuízo ou risco da mesma, esse aspecto orienta para a defesa móvel. No entanto, sendo impositiva a manutenção de um terreno específico à frente, na Área de Defesa Avançada, a defesa de área deve ser adotada. A largura da frente, bem como a profundidade da zona de ação, condicionadas na missão, também influirão na seleção do tipo da operação.
- (2) *Terreno.* Vem intimamente ligado à mobilidade, pois, favorecendo o movimento do defensor, particularmente o de suas reservas, favorece tanto a defesa móvel como a de área. Já a localização de importantes acidentes capitais do terreno na orla anterior da Área de Defesa Avançada e no interior desta e a existência de obstáculo podem levar à adoção da defesa de área.

(3) *Mobilidade*. Tem várias componentes e entre elas:

- o terreno;
- a situação aérea do inimigo, impedindo ou não o movimento das tropas, notadamente das reservas;
- as condições meteorológicas, influenciando sobre o terreno e sobre as atividades aéreas; e
- a relatividade dos meios em presença, pois, quando o defensor tem a característica de mobilidade igual ou superior à do atacante, tal fato permite a defesa móvel. Acrescenta-se que a mobilidade orgânica peculiar aos blindados e a infantaria mecanizada dão a esses elementos particular aptidão para a condução da defesa móvel.

(4) *Situação aérea*. A superioridade aérea amiga, ainda que local, obstando a interferência do inimigo aéreo e mesmo terrestre sobre o movimento das tropas defensoras, favorece a opção pela defesa móvel.

(5) *Prazo*. Quando o disponível é suficiente para o planejamento e preparo da posição de defesa, tanto favorece a um tipo como a outro; quando curto, torna mais indicada a defesa móvel.

(6) *Armas nucleares (ou poder de fogo)*. Um grande poder de fogo, nuclear ou não, igual ou superior ao do inimigo, dá ao defensor grande flexibilidade na conduta da defesa, com possibilidades de ações ofensivas vigorosas, características da defesa móvel; e, também, permite a defesa em largas frentes e a grandes profundidades, pelo recobrimento que se pode obter.

(7) *Inimigo*. Valor, organização, dispositivo, orientação ou movimento, mobilidade, situação aérea, vulnerabilidade e as possibilidades de emprego de agentes químicos e de armas nucleares são considerações que devem ser levantadas na seleção do tipo de defesa e, também, na conduta da defesa, particularmente dos contra-ataques.

b) Têm influência sobre o dispositivo, particularmente:

- o terreno: os acidentes capitais do terreno que devam ser mantidos qualquer que seja a manobra defensiva e aqueles que deverão ser defendidos em caso de ameaça inimiga; as partes passivas e as que devam ser vigiadas; o terreno em profundidade (orientação da compartimentação); os obstáculos à frente da Área de Defesa Avançada e no interior da mesma; a trafegabilidade (o solo e estradas); locais favoráveis às reservas;
- os meios disponíveis, não só em número (quantidade), em relação às dimensões da zona de ação, como em função do tipo (capacidade de locomoção, proteção própria, etc.):

- a largura e profundidade da zona de ação, exigindo uma dispersão relativa na maioria dos casos e uma capacidade de concentração em local e prazo decisivos;
- o inimigo em presença e a situação de contato: um inimigo que disponha de grande mobilidade e situação aérea favorável exigirá, por sua vez, um dispositivo diverso e tomado em momento diferente daquele peculiar ao atacante com características inversas às acima especificadas; o dispositivo com o inimigo em contato, mesmo com forças de segurança do escalão considerado ainda à frente, é necessariamente diferente daquele tomado quando o atacante se encontra distante e nem sequer abordou o primeiro dos escalões da defesa;
- a duração da defesa e a missão após esta.

III — CONCLUSÃO

1 — Dentro da escala de apreciações já formuladas, verifica-se que é válida a velha premissa de que “cada caso é um caso”, pois não se encontra, em exercícios na carta e no terreno e nos casos que a história relata, uma semelhança absoluta de manobras e de rigidez de colocação das tropas. Por outro lado, a obediência a fundamentos do combate e a princípios gerais de emprêgo, a influência condicionada de determinados fatores e a aptidão de determinadas tropas para essa ou aquela ação tática, têm sido fonte de ensinamentos constantes e, uma vez observadas ou infringidas, constituíram motivo de sucesso ou insucesso para o defensor.

2 — Dentro de um escalão considerado, não há propriamente um “tipo de defesa” que execute, ao mesmo tempo, uma defesa de área numa parte da zona de ação e uma defesa móvel em outra parte. As ações que poderiam caracterizar tal fato, pela “mecânica” do combate defensivo numa e noutra região da área de defesa considerada, estão, ambas, condicionadas a uma finalidade, ou um propósito, ou mesmo a uma intenção, isto é, tais ações estão integralizadas dentro de uma missão: a de destruir o inimigo ou a de manter um terreno específico.

3 — Não existe propriamente um tipo de defesa que possa evoluir para um como para outro tipo. Poderá ocorrer, no curso de uma situação de combate, a modificação da missão e, com isso, implicações em manobras diferentes. Há variações e combinações no modo de realizar o propósito da manobra defensiva, isto é, na adoção do dispositivo e na conduta da defesa. Poderá existir, inicialmente, antes do inimigo abordar a área de defesa, tanto num tipo como noutro, um Dispositivo em Expectativa, capaz de evoluir para um outro dispositivo, previamente planejado para cada parte da zona de ação, onde o inimigo tem possibilidade de se apresentar em força, a fim de realizar um determinado tipo de defesa, isto é, um propósito de

fensivo de destruir o inimigo (defesa móvel), ou de manter um terreno específico (defesa de área).

4 — Finalmente, a conduta de uma defesa de área não impede a destruição do inimigo, a qual deve mesmo ser buscada quando for possível sem prejuízo da missão imposta, pois poderá facilitar sobremaneira seu cumprimento.

III — SUBSÍDIOS

TE 100-5, ECEME/1966, § 162.

TE 61-10, ECEME/1966, Cap 6, Art. II.

NE 10-67, ECEME/1967, § 45.c.

An A à NI N. 8/DI (LCDVE)/1967 — ECEME, Pág. 28.

TACTICAL OPERATIONS HANDBOOK, USA INFANTRY SCHOOL —
September 1966 — 8.4.

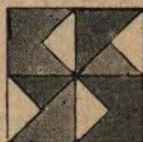
HANS SPEIDEL — ROMMEL E A CAMPANHA DA NORMANDIA
— Invasão 44, Biblioteca do Exército — Editôra

HEINZ GUDERIAN — PANZER LÍDER — Biblioteca do Exército —
Editôra

AÇÃO DAS PEQUENAS UNIDADES ALEMÃS NA CAMPANHA DA
RÚSSIA — Biblioteca do Exército — Editôra

LIDDELL HART — ESTRATÉGIA CONCEITUAÇÃO EM 25 SÉCULOS
— Biblioteca do Exército — Editôra

SOCIEDADE ANÔNIMA SALINEIRA DO NORDESTE - SOSAL



CAPITAL REALIZADO NCR\$ 3.078.000,00

Uma empresa produtora, com salinas ocupando uma área de 20.000.000 m² nos Municípios de Mossoró e Areia Branca, no Estado do Rio Grande do Norte, contribuindo para abastecer de sal marinho o mercado Brasileiro

M A T R I Z:

**AVENIDA CUNHA DA MOTA, 126
TELEGRAMAS: SOSAL
MOSSORÓ — RIO GRANDE DO NORTE**

F I L I A L:

**RUA DA QUITANDA, 19 - 10.º ANDAR
TELS.: 31-2373 E 32-4314
TELEGRAMAS: SALINEIRA
RIO DE JANEIRO — GUANABARA**

P R O C U R A D O R E S:

**RUA SENADOR QUEIRÓS, 05 - S/3
TELEFONE: 32-9760
TELEGRAMAS: SALINORTE
SÃO PAULO — SÃO PAULO**

A ARTILHARIA DE EXÉRCITO NAS ARDENAS

Maj Art (QEME)
ALVARO GALVÃO PEREIRA

2ª PARTE

(Conclusão do número de Jan/Fev 67)

a) os ataques foram canalizados para uma região das Ardenas onde as condições de aproveitamento do êxito eram reduzidas;

b) ainda não tinham sido conquistados os importantes nós de comunicações de St Vith e Bastogne;

c) foram poucas as instalações de suprimento capturadas e o reabastecimento — já bastante difícil — tornar-se-ia virtualmente impossível, tão logo as condições meteorológicas possibilitassem a utilização plena da esmagadora superioridade aérea dos Aliados;

d) até o momento, eram enormes as perdas em pessoal e material;

e) já estavam em curso importantes deslocamentos de tropas aliadas para fazer frente à ameaça.

Um sucesso imediato só poderia ser obtido ou abrindo uma brecha, ou flanqueando a frente do 1º Ex. O primeiro ainda estava sendo tentado, sem êxito, e o último não podia ser realizado antes da redução de St Vith e Bastogne. Enquanto o inimigo lutava pela posse destas duas cidades, o 1º Ex iniciava as operações para contra-atacar em força. No dia 21, a dosagem de Art, em grupos, era a seguinte:

| UNIDADES | | ACEx/5 | ACEx/7 | ACEx/18 Ae Ter | 32ª Bda |
|-----------|--------|--------|--------|----------------|---------|
| GO 105 | | 2 | — | 6 | 2 |
| GO 155 | | 4 | 3 | 4 | — |
| G Can 4.5 | | 1 | 1 | — | — |
| G Can 155 | | 3 | 2 | 1 | 1 |
| GO 240 | | 2 | — | — | 2 |
| GO 8" | | 1 | 1 | — | — |
| G Can 8" | | — | — | — | 2 |
| AD | GO 105 | 11 | 3 | 13 (+3GO75) | |
| | GO 155 | 3 | 1 | 2 | |

Quanto à Artilharia, o plano era o seguinte: a ACEX/7, a ser substituída no seu setor pela ACEX/19 (do 9º Exército), devia estar reunida até às 24 horas do dia 23, na região Marche—Hotten—Modave—Mohiville, em condições de apoiar um contra-ataque de Corpo na direção Sul, Sudeste, Leste ou Nordeste. A Artilharia com o 7º Corpo seria completada com a chegada das AD da 84ª DI e da 2ª DB (provenientes do 9º Exército) e da AD da 75ª DI, recém-chegada ao TO. A 32ª Bda Art, menos os reforços cedidos ao 5º Corpo, reverteria ao controle do Exército e propiciaria reforço aos fogos da ACEX/19 até que o 9º Ex pudesse colocar na região uma quantidade equivalente de artilharia pesada. A Artilharia com o 5º Corpo continuaria a proporcionar apoio direto à posição defensiva do Corpo ao mesmo tempo que aumentaria seus fogos de inquietação e interdição com a finalidade de negar ao inimigo a livre utilização da rede de estradas de Schleiden para St. Vith. A medida que se fôsse tornando operacional, a Artilharia com o 18º Corpo Aeroterrestre deveria apoiar um ataque do Corpo com objetivo limitado. Este ataque visava estabelecer contato com os defensores de Bastogne e St. Vith e ocultar a reunião do 7º Corpo. (Ver Quadro 2 e figura III).

Durante o período, as operações de artilharia, no setor do 5º Corpo, decresceram gradativamente para fogos defensivos de rotina, com maior intensidade e intervalos irregulares, quando o inimigo sondava a frente procurando um ponto fraco. A parte da ACEX/5 que permanecia no setor do 7º Corpo atuava, temporariamente, sob o comando do Comandante da ACEX/19. Estas unidades foram gradualmente removidas até que só restou o 187º Agpt constituído pelos 751º GO 155 e 997º GO 8". A artilharia em Elsenborn foi reforçada pelo restante do 200º G Can 155 para adicionar maior potência aos seus fogos profundos. Os 953º GO 155 e 18º GO 105 passaram a integrar o 406º Agpt (os rojões 4.5 estavam temporariamente fora de ação), ainda na ACEX/5, mas reforçando os fogos da AD/30º DI, do 18º Corpo Aeroterrestre. A C Tir da ACEX/5, em Eupen, controlava os fogos profundos do 190º G Can 155 e da 3ª Bia do 272º GO 240. O 190º Agpt ficou encarregado do reconhecimento e escolha de regiões de posição, retaguarda, para a ACEX/5, no caso de uma ação em fôzã do inimigo obrigar um recuo.

QUADRO 2

ORGANIZAÇÃO PARA O COMBATE DA AEx/I, NO DIA 21 DE DEZEMBRO DE 1944

5º CORPO DE EXÉRCITO

ACEx/5 e Bia C/AEx
 17º G Obs
 200º G Can 155 (— 2ª Bia)
 79º Agpt
 Bia C/Agpt
 272º GO 240
 552º GO 240
 187º Agpt
 Bia C/Agpt
 751º GO 155
 953º GO 155
 190º Agpt
 Bia C/Agpt
 190º G Can 155
 997º GO 8"
 40º Agpt
 Bia C/Agpt
 18º GO 105
 941º G Can 4.5"
 987º G Can 155 AP
 62º GOB (Reforça a 73ª DI/19º C Ex)
 76º GO 105 (Reforça a 8ª DI/19º C Ex)
 AD/1
 grupos orgânicos
 2ª/200 G Can 155
 955º GO 155
 AD/2
 grupos orgânicos
 AD/99

AD/9
 grupos orgânicos
 19º GO 105
 188º GO 155

18º CORPO AEROTERRESTRE

ACEx/18 Ae Ter e Bia C/ACEx
 290º G Obs (— 1ª Bia)
 1.7º GO 155
 AD/30
 grupos orgânicos
 1ª/91º G Can 155 AP
 391º GOB (integra o GTB/3ª DB)
 400º GOB
 AD/82 Ae Ter
 grupos orgânicos
 4.0 GO Ae Transp
 254º GO 155
 AD/3ª DB
 grupos orgânicos (— 391º GOB)
 83º GOB
 991º G Can 155 AP (— 1ª e 2ª Bia)
 AD/7ª DB
 grupos orgânicos
 16º GOB (integra o GTB/9ª DB)
 275º GOB
 229º GO 105 (integra o GT 112/23 DI)
 591 GO 105 (integra o GT 424/106 DI)
 592º GO 155 (da AD/106)
 965º GO 155

13º G Obs (em reunião)
 188º Agpt
 Bia C/Agpt
 957º GO 153
 172º G Can 4.5
 980º G Can 153

18º Agpt
 Bia C/Agpt
 183º GO 153
 188º GO 155
 981º G Can 153
 195º GO 8"

142º Agpt (em reunião)
 Bia C/Agpt
 2ª/91 G Can 155 AP
 87º GOB
 103º GO 105
 951º GO 153

AD/75 (em reunião)

AL/...
 grupos orgânicos
 AL/2ª DB (em reunião)

32ª BRIGADA DE ART

Bia C/Bda
 240º G Can 155
 G Provisório de obuses. 105
 179º Agpt
 Bia C/Agpt
 G Provisório de obuses 105
 236º GO 240
 551º GO 240
 153º G Can 8"
 268º G Can 8"

7º CORPO DE EXÉRCITO

ACEx/7 e Bia C/ACEx

NOTAS

- Os 187º, 190º Agpt da ACEx/5, o 18º Agpt da ACEx/7 e a 32ª Bda reforçavam a ACEx/19 pertencente ao IX Ex.
- O 406º Agpt da ACEx/5 e o 188º Agpt da ACEx/7 reforçavam a ACEx/18 Ae Ter.
- As particularidades desta organização para o combate são a AD/2 enquadrando outra AD e a AD/7ª DB enquadrando mais 6 grupos, além dos grupos orgânicos.

No setor do 18º Corpo Aeroterrestre, a Artilharia com o Corpo atuava inicialmente, em seis frentes distintas e largamente separadas. Embora operacional, a C Tir do Corpo não exercia um controle direto sobre o reduzido efetivo de artilharia, disponível no momento. Até a chegada do 240º G Can 155, no dia 24, o material mais potente era, exclusivamente, o 187º GO 155.

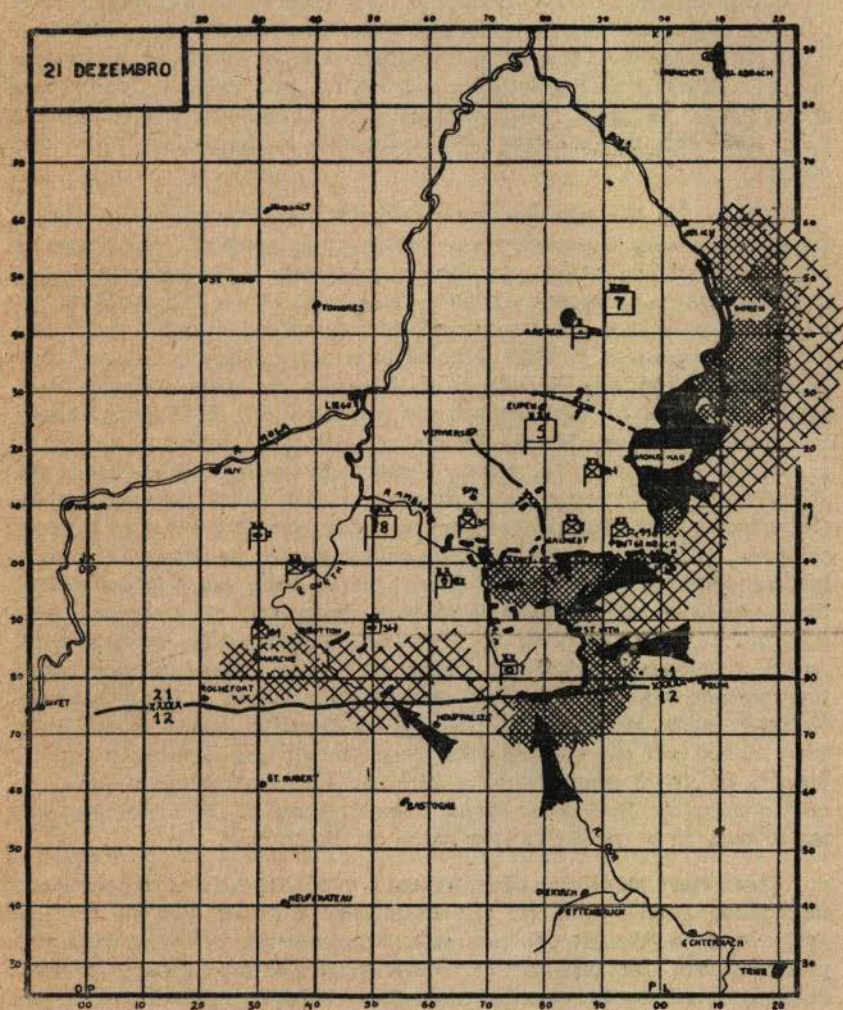
Duas das seis frentes do 18º Corpo achavam-se no subsetor da 30ª DI. A Leste, os fogos de artilharia eram puramente defensivos, em apoio a uma frente estável, que partindo do limite entre os 5º e 18º Corpos, prolongava-se pelo rio Ambleve até sua junção com o Salm. A Oeste, os fogos de artilharia cooperaram na captura de Stoumont e propiciaram

o isolamento de uma potente força blindada que, em La Gleize, aguardava reabastecimento de gasolina. Enquanto os blindados e a infantaria progrediam para conquistar a cidade, a artilharia e a aviação concentraram-se no bloqueio das vias de suprimento e na destruição de material. E nisto obtiveram bastante sucesso, pois o inimigo abandonou a cidade deixando nela 39 carros de combate (sendo 6 "Tigres Reais", Mark VI) e 172 viaturas diversas. No dia 24, depois de consumada a limpeza da margem norte do Ambleve, os 137º GO 105 e 400º GOB deslocaram-se para leste a fim de se juntarem ao restante da AD/30ª DI.

Um terceiro centro de atividades localizava-se ao Sul do rio Ambleve. Aí os 376º e 456º GO Ae Ter, respectivamente em Froidville e Basse Bodeux, contando com o refôrço de fogos do 137º GO 155, estavam empenhados contra alvos inopinados à medida que os correspondentes regimentos repeliam as patrulhas inimigas que se haviam infiltrado, e atingiam a linha geral do rio Salm, de Trois Ponts a Vielsalm. No dia 21, estabeleceu-se, nesta última localidade, contato com os defensores de St. Vith.

Na quarta frente entretanto — o saliente de St. Vith os ataques inimigos aumentaram em vigor e número. A maior parte dêles foi repulida a custa de inúmeras perdas inimigas, uma vez que a artilharia de dentro do saliente empregava judiciosamente cada granada dos seus minguados depósitos. Porém, as penetrações realizadas ao Sul e a Leste, forçaram, no dia 21, a realização de um recuo para fora da cidade. A artilharia, antes desdobrada para a defesa de St. Vith, concentrava-se, agora, sobre a cidade. Enquanto êstes tiros puderam ser mantidos, pouco proveito tirou o inimigo do objetivo conquistado à custa de tanto esforço. Na manhã do dia 22, sobravam já menos de 20 tiros por peça, enquanto o bombardeio inimigo aumentava de intensidade. Finalmente, percebendo que a artilharia dentro do saliente ia silenciar, o inimigo atacou para concluir o trabalho. Felizmente o contato realizado pela 82º D Ae Ter abriu uma via de suprimento, e o tão esperado comboio de munições chegou às 07.30 hs. Os 5.000 tiros de obus 105 recém-chegados representavam muito pouco após a repartição entre as peças que cobriam os diversos pontos de penetração; porém, ressuscitaram a artilharia em tempo de dispersar o ataque principal do inimigo. A infantaria e os blindados haviam lutado valentemente, enfrentando efetivos superiores, e, agora, sob a proteção de sua artilharia, começaram, com rapidez, a tapar as poucas brechas abertas em suas linhas. Ao anoitecer de 22, o ambiente carregado dos últimos cinco dias começava a desanuviar-se e já se podia contar com 4 aviões de observação para proporcionar a almejada observação aérea para a artilharia.

A quinta frente, voltada para o Sul, pegou fogo no dia 22. O inimigo recuou tropas do Oeste para o Sul de Bovigny e atacou por ambas as margens do rio Salm com a finalidade de completar o cerco das forças de St. Vith. Na margem oriental, o 440º GOB recuou para Salmchateau enquanto o Destacamento Jones encurtava suas linhas e detinha o inimigo. Na margem Ocidental, a AD/82ª Ae Ter contava com elementos



apontados na direção geral do Sul. Reforçados pelos fogos do 254º GO 155, em posição nas proximidades de Odrimont, os 319º e 320º GO 105 Aero-transportados (em planadores), de suas posições em Goronne e Lierneux, respectivamente, desencadearam fortes concentrações contra a reunião de blindados inimigos na região Regne — Otter — Joubieval. Esta ação, combinada com uma resistência obstinada dos pára-quedistas, já quase sem armamento portátil, iludiu os "Tigres" alemães e desviou o ataque mas para Oeste.

Na tarde do dia 22, a situação parecia impor a retirada de todas as tropas para trás do rio Salm, mas os planos de retraimento não podiam

ser difundidos em tempo de realizar o movimento na mesma noite. Desde que um adiamento por 24 horas podia provocar um desastre total, não havia outro caminho a não ser o retraimento diurno no dia 23. Admitia-se que, se o céu se mantivesse limpo, a artilharia, orientada pela observação aérea, agindo em coordenação com os caças-bombardeiros, poderia assegurar condições de êxito para o retraimento. E, felizmente, foi o que ocorreu.

O 565º GO ocupou o rio na noite de 22 e ocupou posição a Oeste de Vielsalm, em condições de cobrir o próximo lance. Nas primeiras horas do dia 23 os demais reforços transpuseram o rio, restando no saliente apenas os elementos orgânicos da AD/7ª DB e o 275º GOB. Ia começar a fase crítica do retraimento, isto é, os desengajamentos e acolhimentos sucessivos. O 275º GOB realizou a transposição na vanguarda do GTB e ocupou posição a Oeste de Vielsalm, de onde cobriu o retraimento do 434º GOB, integrando o seu respectivo GT. Este grupo ocupou logo posição a retaguarda de Hieorlot. O 489º GOB apoiou o desengajamento do GTC e do GTA, seguiu a cauda deste último GT, quando ela atravessou as posições de artilharia, e ocupou novas posições em La Chapelle. O 275º GOB apoiou não só estas transposições mas também reforçou os fogos do 440º GOB na difícil missão de aliviar a pressão inimiga sobre o Destacamento Jones. Nesta altura dos acontecimentos, todas as pontes sobre o Salm já estavam destruídas, exceto uma, e esta, infelizmente, não se situava no itinerário de retraimento do 440º GOB. Assim, a unidade foi obrigada a fazer uma volta através de uma região intensamente bombardeada pelo inimigo para atingir a ponte restante. No final, foram alcançadas as posições em Goronne, mas o atraso resultante custou caro aos elementos do Destacamento que mantinham a outra margem do rio. O grupo voltou a atirar no mais curto prazo e depois de quatro horas de luta desesperada, o que restava do Destacamento retirou-se para lugar protegido e a ponte foi destruída.

Como ficou explicado anteriormente, a AD/82 Ae Ter proporcionou um valioso auxílio à AD/7ª DB bloqueando o flanco Sul, na margem Oeste do Salm. Em fazendo isto, entretanto, pôs em perigo as suas próprias posições. Mais para oeste, a 3ª DB engajou-se em combate, ao Norte de Samree, no dia 21, com poderosa força blindada inimiga — era esta a sexta frente distinta do 18º Corpo Aeroterrestre. As baterias do 54º GOB, orgânico mais as do 83º GOB, em reforço a AD, apoiavam as diversas unidades engajadas na série interminável de combate para obter o controle das estradas que, partindo de Samree, se dirigiam para o Norte. A Leste desta operação, deslocava-se uma outra coluna inimiga quase sem encontrar oposição, em direção a Manhay e Grandmenil. O GTA da 3ª DB, integrado pelo 67º GOB, que se encontrava inicialmente com o 5º Corpo, havia sido liberado e já marchava em direção a Hotton, a fim de fortalecer esta zona. Foi interceptado e orientado para o Sul, com a finalidade de fazer frente a coluna inimiga acima mencionada. O 67º GOB ocupou posição imediatamente ao Norte de Manhay mais não localizou nenhum alvo. No fim da jornada, o GTA mantinha ainda Manhay, mas o GTC

fôra repellido e o inimigo já conquistara terreno a cavaleiro da rodovia Hotton — Soy. No dia 22, a Fôrça-Tarefa Hogan, do GTC, contra-atacou bem apoiada pela artilharia e alcançou Soy. O inimigo revidou cercando a FT, inclusive a bateria de 54º GOB que a integrava. Nêsse interim, o GTA retraiu de Manhay, deslocou-se para Oeste, passou ao Norte de Hotton e correu para o Sul, a fim de enfrentar ameaça muito ma's séria e originada ao Sul de Marche. Na metade da tarde o 67º GOB já estava atirando das novas posições em Waha.

No dia 23 de dezembro, a 3ª DB passou para o 7º Corpo e foram expedidas ordens para que todos os elementos do 18º C Ae Ter retraissem e estabilizassem a frente ao longo da linha de elevações Trois Ponts — Erria — Bra — Manhay. Na noite dêste dia, cumprindo as ordens, a AD/82º Ae Ter retraiu para Noroeste, para além da nova linha de frente a ser estabelecida. A AD/7ª DB permaneceu reunida em La Chapelle até o fim da jornada de 24, cumprindo as missões da AD/82º Ae Ter, bem como proporcionando apoio na sua própria ZA, nas direções Sul e Este; depois mudou de posição, por escalões, para as vizinhanças de Harre. O 430º GOB permaneceu em Odrimont até depois da meia-noite, com seus fogos deslocados para Sudoeste a fim de apoiar o GTA no retraimento de Manhay para Sudoeste. Encontrando a ponte já destruída, no itinerário que havia reconhecido para o seu retraimento, o grupo viu-se obrigado a realizar uma ampla volta pelo Norte antes de atingir a posição seguinte, em La Fourche.

No extremo Oeste, de acôrdo com o planejamento, o 7º Corpo começou a se reunir com fôrça de contra-ataque. A AD/84 deslocou-se para o Sul, partindo do 9º Ex e aproximou-se da região de Marche — Hotton, no dia 21. Foi logo empenhada em combate em apoio aos GT da 3ª DB, em ambos os flancos da divisão. Aproximadamente um têrço da ACEX/7 tinha sido substituída, na tarde do dia 20, na frente da Aachen e deslocou-se, na mesma noite, para sua nova zona de reunião. Na noite de 21 de dezembro, uma bateria de 957º GO 155 já estava em posição ao Norte de Marche, enquanto o restante da unidade reunia-se nas proximidades dêste local. No dia 22, a F T Hogan, do GTC, operando ao Sul de Soy, achava-se quase sem gasolina e cercada pelo inimigo. Como a 3ª bateria do 54º GOB, que integrava a FT, ainda dispunha de gasolina para manter os rádios no ar, os observadores situados nesse ponto isolado continuaram a desencadear vários tiros de eficácia com a sua própria unidade e a realizar a observação para a ACEX e a AD até que, para tristeza da artilharia, a unidade recebeu ordem para destruir seu equipamento e infiltrar-se em direção às linhas amigas.

No dia 24, St. Vith achava-se além do alcance eficaz da artilharia e, através da localidade, corria para Oeste um fluxo contínuo de fôrças alemãs, transformando o que devia ter sido um reconhecimento em fôrça, no ataque principal do 5º Ex Panzer. O Exército Alemão estava atrasado de um dia. Foram postos de parte os planos para um contra-ataque do 7º Corpo e tôda a sua potência, até então conservada em segredo, foi lançada na defesa de Liege. A 75ª DI tapou as brechas nas linhas da

3ª DB, ao Norte da rodovia Hotton — Manhay, que as duas divisões contra-atacaram juntas, na direção Sul, a fim de deter o avanço alemão a Noroeste de Grandmenil. Para apoio aos tanques a AD/3ª DB concentrou seu grupo orgânico (54º GOB), o 83º GOB, que lhe fôra dado em reforço, o 123º GO 155 e o 991º G Can 155 AP, além de ficar com a missão de comandar os fogos da AD/75. Na região de Durbuy, achava-se o 18º Agpt (128º GO 155 e 981º G Can 155) com a missão de ação de conjunto e reforço de fogos a AD/3ª DB. O terreno por onde se deslocava o ataque alemão era ideal para emprego dos fogos defensivos da artilharia. Os observatórios situados nas elevações ao Sul de Soy proporcionavam a mais perfeita observação sobre as principais rodovias que, na direção Norte — Sul, acompanhavam os vales apertados dos poucos cursos de água. Pesadas concentrações de artilharia foram desencadeadas sobre as reservas blindadas que se deslocavam para o Norte, deixando as estradas congestionadas por viaturas destroçadas.

Na parte central do setor do 7º Corpo, novas divisões Panzer SS atacaram violentamente a cavaleiro da rodovia Marche — Liege, o eixo principal de progressão. A AD/84 e o 67º GOB recuaram para o norte, até as proximidades de Beillonville, assim que as forças que apoiavam foram repelidas para os subúrbios de Marche; aí a artilharia parou e organizou novas posições. A observação passou a depender, quase que exclusivamente, dos observadores aéreos; os pilotos cumpriam missões sucessivas, pousando apenas para reabastecer. Havia, em quantidades suficientes, tantos alvos como artilharia para batê-los. Atrás da AD, o 125º GO 8", atuando fora do controle da C Tir do Corpo, em Somme Leuze, e o 183º Agpt, constituído pelos 930º G Can 155, 951º GO 155 e 641º G Can 4.5, dispararam tantos tiros quanto os grupos de apoio direto. Os prisioneiros de guerra relataram, nesta noite, que o fogo da artilharia havia destruído o "orgulho e a alegria" do Exército Alemão.

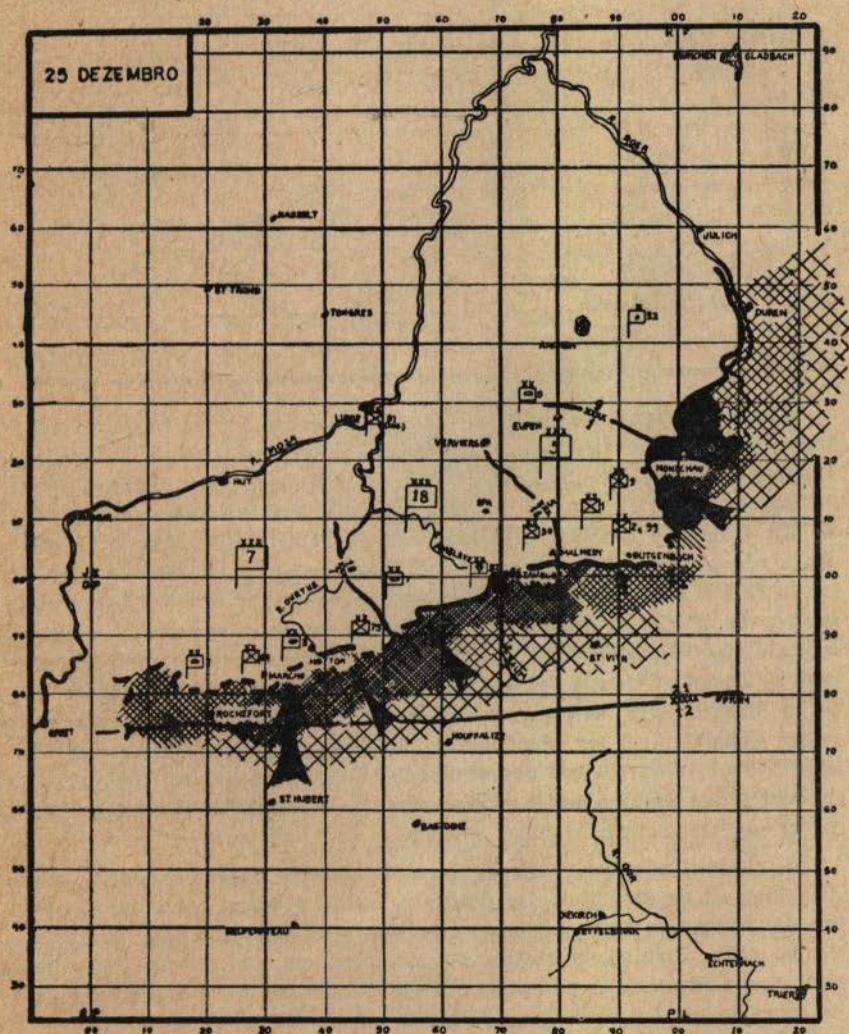
No flanco direito, o restante da AD/2ª DB, reforçada pelo 87º GOB e 957º GO 155, entrou em ação em Ciney. Foram freqüentes as ocupações de posições avançadas para acompanhar o contra-ataque da divisão em duas direções. No fim da jornada ainda não fôra estabelecida uma frente segura a oeste de Marche. Os 14º e 92º GOB achavam-se em Haid, atirando na direção sudeste contra uma coluna inimiga em Humain; o restante da AD, ainda ao norte de Ciney, atirava para sudoeste contra uma outra coluna inimiga, em Celles.

6. A ESTABILIZAÇÃO

25 DE DEZEMBRO — 2 DE JANEIRO

Os acontecimentos que se sucederam durante os nove dias seguintes vieram a demonstrar que o dia 24 de dezembro havia marcado a intensidade máxima atingida pela ofensiva germânica. As ACEX 7 e 18 concentraram seus fogos no limite entre os dois Corpos, detendo a penetração

alemã ao norte de Manhay, no dia 25, e destruindo-a, no dia seguinte. Daí em diante, o 1º Exército passou a contar com uma frente consolidada estendendo-se de Marche até Monschau, apoiada em todos os setores por uma quantidade adequada de artilharia (figura IV). No dia 25, a dosagem de Art, em grupos, era a seguinte:

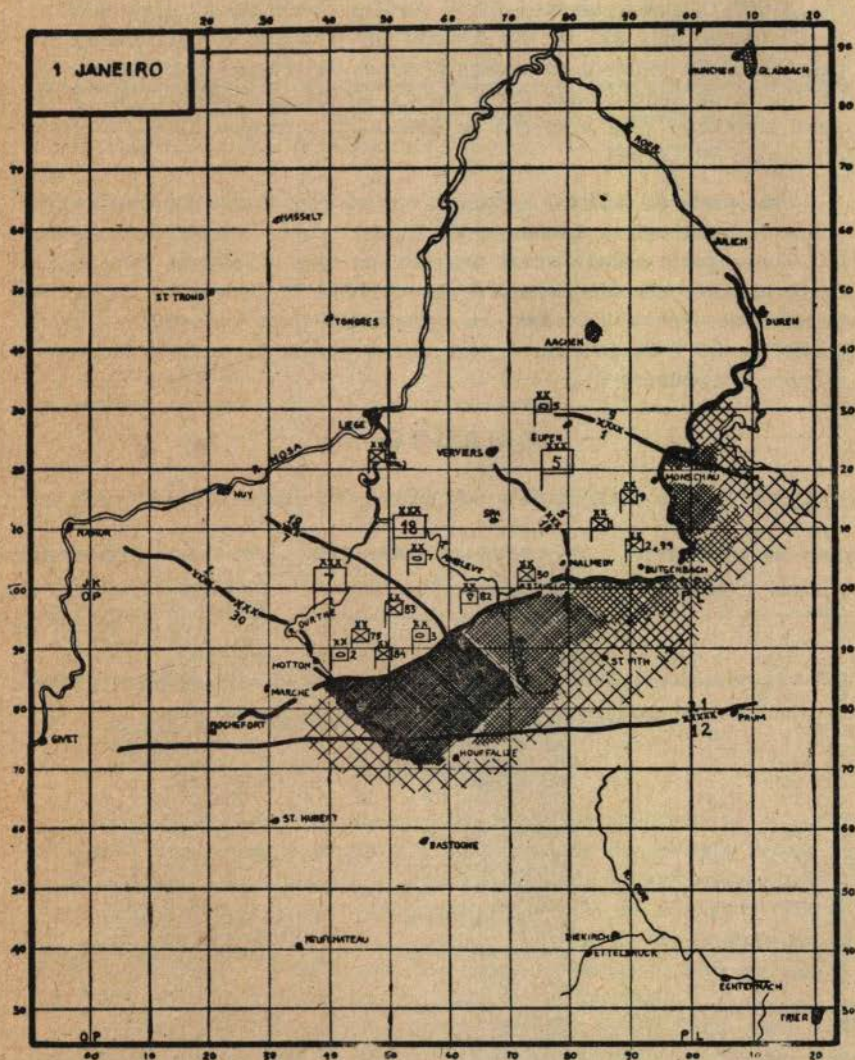


| UNIDADES | | ACEX/5 | ACEX/7 | ACEX/18 Ae Ter | 32 Bda |
|------------|--------|--------|--------|----------------|--------|
| GO 105 | | 3 | 4 | 2 (+ 1 GO 75) | |
| GO 155 | | 4 | 4 | 3 | |
| G Can 4.5" | | 1 | 1 | — | |
| G Can 155 | | 3 | 3 (—) | 1 (+) | |
| GO 240 | | 2 | — | — | 2 |
| GO 8" | | 1 | 1 | — | |
| G Can 8" | | — | — | — | 2 |
| AD | GO 105 | 13 | 11 | 9 (+ 2 GO 75) | |
| | GO 155 | 4 | 2 | 2 | |

Nesta oportunidade, o 30º Corpo do Exército Inglês havia concentrado, por trás do rio Mosa, uma força de efetivo igual a 5 divisões, formando, com as 4ª e 5ª Real Brigada de Artilharia, uma segunda linha de defesa de artilharia. O 1º Ex dispunha, como reserva móvel, da 5ª DB e da 51ª Divisão "Highland" de Infantaria Britânica, cujas AD ainda não tinham sido empregadas. À frente, a Oeste de Marche permaneceu fluida até o dia 27 de dezembro, quando, após limpar Celles, elementos da 2ª DB ligaram-se com unidades de reconhecimento inglesas a oeste daquela localidade. A iniciativa, entretanto, permanecia ainda com o Exército Alemão, através de ataques isolados, desencadeados de forma intermitente contra quase todas as unidades localizadas em primeira linha. Podem ser considerados normais para uma defesa estabilizada os fogos de artilharia desencadeados, à exceção, é claro, das maciças concentrações desencadeadas sobre cada ataque limitado do inimigo. Merecem especial ênfase os fogos profundos de inquietação e interdição.

As ordens para o 1º Ex retornar à ofensiva foram expedidas nos dias 27 e 23 de dezembro. De um modo geral, o plano era o mesmo do dia 21, apenas com um objetivo mais profundo. Em combinação com o 3º Ex (Gen Patton), o ataque deveria penetrar, na direção leste, até onde a sua impulsão o permitisse. O dia D marcado para o primeiro dia de bom tempo depois do Ano Novo.

Muitas alterações de vulto se faziam necessárias na organização da artilharia para o combate, a fim de apoiar o ataque. A mais importante era a necessidade de reforçar consideravelmente a ACEX do 18º Corpo



Aé Ter que ocupava o centro da frente atribuída ao 1º Ex e a quem caberia apoiar o ataque do 7º Corpo, através do seu setor. Assim à medida que se achavam disponíveis no 9º Ex ou na Zona de Administração, as unidades de artilharia média e pesada eram dadas em reforço aos Corpos. A 32ª Brigada foi repartida da seguinte forma:

- para a ACEX/7: o 266º GO 240
- para a ACEX/5: o 268º G Can 8" e o 272º GO 240 (já se achavam com o 5º Corpo)
- para a ACEX/18 Ae Ter: o restante da Bda.

A 75ª DI passou para o 18º C Ae Ter, sendo substituída, no setor do 7º Corpo, pela 83ª DI. As divisões do 7º Corpo foram substituídas pelo 30º C Ex Inglês e recolhidas às zonas de reunião à retaguarda do 18º Corpo, de onde deviam partir para o ataque, ultrapassando a 75ª DI (posteriormente, uma alteração de limites proporcionou o retorno desta divisão ao 7º Corpo).

Uma parte da ACEX/7 continuou em posição, atirando normalmente, a fim de, mantendo a fisionomia da frente, ocultar a movimentação das GU. Outra parte ocupou novas posições, na zona de ataque, com ordem de permanecer em silêncio até depois da hora H. Ocorreram, ainda, alterações de menor expressão na organização para o combate, mas, a partir do dia 1 de janeiro, a AEx estava pronta para apoiar o ataque (figura V e Quadro 3).

QUADRO 3

ORGANIZAÇÃO PARA O COMBATE DA AEx/I, NO DIA 1 DE JANEIRO DE 194

| 5º CORPO DE EXÉRCITO | 7º CORPO DE EXÉRCITO | 18º CORPO AEROTERRESTRE |
|----------------------------|----------------------|---|
| ACEX/5 e Bia C/ACEx | ACEX/7 e Bia C/ACEx | ACEX/18 AeTer e Bia C/ACEx |
| 17º G Obs | 13º G Obs | 290º G Obs (— 1ª Bia) |
| 190º Agpt | 142º Agpt | 460º GO Ae Transp (integra o GT 517/Ae Ter) |
| Bia C/Agpt | 195º GO 8" | 32ª Bda |
| 190º G Can 155 | 265º GO 240 | Bia C/Bda |
| 272º GO 240 | 18º Agpt | 153º G Can 8" |
| 268º G Can 8" | Bia C/Agpt | 79º Agpt |
| 62º GOB (reforça a 78ª DI/ | 665º GO 155 | Bia C/Agpt |
| 19º C Ex) | 188º GO 155 | 551º GO 240 |
| 187º Agpt | 981º G Can 155 | 552º GO 240 |
| Bia C/ Agpt | 188º Agpt | 179º Agpt |
| 751º GO 155 | Bia C/Agpt | Bia C/Agpt |
| 997º GO 8" | 172º G Can 4.5 | 259º G Can 4.5 |
| 403º Agpt | 951º GO 155 | 955º GO 155 |
| Bia C/Agpt | 980º G Can 155 | 211º Agpt |
| 76º GO 105 | AD/75 | Bia C/Agpt |
| 953º GO 155 | grupos orgânicos | 532º GO 155 (orgânico d |
| 987º G Can 155 AP | 18º GO 155 | 106ª DI) |
| 941º G Can 4.5 | AD/83 | 240º G Can 155 |
| AD/1 | grupos orgânicos | 264º GO 8" |
| grupos orgânicos | AD/84 | 229º GO 105 (integra o G |
| 955º GO 155 | grupos orgânicos | 112/23ª DI) |
| 200º G Can 155 | 193º GO 105 | 16º GOB (integra o GTE/5 |
| AD/2 | AD/2ª DB | DB) |
| grupos orgânicos | grupos orgânicos | AD/30 |
| AD/99 | 87º GOB | grupos orgânicos |
| AD/9 | 957º GO 155 | 1ª/290º G Obs |
| grupos orgânicos | AD/3ª DB | 400 GOB |
| 196º GO 105 | grupos orgânicos | 401 Agpt |
| 186º GO 155 | 83ª GOB | Bia C/Agpt |
| AD/5ª DB | 183º GO 155 | 187º GO 155 |
| grupos orgânicos | 991º G Can 155 AP | 8º GO 155 |
| | | AD/82 Ae Ter |
| | | grupos orgânicos |
| | | 591º GO 105 (orgânico d |
| | | 106ª DI) |
| | | 254º GO 155 |
| | | AD/7ª DB |
| | | grupos orgânicos |
| | | 275º GOB |

NOTA — As particularidades desta organização para o combate são: a manutenção do 142º Agpt sem enquadrar grupos, na ACEX/7, a atribuição da 32ª Bda a ACEX/18 Ae Ter e a composição dos reforços dados a AD/30.

No dia 1 de janeiro de 1945, a dosagem de Art, em grupos, era a seguinte:

| UNIDADES | | ACEx/5 | ACEx/7 | ACEx/18 Ae Ter |
|-----------|--------|--------|--------|----------------|
| GO 105 | | 3 | 4 | 2 (+ 1 GO 75) |
| GO 155 | | 4 | 5 | 4 |
| G Can 4.5 | | 1 | 1 | 1 |
| G Can 155 | | 3 | 3 | 1 |
| GO 240 | | 1 | 1 | 2 |
| GO 8" | | 1 | 1 | 1 |
| G Can 8" | | — | 1 | 1 |
| AD | GO 105 | 12 | 15 | 10 (+ 2 GO 75) |
| | GO 155 | 3 | 3 | 2 |

7. A RETOMADA DA OFENSIVA

3 DE JANEIRO

As péssimas condições meteorológicas, que se manifestaram a partir do dia 27 de dezembro, forçaram o adiamento do ataque para depois de 2 de janeiro. Fortes nevascas cobriram totalmente a região das florestas das Ardenas, ocultando as organizações defensivas do inimigo e criando um obstáculo formidável contra o ataque blindado. O céu desanuviou na manhã do dia 3 e a artilharia deu início à ofensiva para leste com um plano de fogos cuidadosamente elaborado e executado.

No setor do 5º Corpo e na direita do setor do 18º, uma forte preparação, com a duração de 35 minutos, precedeu uma demonstração de força contra a parte mais sensível da LPR inimiga — o ombro da penetração. Às 08.30 horas, o 7º Corpo atacou, sem preparação de artilharia. A artilharia permaneceu sossegada até o fim da primeira parte da jornada. Daí em diante, aumentou de tal modo o número de pedidos de tiros que todas as peças de AEx entraram em ação. A cadência de tiro aumentava na razão direta da reação que o inimigo opunha ao ataque. Porém, no fim da jornada a LPR havia sido rompida, dispersadas as reservas do inimigo e silenciada a sua artilharia. O 1º Exército Americano — bem apoiado por sua artilharia — retomava o caminho para o Reno, e para além dêle.

8. CONCLUSÕES

Embora a Art necessária a um Exército só possa ser determinada mediante o estudo de vários fatores — a missão do Ex, a natureza da ZC, a organização defensiva do inimigo, a quantidade e qualidade da Art inimiga, a Art disponível na oportunidade, etc. — como base para raciocínio, desde junho de 1944 o Exército Americano admitia a seguinte dosagem para um Ex:

a) para cada um dos 3 CEx:

- 1 GObs
- 3 Agpt e Bia C/Agpt
- 2 GO 105
- 5 GO 155
- 1 G Can 4.5"
- 2 G Can 155
- 2 GO 8"

b) para cada uma das 3 DB:

- 1 GOB 105
- 1 GO 155 AP

c) para ação de conjunto do Ex:

- 1 Bda e Bia C/Bda
- 3 GO 240
- 2 Gan Can 8"

A comparação desta dosagem típica com as organizações para o combate registradas permitem concluir que a AEx/1 contou, durante toda a operação, com mais 1 GO 240 e 1 G Can 4.5 além da dosagem típica; iniciou o combate muito bem dotada de G Can 155, mas ressentiu-se da falta de GO 155 e GO 8".

O conceito original do Agrupamento era muito frouxo, particularmente no tocante ao moral, pessoal, aprovisionamento e à administração. A Portaria n. 439, de 14 de novembro de 1944, do Ministério da Guerra, corrigiu esta deficiência, transformando o Agpt em unidade tática e administrativa, à qual seriam postos à disposição, normalmente, 3 ou 4 grupos. A portaria, contudo, não pôde alterar as realidades do combate, isto é, não seria de valor tático nem materialmente praticável reter sempre os mesmos grupos sob o comando do Agpt original. A Ex/I explorou a flexibilidade e a potência acima de tudo, sem se ater a uma formação padronizada nos Agpt.

A 32ª Brigada de Art foi empregada corretamente dentro do conceito da época de que "quando o Ex mantém unidades de Art sob o seu controle, a Bda é a unidade apta para controlar as unidades assim empregadas". Quando o apoio dos GO 240 e dos G Can 8" era solicitado por mais de um CEx, a missão era cumprida atribuindo-se à Bda a missão de reforço de fogos às respectivas ACEx. Por exemplo, durante os avanços para o rio Roer, as missões de destruição e interdição de longo alcance, batendo as travessias e suas aproximações, constituíram obstáculo sério à rocada das tropas inimigas e ao reforço da frente por unidades em reserva.

A Bda mostrou ainda em outras oportunidades, sua flexibilidade, como por ocasião da realização de transportes urgentes, quando transportou 28 mil ton. utilizando as viaturas de 18 grupos, e quando reorganizou grupos 105 com material capturado do inimigo.

Coerente com a organização preconizada para a época, o exame da atuação da AEx/I, nas Ardenas, mostra que a flexibilidade deve ser o critério para toda a estrutura da Art com o Exército — não só a flexibilidade de fogos, como também a da organização para o combate. Mostra ainda que, naquela ou em qualquer outra época, respeitadas as limitações do material empregado, a organização da Artilharia para o combate tem em vista fornecer apoio eficiente, explorar ao máximo as possibilidades do material, concentrar fogos onde se tornar necessário e facilitar o seu emprêgo nas operações futuras.

Ao analisar a operação do 1º Ex nas Ardenas, disse o seu Comandante, Gen Courtney H. Hodges — "A Artilharia constitui um poder destruidor formidável, sempre à disposição do comandante para ser empregado, sob quaisquer condições de tempo, em toda a largura e profundidade do campo de batalha".

O presente trabalho está de acordo com a doutrina em vigor, na época, e fixada no FM 6-100 "Tactics and Technique of Division Artillery and Higher Artillery Echelons", de maio de 1944. Os documentos básicos utilizados foram o artigo publicado na "Military Review", de setembro de 1945, pelo Gen Charles E. Hart, comandante da AEx/1º Ex Americano, e o relatório de operações apresentado pelo Ten-Cel Joseph R. Reeves, oficial de operações da AEx/I, publicado no "The Field Artillery Journal", de março de 1946. Uma descrição pormenorizada das operações nas Ardenas é encontrada no livro de Robert E. Merriam "Dark December".

COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA INTELLECTUAL "A DEFESA NACIONAL"

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Eleito para o exercício 1967/1970)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente — General José Campos de Aragão
Diretor-Secretário — Ten-Cel Lauro Paraense de Farias
Diretor-Gerente — Ten-Cel (Res) João Capistrano Martins Ribeiro

CONSELHEIROS

Gen Div (Res) Adailton Sampaio Pirassinunga
Cel Nilton Freixinho

CONSELHO FISCAL — 1967

EFETIVOS:

Mar João Baptista de Mattos
Cel José de Sá Martins
Maj Sady de Almeida Vale

SUPLENTE:

Gen Armando Batista Gonçalves
Ten-Cel Rubens Mario Caggiano Jobim
Maj Lauro Lima Santos

CORPO REDATORIAL DA REVISTA

Redator-Chefe — Ten-Cel Lauro Paraense de Farias
Redatores: Ten-Cel Inf Eduardo de Ulhoa Cavalcanti
Ten-Cel Cav Sady Boano Mussoi
Ten-Cel Art Dávio Ribeiro de Faria
Maj Eng Darino Castro Rebelo

"A GUERRA REVOLUCIONÁRIA leva o
perigo comunista ao umbral de cada casa, e
a última frente se situa no espírito de cada
cidadão."

A COBRA ESTÁ FUMANDO ! (x)

Gen (Res) JONAS CORREIA

De agosto de 1943 quando se iniciou a organização da Fôrça Expedicionária Brasileira, cuja sigla F.E.B. traduz tanta admiração nacional pela conduta dos nossos soldados, — até fins de 1945, quando regressaram os seus últimos escalões, recebidos, como os outros, com provas de carinho e respeito, por parte do povo carioca, — o Brasil inteiro teve suas atenções voltadas para a guerra na Europa, onde se empenhavam os nossos *pracinhas*. Existe, traduzindo interesses, preocupações e anseios, uma literatura informativa, documentária e de crônicas, sôbre as ocorrências e as pessoas que estiveram na Campanha da Itália. E muitas anedotas se registraram, muitas historietas se inventaram, umas interessantes e agradáveis, outras dolorosas e tristes. A página de Joel Silveira (109) em torno do Sargento Wolf, que êle viu morrer, é comovente. A crônica que a Tenente Enfermeira Elza Cansação Medeiros (110) escreveu sôbre os aviadores do 1º Grupo de Caça, é vivaz e encantadora. Enternece-nos até as lágrimas, quando lemos os palpitantes e modelares relatos que o General Professor Ismaelino de Castro (111) teceu, a respeito de sucessos e soldados da F.E.B. E que dizer daquelas reportagens irradiadas pela British Broadcasting Corporation (B.B.C.), de Londres, (112) em que se apresentou a alma do Brasil, inteira e pujante, na alma coletiva dos seus *pracinhas*, que não conheciam nada mais belo do que o sentimento do soldado, longe da Pátria?!

Pois bem. De tudo, o resumo está na divisa imortal *da cobra que fuma*.

E não deixa de ter razão o Coronel Elber de Melo Henriques, (113) um dos componentes da F.E.B., ao escrever que foi de má inspiração a cobra, para simbolizar a nossa atuante fôrça militar, na Itália: tanta invencione se derramou, desprimorosa, com a intenção de apresentar o Brasil como o paraíso das serpentes...

Seja lá como fôr, veneremos o distintivo da F.E.B.: êle, que tanto foi honrado e coberto de glórias por tôda a nossa legião expedicionária! E a tal ponto que o Governo brasileiro o oficializou.

(*) N.R. — Publicamos, em primeira mão, êste trabalho de autoria do General-Professor Jonas Correia, tendo em vista que representa uma importante resenha do que se tem dito e escrito a respeito e em torno da imortal legenda — *A cobra está fumando!* A seleção cuidadosa das pesquisas do nosso antigo e ilustre colaborador se encerra com uma comunicação do Marechal Mascarenhas de Moraes, inclito Comandante da F.E.B. A Biblioteca do Exército deverá editar, em breve, a conferência do General Jonas, da qual consta êste estudo —, "*Linguaajar e anedotário militar, no Rio de Janeiro*", do ciclo comemorativo do 4º Centenário da Fundação do Rio de Janeiro.

Mas — por que a cobra está fumando? qual a razão de se haver escolhido esta divisa, inscrita no distintivo?

Estória? caso folclórico? imaginação?

Conhecemos algumas versões:

A) Um comandante de unidade, no Rio de Janeiro, quando chegava esquentado ao quartel, trazia o charuto fumegando nervosamente entre os lábios. E a soldadesca arisca e cautelosa: “a cobra está fumando...” (114).

B) Frase aparecida durante a guerra de 1939. Um soldado estava fumando, quando se aproximou um oficial. Atirou o cigarro ao chão, pisando-o. Contudo, fumegou, denunciadoramente. E o superior indagou da razão da fumaça. Respondeu o praça: *a cobra está fumando* (115).

C) Raul Pederneiras, (116) no seu admirável livro “Geringonça carioca”, nos transmite o seguinte. “*A cobra está fumando*: expressão vulgarizada por nossos *pracinhas*, em luta na Itália. Vários expedicionários cariocas, interrogados, assim explicaram a frase: as metralhadoras funcionam com uma faixa, em que os projetis se prendem, em fila. A faixa extensa vai distribuindo as balas, rápido, serpenteando por força do mecanismo, como as ondulações de um ofício. Os disparos seguidos da arma dão a entender que a faixa ou cobra está a dar baforadas, como qualquer fumante. Nossos aviadores usavam a expressão “*senta a pua*”. Tanto uma como outra serviram de distintivo característico.”

D) O distinto Sr. João dos Santos Vaz, Vice-Presidente do Clube dos Veteranos da Campanha na Itália, em conferência recente, que *A Defesa Nacional* publicou. (117) nos revelou uma versão muito plausível, da origem do lema “*a cobra está fumando*”, por isso mesmo que procede dos profundos arcanos, onde o sentimento popular costuma surpreender e colhêr os elementos de sua afirmação. No caso, a F.E.B. estava sendo surda e sub-repticiamente combatida e boicotada pelos quinta-colunas de todos os matizes.

Assim se expressou o *febiano* João dos Santos Vaz: “De tal modo procuraram desacreditar, os *quinta-colunas*, a necessidade da organização do Corpo Expedicionário, que, com desfaçatez e parodiando *slogan* que determinada casa comercial de loterias usava na época (“É mais fácil um burro voar que *A Esquina da Sorte* falhar”), diziam: *É mais fácil uma cobra fumar que a Força Expedicionária ter sucesso*.” “Mesmo assim, com tôdas as dificuldades que se apresentaram, foi organizado o agrupamento de brasileiros que, em terras estranhas, defenderia o nome de nossa Pátria; que tinha por missão principal mostrar ao mundo o valor do Brasil, como maior país da América.” “As dificuldades se apresentaram de tal ordem, que iam desde o aparelhamento bélico propriamente dito, até a simples questão de uniformes.” “Em julho de 1944, partia, depois de muitas marchas e contramarchas, para o *front*, o primeiro escalão da F.E.B.”

E concluiu, setencioso e empolgante:

“Assim, meus senhores, àquele desprimoroso conceito emitido pelos quinta-colunas de nossa pátria, respondemos — A COBRA FUMOU! Com isso, mostramos o valor da raça brasileira; e o mundo, forçado foi a reconhecer no soldado brasileiro, em face das inúmeras dificuldades por que passou, o *melhor soldado do mundo*.”

E) A atuação efetiva do Brasil na última grande guerra, começou em meados de 1943, e se acentuou da segunda metade de 1944 até fins de 1945, na frente de batalha da Itália, de onde os nossos pracinhas retornaram vitoriosos.

Um dos oficiais integrantes da F.E.B. foi o nosso distinto amigo General-de-Divisão R/1 Pára-quedista Augusto Scherer Ferreira de Abreu, que era, então Capitão Adjunto, (S-3, depois S-4), da Infantaria Divisória Expedicionária, e, por último, Oficial de Ligação da I D.Ex.1 com o Esquadrão de Cavalaria de Reconhecimento Mecanizado, na Ofensiva da Primavera.

Eis a sua comunicação a respeito do assunto, a qual nos foi transmitida em carta pessoal:

“É comum, no interior de alguns estados do Brasil, dizer-se *a cobra está fumando*, para qualquer situação em que ânimos exaltados possam desentender-se. Já num quartel, quando um Comandante, em seu gabinete, repreende soldados faltosos disciplinarmente, — os que, do lado de fora, ouvem as advertências ou censuras, manifestam-se cautelosamente, através da expressão *a cobra está fumando*...

Surgiu daí, da interpretação dessas circunstâncias, por certo e comparativamente às situações progressivas de perigo, na guerra plena, a idéia e adoção de *a cobra está fumando*, para o distintivo da F.E.B.”

F) O Coronel Antorildo Silveira, que seguiu como Capitão do 6º Regimento de Infantaria, oferece uma versão, sem dúvida ponderável, em face da exclamação que ouviu aos soldados, quando o transporte se aproximava de Nápoles, e eles vislumbraram uma fumaça muito alva, subindo aos céus, enquanto o Vesúvio descansava... Então, vozearam: “A cobra tá fumando!...”

Diz o Coronel Antorildo haver ouvido “pela primeira vez, essa expressão, nas grandes manobras do Vale do Paraíba, em mil novecentos e quarenta. Os soldados que viajavam nos últimos carros da composição da Central, quando viram o rôlo de fumo que se desprendia da chaminé da máquina, marcando o éter com uma faixa branca, gasosa, aliado ao serpentear contínuo da composição, nas inúmeras curvas do leito da ferrovia, dando a impressão de um ofício que se deleitava com algum cigarro ou charuto, exclamaram espontaneamente: “A cobra está fumando!...” (118)



Diante dessas atraentes e aceitáveis versões, e para oferecermos segura interpretação aos que nos ouvem, ou vierem a ler, dirigimo-nos ao Marechal Mascarenhas de Moraes, o imortal Comandante da F.E.B., solicitando-lhe que nos provesse da real, ou aceita como real origem dos dizeres do emblema febiano. Sua excelência encarregou o seu assistente-secretário, Major José Miguel, de valer-nos na nossa curiosidade, apondo o seu prestigioso *de acôrdo* à nota que nos enviou o seu prestimoso auxiliar. Damos um resumo dela.

A expressão *A cobra está fumando* não tem autor determinado; é popular, surgida espontâneamente no Brasil e passando a ser muito empregada antes e durante a Campanha da Itália, sempre significando algo grave que estava ocorrendo.

A tropa nossa aliada nos campos de batalha passou a referir-se a — *the snake is smoking*, que era a cobra verde, num fundo amarelo, fumando cachimbo.

Quanto à origem propriamente dita dos dizeres, existem várias versões, tôdas anedóticas ou chistosas. Transcrevendo, talvez intencionalmente, a que foi oferecida pelo Coronel Antorildo Silveira, quer-nos parecer que essa é a merecedora de preferência e de adoção.

“O que se pode concluir — finaliza o comunicado de 15 de junho de 1965 — é que a frase era conhecida e empregada por tôda a tropa expedicionária — soldados, graduados e oficiais —, motivo pelo qual determinou o Chefe expedicionário que nela se inspirasse o já agora histórico distintivo da Fôrça Expedicionária Brasileira.”

NOTAS — II, 28

- 109) Joel Silveira, “Histórias de pracinhas”, 2ª ed. Cia Editora Leitura. Rio 1945, págs. 154/6.
- 110) Elza Cansanção Medeiros, “Nas barbas do Tedesco”, Bib. do Exército, Rio 1955, págs. 225/230, 237/246, 247/251.
- 111) General-Professor Ismaelino de Castro, “Gôtas de Glória”, Imprensa Militar, Rio. 1950; edição em inglês, tradução do General-Professor Jorge Duarte, “Drops of Glory”, Oficinas Gráficas da D.S.G., Ministério da Guerra, Brasil, 1955.
- 112) “Scatolettas da Itália”, seleção de reportagens dos Correspondentes de Guerra Brasileiros, na Itália, irradiadas pela B.B.C. — Compilada por Francis Hallawell. — Publicação da British Broadcasting Corporation, Londres. 1946.
- 113) Major Elber de Mello Henriques, “A F.E.B. doze anos depois”, Biblioteca do Exército Editora, Rio, 1959, p. 194.
- 114) Idem, idem, p. 195.
- 115) Antenor Nascentes, “A Gíria Brasileira”, Livraria Acadêmica, Rio, 1953.
- 116) Raul Pederneiras, “Geringonça Carioca”, 2ª edição, F. Briguelet & Cia, Livresiros, Editôres. Rio, 1946.
- 117) João dos Santos Vaz, conferência, in “A Defesa Nacional”, Ministério da Guerra, maio-junho de 1965, n. 601, págs. 85/91. João dos Santos Vaz é o Secretário-Geral da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro (1967), e a conferência em aprêço foi pronunciada no Rotary Clube da Tijuca, e editada em julho de 1964, pelo Clube dos Veteranos da Campanha na Itália.
- 118) Capitão Antorildo Silveira, “O 6º RI Expedicionário”, Bib. Militar, Rio, 1947, p. 29.

General HEITOR BORGES FORTES

A cultura militar brasileira acaba de sofrer grande perda, com o passamento do General BORGES FORTES, em Out último.

O General BORGES FORTES foi aluno destacado do CMRJ, onde recebeu a medalha de ouro "Barão do Rio Branco". Como oficial, fêz com brilhantismo todos os cursos do Exército — inclusive o de Estado-Maior; entre outras comissões, comandou a Bateria da Escola Militar do Realengo e foi Instrutor-Chefe do Curso de Artilharia da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Participou da FEB, como Subcomandante do III Gp 105, tendo tido oportunidade de, a respeito, escrever "A Artilharia Divisicnária da 1ª DIE na Campanha da Itália" (Bib Ex. 1962).

Além da obra citada, publicou "Velhos Regimentos" (Bib Ex. 1964 — Prêmio Tasso Fragoso de 62), magnífico ensaio sobre a evolução da nossa Artilharia de Campanha (de 1831 a 1959).

Desde o n. de Jul/Agô 66 desta Revista, vinha o General BORGES FORTES colaborando com o meticoloso estudo — "Efemérides da Artilharia"; felizmente, o autor chegou a concluir o trabalho, que se acha completo em nossas mãos.

Ao apresentar esta Nota, a Redação cumpre um dever para com a memória do ilustre artilheiro, de cuja inteligência e dedicação tanto poderíamos ainda esperar.

EFEMÉRIDES DA ARTILHARIA

CAMPANHAS DO PARAGUAI E URUGUAI

NONA PARTE (*)

Gen (Res)
HEITOR BORGES FORTES

1869

Agô 18 — O Cap Ewerton Quadros recolheu-se, com sua bateria, ao 3º B A Pé, em Humaitá.

18 — COMBATE DA PICADA CAAGUIJURU

(6 horas) — Os aliados resolveram marchar sôbre Caraguatai, em perseguição aos remanescentes de Campo Grande, fazendo-o dispostos em 3 colunas: A da direita, composta dos Argentinos (Gen Mitre), divisões José Auto e Cel Bueno, devia seguir por uma estrada antiga, que após pequena volta ia dar naquela localidade; com ela seguiu o 4º C P A e a bateria do 1º B A Pé. A da esquerda, com a qual marchou o Comandante-em-Chefe Conde D'EU, era formada pelo 1º C Ex; com ela seguiu o 2º R Prov A Cav, reforçado por duas baterias do 1º B A Pé. Pelo centro, seguindo a estrada real, prosseguiu o 2º C Ex, com o qual estava o 1º R A Cav. Ao início da marcha desta coluna, constatou a vanguarda formada pela 4ª Bda Inf (Cel Wanderley), reforçada com o 36º B V Pátria, e pela 6ª Bateria do 1º R A Cav (Cap Leite de Castro), que os paraguaios se haviam fortificado na picada de Caaguijuru, tendo resistido aos nossos primeiros elementos.

(7 1/2 horas) — Decidido a atacar a posição inimiga, determinou o Marechal Vitorino Monteiro que a vanguarda atacasse de frente, enquanto outras tropas atacariam pela direita e esquerda. O combate desenvolveu-se com vivíssimo e bem nutrido fogo de artilharia e de infantaria, durante 2 horas, ao cabo das quais a posição foi abandonada pelos seus ocupantes, que sofreram completa derrota, perdendo 600 homens, entre mortos e feridos, 11 canhões e 10 carrêtas. Destacou-se por sua atuação no combate a bateria Leite de Castro, cujo comandante mereceu louvores, tendo sido este o último encontro importante em que a artilharia esteve presente.

(*) Continuação do n. de Set/Out. Conclusão das "Efemérides da Artilharia".

Perseguiu o inimigo em debandada a 2ª D C (Gen Câmara), que bateu uma força de 200 homens que procurava esconder-se num passo do rio Manduvirá.

(A tarde) — O 2º C Ex acampou nas imediações de Caraguatai.

— A coluna do Gen Mitre iniciou a perseguição, rumando ao N, com ela levando, além das forças argentinas, a 1ª D C (Cel Bueno e Neri) reforçada com 2 bôcas-de-fogo de montanha do 1º B A Pé (2º Ten Pinto Paca) e a 2ª DI (Gen José Auto).

Agô 19 — O 1º C Ex (Brig José Luiz Mena Barreto) acampou em Alfonso. O inimigo em fuga transpôs o Iagui, sempre perseguido pelas tropas de cavalaria brasileira e argentina da vanguarda, sob comando do Cel Neri (DC Bueno e Reg San Martin).

21 — A 4ª DC (Gen Portinho) chegou a Assunção por terra, acampando nos subúrbios da capital paraguaia.

COMBATE DE BOTUI — A vanguarda marchou sobre o arroio Hondo e no passo do Botui dispersou uma força de 400 homens, tomando-lhes 2 peças e várias carrêtas de bagagens de Lopez. Parou a. a perseguição, da qual participou efetivamente a divisão de 2 canhões de montanha do 1º B A Pé (Ten Pinto Paca), que atuou a 20 e 21 nos encontros contra os paraguaios, devido ao enfraquecimento da cavalaria e falta de víveres para a tropa.

22 — A vanguarda contramarchou.

24 — A coluna Mitre voltou a Caraguatai.

— O Conde D'EU, desconhecendo o rumo tomado pelo ditador Lopez, resolveu dar por finda a Campanha das Cordilheiras, e estabeleceu novos planos de ação. (Ver Diário do Exército, sábado, 21 Agô 1869). Admitia S. Exa. que contava com cerca de 30.000 homens — incluindo os argentinos e orientais, a realização de uma expedição ao norte, por Rosário e Conceição, com 11.000 homens; uma operação central, de internação pelas Cordilheiras de Maracaju, e mais ao norte, em perseguição a Lopez, com cerca de 8.200 homens, e uma expedição ao sul; por Vila Rica, com 4.000 homens, mantendo-se ocupadas Assunção, Piraju, Caraguatai ou São José, como bases de operações. A artilharia brasileira estaria participando dessas três ações principais. A falta de provimento de bôca, no entanto, alterou completamente êsses planos, de par com as informações que foram sendo obtidas, do rumo tomado por Lopez e seus seguidores.

Agô 25 — O 1º C Ex (Brig José Luiz Bena Barreto) contramarchou de Alfonso e buscou pôr-se em comunicação com a Esquadra, no rio Manduvirá — o que conseguiu no passo Tobati, meia légua distante da vila Duarte. Depois de embarcar a artilharia (2º R Prov A Cav e duas baterias do 1º B A Pé), foi acampar no Passo Manduvirá, melhor ponto para embarque da tropa.

Set 3 — O Cmt do 2º C Ex (Mal Vitorino) recebeu instruções para permanecer em CARAGUATAÍ, devendo enviar uma coluna a ocupar São Joaquim e Ihu.

4 — O Gen PORTINHO marchou de Assunção para Vila Rica, para ocupar esta cidade; com a 4ª DC, estavam 2 bôcas-de-fogo (divisão canhão-obuses de 14) e o 17º B I (vindo de Mato Grosso).

4 — O Conde D'EU deixou Caraguataí, levando parte da tropa que ia operar ao N do Jejuí: a 2ª DC (Brig Câmara), uma ala do B Eng e 12 bôcas-de-fogo do 4º C P A, com destino a Pôrto Tobati.

6 — Decidiu-se abandonar o acampamento do Mandivirá, onde se achava a tropa do Gen Câmara que devia seguir para Arecutaguá. o 4º C P A embarcou em Pôrto Tobati. A DC do Brig Câmara marchou por terra, por Emboscada.

O 1º C Ex (Brig J. L. M. Barreto) seguiu para Arecutaguá, onde a tropa teria descanso e receberia os suprimentos para a expedição ao norte.

11 — O Brig Resin, à frente de um Destacamento das três armas, marchou para São Joaquim.

15 — As tropas argentinas (Gen Mitre) contramarchavam para Piraju.

— Em reunião com o Cmt do 2º C Ex, decidiu o Conde D'EU que essa G U se deslocasse com a possível brevidade para São Joaquim e Ihu.

18 — Em Arecutaguá, o Conde D'EU estabeleceu entendimentos para o próximo embarque das forças do 1º C Ex para a Vila do Rosário, que seria a base de operações para a invasão dos hervaís (Diário do Exército, pág. 182).

19 — O Marechal Vitorino foi efetivado no Comando do 2º C Ex, passando o Ten-General Polidoro Jordão a comandar as forças ao S do Manduvirá.

20 — Ultimavam-se os preparativos para o reinício das operações do 1º C Ex, com o embarque das unidades que estavam em Arecutaguá, nos navios de transporte.

21 — A Vanguarda do 1º C Ex desembarcou em Quarepoti e ocupou a Vila do Rosário.

— O Dest. Resin chegou a São Joaquim, dêle fazendo parte a 4ª Bia/1º R A Cav (Cap LB Pereira Pinto).

22/23 — As Unidades do 1º C Ex aguardavam o fornecimento dos suprimentos necessários, para a sua internação na direção de Santo Estanislau.

26 — O Gen Osório reassumiu o Comando do 1º C Ex. em Rosário.

27 — O Dest. Resin recebeu em reforço a Bda Valporto, e dias depois, a Bda Wanderley e um corpo de Cavalaria da D C Portinho.

Set/Out — CRISE NOS REABASTECIMENTOS

Set 28 — Decisão de reduzir as forças que se achavam nas Cordilheiras, devido à falta de recursos e ao novo rumo tomado por Lopez (Caraguatá-Panadero).

Out 3 — Visando à reunião em São Joaquim de sua GU, o Cmt 2º C Ex fez sair desta localidade a Bda Carvalho, o 6º Corpo de Cavalaria e a ala direita (menos uma bateria) do 1º R A Cav (Cel Severiano da Fonseca). Enquanto isto, a ala esquerda (menos a 4ª Bia), do Major Teodósio, iniciou deslocamento para o vale do Piraju.

5 — Devido às dificuldades do itinerário, voltou a ala esquerda (menos uma Bia) do 1º R A Cav por Caraguatá, tomando outra estrada para Piraju, localidade de onde se retirou o 1º G A Pé (Maj Pereira Junior).

7 — A ala esquerda do 1º R A Cav chegou a CERRO LEON.

8 — O 1º C Ex (Osório) iniciou às 5 1/2 horas sua marcha, sob sol inclemente, indo acampar em Caballero-Cuê.

9/13 — Prosseguiu a marcha do 1º C Ex para Santo Estanislau, onde chegou a 13.

As dificuldades das estradas obrigavam a artilharia a se deslocar por caminhos diferentes da infantaria, aguardando por vezes construção das pontes de emergência nos banhados e riachos.

11 — A Bda Carvalho (reforçada), da qual fazia parte a ala direita (menos uma Bia) do 1º R A Cav, acampou às margens do arroio Hondo.

13 — Foi expedida ordem ao Gen Polidoro para retirar as forças entre Caraguatá e Assunção. O 1º B A Pé (ala Maj Pereira Junior) que guarnecia Piraju, se deslocaria para Angustura. depois de efetuar a remoção de todas as 25 bôcas-de-fogo tomadas em agosto.

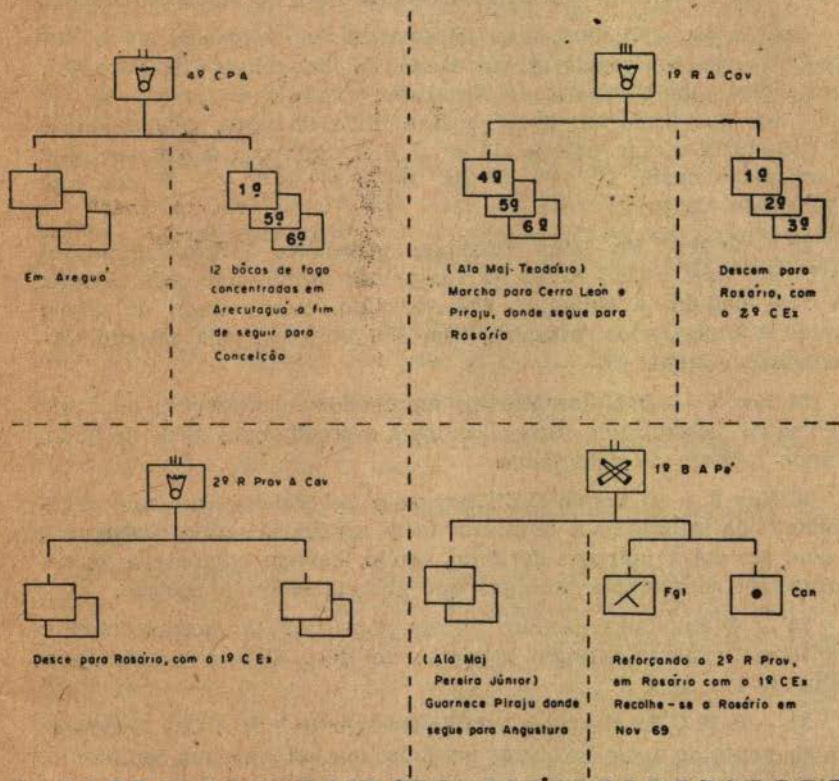
Embarcaram em Arecutaguá as forças da Expedição Norte (sob comando do Brigadeiro Câmara), formadas pela 7ª Brigada (Cel Mesquita) e duas Brigadas de Cavalaria (5ª e 10ª), além do 4º C P A (12 bôcas-de-fogo) sob o comando do Maj Clarindo de Queiroz. Eram ao todo 1.500 infantes, 900 cavaleiros e 200 artilheiros (Jourdan, página 216). Desembarcaram em Conceição a 16, surpreendendo as guardas inimigas.

16 — O Marechal Vitorino Monteiro saiu de Caraguatá para São Joaquim, com o restante do 2º C Ex (inclusive 1ª/1º R A Cav).


17 — O Conde D'EU determinou que o 2º C Ex, diante da ocupação de Santo Estanislau pelo 1º C Ex, interrompesse sua concentração em São Joaquim, deslocando-se agora para Rosário, por

DESCIDA DAS CORDILHEIRAS

- Set/Out 69 -



Com a Div Portinho:


 2 Can - Ob 14
 Vão para Villa Rica
 Recolhem-se a Angustura
 em Nov 69.


 39 BA Pa'
 Em Assunção.
 Daí regresso a Humaitá

Santo Estanislau, deixando em São Joaquim um pequeno destacamento, não superior a 3.000 homens, sob comando do Cel Hermes da Fonseca.

— O 1º C Ex chegou a Capivari, tendo sido precedido pela Bda Cel Fidelis. Com esta GU estava o 2º R Prov A Cav (Cel Gama Lôbo D'Eça). Continuavam as dificuldades para os reabastecimentos.

Out 17/24 — O Dest. Gen Câmara iniciou operações sobre Belen-Cuê, que prosseguiram no rumo de Sanguinã-Cuê-Naranjai, dando lugar aos combates de Naraiguti (18 Out) e Itapitanguá (19 Out), em que tomaram parte a Bda Silva Tavares, três unidades de infantaria e uma bateria do 4º C P A. Reforços foram enviados à expedição norte: 9º, 12º, 13º BI; 35º e 36º B V P e 7ª Bda Cav (Cel Bento Martins).

23 — O 2º C Ex (Maj Vitorino) estava em Inácio-Cuê, ao sul de União, com o Gen Resin na vanguarda marchando pela estrada de São Joaquim a União; o Cel Carvalho, pela estrada do arroio Hondo a União, e os restantes, com êle, Vitorino, pela estrada Caraguataí a União. (*)

24/Nov 6 — O Major Martins empreendeu explorações no rumo de Taguati, derrotando forças inimigas e recolhendo, além de gado, grande número de refugiados.

26/Nov 2 — O Conde D'EU lançou o Cel Fidelis, com um destacamento de infantaria e cavalaria (sem artilharia) sobre Curuguati, o qual foi até a margem do Jejui, tendo travado combate a 28 em Curuguati, com forças inimigas que abandonavam a posição.

30 — O Ten-Cel Guerreiro Vitória, com o 18º CC lançado para a fronteira brasileira, atingiu a região de Bela Vista e guarneceu a linha do rio Apa.

31 — O 2º C Ex chegou a Vila do Rosário. O 1º R A Cav tornou-se um elemento de apoio às outras unidades que estavam em campanha, cedendo-lhes recursos para sua eficiência. (**)

Nov 8 — Deixou o acampamento de Capivari a Divisão Argentina, do Cel Calvet, que se recolheu a Rosário.

11 — Visando aligeirar as tropas que deviam operar sobre Curuguati, deixaram o acampamento de Capivari 5º B V P (27º, 40º, 46º, 50º e 53º), uma ala do B Eng, 2 corpos de cavalaria e parte do 1º G A Pé (uma bateria de canhões With, cal 12, e uma bateria de

(*) No dia 18 de outubro, o Brigadeiro Resin mandou a bateria de artilharia (40/1º R A Cav), os pontoneiros e o 17º C Cav, reunirem-se à força que estava no arroio Hondo. (Nota 35, à pág. 32, 5º Vol., Tasso Fragoso).

(**) Diz o Gen Leite de Castro, nas suas Memórias: "O 2º C Ex, em Rosário, tornou-se providencial para aquelas forças (as de perseguição a Lopez), por ter-lhes sempre fornecido todos os elementos de que precisavam e com os quais chegou-se a resolver o maior dos problemas — o da terminação da guerra".

foguetes), sendo conduzidos pelos brigadeiros Emílio Luiz Mallet e Hercúlo S. S. Pedra.

15 — O Dest. Hermes recebeu ordem para abandonar São Joaquim, aí permanecendo apenas um batalhão.

16/23 — O Conde D'EU lançou outra vez o Cel. Fidelis para a frente, até Itanara. Seu destacamento, composto de uma Bda Inf, 1 Bda Cav, uma ala do B Eng, contava com a 3ª Bateria do 2º R Prov A Cav (4 bôcas-de-fogo de montanha, La Hitte, cá 4 — Cap Rafael do Prado Pereira).

A 18 estava em CURUGUATI e a 23 no Jejui-mi.

Nov 19 — Dispensada pelo Gen PORTINHO, recolheu-se a Angustura a divisão de artilharia (2 canhões-obuses de 14) que integrava suas forças. O 17º BI ficou em Ascura, sendo substituído pelo 54º BVP.

— O 1º R A Cav estava acampado em Vila Rosário, sob o comando do Cel Severiano Fonseca (alterações do Cap Bormann).

21 — Chegou a Capivari o Destacamento Hermes.

23 — O Gen Osório deixou o Exército em Operações, para se recolher ao Rio Grande do Sul.

24 — Os Chefes das forças aliadas estabeleceram convênio para a redução de seus efetivos.

25/30 — Operações do Dest. Gen Câmara contra as forças de Romero, na região de Belén-Cuê. Tomaram parte a 3ª DI (Cel Paranhos), 7ª e 10ª Bda Cav e a 5ª Bia/4º CPA, com o Maj Clarindo de Queiroz, travando-se a 27 o combate de Cachito-Cuê, em que o inimigo sofreu sérias perdas. Diante da fuga do inimigo, o Destacamento retrocedeu para Taquarítá.

26 — Extinção dos Corpos de Exército e das Divisões de Cavalaria.

No intuito de diminuir as despesas e em harmonia com a nova fase em que entravam as operações, o Comandante-em-Chefe deu nova organização às suas forças; comanda ao S do Manduvirá o Ten-Cel POLIDORO; ao N, o Mal VITORINO. A expedição do norte, reforçada com mais 2 Bias, continuava ao comando do Brigadeiro Câmara; as forças do distrito de Curuguati ficavam às ordens do Brig José Auto, e as do Alto-Paraná, a cargo do Brig Portinho (Jourdan, pág. 221).

28 — Combate no Jejui-guaçu, entre a vanguarda do Cel Fidelis e os defensores do passo do Jejui, que estava guarnecido com 2 canhões e cerca de 500 homens. Foi ocupada a localidade de Igitimi, libertados cerca de 4.000 refugiados e incendiada uma pequena fábrica de pólvora. A 3ª/2º R A Cav só pôde ir até o Passo do Jejui-guaçu.

Dez 2 — O Comandante-em-Chefe, Conde D'EU, deslocou-se Potreiro Capivari para Curuguati.

— As forças em operações na região do Potreiro Capivari foram agrupadas em: 2ª DI (Cel Falcão), com 3 Bdas Inf. (2ª/Cel Vaz Porto, 8ª/Cel Deodoro e 10ª/Cel Hermes); 4ª Bda Cav (Cel Hipólito) com três corpos de cavalaria; e 2º Regimento Provisório de Artilharia a Cavalos (Cel Gama Lôbo D'Eça).

5 — Regressou a Conceição a expedição do General Câmara.

10 — Destacou-se para Curuguati a Bda Deodoro, seguida por duas baterias do 2º R Prov Art Cav, as quais chegaram a destino a 12.

14/17 — Seguiram para o passo do Ipané, frênteiro a TAQUATI o 31º BVP (Cel Assunção) e 2 bôcas-de-fogo do 4º CPA.

15 — O Cel Fidélis, que recebera ordem de regressar do Jeju-guaçu, deixou no Jejuí-mi um corpo de cavalaria; as forças restantes recolheram-se a Curuguati.

17 — Retirou-se de Vila Rosário a Divisão argentina do Cel Omedo, ficando só 4 corpos ao mando do Cel Calvet ("Cronologia da Guerra do Paraguai").

20/24 — Foram encaminhados para Taquati, onde ia ser instalado um depósito de viveres, sob o comando do Ten-Cel Mesquita da 7ª Brigada de Infantaria, o 14º BVP e mais duas bôcas-de-fogo do 4º Corpo Provisório de Artilharia.

23 — Reorganização das tropas ao N do Manduvirá, que constituirão uma Divisão Mista (Brig Câmara), com Bda Cav (5ª/Nuno Tavares, 6ª/Sabino e 7ª/Bento Martins) e duas DI: 1ª/Gen Pedro (1ª e 4ª Bda Inf) e 3ª/Cel Paranhos (3ª e 7ª Bda Inf). O 4º CPA é a unidade de artilharia (Maj Clarindo).

24 — Embarcou em Assunção, para a Argentina, o Gen Mitre levando tropas da GN ("Cronologia...").

25 — O Cel Bento Martins partiu de Conceição para Bela Vista a fim de cooperar na manobra final montada pelo Brig Câmara visando ao cerco das forças de Lopez, assinaladas em Panaderia. Com êle estavam o 17º C Cav e o 35º BVP.

26/30 — O Brig Câmara deixou Conceição, seguindo com o 15º BI, 22 homens da 5ª Bda Cav (Cel Silva Tavares), e mais 2 bôcas-de-fogo do 4º CPA, a reunir-se com o Cel Mesquita em Taquati.

31 — Com um pequeno destacamento formado pela Bda Mesquita (3 BI, 890 homens inf), 150 cavalarianos e 2 bôcas-de-fogo (do 4º CPA), o Brig Câmara iniciou uma expedição ao Rio Verde, onde atuava uma força paraguaia, sob o comando do Cel Genes.

1870

Jan 2/3 — Combate de Cambacibá — contra pequena força inimiga que defendia o passo do rio Verde, após o que a expedição retrocedeu para a região de São Pedro.

7 — O Conde D'EU transferiu seu QG para Rosário, deixando a cargo do Brig Auto Guimarães o comando das forças de Curuguati.

11 — Combate de Lamarugá, nas proximidades da vila de São Pedro, onde a expedição do Brig Câmara derrotou cerca de 600 inimigos comandados pelo Cel Genes, que foi aprisionado. A 12 retrocedeu para Taquati.

13 — O Conde D'EU chegou a Rosário.

14/18 — O Brig José Auto mandou reconhecer as estradas que levaram a Panadero e Cerro-Corá e a travessia da Serra de Maracaju, por onde passava Lopez com suas forças remanescentes.

18 ou 19 — Regresso do Brig Câmara a Conceição.

19 — Já estava em Bela Vista o Dest do Cel Bento Martins.

19 — Seguiram para Bela Vista o 1º C Cav e o 20º C Cav, daí regressando o 13º C Cav.

20 — Seguiram para o Passo do Barreto, no rio Aquidaban, como destacamento precursor, o 12º BI (Cunha Matos) e 4 bôcas-de-fogo do 4º CPA.

Fev 6 — Em Ofício ao Mar Vitorino Monteiro, era exposto o plano de manobra do Brig Câmara, para aprisionar Lopez — a cargo de dois grupamentos de forças.

8 — O Cel Mesquita, Cmt da 7ª Eda Inf — vanguarda do Destacamento Câmara saiu de Conceição para Bela Vista, a reunir-se ao Grupamento Norte, levando 2 BI (14º e 15º BI) e 4 bôcas-de-fogo do 4º CPA. O 12º RI marchou do Passo do Barreto para Bela Vista, sendo substituído no Passo do Barroso pelo 36º BVP.

9 — O Brig Câmara, acompanhado pelo Maj CLARINDO de QUEIROZ, Cmt do 4º CPA, deixou Conceição, levando o 13º BI e os 15º e 21º C Cav.

12 — O Conde D'EU nomeou o Cel Hermes da Fonseca Cmt da Fronteira do Baixo Paraguai, para onde seguira à testa de um pequeno destacamento, no vapor "Onix", visando a impedir a fuga de Lopez para a Bolívia.

13 — As forças do Brig Câmara chegaram ao rio Aquidaban e daí prosseguiram para Bela Vista, visando a atingir a região de Dourados, passando a fazer a vanguarda os 19º e 21º C Cav e o 13º BI.

14 — Partiu a 7ª Bda Inf (Cel Mesquita), com a bateria do 4º CPA.

15/19 — Reunidas as forças do Dest Câmara, chegaram até um ponto distante 3 léguas do seu destino, aí permanecendo até 21.

18 — Seguiram para o Passo do Barreto, com o Cel Paranhos, as forças do grupamento Sul: — 18º C Cav. 9º BI e 31º BVP, e 2 bôcas-de-fogo do 4º CPA — com o objetivo de atingir o Passo do Chiriguelo e, daí, Dourados, pelo sul. A 19 chegou ao Passo do Barreto, onde se lhe reuniram o 36º BVP e 2 bôcas-de-fogo do 4º CPA, que defendiam o referido passo.

O Brig Câmara recebeu uma mensagem do Cel Bento Martins, da qual foi o portador o Cap Pedro Rodrigues, dando-lhe ciência da posição em que se achava Lopez, (acampado em Cerro-Corá).

19 — Em consequência, resolveu retroceder, para tomar o rumo de Cerro-Corá, a aprazou o Cel Paranhos para se lhe reunir no arroio Negla.

Enviou a Bento Martins uma ala do 13º BI e 2 bôcas-de-fogo (TF, pág. 148 — 5º vol.).

20 — O Cel Hermes da Fonseca chegou a Corumbá e assumiu o comando da Brigada de 1.650 homens. que devia guarnecer a fronteira do Baixo Paraguai. Desta fazia parte o 5º B A Pé.

O grupamento Bento Martins marchou de Bela Vista para Fazenda Machorra, e daí para Colônia Miranda (que atingiu a 24), Dourados (a 26, à noite) e Ponta Porã, onde chegou a 27.

25 — O Brig Câmara e o Cel Paranhos fizeram junção no arroio Negla.

26 — O Brig Câmara avançou para Cerro-Corá. a fim de surpreender e aprisionar Lopez, fazendo a vanguarda a tropa de Cav do Cel Silva Tavares, reforçada pelo 9º BI (Maj Floriano Peixoto).

28 — O Dest atingiu o arroio Guassu. A fim de apressar a marcha, o Cel Paranhos, que marchava com o grosso, recebeu ordem de deixar atrás a artilharia (bateria do 4º CPA), protegida pela ala do 13º BI — avançando com as demais unidades de infantaria.

Fev 28/Mar 1 — Ataque ao passo Taquara.

Mar 1 — Os brasileiros transpuseram o Aquidaban, atacando Lopez e sua comitiva em Cerro-Corá, e derrotando-os com a morte do ditador e de várias personalidades de sua comitiva.

2 — O grupamento Bento Martins atingiu a boca da picarla de Capivari, seu objetivo, e daí avançou até Chiriguelo, completando o cerco ao acampamento de Cerro-Corá e aprisionando os elementos retardatários, em fuga.

SITUAÇÃO NO FINAL DA GUERRA

- Mar 70 -



19 RA Cav

Cmd: Cel Severiano da Fonseca
Em ROSÁRIO



29 R Prov A CoV

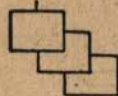
Cmd: Ten Cel Gama Lobo d'Eça
Em CURUGUATI

Recolhe-se o Rosário em 3 Mar 70



49 Corpo Prov de Art Cav

Cmd: Maj Clarindo de Queiroz



Em ASSUNÇÃO



1/2

Com o Gpt
Paranhos
(6 peças)



1/2 Bta
(2 peças)

Com o Gpt
B. Martins



Reserva
(em CONCEIÇÃO)



19 BA Pa

ANGUSTURA



39 BA Pa

ASSUNÇÃO

As forças que combateram em Cerro-Corá iniciaram a marcha de regresso a Conceição, conduzindo prisioneiros e petrechos de guerra tomados aos paraguaios.

3 — O Brig Auto Guimarães foi nomeado Comandante das forças do S do Manduvirá. Chegou a Rosário o grosso do destacamento de Curuguati, comandado pelo Brig José Auto, e com êle o 2º Regimento Prov A Cavalo (Cel Gama Lôbo D'Eça).

Em Curuguati ficaram 2 BI e 1 RC, sob o comando do Cel Deodoro da Fonseca (sem Art).

5 — Chegou a Assunção a notícia da morte de Lopez e do término da guerra.

10 — Chegaram ao Passo do Barreto, no Aquidaban, as forças do Brig Câmara.

17 — Pelo vapor "Tycho Brae" chegou ao Rio de Janeiro a notícia do final da guerra.

19 — O Ministro da Guerra expediu aviso ao Conde D'EU, com a ordem de passar o comando ao Marechal-de-Campo Vitorino Monteiro e, na falta dêste, ao Marechal-de-Campo Visconde de Pelotas, e regressar.

— Foram extintas diversas repartições e a Brigada de Artilharia (*).

— Foi dissolvido o 2º R Prov A Cavalo.

Abr 8 — O Gen Caballero, último remanescente das forças paraguaias, rendeu-se ao Maj Francisco Xavier, na região de Dourados.

13 — Partiu de Assunção para Humaitá o Conde D'EU.

16 — O Conde D'EU passou o comando ao Marechal-de-Campo Câmara, e a 17 embarcou no vapor "Galgo", para o Rio de Janeiro, onde chegou a 29 (Diário do Exército, pág. 283) (**).

NOTA ESPECIAL N. 13 — SOBRE A ATUAÇÃO DA ARTILHARIA EM 69/70

Conquanto as ações desenroladas depois do combate da picada de Caaguizuru, a 18 Agô 1869, pouco tenham exigido da Artilharia, continuou esta arma a integrar os destacamentos e expedições que buscavam os remanescentes de Lopez e suas forças, pelo nordeste do Paraguai.

Devido à insuficiência de suprimentos, nas Cordilheiras, entre Set e Nov 69, as unidades de artilharia foram levadas para localidades

(*) Vide Nota Especial n. 13 e esquema.

(**) Aqui termina o "Diário do Exército".

próximas das bases de operações ou para estas bases (Angustura, Assunção, Rosário, Conceição), como se vê no esquema anexo.

A 1 de março de 1870, data em que Lopez foi cercado e morto em Cerro-Corá (cabeceras do rio Aquidaban), o dispositivo das unidades de artilharia, no Paraguai, era mais ou menos o seguinte: Em Rosário, o 1º Regimento de Artilharia a Cavalo (Cel Severiano da Fonseca).

Em operações com o Dst Brig Câmara:

- o 4º CPA, menos uma bateria, sob o comando do Maj Clarindo de Queiroz, com a coluna Paranhos, cuja vanguarda liquidou com os remanescentes de Lopez, antes que a artilharia pudesse entrar em ação;
- com a coluna do Cel Bento Martins, que contornou de Bela Vista, pelo sul mato-grossense, rumo a Ponta Porã, para fechar a picada do Chiriguelo (aí chegando a 2 Mar 70), uma bateria (menos 2 peças) do 4º CPA;
- em Conceição, em reserva, uma bateria do 4º CPA.

Em Curuguati, com o Dest Gen Auto Guimarães, o 2º R Prov Art Cavalo (Ten-Cel Gama Lôbo D'Eça), cuja 3ª bateria esteve em operações no Jejuí, com a Exped Cel Fidélis (*).

O 1º B A Pé guarnecia Angustura, tendo alguns elementos em Rosário.

O 3º B A Pé guarnecia Assunção.

Parte do 4º CPA, que guarnecia Areguá e localidades da via férrea, foi levada provavelmente para Assunção.

ACONTECIMENTOS POSTERIORES AO TÉRMINO DA GUERRA DO PARAGUAI

1870

Jun 9 — O 1º R A Cav embarcou em Montevideu, nos vapores "Guaicuru" e "Alice", com 20 oficiais e 614 praças, sob o comando do Maj José Tomás Teodósio Gonçalves, com destino a Porto Alegre (R G do Sul).

Agô 3 — O 3º B A Pé, com 24 oficiais e 359 praças, sob o comando do Maj Adriano Xavier Oliveira Pimentel, foi repatriado para o Rio de Janeiro, a bordo do vapor "Galgo".

6 — O 1º B A Pé, com 25 oficiais e 393 praças, sob comando do Cel Manuel Deodoro da Fonseca, embarcou em Montevideu, com destino ao Rio de Janeiro, no vapor "Vassimon".

— O 3º B A Pé seguiu para Belém (Pará).

(*) O 2º R Prov A Cav recolheu-se a Rosário em 3 Mar 70, sendo dissolvido

Set 1 — O Marechal Câmara, em Humaitá, passou o comando das forças de ocupação ao Brig José Auto da Silva Guimarães.

12 — Integrava a Divisão de Ocupação do Paraguai, e a 1ª Brigada (comandada pelo Brig Frederico A. de Mesquita) estacionada em Humaitá, o 4º Corpo Provisório de Artilharia (Maj Ernesto Augusto da Cunha Matos). (Tasso Fragoso, 5º vol., anexo I).

Dez 6 — O Cel Manuel Deodoro da Fonseca era nomeado Comandante do 1º R A Cav.

1871

Mar 1 — O 3º B A Pé embarcou em Belém (Pará), com destino à Província do Amazonas, chegando a 8 a Manaus, sua nova sede.

— Segundo o Almanaque do Exército de 1871, (o primeiro publicado desde 1868 e após a Guerra do Paraguai), eram as seguintes as Unidades de Artilharia e os respectivos Comandantes: 1º Regimento de Artilharia a Cavalo — provisoriamente em Porto Alegre — Rio Grande do Sul — Cel Manuel Deodoro da Fonseca; 1º Batalhão de Artilharia a Pé — Fortaleza de Santa Cruz — barra do Rio de Janeiro — Cel Severiano da Fonseca; 2º Batalhão de Artilharia a Pé — Corumbá — Mato Grosso — Ten-Cel Gama Lôbo D'Eça; 3º Batalhão de Artilharia a Pé — Manaus — Amazonas — Ten-Cel João Evangelista Neri da Fonseca; 4º Batalhão de Artilharia a Pé (antigo 4º Corpo Provisório de Artilharia) — em Humaitá (Paraguai) — Cel Hermes Ernesto da Fonseca; 5º Batalhão de Artilharia a Pé — provisoriamente no Rio de Janeiro — Ten-Cel José Angelo de Moraes Rêgo.

1872

Jan 15 — O 5º B A Pé embarcou para a Província da Bahia, sob o comando do Ten-Cel José Clarindo de Queiroz, chegando a Salvador a 19.

1873

— O 1º R A Cav, sob o comando do Cel Manuel Deodoro da Fonseca, marchou de Porto Alegre para São Gabriel, recolhendo-se à sua tradicional caserna do passo do Vacacaí, precedido pela banda de música organizada pelo Major Leite de Castro, fiscal da Unidade.

Agô 20 — O 5º B A Pé, sob o comando do Ten-Cel José Angelo de Moraes Rêgo, embarcou na Bahia, com destino ao Pará.

1874

Abr 18 — Na reorganização da Artilharia (Dec 55.961), foram criados os 2º Regimento de Artilharia a Cavalo, por desdobramento do 1º B A Pé e 3º Regimento de Artilharia a Cavalo, por mudança de designação do 4º B A Pé.

O 5º B A Pé recebeu nova designação de 4º B A Pé, devendo guarnecer as fortificações do Pará, Bahia e Pernambuco, segundo as necessidades do serviço.

Mai 1 — Instalou-se no quartel de São Cristóvão o 2º R A Cav, 4 baterias, sob o comando do Cel Severiano Martins da Fonseca, sendo formado das 1ª, 2ª, 7ª e 8ª baterias do 1º B A Pé.

1874

(Começos) — Desceu de Corumbá para Assunção, fazendo parte da Divisão de Ocupação do Paraguai e da 2ª Bda, o 2º Batalhão de Artilharia a Pé.

Dez 10 — O Cel Gama Lôbo D'Eça substituiu o Cel Deodoro da Fonseca no comando do 1º R A Cav.

1876

Mai 3 — As forças brasileiras de ocupação do Paraguai (então uma Brigada) começaram a abandonar Assunção.

— O 3º R A Cav e o 2º B A Pé deixaram o território paraguaio, recolhendo-se aquêle ao acampamento Couto de Magalhães, nas vizinhanças de Cuiabá, e a outra Unidade à sua sede, em Corumbá.

1880

Mai 24 — Primeira comemoração, em Porto Alegre, da Batalha de Tuiuti, sendo homenageado especial o Gen Emilio Luiz Mallet.

Jul 25 — O Cel José Clarindo de Queiroz foi nomeado comandante do 3º R A Cav, provisoriamente em Cuiabá, Mato Grosso.

1882

(fins) — O 3º R A Cav deslocou-se de Cuiabá para Curitiba (Paraná), onde chegou a 1 de dezembro, sob o comando do Cel Clarindo de Queiroz, aquartelando no Depósito de Artigos Bélicos.

— O Marechal-de-Campo Emilio Luiz Mallet, ao deixar o cargo de Inspetor dos Corpos de Artilharia e Cavalaria do R'io Grande do Sul, com sede em São Gabriel, despediu-se de seu glorioso "1º Regimento de Artilharia a Cavalô".

1885

Mai 30 — Deixou o serviço ativo o Ten-Gen Emilio Luiz Mallet, sendo reformado no pôsto de Marechal.

1886

Jan 2 — Morreu no Rio de Janeiro o Marechal Ref EMÍLIO LUIZ MALLET, atual "Patrono da Arma de Artilharia".

PUBLICAÇÕES

Recebemos e agradecemos as seguintes publicações :

DE PAÍSES AMIGOS

- | | |
|--|--|
| "TAM" (Terre-Air-Mer) — Paris, França | "Revista de las Fuerzas Armadas de la Nación" — Assunção, Paraguai |
| "Révue de Défense Nationale" — Paris, França | "Revista de Publicaciones Navales" — Buenos Aires, Argentina |
| Edição da Embaixada da França no Brasil : | "Revista del Suboficial" — Buenos Aires, Argentina |
| — "A França em Revista" | "Revista del Circulo Militar" — Buenos Aires, Argentina |
| — "A França e o Mundo" | "Guarda-Costas" — Buenos Aires, Argentina |
| — "Boletim de Notícias Francesas" | "Manual de Informaciones" — Buenos Aires, Argentina |
| "Ejercito" — Madri, Espanha | "Ejercito" — Guatemala |
| "Guión" — Madri, Espanha | "Revista de las Fuerzas Armadas de Venezuela" — Caracás |
| "Beina Negra" — Madri, Espanha | "Military Review" (edição brasileira) — Fort Leavenworth (EUA) |
| "Rivista Militare" — Roma, Itália | "Revista de las Fuerzas Armadas Equatorianas" — Quito, Equador |
| "Revista Militar" — Lisboa, Portugal | "Revista de las Fuerzas Armadas" — São Domingos, Rep Dominicana |
| "Jornal do Exército" — Lisboa, Portugal | |
| "Educação Física, Desportos, Saúde Escolar" — Lisboa, Portugal | |
| "Memorial del Ejercito de Chile" — Santiago do Chile | |
| "Armas y Servicios" (Revista del Suboficial) — Santiago do Chile | |

NACIONAIS

- | | |
|--|---|
| "Revista Militar Brasileira" | "Informações Estratégicas" — Sherman Kent (Bibliex) |
| "Revista Marítima Brasileira" | "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais" — Vol X |
| "Mar" (Clube Naval) | "Boletim Industrial" — Bahia |
| "Carta Mensal" (CNC — SESC) | "Sudene" — Boletim de Estudos de Pesca — Recife, PE |
| "O Brasil na 2ª Guerra Mundial" — Raul Mattos A. Simões (Bibliex). | |
| "A Guerra das Ocasões Perdidas" — A. Goutard (Bibliex). | |

PROBLEMA DE DESIGNAÇÃO ÓTIMA

Cap Int

RAIMUNDO NONATO BORGES

O problema de Designação Ótima é um caso particular do problema de transportes, e, o mais simples dos problemas de Programação Linear. Este tipo de problema admite várias formulações, conforme o caso; dentre os quais adotaremos a seguinte:

"Suponhamos a existência de n tarefas a serem executadas por n operários, de modo tal que, cada operário execute uma única tarefa, a um certo custo unitário ou em certo número de unidades de tempo. Isto é, o operário "i" executa a tarefa "j" ao custo ou no tempo " c_{ij} "; $i, j = 1, 2, 3, \dots, n$; "de modo que o custo total seja mínimo".

Matematicamente o problema pode ser formulado nos seguintes termos: "Dada a matriz quadrada de ordem n chamada Matriz de Classificação (A_0), (aqui representada pelo seu elemento genérico a_{ij}), onde a_{ij} assumirá ou poderá assumir valores iguais ou maiores que zero e até n), determinar outra matriz quadrada da mesma ordem n , chamada Matriz de Permutação ou Matriz de Designação X (aqui representada pelo seu elemento genérico x_{ij}) cujos elementos satisfaçam às restrições:

Dada $A_0 = [a_{ij}]$; $a_{ij} > 0, 1, 2, \dots, n$.

Achar $X = [x_{ij}]$;

a) $x_{ij} = x_{ij}^2$; $x_{ij} = 1$

b) $\sum_{i=1}^n x_{ij} = \sum_{j=1}^n x_{ij} = 1$

c) $C = \sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^n a_{ij} \cdot x_{ij} = \text{Mínimo}$ (isto é, um conjunto de n elementos de A_0 , um só de cada linha ou coluna).

Método de resolução:

O problema de designação ótima poderá ser resolvido por um dos seguintes métodos de resolução: Método Simplex, Amarelinha, ou Modi, contudo, para evitar o grande volume de cálculos adotados por qualquer um destes métodos foram desenvolvidos processos especiais mais simples e capazes de nos dar mais rápido, uma solução ótima.

Usaremos, portanto, o Método de Resolução denominado "Método Húngaro", mercê da sua simplicidade e da sua eficiência.

Exemplo: Sejam quatro operários de uma fábrica que devem desempenhar suas funções operando quatro máquinas, de modo que o custo

total de operação seja mínimo. O custo operacional de cada operário por máquina, para a mesma unidade de tempo é dado pelo quadro abaixo:

$A_0 =$

| Máquina Operário | 1 | 2 | 3 | 4 |
|---------------------|---|-----|---|---|
| A | 4 | 3 | 5 | 5 |
| B | 3 | 2 * | 2 | 4 |
| C | 5 | 4 | 4 | 3 |
| D | 3 | 4 | 4 | 5 |

A resolução compreende as seguintes fases:

a) Exame das colunas ou das linhas da matriz A_0 (matriz de classificação, identificando-se o menor dos seus elementos);

b) Construção de uma nova matriz A_1 em que cada elemento seja a diferença entre o elemento da matriz A_0 e o seu menor elemento (identificado no item a); isto é, $a^1_{ij} = a^0_{ij} - u_i$;

c) Identificação das linhas e das colunas que contêm todos os elementos nulos da matriz A_1 ;

d) Se tôdas as linhas e tôdas as colunas contiverem pelo menos "um" elemento nulo, as posições ocupadas por êstes elementos na matriz A_0 constitui a solução ótima procurada;

e) Se no entanto, o número de linhas ou de colunas que contêm todos os elementos nulos da matriz A_1 , fôr inferior à ordem da matriz, haverá necessidade de:

f) Determinar quem (se linhas ou colunas) em menor número, contêm todos os elementos nulos da matriz A_1 ;

g) Identificar, circunscrevendo com traços interrompidos as linhas ou colunas, que em menor número, contiverem todos os elementos nulos da matriz A_1 ;

h) Identificar o "menor" elemento das linhas ou colunas restantes da matriz A_1 (não circunscritos);

i) Construir uma nova matriz A_2 cujos elementos sejam os elementos circunscritos repetidos, e, os restantes sejam a diferença entre os elementos da matriz A_1 e o menor dos seus elementos identificado no item "h";

j) O processo continua até que tenhamos u'a matriz na qual o número de linhas e de colunas que contêm todos os elementos nulos seja igual à dimensão da matriz A_0 .

SOLUÇÃO

Voltando ao nosso exemplo numérico apresentado à página anterior, teremos:

- a) O menor elemento da matriz de Classificação $A_0 = 2$;
 b) A matriz A_1 terá seu elemento genérico obtido da seguinte forma: $a^1_{ij} = a^0_{ij} - 2$; e será a matriz abaixo:

$A_1 =$

| Máquina Operário | 1 | 2 | 3 | 4 |
|---------------------|-----|---|---|-----|
| A | 2 | 1 | 3 | 3 |
| B | : 1 | 0 | 0 | 2 : |
| C | 3 | 2 | 2 | 1 |
| D | 1 | 2 | 2 | 3 |

c) Identificação das linhas e colunas que contêm todos os elementos nulos da matriz: linha B e colunas 2 e 3;

d) Identificação e circunscrição da linha B;

e) Identificação do menor elemento das linhas e colunas restantes: (que é o n. 1);

f) Construção de uma nova matriz A_2 , na qual a linha que contém os elementos nulos da matriz A_1 são repetidos e os elementos restantes são obtidos pela diferença entre os elementos genéricos da matriz A_1 e o seu menor elemento; isto é, $a^2_{ij} = a^1_{ij} - v_i$;

$A_2 =$

| Máquina Operário | 1 | 2 | 3 | 4 |
|---------------------|---|---|---|---|
| A | 1 | 0 | 2 | 2 |
| B | 1 | 0 | 0 | 2 |
| C | 2 | 1 | 1 | 0 |
| D | 0 | 1 | 1 | 2 |

g) Como tôdas as linhas e colunas da matriz A_2 têm pelo menos um elemento nulo, esta matriz constitui a solução ótima, cujos valores reais devemos substituir, tomando-os da matriz A_0 . A solução ótima será pois:

| Máquina Operário | 1 | 2 | 3 | 4 |
|---------------------|---|---|---|---|
| A | | 3 | | |
| B | | | 2 | |
| C | | | | 3 |
| D | 3 | | | |

Que poderá ser expressa da seguinte forma:

- operário A para a máquina 2 ao custo 3
- operário B para a máquina 3 ao custo 2
- operário C para a máquina 4 ao custo 3
- operário D para a máquina 1 ao custo 3, donde tiramos o custo total igual a 11 unidades monetárias.

EXERCÍCIO

A fábrica de eletrodomésticos "Alfa" desejando reduzir os seus custos de produção testou dez dos seus operários por dez máquinas, de modo tal que todos êles operassem tôdas as máquinas. Ao fim do teste a análise dos tempos de operação de cada operário por máquina forneceu o quadro abaixo. Pede-se a distribuição ótima de funções que minimiza o tempo total.

$A_0 =$

| Máquina Operário | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
|---------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|
| A | 4 | 4 | 3 | 5 | 4 | 5 | 4 | 5 | 4 | 6 |
| B | 5 | 4 | 5 | 3 | 4 | 4 | 6 | 4 | 6 | 4 |
| C | 2 | 4 | 5 | 5 | 4 | 4 | 4 | 3 | 4 | 4 |
| D | 5 | 5 | 3 | 4 | 4 | 3 | 6 | 2 | 3 | 5 |
| E | 4 | 4 | 5 | 4 | 3 | 5 | 5 | 4 | 5 | 7 |
| F | 7 | 3 | 6 | 5 | 6 | 4 | 6 | 3 | 4 | 6 |
| G | 6 | 5 | 4 | 7 | 4 | 5 | 4 | 5 | 3 | 5 |
| H | 4 | 6 | 3 | 5 | 4 | 3 | 5 | 3 | 4 | 2 |
| I | 4 | 6 | 5 | 4 | 6 | 3 | 5 | 5 | 6 | 4 |
| J | 5 | 4 | 6 | 5 | 4 | 4 | 3 | 4 | 5 | 4 |

Solução:

- Identificação do menor elemento da matriz A_0 ;
- Construção da matriz A_1 ;

$A_1 =$

| Máquina Operário | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
|---------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|
| A | 2 | 2 | 1 | 3 | 2 | 3 | 2 | 3 | 2 | 4 |
| B | 3 | 2 | 3 | 1 | 2 | 2 | 4 | 2 | 4 | 2 |
| C | 0 | 2 | 3 | 3 | 2 | 2 | 2 | 1 | 2 | 2 |
| D | 3 | 3 | 1 | 2 | 2 | 1 | 4 | 0 | 1 | 3 |
| E | 2 | 2 | 3 | 2 | 1 | 3 | 3 | 2 | 3 | 5 |
| F | 5 | 1 | 4 | 3 | 4 | 2 | 4 | 1 | 2 | 4 |
| G | 4 | 3 | 2 | 5 | 2 | 3 | 2 | 3 | 1 | 3 |
| H | 2 | 4 | 1 | 3 | 2 | 1 | 3 | 1 | 2 | 0 |
| I | 2 | 4 | 3 | 2 | 4 | 1 | 3 | 3 | 4 | 2 |
| J | 3 | 2 | 4 | 3 | 2 | 2 | 1 | 2 | 3 | 2 |

c) Identificação das linhas C, D, H, que contêm todos os elementos nulos da matriz A_1 , e do seu menor elemento não pertencente às referidas linhas;

d) Construção da matriz A_2 .

$A_2 =$

| Máquina Operário | | | | | | | | | | |
|---------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| A | 1 | 1 | 0 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 3 |
| B | 2 | 1 | 2 | 0 | 1 | 1 | 3 | 1 | 3 | 1 |
| C | 0 | 2 | 3 | 3 | 2 | 2 | 2 | 1 | 2 | 2 |
| D | 3 | 3 | 1 | 2 | 2 | 1 | 4 | 0 | 1 | 3 |
| E | 1 | 1 | 2 | 1 | 0 | 2 | 2 | 1 | 2 | 4 |
| F | 4 | 0 | 3 | 2 | 3 | 1 | 3 | 0 | 1 | 3 |
| G | 3 | 2 | 1 | 4 | 1 | 2 | 1 | 2 | 0 | 2 |
| H | 2 | 4 | 1 | 3 | 2 | 1 | 3 | 1 | 2 | 0 |
| I | 1 | 3 | 2 | 1 | 3 | 0 | 2 | 2 | 3 | 1 |
| J | 2 | 1 | 3 | 2 | 1 | 1 | 0 | 1 | 2 | 1 |

A solução ótima é dada pela matriz A_2 e pode ser expressa nos seguintes termos:

o operário A para a máquina 3 com 3 unidades de tempo,
 o operário B para a máquina 4 com 3 unidades de tempo,
 o operário C para a máquina 1 com 2 unidades de tempo,
 o operário D para a máquina 8 com 2 unidades de tempo,
 o operário E para a máquina 5 com 3 unidades de tempo,
 o operário F para a máquina 2 com 3 unidades de tempo,
 o operário G para a máquina 9 com 3 unidades de tempo,
 o operário H para a máquina 10 com 2 unidades de tempo,
 o operário I para a máquina 6 com 3 unidades de tempo, e,
 o operário J para a máquina 7 com 3 unidades de tempo; donde o tempo total de 27 unidades.

"DUAL" DO PROBLEMA DE DESIGNAÇÃO ÓTIMA

Apresentaremos agora o dual do problema de designação ótima, que pode ser matematicamente formulado nos seguintes termos:

Dada a matriz $A_0 = [a_{ij}]$; $a_{ij} > 0, 1, \dots, n$.

Achar a matriz $X = [x_{ij}]$; com as restrições:

a) $x_{ij} = x_{ij}^2$;

b) $\sum_{i=1}^n x_{ij} = \sum_{j=1}^n x_{ij} = 1$

c) $C = \sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^n a_{ij} x_{ij} = \text{Máximo}$

Praticamente o problema será tratado do seguinte modo:

- Identificação do maior elemento da matriz A_0 ;
- Subtração, de todos os elementos da matriz A_0 , do maior dos seus elementos (identificado no item anterior);
- Troca de sinais de todos os elementos da matriz A_1 ;
- Determinação da designação ótima que minimiza a função correspondente à matriz A_1 ;

Exemplo:

Suponhamos 6 operários que desejamos distribuir por seis máquinas, de modo tal que o lucro total seja máximo. O quadro abaixo nos dá o lucro de cada operário por máquina, na mesma unidade de tempo.

$A_0 =$

| Máquina Operário | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
|---------------------|---|---|---|---|---|---|
| A | 3 | 2 | 3 | 3 | 4 | 2 |
| B | 2 | 4 | 4 | 2 | 3 | 3 |
| C | 4 | 3 | 5 | 3 | 2 | 4 |
| D | 5 | 4 | 3 | 3 | 5 | 2 |
| E | 2 | 3 | 3 | 2 | 3 | 3 |
| F | 3 | 2 | 3 | 4 | 2 | 4 |

Solução:

a) Identifica-se o maior elemento da matriz A_0 , que é o número 5;

b) Constrói-se a matriz A_1 , cujo elemento genérico a_{1j} é dado pela diferença entre o elemento genérico de A_0 e o maior dos elementos da referida matriz A_0 ;

$A_1 =$

| Máquina Operário | | | | | | |
|---------------------|----|----|----|----|----|----|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| A | -2 | -3 | -2 | -2 | -1 | -3 |
| B | -3 | -1 | -1 | -3 | -2 | -2 |
| C | -1 | -2 | 0 | -2 | -3 | -1 |
| D | 0 | -1 | -2 | -2 | 0 | -3 |
| E | -3 | -2 | -2 | -3 | -2 | -2 |
| F | -2 | -3 | -2 | -1 | -3 | -1 |

c) Troca dos sinais de todos os elementos da Matriz;

$A_2 =$

| Máquina Operário | | | | | | |
|---------------------|-----|---|---|---|---|-----|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| A | 2 | 3 | 2 | 2 | 1 | 3 |
| B | 3 | 1 | 1 | 3 | 2 | 2 |
| C | : 1 | 2 | 0 | 2 | 3 | 1 : |
| D | : 0 | 1 | 2 | 2 | 0 | 3 : |
| E | 3 | 2 | 2 | 3 | 2 | 2 |
| F | 2 | 3 | 2 | 1 | 3 | 1 |

d) Identificação e circunscrição das linhas que contêm todos os elementos nulos da matriz A_2 ;

e) Identificação do menor elemento da matriz A_2 , não pertencente às linhas circunscritas;

f) Construção da matriz A_3 cujo elemento genérico é obtido pela diferença entre o elemento genérico da matriz A_2 e o menor dos seus elementos;

$A_3 =$

| Máquina Operário | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
|---------------------|-----|---|---|---|---|-----|
| A | : 1 | 2 | 1 | 1 | 0 | 2 : |
| B | : 2 | 0 | 0 | 2 | 1 | 1 : |
| C | : 1 | 2 | 0 | 2 | 3 | 1 : |
| D | : 0 | 1 | 2 | 2 | 0 | 3 : |
| E | 2 | 1 | 1 | 2 | 1 | 1 |
| F | : 1 | 2 | 1 | 0 | 2 | 0 : |

g) Identificação das linhas A, B, C, D e F que contêm todos os elementos nulos da matriz;

h) Identificação do menor elemento da matriz A_3 , não pertencente às linhas circunscritas;

i) Construção da matriz A_4 ;

$A_4 =$

| Máquina Operário | | | | | | |
|---------------------|---|---|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| A | 1 | 2 | 1 | 1 | 0 | 2 |
| B | 2 | 0 | 0 | 2 | 1 | 1 |
| C | 1 | 2 | 0 | 2 | 3 | 1 |
| D | 0 | 1 | 2 | 2 | 0 | 3 |
| E | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| F | 1 | 2 | 1 | 0 | 2 | 1 |

A solução ótima está contida na matriz A_4 e corresponde à seguinte distribuição:

- operário A para a máquina 5,
- operário B para a máquina 2,
- operário C para a máquina 3,
- operário D para a máquina 1,
- operário E para a máquina 6 e
- operário F para a máquina 4.

O lucro total será igual a:

$$\sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^n a_{ij} = 4 + 4 + 5 + 5 + 3 + 4 = 25$$

REPRESENTANTE!

A Revista precisa manter ligação mais constante e íntima com o senhor. Pretende fazê-lo, mas necessita da sua máxima cooperação. Assim, para iniciarmos nova fase de entendimento entre a Redação e o Representante, pedimos-lhe comunicar-se conosco, com a possível brevidade e preferentemente por carta, informando-nos detalhadamente da situação da Revista na sua Unidade. Esperamos, também, a sua colaboração não somente no tocante a sugestões para melhoria da nossa "A Defesa Nacional", como também no envio de matéria para publicação. Estamos às ordens, aguardando sua palavra.

DA NECESSIDADE DE SE CRIAR E APERFEIÇOAR INSTALAÇÕES DE TELEVISÃO PARA A EDUCAÇÃO

Um depoimento de equipe preparado na Associação Nacional de Educação (EUA), por seu Departamento de Educação Audiovisual e apresentado pelo Dr. Harold E. Wigren, consultor em Televisão Educativa da referida Associação. Esse depoimento foi elaborado para uma Comissão do Congresso Americano encarregada de estudar lei de auxílio à Televisão Educativa. Washington DC, fevereiro de 1961.

(Tradução do Gen Bda Ref Taunay D. Coelho Reis)

Senhor Presidente e senhores Senadores membros da Comissão: Apresento este depoimento em nome da Associação Nacional de Educação e do Departamento de Educação Audiovisual da referida Associação. A Associação Nacional de Educação compreende mais de 7 milhões de membros dos quais 1.450.000 estão inscritos em seus 22 Departamentos e Comissões incluindo professores e administradores em escolas elementares, de nível médio e superiores dos Estados Unidos. A Associação Nacional de Educação é a maior organização profissional existente no mundo e a única de âmbito nacional, congregando os professores, no País. O Departamento de Educação Audio-Visual com 5.000 membros espalhados por 50 Estados é um de seus Departamentos. A maioria dos componentes do Departamento de Educação Audio-Visual têm por missão ajudar os professores a melhorar a qualidade do ensino, nas organizações em que trabalham. Uma maneira de cumprir essa tarefa é facilitar uma melhor utilização dos diversos tipos de recursos e meios auxiliares do ensino tais como: cinema, gravadores de fita, máquinas de ensinar, rádio e televisão. Os elementos que trabalham nesse Departamento têm consciência de que seu trabalho é vital e essencial ao magistério e ao aprendizado no País. Atualmente os professores precisam de muitos meios auxiliares, ferramentas de que já vêm se utilizando, em larga escala, no sentido de aumentar a eficácia do ensino e fazer experiências que, sem seu concurso, não seriam possíveis.

A TV Educativa é atualmente o mais importante de todos os instrumentos à disposição do mestre e o que parece causar im-

pressões mais vigorosas. Os professores das 50 cidades que já possuem estações de televisão educativa (fevereiro de 1961) (1) em funcionamento, estão sempre dispostos a ressaltar as numerosas vantagens decorrentes de sua utilização nos programas educacionais.

A televisão tem comprovado sua grande eficácia:

— como meio de possibilitar a apresentação, na sala de aula, de recursos e demonstrações que, sem ela, não poderiam ser apresentados;

— como um meio de possibilitar que numerosas escolas, classes e alunos tenham acesso aos melhores mestres;

— como meio de proporcionar educação aos que trabalham, cursos para aperfeiçoar professores sem afastá-los de suas tarefas normais, possibilitando o aprimoramento da qualidade da educação no interior do país;

— como um meio de possibilitar a recordação de matéria difícil de aprender e ensinar;

— como meio de ampliar e aproximar uma demonstração de modo que todos os estudantes possam ver como se estivessem na primeira fila de carteiras;

— como um meio de permitir que muita gente possa compartilhar os dotes e usufruir o convívio de pessoas de talento excepcional;

— como um meio de elevar o nível da educação sem impor-lhe um teto e, deste modo, elevar o padrão do ensino, em todas as comunidades ao alcance das ondas de uma estação de televisão educativa;

— como motivador e estimulador extraordinário do aprendizado, criando interesse e excitando a curiosidade em torno do que deve ser aprendido;

— como um meio de manter, tanto os estudantes como os professores, a par dos novos aperfeiçoamentos nas matérias do currículo de modo que se conservem atualizados;

— como meio de levar às escolas uma cobertura imediata dos fatos, quase tão pronta quanto a ocorrência dos mesmos;

— como instrumento insuperável na educação de adultos através cursos especiais, com ou sem diploma; em programas culturais e informativos; em programas em que se apresentem destacados músicos, artistas mestres ou orquestras sinfônicas; e finalmente proporcionar um fórum público através do qual os problemas e os fatos que interessam à coletividade podem ser discutidos.

A despeito de suas qualidades, a verdade é que várias regiões do País não têm ainda acesso à televisão educativa. Muitas cidades beneficiadas, com reserva de canais, ainda não foram capazes de angariar os fundos iniciais necessários para adquirir o transmissor

(1) Nota do tradutor — Hoje, seu número é superior a 150.

em mesmo instalações de televisão em circuito fechado). Do mesmo modo muitos Estados têm sido prejudicados por sua incapacidade de enfrentar os pesados custos iniciais indispensáveis para dar às cidades a colocar em funcionamento ou aperfeiçoar as instalações mínimas que já foram capazes de montar, por conta própria. É nas regiões de nossa Pátria que ainda não dispõem de televisão educativa. — Aquêles Estados que ainda não foram capazes de assumir os ônus ou mesmo participar de maneira suficiente as iniciativas surgidas em seu território para concretização de estações transmissoras — que se manifesta, com mais urgência, a necessidade da legislação constante da Lei 205 do Senado. O custo de uma estação de televisão educativa é avaliado em aproximadamente dez vezes (2) o de uma estação de rádio FM de alcance similar, 30 milhas.

De acôrdo com uma destacada autoridade em instalações e equipamentos de televisão o Dr. Philip Lewis do Departamento de Material de Instrução da Secretaria de Educação de Chicago, é de aproximadamente US\$ 500.000 (2) o preço de uma estação de televisão educativa operando a plena potência. Esta é uma soma demandadamente elevada para muitas comunidades, principalmente, considerando-se que o orçamento anual de uma estação, em funcionamento, varia de US\$ 100.000 a US\$ 200.000. Por essas razões muitas comunidades não têm sido capazes de levar avante a construção de instalações de televisão educativa, necessárias para aproveitar canais que lhes foram reservados pela Comissão Federal de Comunicações (dos EUA que tem como correspondente no Brasil o NTEL).

Há ainda um outro aspecto do problema. Com o uso e demanda crescentes que sobrecarregam, atualmente, as estações de televisão educativa nas cidades que contam com seu serviço, já está se tornando evidente que uma ou mesmo duas estações de televisão educativa podem não ser suficientes para a tarefa que lhes cabe. Onde se estabelece uma televisão educativa, em pouco tempo todas as disponíveis são ocupadas ficando, em consequência as atividades de expansão substancialmente reduzidas. Duas grandes cidades americanas já vêm tomando medidas, por conta própria, no sentido de montar sua segunda estação de televisão educativa: Pittsburgh na Pensilvânia e Oklahoma City em Oklahoma. Milwaukee também está estudando a montagem de uma estação adicional. As outras cidades seguiriam êsse exemplo se pudessem contar com um financiamento inicial adequado para os gastos de instala-

2) Nota do tradutor — Os dados, relativos a preço, estão sujeitos a revisão em face de adaptações que possibilitaram o aparecimento de estações de TV Educativa de 50 mil dólares. Da "National Education Association Review" de fevereiro de 1963.

ções do transmissor. Esses exemplos focalizam as sérias e crescentes necessidades de se proporcionar canais adicionais para fins educativos, assim como a ajuda, em dinheiro, necessária aos Estados para montarem instalações dessa natureza.

Os professores, nos Estados Unidos, estão convencidos dos valores intrínsecos da televisão educativa. De certa maneira, nós consideramos a televisão educativa, como patrimônio nacional, mais mesmo que nossos parques nacionais. Assim sendo, esse assunto deve ser tratado tendo-se em mente as necessidades do povo e precisa receber, do Governo Federal, a mesma consideração que recebem outros setores do patrimônio nacional. A estação de televisão educativa não procura competir com as estações comerciais, em vez disso complementa e suplementa o tipo de programação que a estação comercial está em condições de oferecer. As estações educativas proporcionam um tipo de serviço público que as estações comerciais, em decorrência da base em que operam, não podem proporcionar.

O povo de nossa Pátria tem o direito a esse tipo de educação e programação cultural que possibilita a continuação do processo educacional além dos anos de escolaridade formal e permite ao cidadão médio adquirir mais conhecimento e melhor entendimento, tanto dos assuntos internacionais como dos nacionais, o que não seria possível, sem esse instrumento. Essas estações estariam em condições de orientar seus telespectadores para fontes de inspiração, avaliação e esclarecimento dos problemas da vida diária, de uma maneira que, até agora, não tinha sido possível imaginar. O Reitor Harold Laswell da Universidade de Yale declarou que "as estações de televisão educativa proporcionam, às comunidades que servem, uma fonte de inteligência do mais alto valor".

Por essas razões a Associação Nacional da Educação (EUA) e seu Departamento de Educação Áudio-Visual empenham seu apoio a legislação que beneficiará as instituições e organizações educacionais ajudando-as: a concretizar, em estações, os canais de televisão reservados para a educação e a aperfeiçoar as estações existentes. Nós sentimos que a Lei 205 do Senado é um passo na direção certa, tem bases sólidas e deve receber o apoio e o endosso da Comissão que vos congrega. Assim fazendo ireis permitir que os cidadãos de todas as regiões do País se beneficiem dos valiosos dividendos que a televisão educativa está proporcionando às cidades que serve.

ARTILHARIA DE COSTA — ARTILHARIA

Cel Art (QEMA)
HELIO DUARTE PEREIRA DE LEMOS

*"O mais alto valor de uma nação
vibra n'alma do soldado, ruge n'alma do canhão"*

A Cavalaria de Osório será sempre uma arma atualizada, por que se identifica por sua missão e não pelo seu meio de transporte.

O cavalo, símbolo imortal da Arma, está sem dúvida ultrapassado, mas a cavalaria permanece nobre como desde os tempos de Felipe da Macedônia, embora mecanizada, motorizada ou mesmo alada, porque a ela cabe Missão própria que a caracteriza.

Conceito semelhante poder-se-á atribuir às demais Armas. A Infantaria de Sampaio dispõe hoje de moderno armamento automático, canhões, meios blindados e continua a ser a Rainha das Armas, insubstituível em sua Missão. A Engenharia de Vilagran, Arma eclética, presente em toda a profundidade dos campos de batalha, participando de todas as ações, cumpre sua grandiosa Missão, empregando enorme gama de meios modernos que cada dia lhe aumentam a capacidade de apoio. Assim também a Arma de Rondon, as Comunicações, hoje com prioridade em seu reequipamento, para não mais ser injusticado o trabalho de seus homens. Enfim, todas as Armas e Serviços, isoladamente ou integrados em conjuntos táticos, têm seu emprego específico, sendo para isso treinados e reequipados.

A Artilharia de Costa sofre hoje idêntica incompreensão à sofrida pela Cavalaria. Diz-se que está ultrapassada e que sua existência não mais se justifica. São opiniões infundadas ou pouco meditadas. A grave consequência é que essa falsa afirmação se generalizou no meio militar e extravasou para o campo da opinião pública civil, resultando numa lamentável motivação geral para a extinção dos Fortes e Fortalezas. Há quem ache até devam ser alienados para permitir a construção de Hotéis, Clubes, etc. Enganam-se os que assim pensam. Pedimos vênias para discordar totalmente dessas opiniões ingênuas e absurdas.

Preliminarmente, devemos fixar, de uma vez por todas, que um Quartel é uma Escola e também uma organização de Assistência Social a militares e civis. Bem sabem as autoridades, os homens realistas e a mocidade brasileira que serve ao Brasil, através do Serviço Militar, que um Quartel é verdadeiramente uma Escola. Mas uma Esco-

la que evolui, que se atualiza e que se aprimora. A caserna não sòmente alfabetiza o conscripto mas lhe dá também conhecimentos que, em sua vida civil, valem uma profissão, como motorista, operador e mecânico de rádio e de telefone, mecânico de auto, dactilógrafo, etc. Tudo isso sem levar-se em conta a cultura cívica, a formação moral e o desembaraço que ali adquirem.

Há que acordar e sacudir aquêles que tentam resolver problemas brasileiros como se estivessem em terras alienígenas. Não resta dúvida de que o turismo é excelente fonte de renda, mas não há turismo que pague a extinção de uma Escola ou de um Quartel, mesmo porque há muitos locais disponíveis para êsse fim, em todo o Brasil.

Há, evidentemente, um erro por falta de esclarecimento, ou então, o que seria lamentável, alguma idéia intencional para tentar influir na opinião militar.

Não há militarismo na defesa que fazemos. Aliás, são conhecidos no mundo inteiro os fundamentos da formação dos quadros militares brasileiros, cuja origem é caracteristicamente popular, não constituindo casta.

Felizmente, os atuais chefes militares não pensam em extinção de quartéis. Como exemplo, aí temos hoje reativada a Fortaleza de São João.

Entre os principais argumentos para a reorganização dessa Fortaleza podem ser alinhados:

- necessidade de segurança da área;
- qualquer Unidade de Artilharia de Costa pode transformar-se, em prazo curto, numa Unidade de Artilharia de Campanha.

Essa última razão fortalece a idéia de que a pouca Artilharia que possuímos não deve ser reduzida, para que o problema da mobilização se realize maiores facilidades.

Tal como ocorre nas demais Armas, a Artilharia de Costa terá que ser modernizada, fato êste já considerado pelos órgãos do Exército ligados ao problema.

Em consonância com êsses objetivos de dinamização e atualização da Artilharia de Costa, vêm se processando estudos no QG da A Cos/1, visando a elaboração de propostas para instalação de material de Artilharia móvel nas Fortalezas. Êsse tipo de Artilharia de Costa é empregado também em Campanha o que, com mais forte razão, justifica plenamente tal mudança. O Arsenal da Urca executará, em breves dias, experiência com a primeira plataforma para o tiro de Costa ou de Campanha do material atualmente distribuído às Unidades Móveis.

Assim, para a satisfação de nossos Artilheiros e do próprio Exército, as Fortalezas estarão atualizadas, e não se falará mais em arcaísmo em relação à Artilharia de Costa.

No período em que se processam os estudos e a substituição paulatina do material fixo, não nos devemos esquecer do salutar princípio de que não se abandona ou se despreza um meio, por mais antiquado que seja, sem contar, antes, com outro mais moderno para substituí-lo: Ruim com Ele, Pior sem Ele. Nesta oportunidade, lembramos ainda que Artilharia de Costa Fixa tem missões bem definidas e representa fator importante nas missões de segurança interna. Sua instrução e servidões, para o atendimento das Diretrizes de todos os escalões, são iguais às de qualquer Unidade de outra Arma.

Detalhando, não nos devemos esquecer de que Artilharia de Costa Fixa não é apenas canhão encravado nas estruturas de cimento. É também um conjunto de instalações e de serviços, inclusive centros sociais, em perfeito funcionamento, atendendo, permanentemente, a todas as necessidades militares e de assistência àqueles que vivem em torno do quartel. E ainda mais, esses serviços e instalações, que incluem usinas elétricas próprias, constituem bases de paz prontas para receber qualquer tipo de Artilharia, incluindo os modernos foguetes ou mísseis, que também constituem material móvel.

Se levarmos em conta as dificuldades de campos de instrução para o tiro real em todo o Brasil, em apenas um segundo de raciocínio, verificamos que o mar é e será sempre um campo de tiro pronto para a experiência com foguetes. Além das várias ilhas, bordando o nosso litoral, alvos artificiais flutuantes podem ser lançados para a execução do tiro.

Então concluiremos, com segurança, que, atualmente, já dispõe a Artilharia de Costa de bases para foguetes e mísseis, só faltando a sua instalação.

Dirão agora alguns: "os foguetes custam elevadas somas, não os temos no Brasil, isto é um sonho".

Não, amigos, não é um sonho. Os Estabelecimentos de Engenharia das Forças Armadas estão capacitados a projetá-los e a fabricá-los aqui, com recursos brasileiros. Em São José dos Campos, o ITA da FAB, produz foguetes que podem subir até 80 km e o IME, do Exército, está realizando estudos para fabricação de foguete-piloto, com empena de 30 km de alcance, e já experimentou o rotativo 108 R. Provar-se-á então que se foi difícil, no passado, a fabricação de canhões no Brasil, não o será hoje a produção de foguetes.

São os nossos engenheiros militares que o afirmam. Além do mais, os foguetes e mísseis são meios cujos efeitos psicológicos no nosso Exército deve subestimar.

Com esses modernos engenhos de guerra, não falaremos mais de Artilharia de Costa e sim de Artilharia, toda ela uma só, a tradi-

cional arma de apoio material e moral dos campos de batalha, com seus fogos largos, densos e profundos.

Acrescentamos ainda que a Artilharia de qualquer característica, de Costa, Antiaérea ou de Campanha, constitui um meio para emprêgo também nas operações de guerra revolucionária, dentro de sua missão de apoio ou como arma base, nas ações de cêrco, varredura, limpeza, contrôle de distúrbio, ocupação e reconquista de pontos ou áreas sensíveis, etc. Por êste motivo é que consideramos a A Cos/1, por exemplo, uma GU como outra qualquer, dentro do quadro da Segurança Interna e da Guerra Revolucionária.

Antes de finalizar êste artigo, desejamos expressar aos nossos companheiros de Arma a satisfação da certeza de que os nossos chefes estão bem informados sôbre a situação da Artilharia de Costa, e empenhados na solução urgente dêsse problema.

Não podíamos encerrar aqui a opinião que acabamos de traduzir, sem uma palavra à nossa Artilharia de Campanha, tão necessitada de novos equipamentos. E apesar de todo o sentido de modernização, achamos que até nossa antiga Artilharia de Montanha poderia voltar aos quadros de efetivo do Exército, tracionada por viaturas leves, para emprêgo em terreno apropriado contra a Guerra de Guerrilha.

E assim, nós, os Artilheiros de Mallet, teremos maior ânimo para cumprir a nossa missão com canhões, obuseiros ou foguetes, porque, em síntese, "a arma do artilheiro é o projétil".

Marchemos, portanto, de braços dados com as Armas irmãs, pela eficiência cada vez maior do nosso Exército e pela permanente união de todos, para que sejam asseguradas as condições de tranqüilidade tão necessárias ao desenvolvimento do Brasil.

N.R. — O presente artigo, foi publicado no Suplemento Especial da "Fôlha de São Paulo", de 16 de abril de 1967.

NÃO IMPORTA
QUE ALGUÉM
ESTEJA SÓ.



DE
CERTA MANEIRA,
SHELL TAMBÉM
ESTÁ PRESENTE.

Num detalhe Ou em algo de extrema importância Em parte ou no todo Tanto faz O fato é que Shell esta presente Porque, cada vez mais, petróleo e bem-estar se identificam em função do homem E muitas pesquisas e descobertas sôbre isso foram e continuam sendo feitas nos laboratorios Shell É uma

resina sintética anticorrosiva, um melhor óleo lubrificante Tudo o que exige um mundo de trabalho, até diluir-se no dia-a-dia de todos Pois o que importa é que Shell também possa estar presente onde quer que alguém esteja, mesmo só

VOCÊ PODE CONFIAR NA





Preço dêste exemplar

NCr\$ 0,50

S Ge Ex
IMPrensa DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1967